

Bibliotheca Prometheu
São Paulo — Brasil

Distribuidora:
Editorial Paulista — São Paulo — Brasil

OS GRANDES PROBLEMAS DA ATUALIDADE

PETER KROPOTKIN

A QUESTÃO SOCIAL

O ANARQUISMO EM FACE DA CIÊNCIA

Biblioteca Prometheu
SÃO PAULO

Os grandes problemas da atualidade

A QUESTÃO SOCIAL — O ANARQUISMO EM FACE DA CIÊNCIA — de Peter Kropotkin

Este livro é indispensavel aos estudiosos dos problemas sociais, porque nêle, o seu autor, o sabio Peter Kropotkin, analisa, á luz da ciência, confrontando e deduzindo, uma das mais discutidas soluções da Questão Social: *o Anarquismo.*

E' uma obra de estudo, de ciência, de filosofia, que desafia a contestação dos mais arrojados criticos e sociologos.

Peter Kropotkin, que abandonou o comodismo da côrte imperial russa para se dedicar á causa dos oprimidos, é, tambem, o autor da "Grande Revolução" que acaba de ser editada, pela primeira vez, no Brasil, e de outras obras que correm mundo, em quasi todas as linguas, como "A Conquista do Pão", "O Apoio Mútuo", "Palavras de um rebelde", "Campos, Fabricas e Oficinas", "A Moral Anarquista" e "Ética", sendo enorme a sua produção jornalistica e a sua atividade revolucionaria.

—:—

COMO SE FEZ A REVOLUÇÃO RUSSA — De Voline, que participou de todas as fases da grande convulsão que abalou o antigo imperio dos czares.

A Questão Social

O anarquismo em face da ciência

P E T E R   K R O P O T K I N

A Questão Social

O anarquismo em face da ciência

Tradução livre do original inglês

por

H E N D I O S E R

Biblioteca Prometheu — S. Paulo

Francisco López.

PREFACIO DA EDIÇÃO FRANCESA

Quando se analisa uma teoria social qualquer, não é difícil verificar, após um ligeiro exame, que ela não representa apenas um programa partidário e um ideal de reconstrução da sociedade, mas algo mais, pois, em geral, é conexa com um sistema qualquer de filosofia, — de concepção da Natureza e das sociedades humanas. Já tivemos oportunidade de expor esta maneira de ver em duas conferências que em tempo demos (1) sobre como considerar o Anarquismo.

Nesses dois estudos evidenciaramos as relações existentes entre as nossas idéias e a tendência actual, fòrtemente acentuada nas ciências naturais, de explicar os grandes fenómenos da Natureza pela acção dos infinitamente pequenos, — onde outrora, só se enxergava a acção das grandes massas, — e nas ciências sociais, de reconhecer como primaciais os direitos do indivíduo, ao invés dos interêsses do Estado que, até hoje, se teem reconhecido como sobrelevantes àqueles.

Pretendemos agora nesta obra mostrar que a nossa concepção anarquista representa uma consequência neces-

(1) — O autor refere-se, de certo, às suas duas conferências seguintes: a primeira, subordinada ao título **Les Temps Nouveaux,** dada em Londres, publicada em francês em 1894; a segunda, que nada mais é do que uma re-edição desenvolvida da primeira, não foi pronunciada mas escrita, intitula-se **L'Anarchie, sa philosophie, son idéal,** publicada em Paris, em 1896, e que já se acha por nós trasladada ao português.

N. do T.

sária do fragoroso despertar geral das ciências naturais que se manifestou durante todo o decurso do século XIX. O que nos inspirou o presente trabalho foi precisamente o estudo dêsse empolgante movimento, bem como o das notáveis conquistas alcançadas pela ciência nos últimos anos do século recém-findo. E' por demais sabido que os últimos anos do século findo se caracterizaram por notáveis progressos nas ciências naturais, e a um tal desenvolvimento devemos a descoberta da telegrafia sem fios, o conhecimento de uma série de radiações que dantes eram ignoradas, a existência de um grupo de gases inertes inadaptáveis a quaisquer combinações químicas, a revelação de novas formas elementares da matéria viva e assim por diante. E, por tudo isso, fomos levados a estudar a fundo essas novas conquistas da ciência.

Aí por 1891, *quando estas ruìdosas descobertas se faziam com uma rapidez incrível, o editor da revista londrina NINETEENTH CENTURY, sr. James Knowles, propunha-nos continuarmos na sua revista a série de artigos que, sôbre a ciência moderna, publicava então Huxley, o famoso êmulo de Darwin, que, por motivos de saúde, se vira forçado a abandonar. Fácil é de compreender porque, durante muito tempo, relutámos em aceder a êste convite.*

E' que os assuntos científicos que Huxley tomava por temas não constituiam meras palestras literárias, mas estudos sérios de ciência em cada um dos quais explorava a fundo duas ou três grandes questões científicas de suma importância que êle debatia admiravelmente, dando ao leitor, em um estilo compreensivo, a análise cerrada e crítica das descobertas modernas em que essas questões incidissem. Knowles insistia e, para facilitar o nosso trabalho, ainda a Royal Society *nos enviava convite especial para assistirmos às suas memoráveis sessões.*

Afinal acabámos cedendo e durante um decénio, desde 1892, *escrevemos uma série de artigos sob o título "Recent Science" para a referida NINETEENTH CENTURY, até que uma cardite declarada nos forçou, como sucedera ao nosso antecessor, a adiarmos esse árduo trabalho.*

Levados assim a estudar com profundeza as extraordinárias descobertas dos últimos anos, chegámos a um duplo resultado. Por um lado, graças à aplicação do método indutivo, observávamos como as novas descobertas, de uma importância incalculável para a interpretação da Natureza, vieram sobrepor-se às que haviam notabilizado os anos de 1856-1862, *e como um estudo mais penetrante das grandes descobertas levadas a cabo nos meados do século por Mayer, Grove, Wurtz, Darwin e tantos outros, davam às descobertas precedentes um aspecto inteiramente novo e abriam novos horizontes à ciência fazendo surgir novas questões de alto alcance filosófico.*

E onde certos sábios, impacientados ou dominados pela influência de uma educação primária, pretendiam ver "uma bancarrota da ciência" (1), *vìamos nós tão sòmente um facto normal, muito familiar aos matemáticos, o que êles chamam* a passagem de uma primeira aproximação às seguintes.

Continuamente, e facto, vemos o astrónomo e o físico demonstrarem, sob a denominação de "leis físicas", a existência de certas relações entre diversos fenómenos,

(1) — Alusão a um célebre artigo, que tanta celeuma produziu, do escritor francês Ferdinand Brunetière, convertido ao catolicismo, a quando de uma sua visita ao Papa Leão XIII, publicado pela primeira vez na **Revue des Deux-Mondes**, em Janeiro de 1895 e mais tarde re-editado no seu volume **La Science et la Religion**, publicado em 1916 pela livraria de Perrin & C.º que, aliás, vale a pena ser lido.

N. do T.

e para estudar, em suas particularidades, as aplicações dessas leis não faltam investigadores decididos e competentes.

Mas, a breve trecho, à proporção que os factos se acumulam por novas pesquizas, esses investigadores descobrem que a lei estudada nada mais é do que uma "primeira aproximação", donde o concluir-se que os factos que se pretendia explicar por ela são, na verdade, muito mais complexos do que a princípio pareciam ser.

Para tomarmos um exemplo assás conhecido, citaremos as chamadas "leis de Kepler" concernente ao movimento dos planetas em volta do Sol. Um estudo minucioso dos movimentos planetários confirmou, a princípio, a exactidão dessas leis; provou-se, efectivamente, que os satélites do Sol se movem, grosso modo, *ao longo das elipses em que o Sol ocupa um dos focos. Porém, agora descobre-se que a elipse descrita é apenas "uma primeira aproximação".*

Na realidade, os planetas, na sua trajectória ao longo das elipses, sofrem diversos desvios por efeito da acção que uns sôbre os outros exercem. Feito o estudo desses desvios, puderam os astrónomos chegar à uma segunda *e a uma* terceira *aproximações, que vieram, naturalmente, a corresponder melhor do que a* primeira *aos movimentos reais dos planetas* (1).

E' precisamente o que, na face actual dos conhecimentos humanos, se dá com as ciências naturais. Verificadas as grandes descobertas da indestrutibilidade da matéria, da variedade das espécies, da unidade das forças físicas e da sua conseqüente acção sôbre a matéria animada como sôbre a inanimada, e as demais que, por brevidade, deixamos de mencionar, as ciências, que, nas suas modalidades especiais, estudam as conseqüências dessas descobertas, procuram neste momento as "segundas aproximações" que, com maior perfeição, corresponderem às realidades da Natureza.

As pretensas "falências da ciência", que filósofos modernistas exploram justamente na época actual, são, por natureza, simplesmente a investigação das segundas e terceiras aproximações a cujo estudo, após o período culminante das grandes descobertas, a ciência, como lhe cumpre, dedica particular atenção.

Não vamos deter-nos agora a discutir as obras dêsse parco núcleo de filósofos rutilantes, porém, superficiais, que procuram tirar partido das inevitáveis indecisões das ciências na sua fase formativa para nos inculcarem a intuição mística e promover o descrédito da ciência em geral perante um auditório que não tem a capacidade precisa para verificar a exactidão das suas soporíferas críticas. Não repetiremos aqui o que fica dito no texto dêste livro àcêrca dos abusos contumazes que os metafísicos fazem do método dialético. Ao leitor que, porventura, se interesse por tais questões indicaremos a obra preciosa de Hugh S. R. Elliot, — Modern Science and the Illusions of Professor Bergson, — *(a ciência moderna e as ilusões do professor Bergson) com um excelente prefácio de Ray Lankester, publicada em Londres, em 1912, pelos editores Longman & Green* (1). *Nessa obra se poderá ver por que métodos arbitrários e de pura dialética, por que fogos de artifício de linguagem, o representante classificado dessa corrente filosófica chega às suas temerárias conclusões.*

(1) — Em abôno do que expende Kropotkine, podemos enumerar, como uma das referidas "aproximações", a teoria da relatividade restrita, exposta e sustentada pelo sábio matemático alemão Einstein

N. do T.

(1) — HENRI BERGSON, filósofo francês, autor de muitas obras em que procura instituir, à moda da filosofia oriental, o método da intuição psicológica como base da aquisição de conhecimentos.

N. do T.

O segundo dos resultados a que chegámos no estudo dos recentes progressos das ciências naturais e no reconhecimento de ser cada nova descoberta que surge uma nova aplicação do método indutivo, foi ver como as ideias anarquistas, formuladas por Godwin e Proudhon e desenvolvidas por seus continuadores, representavam igualmente a aplicação dêsse mesmo método às ciências que tratam da vida das sociedades humanas.

Trataremos de monstrar na presente obra, em primeiro logar, até que ponto o desenvolvimento da ideia anarquista marchou paralelamente com os progressos das ciências naturais. Indicaremos em seguida como e porquê a filosofia do Anarquismo se destaca nas tentativas recentes de elaboração de uma filosofia sintética, isto é, de uma interpretação geral do Universo (1). *Deliberámos, para melhor compreensão das referências feitas no texto do livro, pôr em apêndice notas explicativas a respeito dos diversos autores citados e de alguns termos de ciência, julgando, com isso, satisfazermos a natural curiosidade do leitor.*

Cumprimos, finalmente, o indeclinável dever de exprimir aqui os nossos mais veementes agradecimentos ao nosso amigo Dr. Max Nettlau pelo inestimável concurso que nos prestou, especialmente na elaboração dessas Notas, com os seus vastos conhecimentos da literatura socialista e anarquista em que é profundo e emérito cultor.

Brighton, Fevereiro de 1913.

PETER KROPOTKIN.

---

(1) — Para êste particular chamamos a atenção do leitor para os capítulos em que o autor expõe e critica admirávelmente a filosofia de Herbert Spencer, o notável pensador britânico.

N. do T.

PRIMEIRA PARTE

A Ciência Moderna

PETER KROPOTKIN

A CIÊNCIA MODERNA E O ANARQUISMO

I

Origens do Anarquismo

Originàriamente o Anarquismo não procede de uma determinada descoberta científica, nem assenta em um sistema definido de filosofia. As ciências sociológicas estão ainda muito longe da fase de certeza a que já chegaram, por exemplo, a física e a química. Ora, se no estudo dos climas e do tempo (climatologia e meteorologia) ainda não conseguimos com exactidão prognosticar com um mês, ou sequer uma semana, de antecipação as condições meteorológicas que se vão suceder, seria absurdo, evidentemente, pretender, com os dados de uma ciência informe como é a Sociologia, que contende com matéria infinitamente mais complexa do que o vento e a chuva, prognosticar, com a mesma exactidão, os fenómenos sociais. Antes de tudo lembremo-nos que os sábios, como quaisquer outros, são homens sujeitos ao êrro, ainda com a agravante de pertencerem, na sua maioria, às classes abastadas e, em consequência, participarem dos preconceitos da classe, além do facto de muitos viverem a expensas do Estado. E', portanto, de toda

a evidência que o Anarquismo não procede, nem podia proceder, das universidades.

Como o Socialismo, e em geral todos os movimentos de carácter social, o Anarquismo originou-se do povo e só conservará a vitalidade e fôrça criadora que lhe são inerentes enquanto se mantiver com a sua peculiaridade de movimento popular.

*
* *

Através de todos os tempos verifica-se que, no seio das sociedades humanas, duas correntes de pensamento se teem encontrado constantemente em luta antagónica.

De um lado, as massas, o povo, elaboravam, no decurso da sua existência sob a forma de costumes, um certo número de instituições necessárias a-fim-de tornar exequível a vida social, a manutenção da paz, o ajustamento das contendas e a prática do auxílio mútuo em todas as circunstâncias que exigissem um esfôrço combinado. Os costumes tribais entre os selvagens, as comunidades rurais e, mais tarde, a **guilde** (corporação) industrial nas cidades da idade média, que assentaram os primeiros elementos do direito internacional sôbre que estabeleceram as suas mútuas relações, — essas, e muitas outras instituições, foram elaboradas e aperfeiçoadas, menos pelos legisladores do que pelo espírito criador das massas.

De outro lado, medraram sempre entre os homens os magos, os xâmanes, os feiticeiros, os reptadores de chuva, os oráculos e os sacerdotes que foram, por ordem natural das cousas, os primeiros monopolizadores de um rudimentar conhecimento da natureza e os fundadores dos diferentes cultos, — do sol, da lua, das fôrças naturais, dos ancestrais, — que serviam perfeitamente de elo mantenedor da unidade federativa das tribus.

Nesses tempos, os primeiros germes do estudo da natureza, — a astronomia, a previsão do tempo, o conhecimento das doenças etc., — andavam estreitamente ligados a diversas superstições contidas nos diferentes ritos e cultos. Todas as artes e ofícios tiveram esta origem de estudo e de superstição e, aquelas como estes, tinham suas fórmulas místicas só conhecidas dos iniciados e mantidas cuidadòsamente ocultas das massas para evitar o acesso ao seu conhecimento.

Concomitantemente com estes incipientes representantes da religião e da ciência havia uma classe de indivíduos que, como os bardos entre os celtas e os gálios, os **brehons** da Irlanda, os pregoeiros da lei nas povoações escandinavas, etc., eram tidos por peritos em matéria de usos e costumes antigos a quem se recorria em casos de discórdia ou de conflito. Conservavam mnemònicamente os preceitos da lei, que algumas vezes exprimiam por meio de certos sinais que vieram depois a ser os germes da escrita, e em caso de contendas era para eles, como árbitros, que se apelava.

Ao lado dessas duas classes, havia ainda uma terceira, — a dos chefes temporários dos bandos de combate, — a quem se atribuía a posse dos segredos mágicos do êxito das batalhas, do envenenamento das armas e de vários outros segredos militares.

Estas três categorias de homens constituiram sempre entre si, desde tempos imemoriais, sociedades secretas com o fim de manter e transmitir, após uma longa e penosa iniciação, os segredos das suas funções e de seus ofícios. Se algumas vezes se comba-

tiam, acabavam sempre, no fim de contas, por se entenderem maravilhòsamente, unindo-se, por diferentes modos e formas, para dirigir e dominar as massas, mantê-las na obediência, governá-las e obrigá-las a trabalharem para êles.

*
* *

Das duas citadas categorias, é evidente que o Anarquismo representa a primeira delas, isto é, a fôrça criadora e construtiva das massas que, no passado, elaboraram as instituições de direito comum para melhor se defenderem de uma minoria agressiva e de instintos dominadores. E' tambem por essa mesma fôrça criadora e construtiva, apanágio do povo, com o poderoso auxílio que lhe prestam a ciência e a técnica modernas que o Anarquismo procura, nos tempos actuais, estabelecer as instituições necessárias que garantam o livre desenvolvimento da sociedade, em oposição àquêles que depositam todas as suas esperanças em uma legislação feita por minorias governantes e, por rígida disciplina, imposta às massas.

Podemos, portanto, afirmar que, nêsse sentido, houve sempre anarquistas e estatistas.

Demais, é da história estoutro facto que, uniformemente, se tem observado: que as instituições, mesmo as melhores, originàriamente estabelecidas para efectivarem a igualdade, a paz e o auxílio mútuo, se petrificam na extensão da sua caducidade. Perdem esses institutos a finalidade que lhes deu origem para cairem sob o domínio de uma minoria ambiciosa e tornarem-se, por fim, um trambôlho ao desenvolvimento ulterior da sociedade. Surgem, então, isoladamente, indivíduos que se rebelam contra tais institutos. E enquanto alguns descontentes se revoltam contra uma instituição, já fastidiosa, procurando fazê-la evoluir no interêsse colectivo ou promovendo a queda de uma autoridade absolutamente alheia à instituição e incrustada nela com o propósito de se lhe sobrepôr por todos os meios, outros, ao contrário, procuram, a todo o transe, atacar essas mesmas instituições, — a tribu, a comuna rural, a **guilde**, etc., — com o único intuito de se colocarem fóra e acima delas a-fim-de melhor poderem dominar os outros membros da sociedade e locupletarem-se a expensas suas.

Todos os verazes reformadores sociais, — políticos, religiosos ou económicos, — pertencem à primeira das duas categorias enunciadas. E' indubitável que entre esses reformadores se encontraram sempre indivíduos dispostos a irem além, pouco se lhes dando terem ou não o consenso unânime dos seus concidadãos ou sequer da minoria. Aquêles, todavia, sem esperarem pela adesão destes à causa que os impulsionava, quer absolutamente sós, individualmente se não eram seguidos pelos demais, quer, quando possível, em grupos mais ou menos numerosos, marchavam àvante no caminho da insurreição contra toda a espécie de tirania.

Revolucionários desta têmpera os depararemos em todas as épocas da história, — basta compulsá-la.

*
* *

Todavia, fácil é de ver que em qualquer período histórico os revolucionários se distinguem por dois aspectos diferentes. Uns, embora em revolta contra a autoridade opressora aninhada no seio da sociedade, não procuravam de modo algum destruir a própria

autoridade, propunham-se simplesmente a conquistá-la em seu favor. Em substituição a um poder que se tornara tirânico, pretendiam constituir um poder novo de que fossem exclusivos detentores sob a fagueira promessa, da melhor boa fé enunciada, de que a nova autoridade em suas mãos se devotaria deveras aos interêsses do povo, que ela constituiria a sua verdadeira representação, promessa tal que depois era fatalmente esquecida ou traída.

Assim se constituiram a autoridade imperial na Roma dos Césares, a autoridade da Igreja nos primeiros séculos da nossa era, o poder dos ditadores nas cidades já então decadentes da idade média, e outros análogos. A mesma ideia directriz persiste na Europa tratando da constituição da autoridade real já nos últimos tempos do feudalismo. A fé em um imperador, — um César, — de eleição popular e destinado a servir o povo, não desapareceu ainda de todo, prevalece em nossos dias.

Ao lado, porêm, desta corrente autoritária, uma corrente simultâneamente se afirmava impulsionada pela necessidade de proceder a uma revisão das instituições estabelecidas. De tempos remotos, desde a antiga Grécia até à época presente, houve sempre indivíduos e correntes de pensamento e de acção que se esforçavam, não por substituir uma autoridade particular por outra, mas por demolir a própria autoridade que, subrepticiamente, se havia imiscuido nas instituições populares, sem dar margem a que se fundasse outra em seu logar. Proclamavam êles concomitantemente a soberania do indivíduo e do povo e diligenciavam libertar as instituições populares das excrescências autoritárias com o intuito de restituir ao espírito colectivo das massas a sua plena liberdade para que o génio popular pudesse livremente reconstituir de novo os institutos de auxílio mútuo, de protecção recíproca, na conformidade das novas necessidades e condições da existência. Nas cidades da Grécia antiga e especialmente nas da idade média, como Florença na Itália e Pskov na Rússia europeia e outras mais, encontrâmos fartos exemplos dêste género de lutas.

Assim se pode dizer, sem receio de contestação, que jacobinos (1) e anarquistas teem sempre existido de permeio nas hostes de reformadores e revolucionários.

*
* *

Formidáveis movimentos populares, caracteristicamente anarquistas, se produziram nos tempos passados. Vilas e cidades inteiras se sublevaram então contra o princípio governamental, contra todos os órgãos do Estado, seus tribunais e suas leis e proclamavam abèrtamente a soberania dos direitos do homem. Denegavam toda a lei escrita e afirmavam categòricamente que cada um deveria governar-se por sua própria consciência. Procuravam assim fundar uma nova sociedade baseada nos princípios de igualdade, de completa liberdade e de trabalho.

O movimento cristão que se produziu na Judeia sob o império de Augusto contra a lei romana, contra o Estado romano e a moral da época, — ou melhor, a imoralidade desenfreada que então campeava, — teve, inquestionávelmente, fortes laivos de anarquis-

(1) — Vide esta palavra nas Notas Explicativas no fim do volume.

N. do T.

mo. Mas, paulatinamente, êsse movimento degenerou em um movimento sectário que operou a formação da Igreja, traçada nos moldes da Igreja hebraica e até da própria Roma imperial, o que, naturalmente, matou tudo o que o cristianismo no seu início tinha de anarquismo, deu-lhe formas romanas e, a breve trecho, veiu a constituir o esteio principal da autoridade, do Estado, da escravidão e da opressão.

Os primeiros germes de "oportunismo" introduzidos no cristianismo são já palpáveis nos quatro evangelhos e nos actos dos apóstolos, senão na sua primitiva redacção ao menos nas versões que dêsses escritos temos nos livros que constituem o Novo Testamento.

Igualmente, o movimento anabatista que, a bem dizer, inaugurou e fêz a Reforma, tinha um fundo eminentemente anarquista. Porém, esmagado pelos próprios reformados que, sob a regra de Lutero, se haviam mancomunado com os príncipes contra os camponeses revoltados, êsse movimento foi sufocado pelo extermínio, em larga escala, dêsses mesmos camponeses e dos cidadãos mais pobres da cidade, — os da "ralé", como lhes chamavam. Em conseqüência, a ala direita dos reformados foi degenerando aos poucos até ao ponto de erigir um compromisso solene entre a consciência e o Estado que deu em resultado a fundação do Protestantismo tal como hoje existe.

*
* *

Sumariando o que ficou dito: o Anarquismo originou-se da actividade criadora e construtiva das massas que, em épocas remotas, souberam elaborar todas as instituições sociais da humanidade, e não só nisso assenta, mas nas revoltas individuais e colectivas contra os representantes da fôrça extrínseca a essas instituições nas quais, quando lhes bolem, é tão sòmente para as utilizar em seu único proveito.

Todos os rebeldes cujo ideal haja sido, porventura, a reintegração no génio criador das massas da necessária liberdade para poderem desenvolver, ao máximo da sua expansão, toda a originalidade que as caracterizava de modo a efectivarem essas instituições exigidas pela época, — estavam, evidentemente, insuflados do espírito anarquista.

Nos tempos modernos, o Anarquismo nasceu do mesmo protesto crítico e revolucionário de que procedeu o socialismo em geral. E' verdade que uma certa fracção de socialistas, depois de haverem chegado até à negação do capital e da sociedade baseada na escravização do trabalho ao capital, se detiveram nêste ponto do desenvolvimento das suas ideias. Não ousaram declarar-se positivamente contra o que constitui a fôrça real do capitalismo: o Estado e seus adminículos, — a centralização da autoridade, a lei, feita sempre por uma minoria em seu exclusivo proveito, e uma certa forma de justiça cujo principal escopo é a defesa da autoridade e do capital.

Contràriamente a essa atitude, o Anarquismo não se deteve aonde o socialismo parou, foi além na crítica dessas anacrónicas instituições. Ergue o braço sacrílego, não só contra o capitalismo mas tambem contra os pilares em que êle assenta: Lei, Autoridade e Estado.

II

Do movimento intelectual do século XVIII

Embora o Anarquismo, como todos os movimentos revolucionários, surgisse dentre o povo, do tumulto das lutas em prol das reivindicações sociais, e não de um estudo científico ou do tranqüilo gabinete do sábio, é importante, todavia, determinar o logar que ocupa a meio das diversas correntes do pensamento científico e filosófico hodierno.

Qual é a atitude do Anarquismo em relação a essas diversas correntes? Sôbre qual se apoia de preferência? De que método de investigação se serve para comprovar as suas conclusões? Por outras palavras: a que escola da filosofia do direito pertence o Anarquismo? Com que corrente da ciência moderna tem maior afinidade?

Em face da fatuidade palavrosa da metafísica económica, privativa dos círculos socialistas, a resposta a estas questões reveste-se de um considerável interêsse. Trataremos, pois, de analisá-las de modo sucinto, tão simplesmente quanto possível, evitando, no que evitável seja, o emprêgo de termos técnicos para não dificultar a compreensão do assunto.

*
*   *

O movimento intelectual do século XIX derivou directamente da obra dos filósofos escoceses e franceses de meados e fins do século precedente.

O despertar do pensamento que se produziu nessa época animou esses pensadores do desejo de englobar **todos** os conhecimentos humanos em um só sistema geral, — o sistema da Natureza. Repudiando inteiramente a escolástica e a metafísica medievais, tiveram a audácia de conceber a Natureza, em todas as suas complexas manifestações, — o mundo das estrelas, o nosso sistema solar, o nosso globo terráqueo, o desenvolvimento das plantas, dos animais e das sociedades humanas sôbre a superfície da terra, — como uma série de factos que podem ser estudados, em sua integralidade, de maneira idêntica à por que se estudam as ciências naturais.

Empregando làrgamente, com inteira proficiência, o verdadeiro método científico, isto é, o método indutivo-dedutivo, empreenderam a formidável obra do estudo de todos os grupos de factos que a Natureza nos oferece a exame, quer pertençam ao mundo das estrelas, quer ao dos animais, quer ao das crenças ou das instituições humanas, absolutamente do mesmo modo por que um naturalista estudaria as questões de ciência física.

Primeiro, registavam pacientemente os factos, selecionavam-nos, e quando se lançavam no terreno das generalizações, faziam-no pela via da indução. Formulavam certas hipóteses, a que não atribuiam maior importância da que Darwin atribuia à sua hipótese a respeito da origem de novas espécies por meio da selecção natural na luta pela existência, ou à que Mendéléeff dava à sua "lei da periodicidade".

Nas hipóteses emitidas, êsses pensadores viam meras suposições capazes de fornecer uma explicação provisória, — hipótese de trabalho, — dos factos pelo seu agrupamento de modo a facilitar o estudo subseqüente que dêles se fizesse.

Não olvidavam, porém, que tais suposições deveriam ser mais tarde confirmadas pela sua aplicação a uma multidão de factos diversos e que teriam de ser, por sua vez, explicadas pelo processo teórico ou dedutivo. Assim, as hipóteses levantadas só chegariam a ser "leis naturais", isto é, generalizações **provadas**, depois de haverem passado pelo cadinho da verificação experimental e comprovadas que fossem as causas da sua constante exactidão.

*
* *

Quando o centro do movimento filosófico do século XVIII foi deslocado da Inglaterra e da Escócia para a França, decidiram os filósofos franceses, com aquela clara percepção de método que os distingue, erigir, segundo um plano geral e sôbre os mesmos princípios, o esquema de **todos** os conhecimentos humanos, quer os de ordem natural, quer os de ordem histórica. Intentaram, desde logo, edificar o **saber generalizado,** ou seja a filosofia do universo e da sua vida, sôbre bases estritamente científicas, repelindo, conseqüentemente, todas as construções metafísicas dos filósofos anteriores e procurando explicar todos os fenómenos pela acção dessas mesmas forças físicas (acções e reacções mecânicas) que eram suficientes para explicar a origem e a evolução do globo terrestre.

Conta-se que quando Napoleão I expressou a Laplace a sua surpresa por não haver deparado em toda a sua obra sôbre a **Exposição do Sistema do Mundo** o nome de Deus, Laplace teria simplesmente respondido: "não tive necessidade dessa hipótese". Mas o grande matemático fêz mais e melhor.

Laplace nunca recorreu aos grandes **chavões** da metafísica, por detrás dos quais se oculta geralmente a incompreensão ou a obscura semi-compreensão dos fenómenos e a incapacidade de interpretar os factos em sua forma concreta como quantidades mensuráveis. Laplace dispensou a metafísica, como dispensado havia a hipótese de um deus-criador.

Postoque a sua **Exposition du Système du Monde** não contenha cálculos matemáticos e fosse escrita em uma linguagem inteligível, acessível a qualquer leitor instruido, os matemáticos puderam mais tarde exprimir cada uma das ideias esparsas pela obra em equações matemáticas, isto é, estabelecer as condições de igualdade entre duas ou mais quantidades dadas, — tão exactamente tinha Laplace, em todos os pormenores, pensado a sua obra!

*
* *

O que Laplace fêz para a mecânica celeste, os filósofos franceses do século XVIII o fizeram, no limite dos conhecimentos da época, para o estudo dos fenómenos da vida, bem como para os do entendimento e do sentimento humanos que constituem a psicologia. Haviam, de há muito, renunciado às afirmações puramente metafísicas que faziam as delícias dos seus predecessores e que, mais tarde, vamos encontrar nos trabalhos do filósofo alemão Kant. E' por demais sabido que Kant, por exemplo, pretendia explicar a origem do sentimento moral humano como um "imperativo categórico", e afirmava, ao mesmo tempo, o carácter obrigatório de tal ou qual máxima particular de conduta "se a pudermos conceber como uma **lei** susceptível de aplicação universal". Mas ca-

da têrmo dêste rosário de palavras contêm algo de nebuloso e de incompreensível, — **imperativo, categórico, lei, universal,** — em vez do facto palpável, conhecido de toda a gente, que se pretende explicar e de que o filósofo alemão tão arredio andou.

E' evidente que aos enciclopedistas franceses não podiam satisfazer semelhantes "explicações" envoltas nas frases empoladas da pura metafísica. Como seus predecessores escoceses e britânicos, repugnava-lhes, para explicar a origem do conceito do bem e do mal no homem, inserir "uma palavra onde faltavam ideias", como dizia o grande Goethe. Para descobrir o porquê dessa concepção, foram levados, naturalmente, a estudar o próprio homem em quem a ideia se manifestava e, como já haviam feito Hutcheson em 1725 e depois Adam Smith na sua melhor obra "The Origin of Moral Feeling" (origem do sentimento moral), acharam que o sentimento moral no homem tem a sua origem no sentimento de piedade e no da simpatia que experimentamos por todos os que sofrem. Provêm tal sentimento da nossa capacidade de identificação com o próximo, ao ponto de chegarmos a sentir como que uma verdadeira dôr física se virmos, em nossa presença, bater em uma criança, pois, sem dúvida, a nossa natureza, instintivamente, se revoltará contra tal proceder.

Partindo dêste genero de observações e de factos análogos, geralmente conhecidos, os enciclopédistas, por êsse método, chegavam a formular as mais largas generalizações e assim, pelo exame dos factos mais simples, **explicavam** de verdade a origem do sentimento moral como facto complexo que é. O que, porêm, êles nunca fizeram foi pôr, em vez de factos conhecidos e **compreensíveis,** palavras **incompreensíveis** e obscuras que não explicam absolutamente nada, tais como as de "imperativo categórico" ou de "lei universal".

E' óbvia a vantagem do emprêgo do método dos enciclopedistas, como o acabamos de expor. Em vez de buscar uma "inspiração lá do alto"; em logar de inquirir uma origem sobrenatural, fóra e acima da humanidade, para explicar a origem do sentimento moral, proclamavam, como cousa averiguada, "que o sentimento de piedade, de simpatia, de que o homem é dotado, herdou-o êle de seus antepassados desde remotas origens, — o que as observações próprias em seus semelhantes lhe confirmavam diàriamente, — desenvolvido e aperfeiçoado gradativamente através das idades pela experiência da vida social". O senso moral na espécie humana tem essa origem e não outra.

*

* *

Do exposto resulta que não mudaram de método os pensadores do século XVIII quando, nos seus estudos, passavam do mundo dos astros e dos corpos físicos ao das reacções químicas, do mundo físico e químico ao da vida das plantas e dos animais e dêste ao do homem, desde o desenvolvimento das formas económicas e políticas da sociedade até à evolução do sentido moral, das religiões etc.

O método permanecia sempre o mesmo. Em todos os ramos da ciência aplicavam uniformemente **o método indutivo.** Reconhecera-se, em-fim, que nem no estudo das religiões, nem no da análise do sentimento moral, nem nos domínios do pensamento em geral, se encontrava um único caso em que êsse método falhasse ou outro viesse a sobrepôr-se como ne-

cessário para a completa explicação dos factos ocorridos. Em nenhuma circunstância se viram esses pensadores na contingência de recorrer a concepções metafísicas inspiradas por qualquer ser superior, — alma imortal, imperativo categórico, fôrça vital, lei universal, — ou a qualquer método dialético. Daí, conseqùentes, procurarem **interpretar o universo integral, com toda a sua fenomenalidade, por um único processo, um só método, na atitude de verdadeiros naturalistas.**

No transcurso dêsses memoráveis dias do despertar do pensamento científico, os enciclopedistas edificaram essa obra monumental que se chama a **Enciclopédia**; Laplace publicava o seu estupendo **Sistema do Mundo** e o Barão d'Holbach o seu formidável **Sistema da Natureza.** Lavoisier afirmava o princípio da indestrutibilidade da matéria, o mesmo é dizer da energia e do movimento; Lomonossoff, na Rússia, inspirado, sem dúvida, em Bayle, esboçava já nessa época a teoria mecânica do calor; Lamarck, o grande naturalista francês, explicava a origem da infinita variedade das espécies de plantas e animais por suas adaptações aos diversos meios; Diderot, o famoso filósofo francês dos fins do século XVIII, dava uma explicação racional das origens do sentimento moral da humanidade, dos hábitos de moralidade, das instituições primitivas e das religiões, sem recorrer à estafada ideia de uma inspiração divina; Rousseau, o genial pensador, intentava explicar a formação das instituições políticas como resultantes de um contracto social, ou, o que é o mesmo, por efeito de um acto da vontade humana.

Dentro em pouco não havia um recanto dos conhecimentos humanos que não houvessem devassado pelo exame profundo dos factos e sempre pelo mesmo

método científico de indução e dedução, que a observação e a experiência a cada passo confirmavam. Nessa tentativa, imensa e ousada, por certo mais de um êrro se cometeu. Onde falhavam os conhecimentos positivos, fizeram-se, por vezes, conjecturas um tanto audaciosas e não raro erróneas. Mas, preciso era notar que **um novo método de investigação se vinha aplicando ao conjunto dos conhecimentos humanos** e que, graças a êle, os próprios erros eram depois facilmente reconhecidos e logo corrigidos.

Foi assim que o século XIX recebeu em herança um instrumento poderoso de investigação que nos permite elaborar uma concepção integra do universo sôbre bases científicas, liberta, finalmente, dos velhos preconceitos que a obscureciam e dos termos nebulosos que a envolviam e nada esclarecem mas que, por temor das perseguições religiosas e por um mau vezo, se haviam manhosamente introduzido em todas as questões difíceis para escapar à sua plena elucidação.

III

A Reacção dos comêços do século XIX

Ao iniciar-se o século findo, após o fracasso da grande Revolução francesa, a Europa, como é sabido, atravessava um período de reacção geral nos domínios da política, da ciência e da filosofia. O Terror Branco dos Bourbons, a Santa Aliança concertada em 1815, em Viena, entre as monarquias da Áustria, da Alemanha e da Rússia para combater as ideias liberais, o misticismo e o pietismo nas côrtes europeias e nas altas camadas sociais e a polícia política triunfavam por toda a parte e campeavam à vontade.

Pois não obstante essa formidanda organização, os princípios fundamentais proclamados pela Revolução não foram, nem poderiam ser, aniquilados como se premeditava. A gradual emancipação do estado de semi-servidão em que até então haviam vivido os trabalhadores dos campos e das cidades, a igualdade perante a lei e o governo representativo, — esses três princípios promulgados pela Revolução e levados em triunfo pelos exércitos revolucionários franceses por toda a Europa, propagavam-se ràpidamente, não só na França como nos demais países até aos confins da Polónia e da Rússia.

Depois da Revolução, que anunciara os grandes princípios de liberdade, de igualdade e de fraternidade, começou a lenta **evolução,** isto é, a paulatina transformação das instituições e a aplicação, na vida diária,

dos princípios cardiais prègados na França nos períodos de 1789-1793. Essa gradual realização, pela via evolutiva, dos princípios que a tormenta revolucionária precedente aclamara, fôra reconhecida como uma lei geral de desenvolvimento das sociedades humanas.

Se a Igreja, o Estado e, até certo ponto, a Ciência, conspurcavam o estandarte altaneiro em que a Revolução inscrevera a gloriosa divisa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, se o acomodatismo com o existente, que era a servidão política e económica, se havia tornado a norma geral da época, invadindo até a filosofia dominante, de Hegel, na Alemanha, e de Cousin, na França, — nem assim os grandes princípios de liberdade deixaram de penetrar profundamente na vida social.

Verdade é que as obrigações servis dos camponeses na Europa oriental, bem como a Inquisição, abolida na Itália e na Espanha pelos exércitos revolucionários, foram restabelecidas. Mas o facto é que um golpe mortal lhes fôra vibrado, pois que nunca mais puderam recobrar o seu antigo poderio.

A vaga libertadora invadira a Alemanha ocidental, depois rolou até à Prússia e ã Áustria em 1848, estendeu-se às penínsulas ibérica e itálica e, marchando òvante para o Oriente, alcançou a Rússia, onde em 1861 fôra abolida a servidão, e em 1878 chega aos países balcânicos. A escravidão desaparecera na América em 1863.

Ao mesmo tempo que esses factos se produziam, as ideias de igualdade de todos perante a lei e de govêrno representativo se propagavam de oéste a léste com notável rapidez, verificando-se que nos finais do século XIX só a Rússia e a Turquia continuavam curvadas ao jugo da autocracia, — valha a verdade já

bastante achacada e irremediavelmente condenada a uma morte fatal (1).

*
* *

Enquanto esses eram os factos palpitantes da história, outros mais notáveis se davam.

Na linha divisória que separa o século XVIII do XIX, encontramos, já dominantes, as ideias de emancipação económica. Imediatamente após o apeamento da realeza pelo povo insurrecto de Paris a 10 de Agosto de 1792, e, sobretudo, depois da queda dos girondinos a 2 de Junho de 1793 (2), deu-se na capital francesa e nas províncias uma irrupção de sentimentos comunistas que, nêsse sentido, levavam à acção directa as várias secções revolucionárias das grandes e pequenas cidades, e até dos municípios, em uma grande extensão da França.

O povo proclamava, alto e bom som, que soara a hora de cessar de ser uma palavra vã a Igualdade, que era já tempo dela entrar no domínio dos **factos concretos.** E como todo o pêso da guerra que a República teve de sustentar contra as monarquias coligadas recaía exclusivamente sôbre os pobres, o povo

(1) — Vide o conclusivo capítulo da nossa obra — LA GRANDE REVOLUTION. — N. do A.
Há uma tradução portuguesa dessa obra, editada pela Gráfico-Editora UNITAS Limitada (S. Paulo).
N. do T.

(2) — Partido republicano moderado que se formou em França em 1791 dos deputados mais eminentes da Gironda. Combateram a MONTANHA, — nome dado aos democratas exaltados da Convenção francesa de 1793, — mas, vencidos, foram quase todos decapitados.
N. do T.

parisiense forçava os representantes da Convenção a tomarem medidas comunistas, igualitárias.

A própria Convenção se viu obrigada, pela grita popular, a agir no sentido comunista adoptando algumas medidas que tendessem à "abolição da pobreza" e ao "nivelamento das fortunas".

Depois que o partido republicano burguês dos girondinos foi apeado do poder pela sublevação de 31 de Maio-2 de Junho de 1793, a Convenção Nacional e o Club Radical burguês dos jacobinos foram compelidos a adoptar disposições, não só tendentes à nacionalização do solo, como do comércio dos objectos de primeira necessidade.

Esse movimento, muito importante, durou, infelizmente, pouco; foi até Julho de 1794, quando a reacção burguesa dos girondinos, pondo-se de inteiro acôrdo com os monarquistas, atingiu o apogeu a 9 do **Thermidor** (1). Ainda que de curta duração, êsse movimento imprimiu ao século XIX o seu carácter específico, — a tendência comunista dos elementos avançados.

Enquanto o movimento de 1793-94 durou, não faltaram, para o exprimir, oradores populares. Porém, entre os escritores da época não houve um sequer em França que désse uma expressão literária racional às aspirações e bases em que o movimento assentava de modo a produzir uma acção duradoura sôbre os espíritos.

*
* *

(1) — O undécimo mês do calendário republicano. Jornada do 9 do Thermidor do ano II (27 de Julho de 1794) foi a data célebre da queda do feroz Robespierre.
N. do T.

Foi nessa altura que William Godwin fêz aparecer em 1793 a sua extraordinária e inesquecível obra intitulada **An Enquiry into Political Justice and its Influence on Public Morality** (Da Justiça Política e da sua Influência sôbre a Moralidade) que o elevou à categoria de primeiro teórico do socialismo sem govêrno, isto é, do Anarquismo, ao passo que Babeuf, sob a influência, ao que parece, de Buonarotti, se apresentava em 1796 como o primeiro teórico do socialismo centralizador, por outra, do socialismo de Estado.

Vieram posteriormente, desenvolvendo os princípios já formulados pelo povo francês nos finais do século precedente, Fourier, Saint-Simon e Robert Owen, os três fundadores do socialismo moderno nas suas três principais escolas, e mais tarde, nos anos quarenta, tivemos Proudhon que, desconhecendo a obra de Godwin, assentava de novo os fundamentos do Anarquismo.

As bases científicas do socialismo nos seus dois aspectos principais: governamental e anti-governamental, — foram elaborados desde os comêços do século XIX com uma abundância de desenvolvimentos lastimosamente ignorada dos nossos contemporâneos. Mas a verdade é que o socialismo moderno, que data da fundação da célebre **Associação Internacional dos Trabalhadores** em 1864, não ultrapassou aquêles egrégios fundadores senão, talvez, em dois pontos, aliás, muito importantes.

Enquanto uma das tendências do socialismo moderno se declarava revolucionária, isto é, afirmava categoricamente que a realização dos seus objectivos sòmente pela revolução social poderiam ser obtidos, sôbre que Fourier, Saint-Simon e Owen não ousaram pronunciar-se, a outra tendência rompia de vez com

a concepção do "Cristo socialista e revolucionário", ideia que, já antes de 1848, se ostentava garbosamente. Esses os dois pontos em que o socialismo moderno difere essencialmente do dos seus primitivos propugnadores.

O socialismo moderno entende, e muito bem, que para realizar as suas aspirações é absolutamente imprescindível a revolução social, não porêm, no sentido em que muitas vezes a palavra "revolução" é empregada quando se fala em "revolução industrial" ou "revolução nas ciências", mas no seu sentido **exacto,** preciso, concreto: o de reconstrução geral e imediata das bases da sociedade.

E sôbre o que fica dito acrescentaremos que o socialismo moderno cessou de mesclar as suas claras concepções com as raras reformas, muito anodinas, de ordem sentimental preconizadas por certos reformadores cristãos. Mas isso mesmo, cumpre salientar o facto, já havia sido feito por Godwin, Fourier e Owen.

Quanto à centralização e ao culto da autoridade e da disciplina, que a humanidade deve principalmente à teocracia e à lei imperial romana, essa superstrutura de um passado obscuro, constituem restos atávicos conservados ainda por uma multidão de socialistas modernos que, porisso mesmo, ainda não atingiram o nível dos seus predecessores ingleses e franceses, — Godwin e Proudhon.

*
* *

Seria difícil dar aqui uma ideia adequada da influência que a reacção, ufanamente campeante depois da grande Revolução francesa, exerceu sôbre o desen-

Foi nessa altura que William Godwin fêz aparecer em 1793 a sua extraordinária e inesquecível obra intitulada **An Enquiry into Political Justice and its Influence on Public Morality** (Da Justiça Política e da sua Influência sôbre a Moralidade) que o elevou à categoria de primeiro teórico do socialismo sem govêrno, isto é, do Anarquismo, ao passo que Babeuf, sob a influência, ao que parece, de Buonarotti, se apresentava em 1796 como o primeiro teórico do socialismo centralizador, por outra, do socialismo de Estado.

Vieram posteriormente, desenvolvendo os princípios já formulados pelo povo francês nos finais do século precedente, Fourier, Saint-Simon e Robert Owen, os três fundadores do socialismo moderno nas suas três principais escolas, e mais tarde, nos anos quarenta, tivemos Proudhon que, desconhecendo a obra de Godwin, assentava de novo os fundamentos do Anarquismo.

As bases científicas do socialismo nos seus dois aspectos principais: governamental e anti-governamental, — foram elaborados desde os começos do século XIX com uma abundância de desenvolvimentos lastimosamente ignorada dos nossos contemporâneos. Mas a verdade é que o socialismo moderno, que data da fundação da célebre **Associação Internacional dos Trabalhadores** em 1864, não ultrapassou aquêles egrégios fundadores senão, talvez, em dois pontos, aliás, muito importantes.

Enquanto uma das tendências do socialismo moderno se declarava revolucionária, isto é, afirmava categoricamente que a realização dos seus objectivos sòmente pela revolução social poderiam ser obtidos, sôbre que Fourier, Saint-Simon e Owen não ousaram pronunciar-se, a outra tendência rompia de vez com a concepção do "Cristo socialista e revolucionário", ideia que, já antes de 1848, se ostentava garbosamente. Esses os dois pontos em que o socialismo moderno difere essencialmente do dos seus primitivos propugnadores.

O socialismo moderno entende, e muito bem, que para realizar as suas aspirações é absolutamente imprescindível a revolução social, não porêm, no sentido em que muitas vezes a palavra "revolução" é empregada quando se fala em "revolução industrial" ou "revolução nas ciências", mas no seu sentido **exacto,** preciso, concreto: o de reconstrução geral e imediata das bases da sociedade.

E sôbre o que fica dito acrescentaremos que o socialismo moderno cessou de mesclar as suas claras concepções com as raras reformas, muito anodinas, de ordem sentimental preconizadas por certos reformadores cristãos. Mas isso mesmo, cumpre salientar o facto, já havia sido feito por Godwin, Fourier e Owen.

Quanto à centralização e ao culto da autoridade e da disciplina, que a humanidade deve principalmente à teocracia e à lei imperial romana, essa superstrutura de um passado obscuro, constituem restos atávicos conservados ainda por uma multidão de socialistas modernos que, porisso mesmo, ainda não atingiram o nível dos seus predecessores ingleses e franceses, — Godwin e Proudhon.

*
* *

Seria difícil dar aqui uma ideia adequada da influência que a reacção, ufanamente campeante depois da grande Revolução francesa, exerceu sôbre o desen-

volvimento das ciências (1). Bastará notar que tudo aquilo de que a ciência moderna tanto se ufana hoje, fôra já indicado, — e bastas vezes mais do que indicado, expresso em forma rigorosamente científica, — nos fins do século XVIII.

A teoria mecânica do calor, a indestrutibilidade da matéria, portanto, do movimento (conservação da energia), a variabilidade das espécies sob a influência directa do meio, a psicologia fisiológica, a interpretação antropológica da história, das religiões e da legislação, as leis da evolução do pensamento, — em resumo, toda a concepção mecânica da natureza, como a elaboração de uma filosofia sintética que compreendesse, em um todo unitário, todos os fenómenos físicos, químicos, vitais e sociais, haviam já sido delineadas, e em parte realizadas, no século XVIII.

Mas quando a reacção se firmou fortemente após o fracasso da Grande Revolução, procurou-se, durante cêrca de meio século, sufocar essas descobertas. Os cientistas reacionários apresentavam-nas como "pouco científicas". A pretexto de se estudarem primeiro "os factos", de acumular "materiais científicos" para serem definitivamente elaborados nas sociedades sábias, chegou-se ao desplante de repudiar as simples investigações que, porventura, não se enquadrassem em processos mensuráveis! Notaveis descobertas, como as de Séguin sénior e de Joule concernentes à determinação do equivalente mecânico do calor (da quantidade de fricção mecânica necessária para obter determinada quantidade de calor) eram,

(1) — Este assunto foi objecto de uma conferência nossa em inglês intitulada **The Development of Science during the Nineteenth Century**, (A evolução da ciência durante o século XIX).

por êsses guardiães da tradição, repelidas se nelas pudiam ver alguma sombra de um princípio novo que lhes desabonasse a arcaica ciência!

Até a própria ROYAL SOCIETY of GREAT BRITAIN, que é a Academia Inglesa das Ciências, recusara imprimir, sôbre o assunto, a extraordinária memória de Joule por achá-la "anti-científica"! E quanto ao notável trabalho de Grove a respeito da unidade de todas as forças físicas, escrito em 1843, não se lhe ligou a mínima importância até 1856!

E' pois necessário ler-se a história das ciências na primeira metade do século XIX se se quiser compreender quão densas eram as trevas que envolveram a Europa nessa caliginosa época!

O véu entenebrecedor depressa foi despedaçado quando, na segunda metade do século findo, sob o impulso do ano revolucionário de 1848, se iniciou no Ocidente europeu o movimento liberal que redundou na insurreição garibaldina, na libertação da Itália, na abolição da escravatura na América, nas reformas liberais na Inglaterra e, alguns anos depois, abolia a servidão e o degradante **knut** na Rússia (1). O mesmo movimento esbandalhou na Europa com a autoridade de que, em filosofia, gozava Schelling e Hegel e que na Rússia, em particular, promoveu aberta revolta contra o servilismo intelectual e o assédio a toda a espécie de autoridade, movimento êste de rebelião que é conhecido pelo nome de niilismo.

Fazendo agora um retrospecto da história intelectual dêsses anos, chega-se à evidência que foi a

(1) — KNUT, — acoute, azorrague, usado na Rússia, composto de tiras de couro com bolas metálicas nas extremidades com que se vergastava os condenados e aplicado, com excepção dos nobres, a todas as demais classes sociais.
N. do T.

propaganda das ideias republicanas e socialistas na terceira e quarta décadas do século XIX, bem como a revolução de 1848, que muito contribuiram para que a ciência pudesse quebrar as algemas que a oprimiam desde o começo da reacção anti-revolucionária pela coalizão das monarquias coligadas contra a República revolucionária francesa de 1789-1793.

* * *

Sem entrar em particularidades, bastará recordar alguns factos. Marc Séguin, há pouco citado, um dos primeiros promotores da teoria mecânica do calor; Augustin Thierry, o historiador que primeiro assentou as bases do regime popular das pequenas repúblicas da idade média, bem como das ideias federalistas da mesma época; Léonard Sismondi, economista e historiador suiço, que fêz a história das repúblicas livres medievas da Itália, foram todos discípulos de Saint-Simon, um dos três fundadores já referidos do socialismo na primeira metade do século XIX; Alfred Russell Wallace, émulo de Darwin, que enunciou, ao mesmo tempo que êste, a doutrina da origem das espécies por via de selecção natural, foi, em sua mocidade, um partidário convicto de Robert Owen; Auguste Comte, o fundador da filosofia positiva, foi sansimoniano; D. Ricardo, economista inglês, como J. Bentham, filósofo e jurisconsulto inglês, foram partidários de Owen; os materialistas Karl Vogt e George Lewes, como Grove, Stuart Mill, Herbert Spencer e tantos outros, foram requestados à influência do movimento radical-socialista dos últimos períodos do século findo e nêsse movimento hauriram a sua audácia cientifica.

O aparecimento, no curto espaço de meia dúzia

de anos, — de 1856 a 1862, — dos trabalhos de Grove, Joule, Berthelot, Helmholtz e Mendéléeff; de Darwin, Claude Bernard, Spencer, Moleschott, e Vogt; de Lyell, sôbre as origens do homem; de Alexander Bain, sôbre a psicologia fisiológica; de Mill, sôbre a lógica indutiva; de Emile Burnouf, sôbre a ciência das religiões; — toda uma pleiade de pensadores surgindo como que de repente com a apresentação de trabalhos, qual dêles o mais notável, produziram uma revolução completa nas concepções fundamentais da ciência.

A ciência viu-se de chofre lançada em vias completamente novas. Com uma rapidez vertiginosa inauguraram-se novos ramos do saber. A ciência da vida (biologia), a das instituições humanas (antropologia e etnologia), a do entendimento, da vontade e das paixões humanas (psicologia fisiológica), a história do direito e da formação das religiões em bases científicas e antropológicas, e, nêsse andar, as demais ciências, surgiram rapidamente ante nossos olhos surpreendendo o espírito pela intrepidez das suas generalizações e pelo carácter revolucionário das suas conclusões.

O que no século XVIII não passara de simples conjecturas, suposições gerais, intuições vagas, se apresentava agora em factos probantes por meio da balança e do microscópio, verificado por milhares de observações e experiências. O próprio modo de escrever, até isso, mudou por completo. Os homens de ciência, os citados acima e outros mais, voltavam-se para a simplicidade, regressavam às normas da exactidão e da beleza de estilo, característicos que são do método indutivo, no que se distinguiram os escritores do século XVIII que haviam rompido, inapelavelmente, com a metafísica.

* * *

Prognosticar em que directriz marchará d'oravante a ciência é impossível. Enquanto os homens de ciência dependerem dos capitalistas e dos governos, como ocorre no presente, a sua ciência levará, inevitavelmente, a estampilha da influência dos ricos e dos governantes, e um período de estagnação, análogo ao que se deu na primeira metade do século XVIII, poderá, talvez, produzir-se de novo. Mas uma cousa é certa, todavia: é que a ciência, tal qual se nos apresenta hoje, não terá necessidade, nem da hipótese dispensada por Laplace, nem das metafísicas meias palavras de que, com razão, Goethe mofou.

Já podemos ler o livro da Natureza, no qual se compreende, não só o desenvolvimento da vida orgânica e inorgânica, como a evolução da humanidade, sem necessidade de recorrer a um hipotético criador, a uma mística fôrça vital ou a uma alma imortal, e muito menos sem precisar de consultar a trilogia de Hegel para, com ela e com os símbolos metafísicos a que atribuimos uma existência que não possuem, ocultar a nossa ignorância. Os fenómenos **mecânicos,** que progressivamente se complicam à medida que passamos do estudo dos factos físicos para o dos factos da vida, bastam amplamente para explicar a Natureza e toda a existência orgânica, intelectual e social em nosso planeta. Sem dúvida que em o universo fica ainda muita cousa de ignoto, de obscuro e de incompreendido; bem sabemos que novas lacunas se abrirão no vasto campo dos nossos conhecimentos na proporção em que as velhas se forem fechando. Não conhecemos, porêm, região alguma dos nossos conhecimentos em que não seja possível encontrar a explicação adequada aos fenómenos que diariamente se nos antolham, quer sejam os mais simples factos físicos, como, por exemplo, no caso do encontro de duas bolas de bilhar ou da queda de uma pedra no solo, quer os fenómenos químicos, quiçá mais complexos. Estes factos, puramente mecânicos, teem sido suficientes até agora para a explicação de todos os fenómenos naturais estudados. Em parte alguma se notou jamais a sua falta e, francamente, não entrevemos a possibilidade de se descobrir algum dia uma esfera em que os factos mecânicos não tenham acção. Nada, até agora, nos autoriza a admitir a sua existência.

IV

A Filosofia Positiva de Auguste Comte

E' evidente que tendo a ciência, por meados do século XIX, obtido os resultados surpreendentes que descrevemos no capítulo precedente, necessário seria empreender a elaboração de uma filosofia sintética que englobasse todos os resultados até então adquiridos, principalmente no domínio das ciências naturais. Sem divagar por mais tempo com os produtos da própria imaginação com que os filósofos distraiam a atenção de nossos antepassados, tais como "as substâncias", a "ideia do universo", "o destino da vida" e outras análogas expressões simbólicas; dando de mão ao **antropomorfismo,** — a tendência em atribuir à Natureza e às forças físicas qualidades e intenções humanas, — era já tempo de intentar a exposição de uma filosofia que fosse como que o sumário sistemático, unificado, raciocinado, de todo o nosso saber.

Uma tal filosofia, elevando-se gradualmente do simples ao composto, estabeleceria, a largos traços, os princípios fundamentais da vida do universo e nos daria igualmente a chave da compreensão da natureza em sua integralidade. Dêste modo teriamos nessa filosofia um poderoso instrumento para largas investigações que nos auxiliaria na descoberta de novas relações entre os diversos fenómenos ou, como se diz actualmente, na verificação de novas leis naturais, nos inspiraria, ao mesmo tempo, a confiança na

exactidão de todas as conclusões científicas por contrárias que, porventura, fossem às noções correntes estabelecidas.

Várias tentativas dessa espécie se fizeram, de-facto, no decurso do século XIX, mas a de Auguste Comte com a sua Filosofia Positiva e a de Herbert Spencer com a sua Filosofia Sintética, — de que adiante daremos conta, — merecem muito da nossa atenção.

Aliás, a necessidade da elaboração de uma filosofia sintética foi entrevista e compreendida pelos enciclopedistas do século XVIII, — por Voltaire no seu memorável **Dictionnaire Philosophique,** até hoje, com justiça, considerada uma obra monumental; por Turgot, o grande economista, e, posteriormente, de maneira mais ampla, por Saint-Simon, o fundador de uma das três grandes escolas de socialismo.

Foi depois dessas tentativas que, com a publicação. na primeira metade do século XIX, da sua vigorosa Filosofia Positiva, o preclaro espírito de Auguste Comte empreendeu a mesma tarefa, porêm de um modo rigorosamente científico e mais adstrito aos progressos das ciências naturais naquêle tempo. A Auguste Comte seguiu-se-lhe o britânico H. Spencer com a sua bem fundada Filosofia Evolucionista, publicada já em plena expansão das ciências naturais no século XIX (1).

*

* *

(1) — Dêstes dois grandes pensadores temos, em língua portuguesa, exposições sumárias de suas filosofias. Para Comte: TEIXEIRA BASTOS, — **Princípios da Filosofia Positiva,** em dois volumes, Porto, 1883. Para Spencer: CALDAS CORDEIRO, — **Summário da Filosofia Evolucionista,** Lisboa 1897.

Com relação às matemáticas e às ciências exactas em geral, Comte saiu-se brilhantemente no tentame. Não se pode deixar de reconhecer que Comte andou magnificamente inspirado em introduzir a ciência da vida (biologia) e a das sociedades humanas (sociologia) no ciclo das ciências positivas classificadas na sua **Filosofia Positiva,** como tambem é notória a formidável influência que, na segunda metade no século XIX, essa imensa obra exerceu sôbre a maioria dos cientistas e pensadores da época.

Mas porque é que Comte, — indagam, não sem razão, os admiradores da obra do portentoso filósofo, os que a teem apreciado em sua inteireza, — se mostrou tão fraco quando empreendeu, na sua segunda obra sôbre a **Política,** o estudo das instituições humanas, especialmente as modernas, e, sobretudo, o da ética? Como é que um espírito tão profundo, de tão vastos e positivos conhecimentos exuberantemente manifestos na sua primeira obra, veiu a constituir-se, no declínio da sua vida, o fundador de uma nova religião e de um certo culto?

Alguns dos mais ardorosos discípulos de Comte procuram em vão conciliar a sua última obra, a que trata da fundação da Religião da Humanidade, com a sua obra primitiva, sustentando, com todas as veras, que o eminente filósofo nada mais fêz que seguir o mesmo método em ambas, — na sua **Filosofia Positiva** bem como na sua **Pólítica Positiva,** — o que não nos parece exacto. E que o não é provaram-no dois de seus mais ilustres discípulos, J. S. Mill e E. Littré, positivistas igualmente, que repudiam a **Política Positiva** de Comte e não a consideram parte integrante da sua grande obra, a Filosofia. Esses dois grandes filósofos não vêem naquela obra outra cousa mais do que o produto de uma inteligência decrépita.

Não há negar a contradição patente, por demais flagrante e característica, das duas obras de Comte, entre a sua **Filosofia** e a sua **Política,** o que nos dá margem a inquirirmos do estado de algumas das mais importantes questões filosóficas e científicas da actualidade.

*
* *

Auguste Comte, ao terminar o seu **Cours de Philosophie Positive** teria, sem dúvida, notado que, nessa sua obra, não havia tocado sequer na questão mais essencial de todas, a saber: a origem do sentimento moral no homem e a influência dêsse sentimento sôbre a vida do mesmo homem e das sociedades humanas. Ora, evidentemente, que em um curso de filosofia positiva seria absolutamente indispensável estudar a origem de um tão importante factor da vida humana, — o sentimento, — e explicá-lo pelas mesmas causas mediante as quais Comte explicava a vida em geral; deveria mostrar-nos porque é que o homem, sem a intervenção de qualquer fôrça sobrenatural, se sente obrigado à influência dêsse sentimento ou, pelo menos, levado a computá-lo devidamente.

O que é extremamente notável é que Comte se situasse no mesmo ponto de vista que, posteriormente, seguira o grande naturalista inglês Charles Darwin quando êste tratou de explicar, em sua extraordinária obra **Descent of Man** (origem do homem), a origem do sentimento moral humano.

Comte inseriu, por certo, no seu SYSTÈME de POLITIQUE POSITIVE ou TRAITÉ de SOCIOLOGIE INSTITUANT LA RELIGION de l'HUMANITÉ, muitas passagens admiráveis que provam não have-

rem escapado à sua atenta observação a extensão da sociabilidade e do auxílio mútuo entre os animais e a importância ética dêsses factores da evolução (1).

Mas, para tirar dêsses factos as conclusões **positivistas** necessárias, os conhecimentos em biologia eram, ao tempo, bastante escassos e, alêm disso, a Comte faltava precisamente a ousadia para o fazer. Suprimiu, é certo, do seu vocabulário filosófico, Deus, a divindade das religiões positivas que o homem deve adorar e a quem orar para obter a graça de ficar um ser moral, mas, em substituição, colocou a palavra HUMANIDADE com H maiúsculo. Ante êsse novo ídolo ordenava-nos êle prostrarmo-nos devotamente e dirigir-lhe as nossas preces a-fim-de desenvolver em nós os sentimentos morais!

E' claro que, uma vez entrado nêsse caminho, reconhecido como necessário que o homem deva adorar qualquer fetiche, colocado fóra e acima do mesmo homem, para manter o animal humano na senda do dever, — o resto viria natural e suàvemente. O ritual da religião comteana encontra-se fàcilmente por entre os rituais das arcaicas religiões procedentes do Oriente.

* * *

(1) — Na primeira edição inglesa dêste estudo não haviamos referido essas passagens da obra de Comte. Foi um amigo nosso, positivista, residente no Brasil, que me chamou a atenção para o facto, citando-me largamente os textos da obra de Comte e até presenteando-me com um belo exemplar pelo que é ocasião azada de lhe testemunhar aqui os meus cordiais agradecimentos. Efectivamente há, na referida obra de Comte, como na sua Filosofia Positiva, páginas e mais páginas cheias de génio e erudição, que constitui um prazer intenso relê-las agora, mórmente depois de uma vida inteira absorta na aquisição de conhecimentos.

N. do A.

Nada de admirar, portanto, que Comte chegasse a tais conclusões, uma vez que não reconhecera que o sentimento moral do homem, como a sociabilidade e a própria sociedade, teem uma origem **pre-humana;** desde o momento que não reconhecia nêsse sentimento uma mera evolução ulterior da sociabilidade animal, robustecido no homem pela observação da Natureza e da vida das sociedades humanas, as conclusões deveriam ser fatalmente aquelas.

Comte não pudera compreender que o senso moral do homem depende tanto da sua intrínseca natureza como da sua organização física as quais são uma herança derivada de um longo processo evolutivo que tem durado de há séculos.

Comte notara, certamente, a existência de sentimentos de sociabilidade e de simpatia recíproca entre os animais, porêm, sob a influência do grande zoologista Cuvier, que, naquêle tempo, era considerado a maior autoridade científica, não admitiu o que Buffon e Lamarck haviam já entrevisto: a variabilidade das espécies, não reconhecera, em-fim, a doutrina, hoje corrente, da evolução contínua que vai do animal ao homem.

Conseguintemente, Comte não vira o que Darwin tão bem compreendera: que o senso moral do homem nada mais é do que uma evolução sucessiva dos instintos, dos hábitos de auxílio mútuo existentes em todas as sociedades animais muito anteriores ao aparecimento na terra dos primeiros especimes com aparência humana.

Pelas mesmas razões, Comte não pôde verificar, como agora estamos habilitados a fazê-lo, que, não obstante os actos imorais de indivíduos isolados, o senso moral na espécie humana perdurará, todavia, instintivamente enquanto a humanidade não entrar

em uma fase de declínio; que os actos contrários a uma moral derivada desta origem natural deverão provocar necessàriamente reacções da parte dos outros indivíduos, tal qual uma acção mecânica que produzirá a sua conseqùente reacção no mundo físico. Que nessa capacidade de reacção contra os actos anti-sociais reside uma fôrça natural capaz de preservar o senso moral e os hábitos sociáveis das sociedades humanas, como os mantem nas sociedades animais, sem qualquer interferência exterior; que, finalmente, essa fôrça é infinitamente mais poderosa do que os mandamentos de qualquer religião ou os éditos dos legisladores.

Nada disto tendo sido admitido por Comte, viu-se êle como que compelido a inventar uma nova divindade, a HUMANIDADE, um novo culto, para manter vivo no homem o senso moral, para o obrigar a enveredar pelo caminho de uma vida moral. Como Saint-Simon, como Fourier, pagou Comte o seu inevitável tributo à educação cristã que haveria recebido e da qual se ressentia. Sem admitir uma luta entre o princípio do Bem e o princípio do Mal, ambos igualmente poderosos, e sem a invocação do homem ao representante do primeiro dêsses princípios para se encouraçar contra as influências insidiosas do representante do segundo, o Mal, — sem todo êsse aparato não seria possível o cristianismo existir, é, talvez, essa a sua condição essencial de vida.

Comte, fòrtemente imbuido dessa concepção cristã da moral, não hesitou em regressar a ela quando topou no seu caminho a questão moral e os meios de robustecê-la nos sentimentos do homem. O culto da Humanidade devia servir-lhe magnificamente para afugentar do homem o poder nefasto do Mal.

V

O vigoroso impulso científico de 1856-1862

Se, na verdade, Auguste Comte faliu no seu estudo a respeito das instituições humanas e, sobretudo, no tocante às origens da moralidade, cumpre, entretanto, não esquecer que êle escreveu os seis volumes do seu Curso de Filosofia Positiva nos anos que decorrem de 1830 a 1842 e os quatro do seu Sistema de Política Positiva de 1851 a 1854, portanto, muito antes do período áureo do despertar do espírito científico que se operou de 1856 a 1862 em que, de maneira nunca vista, ruidosa e rapidamente, se dilataram os horizontes da ciência e se procurava elevar o nível das concepções gerais de todo o homem culto.

A série de obras importantes concernentes a diversos ramos das ciências que se publicaram no decurso dessa meia dúzia de anos produziram uma tal revolução no modo de interpretar a Natureza, sôbre a vida em geral e as actividades das sociedades humanas, que não há memória de tamanha revolução em toda a história das ciências nos últimos vinte séculos.

O que os enciclopedistas mal vislumbraram ou obscuramente pressentiram, o que as mais fulgurantes inteligências da primeira fase do século XIX haviam, com incalculáveis dificuldades, lobrigado, fêz-se repentinamente matéria de conhecimento, tornou-se certeza positiva exuberante em resultados apreciáveis. De notar é, porêm, que êsses novos conhecimentos

foram tão belamente concatenados, de maneira tão completa e em forma tão compreensiva, graças à aplicação do método científico indutivo-dedutivo, que ficou cabalmente demonstrado ser o emprêgo de outro, que não êsse, falso, incompleto e absolutamente estéril.

Analisemos, rapidamente que seja, êsses resultados para melhor nos habilitarmos a apreciar a grande tentativa que o genial Spencer levou a cabo com a publicação da sua exaustiva filosofia evolucionista ou sintética.

*
* *

No transcurso dêsses notáveis seis anos, Grove, Helmholtz, Joule, e toda uma falange de físicos e astrónomos em cujo número devemos incluir Kirchhoff que, pela sua surpreendente descoberta de análise química espectral, nos permitiu reconhecer a constituição química das estrêlas, isto é, dos sóis mais distantes de nós, quebraram o encanto que, durante mais de meio século, reinou entre os homens de ciência privando-os de se aventurarem a vastas e ousadas generalizações físicas. E, dentro de poucos anos, provaram e estabeleceram êles à saciedade **a unidade da natureza em todo o mundo inorgânico,** compreendendo os astros mais longínquos com o seu séquito de planetas.

Daí por diante, a menos de querer ficar retrógrado, não era já possível falar em "fluidos", — calórico, magnético, eléctrico ou de qualquer outra espécie, — a que os físicos de antanho haviam recorrido para explicar as diferentes fôrças físicas. Provou-se à evidência que os movimentos mecânicos das moléculas, tanto os que produzem as vagas marítimas como os que se descobrem nas vibrações de um sino, de uma lâmina metálica ou de um instrumento musical, bastam para explicar todos os fenómenos físicos: o calor, a luz, o som, a electricidade e o magnetismo.

Foi-se mesmo além. Aprendemos a **medir** êsses movimentos invisíveis vibratórios das moléculas, conseguiu-se, por assim dizer, pesar a sua energia da mesma maneira que medimos a energia do movimento de uma pedra atirada de certa altura ou de um combóio em andamento. A física, afinal, tornou-se um mero ramo da mecânica.

Sôbre tudo isso, demonstrou-se, no decurso dêsse memorável período de meia dúzia de anos, que nos mais distantes corpos celestes, nas miríades de sóis que povoam a via láctea, se encontram exactamente os mesmos corpos simples químicos, ou elementos, que encontramos na terra e que se dão nêles as mesmas vibrações moleculares que se produzem em nosso planeta com resultados físicos e químicos absolutamente idênticos.

E, com todos os visos de probabilidade, julga-se hoje que os movimentos das massas celestes, dos astros que percorrem o espaço conforme as leis da gravitação universal, não serão outra cousa mais do que as resultantes de todas essas vibrações transmitidas em todas as direcções a biliões e milhões de milhas através dos espaços interstelares do universo.

*
* *

Essas mesmas vibrações calóricas e eléctricas bastam para explicar todos os fenómenos químicos.

A química mesmo, em síntese, não passa de um capítulo da mecânica molecular. A vida, em suas inúmeras manifestações, inerente às plantas e aos animais, se resume em uma troca de moléculas, ou melhor de átomos, na vasta série de corpos químicos, facilmente decomponíveis, — instáveis pela sua extrema complexidade, — de que se compõem os tecidos vivos de todos os sêres animados. A vida, portanto, nada mais é do que uma série de decomposições e recomposições químicas nas moléculas complexíssimas, em resumo, uma série de fermentações devidas a fermentos químicos inorgânicos.

Como se tudo isso não bastasse, ainda nessa época se descobriu, o que depois, na década de 1890-1900, ficou plenamente comprovado, que o processo vital das células do sistema nervoso consiste igualmente em uma série de permutações químicas nas moléculas celulares e que a capacidade de transmissão de uma a outra célula nervosa de vibrações moleculares e transmissões químicas, nos fornecem já uma explicação **mecânica** da vida psíquica nos animais e da propagação das excitações nas plantas.

O resultado dessas investigações é, sem dúvida, imenso. Graças a elas, podemos agora, sem sair do domínio dos factos puramente fisiológicos, compreender como se produzem e se gravam em nosso cérebro as imagens e as impressões em geral, como se geram as concepções e as ideias. Estamos hoje, mais do que nunca, habilitados a compreender o mecanismo da chamada associação das ideias, isto é, como cada nova impressão faz surgir as impressões antigas apagadas. Logramos, com tais descobertas, erguermos um pouco o véu que encobria o mecanismo do pensamento.

* * *

Estamos, de-certo, em semelhante ramo do saber, muito longe da posse do conhecimento, mal ensaiamos os primeiros passos; o que nos resta descobrir é imensamente vasto. A ciência, ainda mal liberta da metafísica que a tem estrangulado, apenas assoma o estudo dêsse imenso domínio que é a psicologia física. Mas os primeiros passos estão dados. Sólidas bases estão desde já assentes para as investigações ulteriores.

A antiga divisão na ordem dos conhecimentos em dois domínios absolutamente distintos que o filósofo alemão Kant pretendeu estabelecer, — o dos fenómenos que investigamos, segundo a sua classificação, "no tempo e no espaço" (o domínio físico), e o dos fenómenos que só são investigáveis "no tempo" (o domínio dos fenómenos mentais), — tende a desaparecer.

A questão proposta um dia pelo fisiologista russo materialista, o professor Syetchenoff: "a que filiar e como estudar a psicologia?" — a resposta categórica não se faz esperar: "à fisiologia e unicamente pelo método fisiológico!" Incontestàvelmente que as recentes investigações dos fisiologistas teem projectado infinitamente mais luz sôbre o mecanismo do pensamento, sôbre a origem das impressões e a sua fixação na memória e sua transmissão do que todas as subtis discussões com que os metafísicos nos teem recreado o espírito durante séculos.

Assim, mesmo na fortaleza que dantes era exclusivamente sua, a metafísica bate em retirada. As ciências naturais por um lado e a filosofia materialista por outro, que com uma rapidez incrível, inteiramente desconhecida do passado, tanto fizeram avançar os nossos conhecimentos na matéria debatida, in-

vadem hoje vitoriòsamente os domínios, outrora reservados à metafísica, da psicologia.

*
* *

Todavia, entre as obras que apareceram nessa meia dúzia de anos, nenhuma iguala a **Origin of Species** (a origem das espécies) de Charles Darwin, tão profunda foi a influência que exerceu sôbre os espíritos.

Já Buffon no século XVIII e Lamarck nos comêços do XIX haviam ousado sustentar que as diferentes espécies de plantas e animais que povoam a terra não representam formas imutáveis. As espécies são variáveis, sob a acção do meio ambiente mudam continuamente. As próprias semelhanças genealógicas de família que se notam nas diferentes espécies pertinentes a um dado grupo, — assim o afirmavam êsses ilustres naturalistas, — provam que tais espécies descendem de um progenitor comum. Assim as diferentes espécies de rainúnculos, que habitualmente deparamos nos prados e nos pântanos, são necessàriamente os descendentes de uma mesma e única espécie de antepassados, descendentes êstes que se teem diversificado por efeito de uma série de variações e adaptações por que passaram em suas várias condições de existência.

Idêntico fenómeno se dá com as actuais espécies de lobos, cães, chacais, raposas, que, em tempos remotos, não existiam, havendo, entretanto, em seu logar uma espécie de outros animais da qual, no decorrer dos tempos, se originaram diversas classes que são hoje os lobos, os cães, os chacais e as raposas nossos conhecidos. Para o que concerne, por exemplo, ao cavalo, ao jumento, à zebra, etc., conseguiu-se determinar perfeitamente o antepassado comum pela descoberta das ossamentas respectivas nas camadas geológicas.

No século XVIII era, porêm, perigoso professar semelhantes "heresias". Por muito menos fôra já Buffon perseguido pelo tribunal eclesiástico que o obrigara, a quando da publicação da sua **História Natural**, a retratar-se das suas ousadas afirmações a respeito da evolução geológica da terra. Por essa época a Igreja dispunha de todo o poder e o naturalista que, porventura, ousasse sustentar heresias daquêle jaez, que vinham, naturalmente, solapar a sua histórica autoridade, era inevitavelmente ameaçado de prisão, de tortura e, quando menos, encerrado em um hospício de loucos! Tal o motivo porque os "heréticos" da primeira metade do século XIX falavam com tanta prudência e reserva.

Porêm logo, na segunda metade do século findo, após a revolução de 1848, Darwin e Wallace puderam ousadamente afirmar a mesma heresia. Darwin não temeu acrescentar que o homem era igualmente o produto ancestral de uma lenta evolução fisiológica cuja origem se encontra em uma espécie de animais semelhantes aos quadrumanos conhecidos, que a chamada "alma imortal" e o "senso moral" do homem se haviam desenvolvido anàlogamente à inteligência e aos instintos sociais de um chimpanzé ou de uma formiga.

Ninguem por-certo ignora os fulminantes anátemas que os magnatas das diversas igrejas fizeram dardejar sôbre a cabeça de Darwin e, especialmente, sôbre a de seu corajoso, sábio e ardoroso discípulo Huxley que tanto se notabilizou pelas conclusões que magistralmente soube extrair da doutrina darwinista.

as quais, na verdade, foram a total ruína dos sacerdócios de todas as religiões.

A luta foi, sem dúvida, terrivel, mas os darwinistas, como não podia deixar de ser, sairam dela vitoriosos e desde então uma nova ciência, — a biologia, — a ciência da vida em todas as suas manifestações, se fundou e desenvolveu enormemente às nossas vistas como é demasiado sabido.

A doutrina da origem das espécies por via descendente é hoje um facto tão firmemente estabelecido e reconhecido que até os próprios sacerdotes das várias religiões a aceitam sem contestação, apenas tratam de a acomodar ao princípio teológico da Revelação.

*
* *

Assim a obra de Darwin forneceu-nos uma nova interpretação e um novo método de investigação que nos habilitam para uma mais exacta inteligência da complexidade dos fenómenos, método que tanto se aplica à vida da matéria física como à vida dos organismos e das sociedades em sua evolução.

A ideia de um contínuo desenvolvimento, de uma progressiva evolução e de uma gradual adaptação dos indivíduos e das sociedades às novas condições na medida que estas se modificam, — essa ideia fundamental encontrou uma aplicação muito mais larga que a que, até então, pretendia explicar a origem das espécies. Quando essa concepção se aplicou ao estudo da Natureza em geral e, em particular, ao estudo do homem, das suas faculdades e das instituições sociais, verificou-se que novos horizontes se abriam às nossas vistas permitindo explicar, no domínio de todos os ramos do saber, os factos mais incompreensíveis e os mais difíceis problemas. Baseando-se nêsse princípio, tão rico de conseqüências, foi possível reconstituir, não sòmente a história dos organismos, mas a própria história das instituições humanas.

A biologia, manobrada por Spencer, evidenciou-nos perentòriamente como todas as espécies de plantas e de animais puderam desenvolver-se oriundas de uns poucos organismos que povoavam a terra no seu início e Haeckel pôde traçar o admirável esquema de uma árvore genealógica, mais do que provável, das diferentes classes de animais em que é abrangido o homem. Resultado imenso êsse a que veio juntar-se o dos primeiros fundamentos sólidos, científicos, da história dos hábitos, dos costumes, das crenças e das instituições humanas, conhecimento, aliás, que faltava absolutamente aos filósofos do século XVIII e, especialmente, a Auguste Comte. Essa história, — a das sociedades humanas, das várias instituições sociais e das religiões, — a podemos agora escrever norteando-nos pelo fecundo princípio da evolução sem necessidade de recorrermos às fórmulas metafísicas de Hegel, sem ser preciso apelar para as "ideias inatas", para uma revelação exterior e superior ou ainda para as "substâncias" de Kant.

Podemos reconstituir naturalmente essa história sem necessidade alguma de invocarmos fórmulas vasias de sentido que foram a morte de todo o espírito investigador e por detrás das quais se ocultavam, como por entre nuvens, a mesma ignorância, a crassa ignorância de sempre, as mesmas superstições do passado, a mesma fé cega de outrora.

Graças, de um lado aos trabalhos de naturalistas de renome, de outro aos de Henry Maine e seus continuadores que souberam notòriamente aplicar o mes-

mo método científico ao estudo das instituições primitivas e das leis de que elas derivam a sua origem, foi possível, durante os últimos cincoenta anos, estabelecer a história do desenvolvimento das instituições humanas em bases tão firmes como hoje está a história do desenvolvimento de qualquer espécie vegetal e animal.

*
* *

Seria, de-certo, injusto esquecer nesta resenha o trabalho imenso já realizado antes dessa época, na terceira década do século XIX, pela escola de Augustin Thierry na França, pela de Maurer e dos "germanistas" na Alemanha de que foram continuadores, entre tantos outros, Kostomaroff e Bélayeff na Rússia. O conceito da evolução fôra já certamente aplicado, desde o tempo dos enciclopedistas, ao estudo dos costumes e das instituições, bem como ao das línguas.

Mas só se puderam obter resultados exactos, científicos, depois que os homens de ciência entraram de considerar os factos históricos do mesmo modo por que um naturalista considera o desenvolvimento gradual dos órgãos de uma planta ou o de uma nova espécie.

As fórmulas metafísicas, na época em que dominavam, poderiam, até certo ponto, contribuir para algumas parcas generalizações. Tanto ou quanto, serviram para despertar algumas inteligências coactas e estimular o pensamento com suas vagas alusões à unidade da natureza e da vida incessante que lhe é inerente. No tempo em que a reacção atingira o seu ápice, como foi o caso nas primeiras décadas do século

XIX, quando as generalizações indutivas dos enciclopedistas e dos seus predecessores ingleses e escoceses começavam a declinar, nêsses tenebrosos dias em que se carecia de coragem moral para falar, em face do misticismo então triunfante, da unidade da natureza física e "espiritual", — valor moral que faltava aos filósofos do tempo, — as poéticas concepções de alguns pensadores franceses e a metafísica nebulosa dos filósofos alemães tiveram, pelo menos, o condão de despertar o gôsto das generalizações.

Porêm, as generalizações dessa época, estabelecidas umas pelo método puramente dialético, outras por uma semi-consciente indução, eram, por sua própria natureza, de uma desesperadora vacuidade.

As primeiras, derivadas do método dialético, no fundo não passavam de asserções ingénuas, muito semelhantes às formuladas pelos pensadores gregos da antiguidade quando afirmavam que os planetas devem **necessàriamente** percorrer o espaço através dos círculos concêntricos pelo facto de ser o círculo, na sua opinião, a curva mais perfeita. O carácter simplista de tais afirmações, carecedoras de provas, não impressionava toda a gente; eram aceites simplesmente porque se forravam de raciocínios vagos e de uma ôca fraseologia servida por um estilo empolado, grotesco e absurdo a mais não poder ser.

As segundas das generalizações mencionadas, originadas de uma indução semi-consciente, foram sempre baseadas em uma série extremamente limitada de observações. Como tipo dessas generalizações mal elaboradas, com quanto largas, citaremos as de Weismann, que tanto ruído produziram nas fileiras dos biologistas contemporâneos. Era então fàcilmente exagerado o valor dessas generalizações, demasiado hipotéticas, tão sòmente baseadas na indução semi-con-

sciente já referida, que se pretendia apresentar como leis indiscutíveis quando, afinal, mais não eram do que meras hipóteses, simples suposições, germes de generalizações carecedoras de verificação experimental pela comparação dos seus resultados com os factos observados para serem admitidas como verdades inconcussas.

Todas essas generalizações, em resumo, expressas em fórmulas abstractas e ennevoadas, como, por exemplo, as famosas "tese, antítese e síntese" de Hegel, só tiveram por efeito dar plena liberdade ao franco arbítrio para deduzir delas as conclusões mais contraditórias que é possível imaginar. Como ilustração diremos que delas tanto se pode deduzir, — o que, aliás, já foi pràticamente feito, — o espírito revolucionário de um Bakunine, a revolução de Dresden, o jacobinismo revolucionário de Marx, como a "sanção do existente" de Hegel, que levou tantos autores a pretender a "paz com a realidade", por outras palavras, a justificação da autocracia.

Em conseqüência da sua predilecção pelo método dialético e pela metafísica económica, em vez de se aplicarem ao estudo dos factos concretos da vida económica dos povos, bastaria referir os numerosos e crassos erros, económicos em que os marxistas incidiram.

VI

Herbert Spencer e a sua filosofia sintética

Quando o estudo da antropologia, que o mesmo é dizer da evolução fisiológica do homem e do desenvolvimento das suas instituições sociais e religiosas, se fêz conforme os métodos aplicados às ciências naturais, foi, em-fim, possível traçar as linhas essenciais da história da humanidade, abandonando para sempre a metafísica que até então só havia obstruido o estudo da história tal como a tradição bíblica obstruira outrora o estudo científico e o progresso da geologia.

Nêsse estado de cousas seria de supôr que quando o genial Spencer, na segunda metade do século XIX, empreendeu, por sua vez, a elaboração de uma filosofia sintética lograria fazê-lo sem cair nos erros que caracterizam a POLÍTICA de Auguste Comte a que já nos referimos.

Não obstante a **Filosofia Evolucionista** de H. Spencer constituir na verdade um notável avanço nos domínios do pensamento, pois que nela, de-facto, não se enquadra qualquer nova religião ou culto, contêm, todavia, na sua parte sociológica, dislates tão graves como os que se observam na **Política Positiva** de Comte.

E' um facto incontroverso que, ao tratar da psicologia das sociedades, depois de haver examinado

com admirável precisão a substância do nosso conhecimento no tocante às ciências físicas, à biologia e à psicologia em geral, Spencer não soube, no estudo daquêle ramo do saber, permanecer fiel ao seu rigoroso método científico e assim não ousou enfrentar as conseqüências a que, fatalmente, o levariam a estrita adopção dêsse método.

Assim, para citar um exemplo, Spencer reconhece plenamente que o solo nunca devera ser propriedade de quem quer que fosse, como admite que o proprietário do solo, pelo facto do direito que lhe assiste de elevar a seu bel-prazer o preço de locação da terra, poderá impedir os seus naturais cultivadores de extrair dela tudo o que, por meio de uma cultura intensiva, poderiam obter, ou, em sentido contrário, terá a faculdade, consoante as suas conveniências, de conservar incultas as terras aguardando uma oportunidade em que o preço do hectare suba por via do trabalho de outrem e do progresso realizado na região que venham a promover a valorização dos terrenos adjacentes.

Spencer reconhece expressamente que um tal sistema é, sôbre nocivo à sociedade, prenhe de perigos vários. Pois, a-pesar-de reconhecer, no que respeita à terra, todos estes males não ousou, entretanto, aplicar os mesmos raciocínios a respeito das outras riquezas acumuladas, como as minas e as docas, para não incluir nêsse número as usinas e as fábricas que estariam, naturalmente, no mesmo pé daquelas.

Se no domínio das ciências naturais não hesitou Spencer em proclamar opiniões absolutamente contrárias às sustentadas durante séculos infindos pelo espírito religioso, no terreno das ciências sociológicas não teve a coragem necessária para aceitar as conse-

qüências lógicas que os seus admiráveis argumentos naquêle campo impunham.

Outro exemplo frisante. Spencer, na fase áurea do seu pensamento, bateu-se energicamente contra a interferência do Estado na vida das sociedades e a uma das suas mais notáveis obras deu êle o título que por si encerra todo um programa social revolucionário: **O Indivíduo contra o Estado** (The Man versus State). Pouco a pouco, porêm, sob o falso pretexto de salvaguardar as funções **protectoras** do Estado, reconstitui-o inteiramente tal qual hoje existe, apenas com mui poucas e tímidas restrições.

*
* *

Essas, e outras contradições do mesmo género, encontram fácil explicação no facto de haver Spencer planeado a parte sociológica da sua filosofia, ao tempo em que era notória a influência do partido radical inglês, antes de haver escrito a parte referente às ciências naturais.

Com efeito, Spencer escreveu a sua **Estática Social** em 1851, no período em que o estudo antropológico das instituições humanas estava ainda no seu início. Porêm, como quere que fosse, o resultado foi que Spencer, como Comte, não empreendeu, como um naturalista o faria, sem ideias preconcebidas hauridas em fontes diversas das que as ciências exactas fornecem, o estudo daquelas instituições pelo que elas valem em vista da sua finalidade.

Preciso é não esquecer que quando Spencer elaborou a sua filosofia das sociedades, isto é, da Sociologia, enveredou pela aplicação de um novo método, sem dúvida o mais ardiloso de todos quantos podiam

ser usados, — o das semelhanças ou das analogias, — do qual, no estudo dos factos de natureza física, jamais fizera aplicação. O emprêgo dêsse método permitiu-lhe justificar uma massa considerável de ideias preconcebidas e o resultado de tais concessões é não possuirmos ainda hoje uma filosofia sintética da natureza assente em bases idênticas que servissem tanto as ciências naturais como as sociológicas.

Preciso é tambem que se diga que Spencer foi talvez o homem menos apto para interpretar as instituições primitivas dos selvagens que constituem a parte substancial de toda a sociologia. A êste respeito Spencer exagerava mesmo o êrro comum à maioria dos seus compatriotas, — o de não compreender os usos e costumes das outras nações. "Nós, os ingleses, somos os homens do direito romano, ao passo que os irlandeses são o povo do direito consuetudinário, isto é, da lei comum, não escrita: eis porquê não nos compreendemos", dizia-nos em certa ocasião James Knowles, o director da NINETEENTH CENTURY, homem de vasta erudição, bastante perspicaz nas suas observações. Mas essa incapacidade de compreender uma civilização diferente sobe de ponto quando se trata do que os ingleses chamam "raças inferiores".

Foi êsse precisamente o caso de Spencer. Era absolutamente incapaz de compreender o selvagem no seu respeito para com a tribu e as regras desta para com aquêle, a "vingança sangrenta" que o heroi de um saga da Islândia considerava dever sagrado, ou ainda a vida interna, agitada, e porisso mesmo mais progressiva, das cidades da idade média. As concepções do Direito e da Lei, que prevaleceram nesses estados de civilização, foram absolutamente estranhas para Spencer. Spencer, nessas fases his-

tóricas da humanidade, só viu selvajaria, barbarismo, crueldade, e nessa falsa compreensão dos factos sociais dessas épocas êle representava inegavelmente um recúo sôbre Auguste Comte que, nêsse particular, melhor compreendera a importância da idade média no desenvolvimento progressivo das instituições, — ideia, aliás, depois de Comte, votada ao olvido na França.

*

* *

Além disso, — e êste é de todos os erros talvez o mais importante, — Spencer, como Huxley e outros mais, interpretou falsamente o significado do princípio natural da "luta pela existência". Concebia-a, não só como uma luta entre diversas espécies de animais (lobos devorando lebres, certas espécies de aves alimentando-se de insectos, etc.), mas tambem como uma luta feroz pelos meios de existência e pela conquista de um logar na terra **no seio de cada espécie** entre todos os indivíduos da mesma espécie. Ora, na realidade semelhante luta, como a expõe Spencer, e tantos outros naturalistas, não existe entre os animais e muito menos entre os primevos selvagens. E' claro que uma vez admitida esta concepção pelo célebre filósofo, todas as suas conclusões sociológicas haveriam de ressentir-se dessa falsa suposição.

A questão de saber até que ponto o próprio Darwin foi responsável dessa concepção errónea da luta pela existência, não cabe aqui discutirmos (1). Certo é, porêm, que quando Darwin publicou a sua obra

(1) — Vide a nossa obra **Mutual Aid, vertida** em francês sob o título **L'Entr'aide** (Paris, Hachette). Sôbre o assunto em questão, como Darwin foi levado a mudar de opinião e a admitir finalmente a **acção directa do meio** na evolução de

A Descendência do Homem (Descent of Man), doze anos após a sua **Origem das Espécies** (Origin of Species), adoptou vistas mais largas e mais exactas da luta pela existência que substituiam vantajosamente o primitivo conceito de uma luta encarniçada entre todos os animais de uma mesma espécie, ideia esta expressa na sua primeira grande obra escrita com o propósito de provar a importância da selecção natural na origem das espécies novas.

Na sua segunda obra sôbre a **Descendência do Homem** deixou escrito que "as espécies animais que contam maior número de indivíduos mutuamente simpáticos teem as maiores probabilidades de sobrevivência e de larga progénie" e, dêsse modo, evidentemente, ia de encontro à sua primeira concepção da luta pela existência. Ao mesmo tempo Darwin desenvolvia a ideia de ser o instinto social em cada animal um instinto muito mais forte e muito mais permanente e activo do que o instinto de preservação pessoal. Ora isto é bem diferente do que nos contam os pseudo darwinistas.

*
* *

Os capítulos que Darwin, na sua memorável obra **The Descent of Man,** consagrou ao desenvolvimento da ética baseada nos hábitos sociais dos animais antecessores do homem, podem considerar-se como o ponto de partida para a elaboração de uma concepção,

novas espécies, consultem-se os nossos estudos sôbre a selecção natural e a acção directa publicados na revista inglesa **Nineteeth Century,** números de Julho, Novembro e Dezembro de 1910 e Março de 1912.

N. do A.

prodigiosamente rica de conseqüências, sôbre a natureza e a evolução das sociedades humanas, o que, de-resto, já o grande Gœthe pressentira. Passaram, porêm, como brancas nuvens, essas notáveis páginas de Darwin. Só em 1879, por uma conferência pronunciada pelo eminente zoólogo Kessler, é que travamos conhecimento com uma concepção clara das relações que a Natureza nos evidencia entre o princípio da luta pela existência e o auxílio mútuo. "Para a evolução progressiva das espécies, — disse o notável professor russo citando fartos exemplos, — **"a lei do apoio mútuo** tem muito mais larga acção e importância do que a lei da luta recíproca".

Dois anos mais tarde, Lanessan dava em Paris a sua memorável conferência sôbre **a luta pela existência** (1) e logo depois Büchner (2) publicava a sua belíssima monografia sôbre o **Amor** na qual mostrava a importância do factor **simpatia** entre os animais como elemento imprescindível do desenvolvimento das primeiras concepções éticas, sendo apenas de lamentar que o notável professor materialista, apoiando-se exclusivamente no amor filial e na compaixão, limitasse a esses aspectos o círculo de suas sábias investigações.

Em nossa já referida obra **Mutual Aid** (O Apoio Mútuo) foi-nos relativamente fácil aduzir provas e desenvolver as magníficas ideias expendidas por Kess-

(1) — J. L. De Lanessan, — **La Lutte pour l'Existence et l'Association pour la Lutte; étude sur la doctrine de Darwin.** Conferência dada em Paris a 5 de Abril de 1881. Edição da livraria O. Doin, vol. de 80 pags.

(2) — De Ludwig Büchner existem em versão portuguesa as seguintes três notáveis obras: **Fôrça e Matéria, O Homem segundo a Ciência, Luz e Vida.**

N. do T.

ler e estendê-las ao homem baseando-nos em exactas observações da Natureza levadas a cabo pelos melhores zoologistas e nas investigações modernas àcêrca da história das várias instituições humanas.

O auxílio mútuo entre os animais é não sòmente a arma mais eficaz na luta pela existência contra as fôrças hostis da Natureza e as espécies inimigas, como **constitui o principal instrumento da evolução progressiva.** Mesmo para os animais mais fracos, a prática do apoio mútuo garante-lhes a longevidade, conseqüentemente fornece-lhes uma maior soma de experiências úteis, a segurança da sua progenitura e do seu progresso intelectual. Daí se deduz que as espécies animais que melhor praticam o apoio mútuo não só sobrevivem, na luta pela existência, mais facilmente do que as outras, como ocupam uma posição mais elevada, cada uma em sua respectiva classe, — insectos, aves, mamíferos, — pela manifesta superioridade da sua estrutura física e da sua inteligência.

A observação dêsse facto fundamental da Natureza escapara inteiramente a Spencer até 1890. Aceitou, como princípio incontroverso que, porisso, não necessita de ser provado, isto é, como um axioma, a luta pela existência no seio de cada espécie: a luta desesperada, como se o fôra a ferro, a fogo e a sangue, por um pedaço de pão ou de carne. A natureza, "tinta do sangue dos gladiadores", na expressão do poeta inglês Tennyson, — tal foi a imagem que do mundo animal Spencer formulou. Só em 1890, em um artigo da **Nineteenth Century,** é que o eminente filósofo britânico começou a compreender, até certo ponto, a importância do apoio mútuo, ou melhor, do sentimento de simpatia recíproca, no mundo animal e cogitou em recolher os dados precisos e as observações correlatas que amplamente confirmavam o princípio enunciado. Mas até então, até ao seu falecimento, o homem primitivo ficou para Spencer a besta feroz de sua imaginação que não teria sobrevivido a não ser arrancando à fôrça, com unhas e dentes, o último pedaço de alimento ao seu concorrente.

E' evidente que, uma vez adoptada como fundamento de suas cogitações uma tão falsa premissa, Spencer não poderia ter elaborado a sua filosofia evolucionista sintética sem cometer a série de lamentáveis erros que se notam, sobretudo, na sua sociologia.

VII

Herbert Spencer e a sua filosofia sintética

Herbert Spencer, nascido em 1820 e falecido em Dezembro de 1903, era do número daquêle grupo brilhante de sábios a que na Inglaterra pertenciam Darwin, Lyell, Stuart Mill, Bain, Huxley, etc., que tão poderosamente contribuiu, no período de 1860-1870, para o maravilhoso despertar das ciências naturais e para o triunfo do método indutivo.

Por outro aspecto da sua personalidade, Spencer filia-se ao partido dos radicais ingleses como o eram Carlyle, Ruskin, George Eliot, os quais, por um lado sob a influência de Robert Owen, dos partidários de Fourier e de Saint-Simon e, por outro, do radicalismo político dos "cartistas" (1), imprimiram um carácter radical, ligeiramente colorido de socialismo, ao movimento das ideias na Inglaterra durante a década de 1860-1870.

Spencer iniciou a sua vida pública como engenheiro dos caminhos de ferro, mais tarde como escritor economista. No período de 1848-1852 trava re-

(1) — CARTISMO — Foi um movimento liberal inglês do século XIX. caracterizado por certa dose de socialismo e que reivindicava a elaboração de uma constituição democrática liberal para a Inglaterra.

N. do T.

lações de amizade com o célebre fisiologista inglês George Lewes e sua inteligente companheira, a autora de **Felix Holt** e **Adam Bede** e outros romances de carácter radical escritos sob o pseudónimo de George Eliot. Esta mulher notável, a quem a hipocrisia inglesa nunca perdoou o haver abertamente desposado Lewes sem a menor interferência da Igreja ou do Estado, exerceu sôbre Spencer uma profunda influência.

Foi nessa época, — 1850, — que Spencer escreveu a sua melhor obra de sociologia, **A Estática Social** (Social Statics), **ou especificação e análise das condições essenciais à felicidade humana.** Nêsse tempo o autor não nutria o respeito mesquinho pela propriedade burguesa e não alimentava o desprêzo pelos vencidos na luta pela vida que se nota nas suas obras posteriores. Naquela obra, em que se observa um grande sôpro de idealismo, pronunciava-se Spencer decididamente pela nacionalização do solo.

Verdade é que Spencer jamais perfilhou o socialismo de Estado de Louis Blanc ou o colectivismo de Vidal e de Pecqueur e de seus continuadores alemães. Já anteriormente, em 1842, desenvolvera magistralmente as suas ideias anti-governamentais na obra a que dera o título: **A Esfera Própria do Govêrno.** Nela reconhecia plenamente a ideia que o solo deveria pertencer à nação e na citada **Estática Social,** de sua autoria, deparamos expressivos passos em que se sente a propugnação do comunismo.

Anos depois fez uma revisão dessa obra em que atenuou a positividade desses passos. A-pesar-dessa modificação subsistiu-lhe sempre, até aos últimos anos de vida, a revolta contra os açambarcadores do solo, assim como contra toda a espécie de opressão económica, política, intelectual ou religiosa. Protes-

tou sempre contra a política "sem princípios" dos reaccionários. A quando da guerra contra os **boers** (1) não hesitou em se pronunciar claramente contra a agressão inglesa e ainda alguns meses antes da sua morte se declarava estrénuo inimigo do proteccionismo preconizado pelo aventureiro político que foi Chamberlain (2).

*

* *

O serviço principal da obra de Spencer não está, todavia, na sua **Estática Social.** Está na elaboração da sua **Filosofia Sintética,** (cujo vasto programa pode ser examinado no introito do primeiro volume da obra, — **First Principles,** — Primeiros Princípios), a qual, depois da obra de Comte, pode ser considerada como a principal obra filosófica do século XIX.

Os filósofos do século XVIII, sobretudo os enciclopedistas, haviam já tentado construir uma filosofia sintética do Universo que fosse um resumo de tudo o que é essencial saber a respeito dos conhecimentos humanos acêrca da Natureza e do homem: sôbre os planetas e as estrelas, as forças físicas e químicas, — ou, digamos melhor, sôbre os **movimentos** físicos e químicos das moléculas, — os fenómenos da

(1) — Antigos habitantes do Transvaal que formavam uma próspera República Sul-Africana cujo solo, possuidor de ricas minas de ouro e diamantes, fôra, porisso mesmo, cubiçado pela Inglaterra que moveu àquêle Estado a mais iníqua das guerras até conseguir, finalmente, desmembrá-lo e anexá-lo aos seus domínios em 1900.

(2) — Joseph Chamberlain, célebre estadista inglês, (1836-1914), um dos promotores do movimento imperialista da Inglaterra.

N. do T.

vida vegetal e animal, a psicologia, a vida das sociedades humanas, o desenvolvimento das suas ideias e do seu ideal moral: um **Tableau de la Nature** (Quadro da Natureza), como idealizara fazer o barão de Holbach, que abrangesse, na sua íntegra exposição, todos os fenómenos naturais, desde o simples facto da queda de um corpo até ao complexo fenómeno do sonho magnífico do poeta, — tudo compreendido como factos de ordem puramente material.

Após essa tentativa, Auguste Comte, nos meados do século XIX, retomara sôbre seus ombros a tarefa imensa. Tentara elaborar uma **filosofia positiva** que devesse resumir os factos essenciais dos nossos conhecimentos sôbre a Natureza, sem intervenção alguma de deuses, de forças ocultas ou de termos metafísicos que outra cousa não são mais do que referências veladas a forças sobrenaturais.

A filosofia positiva de Comte, ainda que protestem os críticos alemães e ingleses que se imaginam ou se pretendem isentos da sua poderosa influência, essa filosofia imprimiu o seu cunho característico ao pensamento científico do século XIX. Provocou êsse extraordinário movimento que foi o despertar das ciências naturais nos anos que vão de 1856-1862, como, em síntese, expusemos no capítulo V dêste volume. Foi ela tambem que inspirou os trabalhos de Mill, Huxley, Lewes, Bain e tantos que, por brevidade, deixamos de citar, bem como sugeriu a Spencer a ideia de construir, por seu turno, a sua denominada **filosofia sintética,** indicando-lhe ó método a seguir para a sua elaboração.

Mas a filosofia de Comte, alêm do seu êrro fundamental sôbre a questão da origem e evolução do senso moral no homem, ao que já atrás nos referimos, oferecia ainda uma formidável lacuna. Comte

não era naturalista. A zoologia e a geologia eram-lhe completamente estranhas. Atendo-se nestas matérias ás opiniões de Cuvier, negava a variabilidade das espécies. Pela adopção dessas vistas estava, evidentemente, impedido de conceber e aceitar a doutrina da **evolução, do desenvolvimento contínuo,** como modernamente a compreendemos.

* * *

Já em 1801 o grande naturalista Lamarck, adiantando-se às ideias emitidas por Buffon, afirmava categòricamente que as diferentes espécies de plantas e animais que povoam hoje a superfície da terra se haviam desenvolvido progressivamente, que provinham de outras espécies de plantas e animais as quais, sob a influência do meio em que vegetavam, foram adquirindo gradualmente novas e distintas formas. Em um clima demasiado sêco, em que a evaporação seja mui abundante, a película foliácea se transformará; as folhas desaparecerão a ponto de se tornarem espinhos duros e secos. Um animal que fôr forçado a percorrer desertos intermináveis adquirirá pouco a pouco proporções de leveza e locomoção mais rápida do que o animal que chafurdar toda a sua vida na vasa dos pântanos. Um rainúnculo que germinar em um prado coberto de água ostentará folhas diferentes do que vegetar em um prado sêco.

Tudo muda continuamente em a Natureza; as formas não são permanentes, as plantas e os animais com que estamos familiarizados são o produto de uma **lenta adaptação** a condições que, por si, igualmente mudaram através dos tempos. Todavia, a reacção que tomou pé após a grande revolução (vide o

cap. III desta obra) foi tal que essas ideias de Lamarck foram logo esquecidas e votadas ao mais completo ostracismo. Dominava então a metafísica alemã e, simultaneamente com o culto da realeza, reintegrava o deus hebreu que opera a seu arbítrio a paragem dos sóis e que vela por que nenhum cabelo cáia sem a sua permissão, e renovava o culto de uma alma imortal do universo, parcela dêsse deus.

Entrementes, a ideia de **desenvolvimento natural, de evolução,** prosseguia denodadamente. Se o nosso sistema planetário, em que se compreende o nosso sol, são o produto de um lento desenvolvimento, como já o haviam superabundantemente demonstrado Laplace e Kant, os conglomerados de matéria nebulosa que observamos no céu não representarão tambem mundos em via de formação? O universo não será um mundo de sistemas solares sempre em via de evolução que não teem comêço nem fim, originários que são do infinito?

Se Buffon e Lamarck tinham já pressentido que o leão, o tigre e a girafa se adaptavam excelentemente aos meios em que habitam é que esses animais actuaram de modo tal que fizeram dêles o que hoje são. E, com efeito, os factos, nos primórdios do século findo, oriundos de diversas partes do globo, se acumulavam por via das viagens longínquas de investigadores perspicazes que todos os dias traziam novas provas em apoio daquela doutrina. A variabilidade das espécies tornava-se assim um facto comprovado. O **transformismo,** ou, como melhor se queira, o **desenvolvimento contínuo,** de novas espécies, impunha-se.

Ao mesmo tempo, a geologia estabelecia irrefragavelmente que milhares de séculos se haviam escoado antes que houvessem surgido sôbre a terra os primeiros exemplares de peixes, em seguida os primei-

não era naturalista. A zoologia e a geologia eram-lhe completamente estranhas. Atendo-se nestas matérias ás opiniões de Cuvier, negava a variabilidade das espécies. Pela adopção dessas vistas estava, evidentemente, impedido de conceber e aceitar a doutrina da **evolução, do desenvolvimento contínuo,** como modernamente a compreendemos.

* * *

Já em 1801 o grande naturalista Lamarck, adiantando-se às ideias emitidas por Buffon, afirmava categòricamente que as diferentes espécies de plantas e animais que povoam hoje a superfície da terra se haviam desenvolvido progressivamente, que provinham de outras espécies de plantas e animais as quais, sob a influência do meio em que vegetavam, foram adquirindo gradualmente novas e distintas formas. Em um clima demasiado sêco, em que a evaporação seja mui abundante, a película foliácea se transformará; as folhas desaparecerão a ponto de se tornarem espinhos duros e secos. Um animal que fôr forçado a percorrer desertos intermináveis adquirirá pouco a pouco proporções de leveza e locomoção mais rápida do que o animal que chafurdar toda a sua vida na vasa dos pântanos. Um rainúnculo que germinar em um prado coberto de água ostentará folhas diferentes do que vegetar em um prado sêco.

Tudo muda continuamente em a Natureza; as formas não são permanentes, as plantas e os animais com que estamos familiarizados são o produto de uma **lenta adaptação** a condições que, por si, igualmente mudaram através dos tempos. Todavia, a reacção que tomou pé após a grande revolução (vide o

cap. III desta obra) foi tal que essas ideias de Lamarck foram logo esquecidas e votadas ao mais completo ostracismo. Dominava então a metafísica alemã e, simultaneamente com o culto da realeza, reintegrava o deus hebreu que opera a seu arbítrio a paragem dos sóis e que vela por que nenhum cabelo cáia sem a sua permissão, e renovava o culto de uma alma imortal do universo, parcela dêsse deus.

Entrementes, a ideia de **desenvolvimento natural, de evolução,** prosseguia denodadamente. Se o nosso sistema planetário, em que se compreende o nosso sol, são o produto de um lento desenvolvimento, como já o haviam superabundantemente demonstrado Laplace e Kant, os conglomerados de matéria nebulosa que observamos no céu não representarão tambem mundos em via de formação? O universo não será um mundo de sistemas solares sempre em via de evolução que não teem comêço nem fim, originários que são do infinito?

Se Buffon e Lamarck tinham já pressentido que o leão, o tigre e a girafa se adaptavam excelentemente aos meios em que habitam é que esses animais actuaram de modo tal que fizeram dêles o que hoje são. E, com efeito, os factos, nos primórdios do século findo, oriundos de diversas partes do globo, se acumulavam por via das viagens longínquas de investigadores perspicazes que todos os dias traziam novas provas em apoio daquela doutrina. A variabilidade das espécies tornava-se assim um facto comprovado. O **transformismo,** ou, como melhor se queira, o **desenvolvimento contínuo,** de novas espécies, impunha-se.

Ao mesmo tempo, a geologia estabelecia irrefragavelmente que milhares de séculos se haviam escoado antes que houvessem surgido sôbre a terra os primeiros exemplares de peixes, em seguida os primei-

ros reptis, depois os primeiros pássaros e os primitivos mamíferos para chegar, finalmente, ao homem (1).

Essas ideias, na primeira fase do século recêm-findo, tiveram larga aceitação, só que nessa época não se ousava proclamá-las claramente. Mesmo em 1840, quando Chambers as expôs sistematicamente na sua obra **Vestiges de la Création,** que, ao tempo, tão ruidosamente repercutiu, não se aventurou a imprimir-lhe o seu nome, ocultou tão cuidadosamente a sua identidade que, durante cêrca de quarenta anos, não se pôde descobrir quem era o autor daquêle livro.

Porisso, quando os metafísicos nos falam hoje da atribuição que dão a Hegel de haver descoberto, ou pelo menos popularizado, a ideia de **mutação,** de **evolução,** esses senhores provam sòmente que a história das ciências naturais lhes é absolutamente estranha, e não só a sua história como até o alfabeto inicial dessas ciências e o método adoptado no seu estudo.

A ideia de evolução impunha-se em todas as províncias do saber humano. Era, pois, uma necessidade de lógica aplicá-la à interpretação, não só de todo o sistema natural do mundo, como ao estudo das instituições humanas, das religiões e das várias doutrinas éticas. Cumpria, posto que mantendo a ideia mátere da filosofia positiva de Auguste Comte, alargá-la de modo a enquadrá-la no conjunto de tudo que vive e se desenvolve sôbre a superfície da terra.

Foi a essa obra que se consagrou Spencer e que vamos agora analisar sumàriamente.

*

* *

---

(1) — Sôbre as matérias em aprêço, a que Kropotkine sucintamente se refere, consulte o leitor estudioso as inestimáveis obras de E. Haeckel que podem ser encontradas em língua portuguesa e que já são numerosas. **N. do T.**

Spencer, como Darwin, não obstante ser, sob o aspecto da saúde, um "fraco", conseguiu, submetendo-se rigorosamente a uma certa higiene física e mental, terminar o seu formidável trabalho.

Escreveu, com efeito, um sistema de filosofia sintética completo, que compreende, primeiramente, o estudo das forças físicas e químicas, seguidamente o estudo da actividade dos inúmeros sóis, em via de formação ou em via de dissociação, que povoam o universo, e, por-fim, trata da evolução do nosso sistema solar e, em particular, do nosso planeta. Tudo isso forma a matéria do seu primeiro volume da colecção, os **Primeiros Princípios.**

Nos dois volumes seguintes, **Princípios de Biologia,** trata da evolução dos sêres vivos à superfície do nosso globo terráqueo. E' essa uma obra demasiado técnica em que Spencer, na esteira das linhas já indicadas, ou pelo menos esboçadas, pelo génio incomparável de Comte, introduziu muita matéria original e na qual mostrou como, pela acção das forças químicas, teria surgido a vida sôbre a terra; como essa vida se iniciou por pequenos conglomerados de células microscópicas e como, ao depois, se desenvolveu gradualmente toda essa imensa variedade de plantas e animais, desde os mais rudimentares até aos mais complexos (1).

Nessa obra, Spencer, em parte, excedeu Darwin; se estava longe de possuir a soma de conhecimentos que tinha Darwin e de ter aprofundado cada questão como só o grande naturalista o soube fazer, não é

---

(1) — Como resumo de uma parte dessa admirável obra de Spencer, deve-se compulsar o esplêndido manual de Ed. Perrier, **Les Colonies Animales,** escrito em um estilo ameno, simples, claro e atractivo.

N. do A.

menos certo, por outro lado, que em alguns lances, Spencer emitiu vistas de conjunto mais largas e, quiçá, mais justas, que escaparam à visão do seu grande contemporâneo e mestre.

Segundo a opinião de Spencer, as novas espécies de plantas e de animais tiram a sua origem **primeiramente,** como já o dissera Lamarck, da influência directa do meio ambiente sôbre os indivíduos. A êsse fenómeno dava Spencer a denominação de **adaptação directa.**

Secundariamente, as novas variações das espécies, produzidas, umas pela seca, outras pela humidade, pelo calor, pelo género de alimentação, etc., etc., — se tais factores forem bastante activos para serem úteis na luta pela existência, permitirão, sem dúvida, aos indivíduos, por êles afectados, serem os melhor adaptados ao meio ambiente e, portanto, sobreviverem e deixarem uma progénie mais sã. Esta sobrevivência dos "melhor adaptados", é o que Darwin chamava de **selecção natural na luta pela existência** e que Spencer designava como a **adaptação indirecta.** Esta dupla origem das espécies é tambem a maneira de ver que prevalece hoje na ciência. O próprio Darwin a perfilhou imediatamente em sua inteireza.

A parte seguinte da filosofia de Spencer se consubstancia nos seus **Princípios de Psicologia,** em dois volumes, em que o autor se coloca inteiramente a dentro do ponto de vista materialista, embora o têrmo **materialismo** não seja evocado na obra. Como Bain, pôs Spencer definitivamente de lado o estudo da psicologia, elaborando-a em bases puramente materialistas. A quarta parte da sua grande obra no-la dá nos seus **Princípios de Sociologia,** em três volumes, em que são estudados os fundamentos da ciência das sociedades, baseada, como o previra Comte, no desenvolvimento gradual dos usos, costumes e instituições da humanidade.

Finalmente, para remate da sua obra, nos deixou Spencer os **Princípios de Ética,** isto é, de Moral, em duas partes, a **Moral Evolucionista** (1) e a **Justiça,** dois volumes bastante conhecidos dos estudiosos.

Eis, em rápida síntese, todo o sistema de filosofia evolucionista do grande pensador do século XIX que foi inegavelmente Herbert Spencer.

*
* *

Em todo o seu conjunto, a filosofia de Spencer compreendendo a sua parte moral, — **Princípios de Ética,** — é absolutamente indemne de toda a influência cristã, o que é digno de ser notado.

Efectivamente, quando se medita a série sôbre tudo o que modernamente se tem escrito em matéria de filosofia e, principalmente, sôbre questões de moral, que tanto se ressente da influência do cristianismo, é que se aprecia devidamente o serviço prestado por Spencer à obra do pensamento moderno.

Antes dêle, ninguem pensara e ousara sequer darnos um sistema filosófico do universo em que se explicasse, por meios naturais, o aparecimento e a evolução dos organismos, do homem, das sociedades humanas e das concepções morais, absolutamente fóra dos decalques comuns, uma filosofia **agnóstica,** isto é, não-cristã. Para Spencer, o cristianismo é uma reli-

(1) — A citada obra existe já em versão portuguesa sob o título **O Que é a Moral?,** tradução magnífica de Barros Lobo, da edição francesa. Edição da Livraria de José Bastos & Comp., de Lisboa.

N. do T.

gião que vale o que as outras valem, com a mesma origem, vivendo nos mesmos temores e nutrindo as mesmas aspirações das suas congéneres, que exerceu, certamente, uma imensa influência sôbre a humanidade, mas que, no fim de contas, representa para o filósofo um mero facto da história das sociedades humanas, como o são, sob êsse mesmo aspecto, as nossas concepções jurídicas e as instituições sociais.

E' por êsse prisma que Spencer, do cristianismo, estuda a sua origem e evolução natural. Quando fala de moral, interessa-se muito mais pela origem e desenvolvimento de tal ou tal uso, de tal ou tal princípio moral, do que pela pessoa dos fundadores desta ou daquela religião, dêste ou daquêle ensino ético, que êle coloca em segundo plano.

O que falta na obra de Spencer é o espírito de ataque, o espírito combativo. Constroi, é certo, um admirável sistema do universo, considerado como um resultado da acção das forças físicas, sem, entretanto, de modo directo, atacar as velhas superstições, — o que, naturalmente, nos haveria de contentar sobremaneira, — que empacham os espíritos e lhes impede de aceitar satisfatòriamente o sistema. Spencer, é facto, silencia o ataque que essas superstições mereciam e se, acaso, as fere é sòmente de leve, apenas com uma palavra de menosprêzo.

*
* *

O estilo de Spencer é, em geral, árduo. Freqùentemente, as provas que aduz nem sempre conseguem convencer-nos, o que, aliás, Darwin já notara. Alêm disso, sente-se, ao lê-lo, a ausência do poeta, do artista. Mas quando lemos as suas obras, ainda mesmo

em resumos, sentimos entrar na posse de uma concepção integral do universo, seja, do conjunto da natureza na quál não entra a mínima parcela do que quer que seja de misterioso, não há nela, em-fim, logar para o sobrenatural.

Em casos particulares podemos, talvez, divergir da concepção spenceriana, mas, na sua generalidade, um ponto importante fica assente. E' o podermos adquirir uma ideia real, concreta, precisa, da maneira como vivem os mundos, os sistemas solares, os planetas e êsses míseros sêres, tão pretenciosos, que se chamam os homens, sem a intromissão de um "absoluto", de uma "substância" representada como um "espírito divino", expressões rebuscadas estas, completamente desacreditadas, chatas e ôcas, que contrastam com os conceitos positivos da ciência moderna.

A respeito de poesia, Spencer, na verdade, não se eleva ao ponto de nos descrever grandíloquas e harmoniosas vistas de conjunto. Confinando-se na materialidade do fenómeno, Spencer não vibra à exaltação poética que nos inspira, no seu maravilhoso espectáculo, a contemplação do universo. E', de-veras, de lamentar que para Spencer a poesia da Natureza, do Universo, não exista.

Em compensação êle nos faz compreender como, exclusivamente pela acção das forças físicas e químicas, a vida apareceu em nosso planeta; como, ainda por via dessas mesmas forças, as plantas mais simples irromperm e como, por efeito de meandros complicados, outras plantas de maior complexidade surgiram.

Tratando dêssoutro ramo das ciências naturais que é o dos animais, Spencer nos mostrará como surgiu e se desenvolveu, como se foi aperfeiçoando, atra-

vés das idades até excedê-lo, para finalmente atingir o homem. Êle nos fará como que pressentir o motivo porque a evolução foi até aqui um **progresso;** porque a humanidade pode e deve marchar avante para **fins,** sempre mais elevados, enquanto essa evolução durar.

*
* *

Nos seus **Princípios de Sociologia,** Spencer traça admiravelmente o perfil das instituições humanas, das crenças, das ideias gerais, das civilizações, desde as mais rudimentares até às mais complexas. Nas particularidades pode, — é certo, — ter-se equivocado, engana-se mesmo na sua apreciação. A concepção que formulamos da evolução das sociedades difere já, e muito, da sua.

Todavia, Spencer nos familiariza com o verdadeiro método de interpretação dos factos sociais, — o método das ciências indutivas, — que consiste em achar a explicação de todos os fenómenos sociais em causas naturais; em primeiro logar as imediatas e mais simples de admitir, e não nas forças sobrenaturais ou em hipóteses provindas de análises **verbalísticas,** puramente metafísicas.

Habituados ao manejo dêsse método, vemos desde logo que todas as instituições sociais, relações económicas, línguas, religiões, música, ideias morais, poesia, etc., se explicam pelas mesmas vias dos factos naturais que explicam os movimentos solares e os dos enxames de matéria que circulam no espaço, as côres do arco-íris e as das borboletas, as formas das flores e as dos animais, os hábitos das formigas, dos elefantes e dos homens.

Verdade é que Spencer não nos leva, na exposição do seu sistema filosófico, a perceber claramente a unidade da Natureza, não nos faz sentir a beleza, a poesia dessa interpretação sintética do universo. Para tal, falta-lhe o génio de Laplace, o sentimento poético de Humboldt, a beleza estilística que Elisée Reclus possuia. Destas, e de outras qualidades mais, carecia o filósofo britânico.

Se, entretanto, essas maravilhosas qualidades lhe faltam, em troca nos inicia na compreensão do raciocínio naturalista, inteiramente liberto do ensino religioso e escolástico, mediante o qual se tem procurado indefinidamente procrastinar e paralisar nos seus surtos o espírito humano.

*
* *

O próprio Spencer, — somos levados a inquirir, — ter-se-ia, acaso, liberto dêsse pêso morto, que é o ensino religioso e escolástico? Quase, sim; inteiramente, não.

Em cada ciência, quando levado o seu estudo a fundo, às suas últimas instâncias, chega-se, naturalmente, a um extremo limite, que não poderemos, **em um dado momento,** exceder. E', precisamente, essa contingência que mantem a ciência sempre juvenil, a torna sempre atraente. Que maravilhoso êxtase não produziu em nós, nos meados do século XIX, essas extraordinárias descobertas realizadas no campo da astronomia, das ciências físicas, das ciências biológicas, da psicologia fisiológica! Que belos não foram, por exemplo, os horizontes que, nessa época, se abriram à nossa visão quando os limites da ciência, até então verificados, se alargaram como que subitamen

te! Alargados, de-facto, sim, o foram nessa época, mas suprimidos, ou sequer afastados, não, porque, imediatamente aos transportes, novos limites se erguiam, novos problemas a resolver surgiam de todos os lados.

Continuamente a ciência recua os seus limites. Onde ela, há vinte ou trinta anos, se detinha, é hoje domínio conquistado; o limite, até então imposto, recua. Após a conquista de grandes progressos, a ciência detem-se novamente para proceder à revisão da totalidade dos conhecimentos adquiridos, para descortinar novos horizontes que se lhe antolham e investigar factos novos que lhe permitam tomar um novo impulso e marchar na peugada de novas conquistas.

Há um meio século apenas dizia-se: "eis um feixe de fenómenos, — de atracções e repulsões, — que à nossa observação apresentam qualquer cousa de comum entre si. "Chamemos-lhes "fenómenos eléctricos", à falta de melhor expressão, e denominemos "electricidade" a sua causa produtora, qualquer que seja, desconhecida no presente momento. E quando os impacientes interpelavam: "que é, afinal, a electricidade"? tínhamos a ombridade de lhes respondermos que, a tal respeito, no estado em que se encontram as investigações concernentes, nada se sabia de positivo.

Hoje um passo àvante foi dado. Desvendou-se um ponto de semelhança entre o som, o calor, a luz e a electricidade. De-facto, quando uma campânula emite sons, produz ondas de ar, alternativamente comprimido e rarefeito, que se seguem como se fossem vagas à superfície de um lago.

No seu percurso aéreo, essas vagas sonoras caminham com uma velocidade, aproximadamente, de

300 metros por segundo e propagam-se de um modo tão preciso que é até possível submetê-las ao cálculo matemático. Já de há muito que isto era sabido, mas o que se ignorava então e veio a ser depois uma descoberta importante era que o calor, a luz e a **própria electricidade** se propagam absolutamente da mesma maneira que o som; sómente com a diferença de ser o percurso com uma velocidade de 300.000 quilómetros por segundo.

O fenómeno explica-se: trata-se de matéria infinitamente mais rarefeita que o ar a que entra em vibração nos fenómenos eléctricos; a electricidade será, portanto, devida à produção dessas vibrações, absolutamente semelhantes às produzidas no ar pela campânula sonora, as quais, como já se disse, se podem verificar por cálculos rigorosamente matemáticos.

E' claro que isso não constitui toda a ciência da electricidade: o ignoto nos circunda, penetra-nos por todos os poros, mas a hipótese levantada é já uma primeira aproximação da positividade científica. Conhecida e sabida a primeira, breve chegaremos a uma segunda aproximação, e depois a outras, com maior precisão e exactidão. E, enquanto se aguarda a última palavra, vamos já podendo palestrar de um a outro continente, sem necssidad de cabos submarinos ou fios transmissores, recebemos e comunicamos mensagens de toda a espécie, em nossas casas e até a bordo dos grandes transatlânticos que sulcam as águas oceânicas com uma velocidade incrível.

"Mas, — interpelareis ainda outra vez, — o que é essa matéria que vibra"? **"No momento actual,** nada sabemos a êsse respeito que possa satisfazer a nossa curiosidade: sabemos hoje tanto o que é essa matéria vibrátil quanto sabíamos há um século o que

era a electricidade e o calor", — tal seria a resposta correcta.

E se insistirdes na indagação: "daqui a cincoenta anos estaremos, porventura, em condições de saber algo de positivo sôbre a momentosa questão"? ninguem vos poderá, no momento actual, afirmar nada de certo, de positivo.

Tudo o que se vos poderá dizer é que, a respeito, um dia saberemos mais do que hoje.

Em abôno do que acabamos de dizer basta citar o estudo dos gazes recentemente descobertos, — o árgon e o néon, — cujos átomos se movimentam em vibrações tão rápidas que é extremamente difícil fazê-los entrar em quaisquer combinações químicas, o que sugeriu a Mendéléeff a ideia de não ser o éter senão matéria em vibrações mais rápidas do que os citados gazes, — tão rápidas que é impossível combiná-los em qualquer operação química, — cujos átomos se transportam livremente nos espaços interstelares, no meio dos átomos condensados de que são constituidos os sóis e os planetas com as massas de gases e de poeiras de matéria que os circundam.

À vista disto como se poderia predizer, em 1860, que, ao finalizar do século passado, lançaríamos vibrações eléctricas de tal espécie que nos seria permitido comunicar entre a Irlanda e a capital da América, quando mal sabíamos, ou melhor, ignorávamos, que a electricidade é constituida por vibrações análogas às vibrações luminosas?

Ora, pois, tratemos de ensinar menos tolices nas nossas escolas e universidades e procuremos antes ensinar, com maior profundeza, as ciências naturais de modo a desenvolver nos espíritos juvenis a audácia para novas concepções, — audácia sempre é do que se carece, — e quem viver até lá muito terá que ver

e contar!

E' tudo quanto a ciência nos poderá dizer acêrca dessas especiosas indagações.

*
* *

Spencer, a respeito da questão suscitada do limite dos nossos conhecimentos, excedeu-se e excedeu-se muitíssimo.

Afirma êle enfàticamente que, para além de um certo limite, depara-se-nos, não o **desconhecido** a que já nos referimos, que seria presumivelmente **conhecido** num certo lapso de tempo, em cem anos, por exemplo, mas o **incognoscível**, isto é, o que **jamais poderá ser conhecido** pela nossa inteligência. A isso, Frederic Harrisson, um positivista inglês, judiciòsamente ponderou o seguinte, que consideramos absolutamente justo: "o que é curioso é pretender Spencer conhecer intimamente êsse desconhecido, e tanto o pretendeu conhecer que dêle faz um **incognoscível** de criação exclusivamente sua, afirmando categòricamente ponderou o seguinte, que consideramos abso-

Com efeito, para afirmar que êsse "além" da ciência de hoje é um **incognoscível**, é preciso estar muito seguro que tal difira **essencialmente** de tudo quanto até agora temos aprendido a conhecer. Mas, em sua simplicidade, isso é pretender saber imensamente mais do que èsse desconhecido possa encerrar.

E' afirmar gratuitamente que êsse **incognoscível** difere de tal modo de todos os fenómenos mecânicos, químicos, intelectuais e emocionais, de que já alguma cousa sabemos, que jamais poderá ser êle catalogado sob qualquer das rubricas citadas. Equivale a afirmar porque "de tal matéria nada sabemos", concluir

que "não sabemos o bastante para afirmar que tal e tal cousa não se assemelhe, nem mediata nem imediatamente, a tudo que já sabemos!"

Se, porventura, alguma cousa sabemos do universo, da sua existência passada, das leis do seu desenvolvimento; se somos capazes, em-fim, de estabecer as relações existentes, digamos, entre as distâncias que nos separam da via láctea e as que nos afastam dos movimentos solares, assim como das moléculas que vibram nêsse espaço; se, em resumo, a ciência do universo é uma realidade positiva, é que, entre êsse universo e o nosso cérebro, o nosso sistema nervoso e a nossa organização em geral, existe **similaridade de estrutura.**

Se o cérebro humano fosse composto de matérias que diferissem essencialmente das que compõem o universo dos sóis, das estrêlas, das plantas e dos animais; se as leis das vibrações molèculares e das transformações químicas no nosso cérebro e na espinal medula diferissem das que existem à superficie do nosso planeta; se, finalmente, a luz, ao percorrer o espaço entre as estrêlas e o nosso campo visual, obedecesse, nêsse percurso, a leis diferentes das que regulam a actividade dos nossos olhos, dos nossos nervos visuais e dos nossos cérebros, — jamais poderíamos saber algo de verdade sôbre a constituição dêsse universo, das leis que o regem e das relações constantes que nêle observamos. Ora, o contrário é que é a verdade: nós sabemos já o bastante para **predizer** uma massa enorme de cousas, para saber que as mesmas **leis** que nos permitem predizê-las são apenas relações que o nosso cérebro apreende.

Eis a razão porque, não sómente há grave contradição em qualificar de incognoscível o que, por enquanto, nos é simplesmente desconhecido, mas, o que

tudo o confirma, pelo contrário, que **não há nada em a natureza que não encontre o seu equivalente em nosso cérebro, parcela dessa mesma natureza, composta, por toda a parte,** dos mesmos elementos físicos e químicos. Nada há, pois, que **deva** ficar para sempre desconhecido, isto é, que não possa encontrar a sua natural expressão em nosso cérebro.

*
* *

Bem pesado o assunto aventado por Spencer, falar de Incognoscível é, afinal, regressar, sem talvez nos apercebermos do facto, às **magnas palavras** do vocabulário das religiões, e é porque não faltam os religiosos para explorar fartamente o tema favorito do filósofo inglês que nos permitimos entrar em minudências um tanto árduas na verdade.

Admitir o Incognoscível spenceriano é sempre supor a existência de uma fôrça, infinitamente superior às que actuam em nossa inteligência e que se manifestam nas operações do nosso cérebro, quando é certo que nada, absolutamente nada, nos autoriza a supor a realidade da existência de tal fôrça.

Para o naturalista, o abstracto, o absoluto, o incognoscível, é sempre a mesma hipótese que Laplace dispensara na sua **Exposição do Sistema do Mundo** e da qual não carecemos para termos uma explicação racional, não só do universo em sua fisicidade, mas da própria vida no planeta que habitamos em todas as suas variadas manifestações.

Êsse Incognoscível não passa, no fim de contas, de um luxo filosófico, de uma superstrutura inútil, de uma sobrevivência anacrónica, — tal é, em última análise, a verdade em sua inteira nudez.

*
* *

Exceptuado o êrro já apontado a respeito do Incognoscível, a verdade, que não podemos obscurecer, é que a filosofia de Spencer nos permite, na fidelidade ao método científico indutivo, ter uma noção, clara e racional, de toda a série de fenómenos físicos, químicos, biológicos, psíquicos, históricos e morais.

Lendo-se as suas obras, veremos como todos esses factos, tão variados e complexos, enquadrando-se em ciências tão diversas, se encadeiam em uma unidade admirável; como todos êles são manifestações de uma mesma série de forças físicas; como, finalmente, são êles compreendidos e interpretados se seguidos forem os mesmos métodos de investigação e raciocínio, tratados como se fossem factos físicos.

Dessa justa admiração pela filosofia spenceriana concluir-se-á, porventura, que todos, absolutamente todos, os julgamentos e apreciações de Spencer estejam conformes com o método adoptado, portanto, justos, verdadeiros? que o seu genial autor tenha sempre perfeitamente aplicado êsse método? Certamente que não. Que seja uma obra de Spencer ou de qualquer outro pensador, é a nós, seus leitores e admiradores, no uso da nossa razão, que compete verificar se o autor tira conclusões justas, se, nas suas análises, permanece sempre fiel ao método seguido.

E' no exame dos factos que o método científico aparece sob o seu melhor aspecto e faz valer a sua importância. Fôrça o autor a expor os factos e as deduções de maneira tal que fàcilmente podemos, por nós mesmos, ajuizar da sua justeza, poisque o autor não é um deus que fala a quem nos devamos submeter incondicionalmente. Por mais notável que seja, um autor qualquer é um homem como um de nós, semelhante a qualquer de nós nos raciocínios; êle apenas nos convida a julgar os factos e a deduzir os princípios como um direito comum.

Nêstes termos, enquanto Spencer expõe e aprecia os factos da física, da química, da biologia, e mesmo da psicologia como estudo das emoções, do modo de sentir, de pensar e de agir, as conclusões do eminente pensador são, quanto é dado observar, correctas.

*
* *

Porêm, quando chega à Sociologia e à Moral (a ética) o caso muda de figura.

Nas outras ciências, que não a Sociologia, quando o autor **procurava,** de certeza **encontrava.** Mas, no domínio daquelas duas outras ciências, — logo nas primeiras linhas se sente o sôpro do seu personalismo, — vê-se que tem ideias preconcebidas, vistas inteiramente pessoais, que procura impor: as ideias do radicalismo burguês que desenvolvera, desde 1850, na sua ESTATICA SOCIAL, muito antes de haver começado a elaboração do seu sistema de filosofia da Natureza. Mesmo depois, em edições posteriores, reviSou as ideias então expendidas e o fez em um sentido ainda mais estreitamente burguês.

Admite-se, naturalmente, que um autor tenha, ao iniciar um estudo científico, qualquer suposição sua, — uma hipótese prévia que tenta verificar, quér para provar a sua justeza, quér para a rejeitar. Pode acontecer até que nas ciências naturais êsse autor chegue a apaixonar-se pela sua hipótese em detrimento de outras, quiçá melhor aparelhadas. Mas os leitores atilados saberão muito bem ver os seus defeitos e não se deixarão engodar.

* * *

Exceptuado o êrro já apontado a respeito do Incognoscível, a verdade, que não podemos obscurecer, é que a filosofia de Spencer nos permite, na fidelidade ao método científico indutivo, ter uma noção, clara e racional, de toda a série de fenómenos físicos, químicos, biológicos, psíquicos, históricos e morais.

Lendo-se as suas obras, veremos como todos esses factos, tão variados e complexos, enquadrando-se em ciências tão diversas, se encadeiam em uma unidade admirável; como todos êles são manifestações de uma mesma série de forças físicas; como, finalmente, são êles compreendidos e interpretados se seguidos forem os mesmos métodos de investigação e raciocínio, tratados como se fossem factos físicos.

Dessa justa admiração pela filosofia spenceriana concluir-se-á, porventura, que todos, absolutamente todos, os julgamentos e apreciações de Spencer estejam conformes com o método adoptado, portanto, justos, verdadeiros? que o seu genial autor tenha sempre perfeitamente aplicado êsse método? Certamente que não. Que seja uma obra de Spencer ou de qualquer outro pensador, é a nós, seus leitores e admiradores, no uso da nossa razão, que compete verificar se o autor tira conclusões justas, se, nas suas análises, permanece sempre fiel ao método seguido.

E' no exame dos factos que o método científico aparece sob o seu melhor aspecto e faz valer a sua importância. Fôrça o autor a expor os factos e as deduções de maneira tal que fàcilmente podemos, por nós mesmos, ajuizar da sua justeza, poisque o autor não é um deus que fala a quem nos devamos submeter incondicionalmente. Por mais notável que seja, um autor qualquer é um homem como um de nós, se-

melhante a qualquer de nós nos raciocínios; êle apenas nos convida a julgar os factos e a deduzir os princípios como um direito comum.

Nêstes termos, enquanto Spencer expõe e aprecia os factos da física, da química, da biologia, e mesmo da psicologia como estudo das emoções, do modo de sentir, de pensar e de agir, as conclusões do eminente pensador são, quanto é dado observar, correctas.

* * *

Porêm, quando chega à Sociologia e à Moral (a ética) o caso muda de figura.

Nas outras ciências, que não a Sociologia, quando o autor **procurava,** de certeza **encontrava.** Mas, no domínio daquelas duas outras ciências, — logo nas primeiras linhas se sente o sôpro do seu personalismo, — vê-se que tem ideias preconcebidas, vistas inteiramente pessoais, que procura impor: as ideias do radicalismo burguês que desenvolvera, desde 1850, na sua ESTÁTICA SOCIAL, muito antes de haver começado a elaboração do seu sistema de filosofia da Natureza. Mesmo depois, em edições posteriores, reviu as ideias então expendidas e o fez em um sentido ainda mais estreitamente burguês.

Admite-se, naturalmente, que um autor tenha, ao iniciar um estudo científico, qualquer suposição sua, — uma hipótese prévia que tenta verificar, quér para provar a sua justeza, quér para a rejeitar. Pode acontecer até que nas ciências naturais êsse autor chegue a apaixonar-se pela sua hipótese em detrimento de outras, quiçá melhor aparelhadas. Mas os leitores atilados saberão muito bem ver os seus defeitos e não se deixarão engodar.

Onde êsse defeito, porêm, se torna evidente, é quando se trata do estudo da vida das sociedades. Nêsses domínios, com efeito, cada um, dispondo-se ao estudo, tem já um tal ou qual ideal de sociedade que pretende defender. No decurso de sua vida, nas experiências por que passou, êle adquiriu uma certa maneira de julgar os privilégios de fortuna e de nascimento, que êle aceita ou repudia; possui um estalão para medir as diversas divisões da sociedade; é acionado por mil e uma influências do meio ambiente. E como as ciências que tratam dos vários fenómenos sociais estão ainda na sua infância, — tendo sido Spencer o primeiro, depois de Comte, a aplicar-lhes realmente um método científico, — é muito natural que o nosso homem não tenha sabido portar-se de modo tal a sacudir inteiramente de si a influência das ideias burguesas do meio em que vive.

Acontece, porisso, de contínuo, vermo-nos profundamente chocados pelas conclusões de Spencer em matéria de sociologia. Quanto admiramos as suas maravilhosas sugestões nos **Princípios de Biologia**, quanto sentimos a estreiteza de suas vistas logo que se põe, por exemplo, a discretear àcêrca das relações entre o Trabalho e o Capital nas sociedades humanas.

*
* *

Assim, — para não citarmos mais do que um exemplo, muito importante, aliás, — Spencer foi educado na ideia burguêsa e religiosa da **justa retribuição**, que se traduz na seguinte atitude: "se procederdes mal, punir-vos-ão; se fordes um engenheiro sagaz, aplicado aos trabalhos de vosso patrão ou chefe, êle prontamente acrescentará, de **motu-próprio**, uns

cobres ao vosso salário semanal". Spencer perfilha êste modo de ver, e o princípio da pretendida "justa retribuição" constitui para êle uma lei da natureza.

No que respeita às crianças, aos jovens, antes de haverem adquirido a faculdade de se proverem a si próprios, a retribuição, em uma espécie animal, não será, diz o nosso autor, proporcional aos esforços empregados o que, acha êle, é inevitável. Mas "entre adultos **deverá** existir conformidade à **lei** segundo a qual os benefícios auferidos serão proporcionais aos méritos de cada um e os méritos devendo ser calculados pelo poder que cada um possuir de se subvencionar a si próprio".

No seu livro **Justiça** escreve: "Tais são as **leis** da conservação das espécies; se admitimos que a preservação de tal espécie seja desejável, segue-se, inevitavelmente, a obrigação de cada um se conformar a essas leis que poderemos denominar, conforme os casos, de semi-éticas ou absolutamente éticas".

Hemos de concordar que toda essa linguagem, eivada da velha ideia de retribuição, de lei, de obrigação, não é mais a de um vero naturalista. Não é um observador da natureza que fala: é um escrevente formado em leis, em economia política, que nos prèga moral.

A explicação dêste facto anormal reside no conhecimento que Spencer, inegavelmente, tem do socialismo. Êle o repudia afirmando que "se cada um fôr estritamente retribuido, conforme as suas obras e os seus méritos, sobreviverá a morte das sociedades humanas". E para provar êste princípio, — inatacável segundo o seu modo de ver, — procura dar-lhe fóros de lei da Natureza, o que o fôrça, nessa ordem de ideias, a abandonar o método rigorosamente científico. E, precisamente, por via dessa atitude de es-

pírito pouco científica é que apontamos, de relance, o profundo êrro spenceriano.

*
* *

A moderna ciência das sociedades, — a Sociologia, — não se satisfaz já com expor, de certa maneira, "as leis do espírito" com que nos entretinham outrora os hegelianos.

Desde Comte, a Sociologia, assente em bases científicas, estuda as diversas fases que a humanidade atravessou na sua trajectória evolutiva, começando pelos selvagens da idade da pedra até chegar aos tempos modernos, e descobre assim uma massa de supervivências em nossas instituições modernas que datam ainda da idade da pedra. Dessas supervivências estão fortemente impregnadas todas as nossas instituições, — as nossas religiões, os nossos códigos, a nossa conduta para com os mortos, as grandes festas anuais. as cerimónias habituais.

E é estudando a evolução, o desenvolvimento gradual das instituições sociais e das superstições populares, que se chega a compreender a razão do nosso desprêzo pelos institutos legais, estatistas, rituais e outros, assim como a perscrutar o desenvolvimento futuro das nossas sociedades.

Spencer, é certo, fez êsse trabalho, mas com uma total ausência de compreensão das instituições diferentes das existentes na Inglaterra, incompreensão essa que, — é notável, — caracteriza a maioria do povo britânico. Spencer, valha a verdade, não conhecia suficientemente os homens; não viajou, — apenas uma vez foi aos Estados Unidos e outra à Itália em cujos países se sentia contrafeito por não

se coadunarem esses ambientes ao seu meio habitual inglês, — e jamais soube interpretar devidamente o espírito das instituições de povos não-policiados.

Eis porque, continuamente, deparamos em sua **Sociologia** e em sua **Ética** afirmações absolutamente falsas, quér se trate de esclarecer os hábitos da antiguidade, quér se trate de soerguer o véu do futuro.

*
* *

Se temos o direito de fazer a Spencer as críticas que acabamos de formular, preciso é reconhecer, todavia, que as suas concepções sociológicas e éticas (moral societária) excedem, ainda assim, em adiantamento todas as que se contêem nas teorias estatistas da sociedade, até hoje conhecidas, em que os escritores do campo burguês são férteis.

Da sua profunda e sábia análise das instituições sociais deduz-se que as sociedades civilizadas marcham, incontestavelmente, para uma completa libertação de todas as superstruturas teocráticas, governamentais e militares que entre nós subsistem até ao presente.

Tanto quanto é dado prever o futuro pelo estudo do passado, as sociedades humanas, — di-lo Spencer, — marcham, sem dúvida, para uma condição na qual o espírito batalhador e agressivo, bem como a estrutura militar que caracteriza a infância das nossas sociedades, cederão o logar ao espírito industrial e a uma organização baseada na reciprocidade e na cooperação voluntárias.

Êsse espírito novo, que desde já se avizinha, à medida que as arcaicas instituições guerreiras, — realeza, nobreza, exército. Estado, — forem desapa-

recendo por inúteis e nocivas, fará irradiar e engrandecer as tendências altruísticas e comunitárias, que são as características das sociedades modernas em marcha para o futuro.

E tão acentuadas são essas tendências, no que Spencer pensa de acôrdo com os anarquistas, que a sociedade chegará, finalmente, a um estado no qual, sem pressão alguma exterior, em virtude de hábitos sociais adquiridos, as acções humanas não terão já por fim a escravização de outrem, mas contribuirão, pelo contrário, para aumentar o bem-estar geral e servirão de garantia ampla à independência de cada um.

Postoque burguês individualista empedernido, Spencer, em todo o caso, não se estagna nessa fase de individualismo que constitui o ideal da burguesia actual; êle enxerga perfeitamente o ideal da **cooperação** livre, — o que nós, anarquistas, denominamos o **livre acôrdo comunista,** — estendendo-se a todos os ramos da actividade humana e conduzindo a sociedade **ao perfeito e íntegro desenvolvimento da personalidade humana,** com todos os seus característicos pessoais, individuais, em-fim, à **individuação,** na expressiva frase de Spencer.

*
* *

Sendo a terra propriedade comum, e todo o rendimento dela originário devendo beneficiar a sociedade e não o indivíduo em si, não haverá necessidade, — afirma-o Spencer, no que, evidentemente, se engana, — de alterar o regime da propriedade individual nos domínios da indústria. Bastará a cooperação inteligente, pensa o nosso autor.

Cumpre sòmente notar que, por cooperação, Spencer não entende essas organizações societárias, espécie de companhias ou empresas compostas de accionistas tirados do quarto Estado (1) que, actualmente, se chamam cooperativas. Spencer admite e compreende a conjugação de todos os esforços individuais em comunidade, quér para produzir, quér para consumir, porêm com inteira exclusão das ideias que constituem a essência das sociedades cooperativas actuais, — de lucro e exploração exercidas em favor ou detrimento dos membros que as compõem. Pressente êle, em resumo, o que os anarquistas chamam de "meio ambiente livre".

Será essa, diz êle, "uma sociedade na qual a vida individual será levada à maior expansão possível, compatível com a **finalidade da vida em sociedades, que não será outra senão a de manter, na mais ampla esfera, a vida individual".**

Nêsse diapasão, fàcilmente chegaria ao conceito anarquista do **livre acôrdo comunista,** cujo fim é o desenvolvimento, na sua maior extensão, da vida do indivíduo, — a mais larga **individuação** como se pronunciava em oposição ao **individualismo,** — compreendendo por individuação o mais completo desenvolvimento de todas as faculdades do indivíduo, e não o individualismo estúpido do burguês que prêga a decantada máxima "cada um por si e Deus por todos".

Só que, nessa concepção, como autêntico burguês que era, Spencer distinguia a cada canto o espectro do "preguiçoso" que se furtaria ao trabalho se a existência lhe ficasse assegurada em uma sociedade comunista; por toda a parte só via, na expressão in-

(1) — Entende-se por "quarto Estado" o proletariado universal organizado em ditadura como sói dar-se no regime soviético da Rússia.

N. do T.

glesa, o "loafer" (o "sem eira nem beira") que tirita às portas dos cafés e das sociedades elegantes espreitando o momento azado em que o burguês trepa na sua carrinhola para lhe merecer, qual amouco, a dádiva de uns tostões!

Lidas em um pensador da fôrça de Spencer estas referências, tal o espanto que elas nos causam, que a dúvida nos assalta sôbre a sua legítima autoria! Efectivamente, deparando-se-nos semelhantes contra-sensos em um homem inegavelmente inteligente, hesita-se em atribuir tais dislates a respeito dos rotos e esfarrapados ao famoso filósofo que, em páginas admiráveis, recalcitra, com razão, contra a educação gratuita como protesta contra a obrigação de doar um exemplar das suas obras à biblioteca do **British Museum!**

De-permeio com as mais altas concepções, o espírito tacanho do burguês surge nêle inopinadamente, e nisso Spencer mostra um traço comum com Fourier que, — até êste! — embora homem de génio, tinha, por vezes, retrocessos inexplicáveis, só admissíveis no espírito de um tendeiro, por entre as mais arrojadas ideias.

No receio que teem dos chamados "ociosos", preciso é não esquecer os colectivistas que nutrem os mesmos preconceitos, sómente velados por um mistifório de palavras e fórmulas ôcas e enfadonhas, que, porisso mesmo, nada expressam.

*
* *

Modifiquem-se, porêm, as conclusões de Spencer onde êle peca demasiado contra o que nos ensina o estudo do homem. Escalpelem-se as suas anotações

mais burguêsas para delas tirar o verdadeiro motivo que as inspira e verificaremos que êsse motivo será sempre o insopitável ódio a toda a imposição à liberdade integral do homem, o desejo de provocar a maior soma de iniciativa, de liberdade e de confiança nas fôrças do indivíduo. Corrija-se e complete-se o sistema de Spencer onde êle não aprofundou bastante as consequências do capitalismo moderno; procure-se indagar o verdadeiro motivo do seu respeito pela propriedade e veremos que será sempre, como já o era em Proudhon, o ódio ao Estado e o receio, mui justificado, da sua substituição pelo sistema de convento ou de caserna. Façam-se essas correcções, — e a sua adopção provará, mais uma vez, a beleza e a vantagem que resultam da aplicação do método indutivo, único científico, e teremos elimando os erros em que Spencer caiu, corrigidos assim os defeitos secundários do seu sistema filosófico e sociológico sem lhe alterar a estrutura essencial, todo o seu belo conjunto, o que, feito, encontraremos em Spencer um sistema social em todos os pontos imensamente semelhante ao que preconizam os anarquistas-comunistas.

Se os anarquistas-individualistas da escola de Tucker, — que adiante estudaremos, — aceitaram a doutrina spenceriana tal qual exposta, com o seu feroz individualismo burguês pela propriedade industrial e o seu extremado zêlo pelo princípio da "retribuição" burguesa, é que os partidários daquela escola preferiram mais a letra do sistema do que o espírito que nêle se contêm e que cumpre ver.

E, entretanto, nada mais preciso era que praticar as correcções apontadas e a que o próprio Spencer, pela sua atitude, nos autoriza, introduzindo o seu sistema de cooperativismo voluntário e perfilhando os seus ataques à apropriação individual do solo, para

glesa, o "loafer" (o "sem eira nem beira") que tirita às portas dos cafés e das sociedades elegantes espreitando o momento azado em que o burguês trepa na sua carrinhola para lhe merecer, qual amouco, a dádiva de uns tostões!

Lidas em um pensador da fôrça de Spencer estas referências, tal o espanto que elas nos causam, que a dúvida nos assalta sôbre a sua legítima autoria! Efectivamente, deparando-se-nos semelhantes contrasensos em um homem inegavelmente inteligente, hesita-se em atribuir tais dislates a respeito dos rotos e esfarrapados ao famoso filósofo que, em páginas admiráveis, recalcitra, com razão, contra a educação gratuita como protesta contra a obrigação de doar um exemplar das suas obras à biblioteca do **British Museum!**

De-permeio com as mais altas concepções, o espírito tacanho do burguês surge nêle inopinadamente, e nisso Spencer mostra um traço comum com Fourier que, — até êste! — embora homem de génio, tinha, por vezes, retrocessos inexplicáveis, só admissíveis no espírito de um tendeiro, por entre as mais arrojadas ideias.

No receio que teem dos chamados "ociosos", preciso é não esquecer os colectivistas que nutrem os mesmos preconceitos, sómente velados por um mistifório de palavras e fórmulas ôcas e enfadonhas, que, porisso mesmo, nada expressam.

*
* *

Modifiquem-se, porêm, as conclusões de Spencer onde êle peca demasiado contra o que nos ensina o estudo do homem. Escalpelem-se as suas anotações

mais burguêsas para delas tirar o verdadeiro motivo que as inspira e verificaremos que êsse motivo será sempre o insopitável ódio a toda a imposição à liberdade integral do homem, o desejo de provocar a maior soma de iniciativa, de liberdade e de confiança nas fôrças do indivíduo. Corrija-se e complete-se o sistema de Spencer onde êle não aprofundou bastante as consequências do capitalismo moderno; procure-se indagar o verdadeiro motivo do seu respeito pela propriedade e veremos que será sempre, como já o era em Proudhon, o ódio ao Estado e o receio, mui justificado, da sua substituição pelo sistema de convento ou de caserna. Façam-se essas correcções, — e a sua adopção provará, mais uma vez, a beleza e a vantagem que resultam da aplicação do método indutivo, único científico, e teremos elimando os erros em que Spencer caiu, corrigidos assim os defeitos secundários do seu sistema filosófico e sociológico sem lhe alterar a estrutura essencial, todo o seu belo conjunto, o que, feito, encontraremos em Spencer um sistema social em todos os pontos imensamente semelhante ao que preconizam os anarquistas-comunistas.

Se os anarquistas-individualistas da escola de Tucker, — que adiante estudaremos, — aceitaram a doutrina spenceriana tal qual exposta, com o seu feroz individualismo burguês pela propriedade industrial e o seu extremado zêlo pelo princípio da "retribuição" burguesa, é que os partidários daquela escola preferiram mais a letra do sistema do que o espírito que nêle se contêm e que cumpre ver.

E, entretanto, nada mais preciso era que praticar as correcções apontadas e a que o próprio Spencer, pela sua atitude, nos autoriza, introduzindo o seu sistema de cooperativismo voluntário e perfilhando os seus ataques à apropriação individual do solo, para

se chegar às nossas conclusões comunistas-anarquistas, as quais, aliás, foram confessadas, não sem pesar, pelos grandes periódicos ingleses em seus artigos necrológicos por ocasião do passamento do ilustre pensador.

Spencer, — assim o disseram esses periodistas, — aproximava-se em demasia do comunismo-anarquista. Essa é, incontestávelmente, a razão porque êle era tão cordialmente detestado em toda a Inglaterra!

* * *

Até ao presente, em todas as teorias da sociedade que filósofos e sociólogos nos serviram, o indivíduo se encontrava sacrificado ao Estado. Comte, depois de Kant e outros, padecia do mesmo êrro e, sôbre o tema, os metafísicos alemães reforçavam a sua feroz adoração pelo Estado.

Spencer foi o primeiro que no seu sistema, pelo lado filosófico, se libertou de toda a superstição religiosa, de toda a superstrutura metafísica e, pelo lado sociológico, afirmou, com altanaria nunca vista, a soberania do indivíduo. "Como finalidade da evolução humana", (estilo hegeliano) o Estado não tem a primazia, nem sequer é objecto de cogitações. Contrariamente àquela tese, é o indivíduo que deve ser colocado em primeiro plano e a êle, — e só a êle, — cumpre escolher a sociedade que quiser, determinar, até onde queira, o dar-se a essa sociedade.

E' a aviltante submissão ao rebanho que é necessário combater no homem, ensina-nos Spencer, e não o seu espírito de independência, que é necessário cultivar, enquanto todas as religiões e todos os sistemas

sociais precedentes, com receio de recrutar revoltados, haviam combatido precisamente êsse espírito de independência.

Ainda nêsse terreno, é de lamentar que Spencer ficasse a meio caminho, com proscrição, aliás, do seu método. Ousadamente, de comêço, fazia uma afirmação revolucionária, mas logo se apressava a atenuar-lhe os efeitos oferecendo imediatamente um compromisso. E uma vez tendo enveredado por êsse caminho, via-se forçado, naturalmente, a permittir uma concessão, depois outra e, finalmente, todas, de modo que, por último, comprometia toda a sua grande obra.

Depois de haver dado a uma das suas melhores obras o título insolente, — **O Indivíduo contra o Estado,** — que é uma das partes da sua **Sociologia,** êle admite o papel **negativo,** conservador, portanto, do Estado. Na sua opinião, ao Estado não cabe o emprêgo dos dinheiros públicos, como não é da sua competência criar bibliotecas nacionais, nem é da sua alçada a fundação de universidades, — são cousas em que não tem que intrometer-se. Velará, porêm, pela protecção dos indivíduos, de modo a garantir direitos recíprocos, inclusivé os direitos de propriedade.

Ora, como para tal são precisas leis, necessário se tornam os seus representantes, juízes para as explicar, universidades para ensinar a arte de as fabricar e de as interpretar. E, assim, Spencer, de lança em riste, chega, aos poucos, a reconstituir o que havia primeiramente combatido com certo denôdo, — o Estado nas suas mais detestáveis funções, até à prisão e à guilhotina aperfeiçoadas.

Nêsse ponto, especialmente careceu de audácia. O tal "justo meio" o conteve. Êsse retraímento o podemos atribuir, talvez, à carência de uma maior so-

ma de conhecimentos especializados, poisque a sua filosofia fôra elaborada em uma época em que o seu saber era restrito, e mais o era ainda pelo facto, que o acabrunhava, de não conhecer outras línguas além do seu inglês. Se essa não é a explicação da sua falta de audácia, então devemos procurá-la em sua natureza pessoal e na sua educação, algo tacanha nos seus primórdios, que não lhe permitiram alçar o vôo a maiores altitudes que seriam de esperar de um filósofo da sua envergadura excepcional. Senão nisso, deveremos achar a chave do enigma na influência que sôbre êle exerceu o meio ambiente inglês? O "centro esquerdo" em vez da "Montanha"? (1).

* * *

Aí temos, em breve esbôço, os traços característicos da pessoa e da obra de Spencer.

Criar uma **filosofia sintética** que ofereça um resumo de todo o conjunto dos conhecimentos humanos e que dê uma explicação material de todos os factos da natureza, bem como da vida intelectual do homem e da vida das sociedades, é, de-certo, uma obra imensa. Spencer, em grande parte, a realizou.

Postoque reconhecendo o notável serviço que êle prestou ao pensamento moderno, seria um funesto êrro determo-nos na admiração por essa obra a ponto de julgar que ela contenha realmente os últimos resultados das ciências e da aplicação do método indútivo ao homem, individual e socialmente considerado. A ideia fundamental da filosofia de Spencer é mais do que justa.

---

(1) — Vide a nota a pag. 20.

Por diversas causas, algumas das quais expuzemos, essa filosofia, nas suas várias aplicações, foi truncada múltiplas vezes. Outras causas, como a aplicação do método vicioso das analogias, e, sobretudo, a exageração do conceito da luta pela existência entre indivíduos da mesma espécie e a pouca atenção dada a um outro factor activo da natureza, — o apoio mútuo, — foram enumeradas, ainda que sucintamente, nesta nossa crítica.

São inaceitáveis todas as conclusões de Spencer. E' dever mesmo corrigir as muitas que a sua **Sociologia** contêm, como o fez um escritor russo, Mikhailovsky, sôbre um ponto importante, — a teoria do progresso.

Em certos pontos da sua grande obra, devemos permanecer fieis ao método cientifico, noutros desembaraçarmo-nos de certos preconceitos e ficções; e ainda outros há em que um estudo mais profundo de determinado grupo de factos se impõe.

Mas, acima e afóra de tudo isso, um facto da mais alta importância se tira de toda a obra de Spencer e êle superabundantemente o provou: é que do momento em que se procura elaborar uma filosofia sintética do universo que abranja a vida das sociedades, — Sociologia, — chega-se necessariamente à conclusão, não só da negação absoluta de uma fôrça governadora dêsse universo, não só da negação de uma alma imortal ou de uma fôrça vital específica, mas chega-se igualmente à conclusão da necessidade de derribar êssoutro fetiche que se chama o Estado, — o govêrno do homem pelo homem. Em síntese: chega-se, inevitavelmente, no que concerne ao futuro das sociedades civilizadas, a prever o regime social da ANARQUIA.

Nêsse sentido, Herbert Spencer contribuiu, certamente, mais do que nenhum outro pensador, para que a filosofia do século XX em que entrámos se torne, de-facto e de direito, eminentemente anarquista.

VIII

A função da Lei na Sociedade

Spencer, de-resto, não foi o único que incorreu em semelhantes erros. A filosofia do século XIX, fiel aos ensinos de Hobbes, persistiu em considerar os homens primitivos qual rebanho de animais ferozes vivendo em pequenas famílias isoladas e lutando entre si pelo alimento e pela posse das fêmeas, até que uma autoridade benéfica viesse estabelecer-se no seu meio para lhes impor a paz.

Não hesitou em repetir essa tão falsa asserção de Hobbes o eminente naturalista que foi Huxley, e ainda em 1885 declarava sem rebuço "que, no início, os homens viviam lutando cada um contra todos até que, graças a uns poucos indivíduos de linhagem superior, a primeira sociedade humana foi fundada" (1). Vê-se, pois, que até um sábio darwinista como Huxley não tinha noção alguma do facto da sociedade, longe de ser fundada pelo homem, já, muito anteriormente ao seu aparecimento, existia entre os animais. Tal a fôrça, mesmo no espírito de um cientista, que tem um preconceito arreigado!

Se pretendêssemos retraçar a história dêste preconceito, fácil seria encontrar a sua origem na in-

(1) — Vide: T. H. Huxley, — **The Struggle for Existence** (A luta pela existência), artigo publicado na NINETEENTH CENTURY, de 1885, re-impresso na sua conhecida obra **Essays and Addresses.** N. do A.

fluência da religião e na acção deletéria das igrejas. As sociedades secretas formadas de mágicos e de bruxos de toda a espécie, depois as constituídas de sacerdotes assírios e egípcios e, mais tarde, as dos sacerdotes cristãos, procuraram sempre persuadir o homem de que "êste mundo está submerso no pecado"; que só a benéfica intervenção do xamango mágico, do santo, do sacerdote, impedirá que o espírito do mal se apodere do homem; que sómente êles poderão obter de uma colérica divindade a graça de não permitir que o homem peque para não ter de o punir por suas más acções.

O christianismo primitivo esforçou-se, sem dúvida, mas inutilmente, por quebrar o preconceito relativo ao poderio e influência do sacerdócio. Mas a verdade é que a Igreja Cristã, baseada nas próprias palavras que se lêem nos evangelhos a respeito do "fogo eterno", nada mais fez que estender e reforçar êsse preconceito. A própria ideia de um deus-filho descendo à terra para morrer a-fim-de redimir a humanidade de seus pecados, — ideia mátere de todo o cristianismo, — confirma inteiramente essa maneira de pensar. E foi precisamente essa ideia que permitiu mais tarde o estabelecimento da "Santa Inquisição" para, submetendo as suas indefesas vítimas às mais atrozes torturas, inclusivé as "delícias" de um fogo lento, lhes proporcionar ocasião azada e fácil de arrependimento e obter finalmente a salvação dos sofrimentos eternos que, inevitavelmente, as esperava.

Aliás, não foi sómente a Igreja Católica Romana que assim agiu; todas as igrejas cristãs, fieis ao mesmo princípio, rivalizavam entre si na invenção e adopção de novos sofrimentos e de novos terrores a-fim-de corrigir os homens atascados de "vícios". Mesmo actualmente, nove décimas partes da humanidade crêem ainda que os acidentes naturais, como as secas, os terramotos e as epidemias, são castigos que uma divindade qualquer envia do céu para conter a humanidade nos seus transvios e reconduzi-la ao bom caminho.

*

* *

Concomitantemente com esses ensinos do cristianismo, o Estado, em suas escolas e universidades, mantinha, e continua a manter, a mesma crença na perversidade nata do homem.

Provar a necessidade de uma fôrça, colocada por sôbre toda a sociedade, com a missão de implantar nela o elemento moral por meio da aplicação de castigos em consequência, identificam com a lei escrita; convencer os homens da necessidade dessa autoridade, — é tudo uma questão de vida ou de morte para o Estado poisque se os homens começassem a pôr em dúvida a necessidade de consolidar os princípios morais pela férrea mão da autoridade, em breve perderiam a fé na pretendida alta missão de seus governantes.

Desta maneira, toda a nossa educação moral, religiosa, histórica, jurídica e social, está saturada da ideia de que o homem, abandonado a si mesmo, breve regressaria ao estado selvagem primitivo; que, sem autoridade, os homens se comeriam uns aos outros; que outra cousa não se pode esperar da "multidão ignara", dizem, a não ser a brutalidade e a guerra de cada um contra todos.

A mole humana pereceria se sôbre ela não velassem os seus eleitos, — o padre, o legiferador e o juíz cercados de seus indefectíveis áulicos, o polícia e o

carcereiro. São esses sêres privilegiados, quais salvadores da humanidade, que se opõem à luta fratricida, que inculcam o respeito à lei, que nos ensinam a disciplina e conduzem os homens com mão forte para estádios futuros em que melhores concepções terão desabrochado nos "corações empedernidos" e vierem então, por desnecessários, a substituir o látego, o cárcere e o patíbulo.

Excita-nos ao riso o dito célebre daquêle rei (1) que, ao partir para o exílio pelo édito da revolução de 1848, exclamava: "sem mim que vai ser de meus pobres vassalos!" Diverte-nos sobejamente o tipo do traficante inglês que está persuadido de descenderem seus compatriotas de uma longínqua tríbu de Israel e que, por êsse facto, é destino seu impôr um bom govêrno às "raças inferiores."

Nessa jactância do bretão nada há que estranhar. Não é certo que em todas as nações há, e por entre aquêles que alcançaram uma certa cultura, a mesma pretensão a serem superiores aos demais?

*
* *

E, entretanto, o estudo científico do desenvolvimento das sociedades e das suas várias instituições nos conduz a resultados completamente diferentes. Tal estudo nos prova que os usos e costumes que a humanidade estabeleceu através das idades no interêsse do apoio mútuo, da defesa mútua e da paz geral, foram elaborados precisamente pela "multidão anónima". E foram esses usos e costumes que permitiram

(1) — Luis Filipe.

N. do T.

ao homem, como às espécies animais ainda hoje subsistentes, de sobreviver na luta pela existência por entre as mais duras condições naturais.

A ciência cabalmente nos demonstra que os pretensos condutores de povos, herois e legisladores da humanidade, cousa alguma introduziram no curso da história que as sociedades não houvessem já elaborado pelo direito consuetudinário. Os melhores dentre êles nada mais fizeram que formular, sancionar, aquelas instituições já confirmadas pelos hábitos e costumes generalizados. Mas a maioria dêsses "salvadores" da humanidade o que procurou em todos os tempos foi, ou a destruição dessas instituições consagradas pelo direito consuetudinário que, evidentemente, estorvavam a formação de uma autoridade pessoal, ou a remodelação dessas mesmas instituições, porêm, em proveito próprio ou na defesa dos interêsses da sua casta.

*
* *

Desde os mais remotos tempos da história da humanidade, cujos vestígios se perdem nas trevas do período glaciário, que os homens viveram em sociedades. E nessas sociedades se elaborou toda uma série de instituições, rigidamente observadas, que outra finalidade não tinham senão a de tornar possível a vida em comum. Mais tarde, em todo o decurso da evolução humana, essa mesma fôrça criadora, apanágio da multidão anónima, foi sempre elaborando novas formas de vida social, de auxílio mútuo, de garantias de paz, à medida que o exigiam novas condições de existência.

Por outro lado, a ciência moderna demonstra à saciedade que a lei, qualquer que seja a presunção

que formemos da sua origem, — ou como de origem divina, ou como fruto da sabedoria de um legislador, — outra cousa não fez mais do que fixar, ou melhor, cristalizar sob uma forma permanente os costumes já existentes. Todos os códigos da antiguidade não passaram de meros registos de usos e costumes, gravados ou escritos, com o visível propósito de os preservar para as gerações vindouras.

Sómente que, ao fazê-lo, os nossos legisladores trataram de anexar, aos costumes consagrados, alguma cousa de seu, regras novas feitas no interêsse das minorias de ociosos ricaços, aguerridos para a batalha social, regras essas que, redundando sómente em vantagens para essas minorias, começavam desde logo por esboçar costumes de desigualdade e sancionar a submissão servil das massas.

*
* *

"Não matarás, não dirás falso testemunho", promulgava a lei mosaica. Porêm a essas excelentes regras de conduta, geralmente reconhecidas como tais naquêle tempo, Moisés acrescentava: "não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu escravo, nem o seu boi, nem o seu jumento", com que legalizou, por longos tempos, a escravidão e colocando assim a mulher no mesmo pé de igualdade que um escravo ou uma besta de carga.

"Amarás o teu próximo", proclamou depois o cristianismo, mas não se esqueceu de, pressurosamente, ajuntar pela boca do apóstolo Paulo: "escravos, obedecei a vossos senhores", "não há autoridade que não proceda de Deus", com que legitimava e deificava a divisão da sociedade em duas classes distintas: a dos senhores e a dos escravos, consagrando, por essa forma, a autoridade dos régios biltres que então dominavam em Roma.

Os próprios evangelhos, postoque inculcando a sublime ideia do perdão, do esquecimento das ofensas, que é a essência do cristianismo, proclamam a cada passo do seu texto a ideia de um deus vingador e, nessa conformidade, ensinam exactamente o contrário, não já o amor, mas a represália, a vingança.

*
* *

Em época posterior vemos produzir-se idêntico facto nos códigos dos povos chamados bárbaros, — dos gauleses, dos lombardos, dos germanos, dos saxones e dos eslavos, — após a derrocada do império romano. Estes códigos legitimavam um costume, por demais excelente, que, naquelas épocas, se generalizava, consubstanciado na prática de indemnizar, por meio de uma **compensação,** os actos de deferimento ou morte, em vez de aplicar, como era habitual nesses tempos, a lei de talião expressa nos termos: "ôlho por ôlho, dente por dente, golpe por golpe, vida por vida."

Não há duvida que ao instituirem essa prática, os códigos bárbaros representavam um progresso comparados com as práticas de retaliação em voga na vida tribal. Porêm, ao mesmo tempo esses mesmos códigos estabeleciam a divisão dos homens livres em classes distintas, a princípio mal perceptíveis, mas depois, com a intrusão da lei, sólidamente sancionadas.

Determinada compensação, — estatuiam aquêles códigos, — seria devida por um escravo, isto é, uma certa indemnização paga a seu senhor; uma soma

maior seria devida por um homem livre, e outra mais elevada por um chefe. Nêste último caso a compensação era tão elevada que implicava, para o homicida, na escravidão por toda a vida.

A ideia primária dessas distinções, estabelecidas pelos usos e costumes, era, sem dúvida, a de que a família de um chefe, morto em uma pugna, perdia, com o seu desaparecimento, muito mais do que a família de um cidadão livre ordinário que viesse a morrer em idênticas condições, daí o ter a primeira direito a uma compensação maior do que a devida à segunda.

Mas, convertendo êsse costume da época em uma **lei,** o código estabelecia simultâneamente, como já vimos, a divisão dos homens em **classes** e tão firmemente ficou o princípio assente que até hoje não lográmos desenvencilhar-nos dêle!

*
* *

Verificam-se os mesmos resultados compulsando todas as legislações anteriores até as actuais: a injustiça e a opressão, características de uma determinada época, se transmitem, mediante a lei, às épocas seguintes. Exemplos: a opressão do império persa se transmitiu, por essa via, à Grécia; a tirania macedónica passou a Roma; a opressão e a crueldade do império romano, as autocracias e teocracias orientais se propagaram aos novos Estados bárbaros em vias de formação e até à igreja cristã. Pela lei o passado se encadeia ao futuro.

Todas as garantias necessárias à vida das sociedades; todas as formas de vida societária elaboradas nas tríbus, ns comunidades aldeãs e, mais tarde, nas

cidades medievas; todas as formas de relações entre as diferentes tríbus e os **clans** e, posteriormente, entre repúblicas citadinas da idade média que forneceram os elementos básicos do estabelecimento do direito internacional; todas as formas de protecção mútua e de defesa da paz, inclusivé os tribunais populares e o júri, foram a obra do génio criador das multidões anónimas.

Já o mesmo não sucede com as **leis,** que todas, desde os mais longínquos tempos até nossos dias, se formaram pela juxtaposição de dois elementos diferentes: um que consolidava e fixava certos hábitos prèviamente reconhecidos como uteis para a comunidade e outro que estipulava um acréscimo a tais costumes, — muitas vezes uma maneira insidiosa de formular o costume já estabelecido, — com o evidente propósito de implantar ou reforçar a autoridade nascedoura do senhor, do nobre, do régulo e do padre, proclamando, sancionando e santificando o seu poder e a sua autoridade.

Tais são as conclusões a que nos leva o estudo científico do desenvolvimento das sociedades humanas feito durante a segunda metade do século findo por um bom número de cientistas conscienciosos. Certo é, porêm ,que na maioria dos casos, nem sempre os sábios ousaram, por sua conta, formular conclusões tão heréticas como as que acabamos de enunciar, mas o leitor inteligente chega necessariamente a elas pela leitura das obras daquêles autores.

IX

Logar do Anarquismo na Ciência Moderna

Que logar ocupa, então, o Anarquismo no grande movimento intelectual do século XIX?

A resposta a esta pergunta a encontramos delineada no que ficou dito nos capítulos precedentes dêste trabalho. Anarquismo, fundamentalmente, é uma concepção do universo baseada na interpretação mecânica (1) dos fenómenos da Natureza, compreendendo nesta igualmente os factos da vida social e seus múltiplos problemas de ordem económica, política e moral. Seu método de análise e de investigação é o das ciências naturais, quaisquer que sejam as conclusões a que, em um estudo, se chegue, a pretenderem de científicas, terão de ser verificadas pela adopção dêsse método, sem o qual não há verdadeira ciência. Sua tendência é fundar uma filosofia sintética que abranja todos os factos naturais, incluindo os que se relacionam com a vida das sociedades humanas sem, contudo, incorrer nos erros, já atrás referidos, pelas razões dadas, em que incorreram os grandes espíritos de Auguste Comte e Herbert Spencer.

E' evidente que, a tal respeito, o Anarquismo tem necessariamente que dar, a todas as questões suscita-

(1) — Outros melhor dirão **cinética** (relação entre a fôrça e o movimento), porêm êste termo sendo menos conhecido nos meios populares, preferimos o acima adoptado.

N. do A.

das pela vida moderna, soluções próprias; diferentes das que soem propor-se, e tomar atitude diversa da que teem os partidos políticos e, até certo ponto, divorciar-se dos próprios partidos socialistas que ainda não estão libertos de todo das velhas ficções metafísicas.

E' indubitável que uma concepção mecânica integral do universo, abrangendo a natureza física e as sociedades humanas, na parte sociológica dedicada ao estudo da vida e evolução das sociedades, está apenas esboçada. O pouco, entretanto, que, nêsse sentido, se tem feito até agora, — às vezes, valha a verdade, inconscientemente, — reveste-se já do carácter que temos vindo enunciando. Na filosofia do direito, na teoria da moral, da economia política e no estudo da história dos povos e das instituições sociais, o Anarquismo, por seus adeptos, manifestou peremptóriamente que não se satisfaria com as conclusões metafísicas dos pensadores de antanho, mas, ao contrário, que procuraria dar às suas conclusões uma base eminentemente naturalista.

O Anarquismo, por sua própria natureza, não se deixa colher nas malhas artificiosas das metafísicas de Hegel, de Schelling ou de Kant, e menos aìnda se deixa levar pela dialética dos comentadores do direito romano e do direito canónico, dos sábios professores do direito do Estado, da economia política dos metafísicos.

O que, primacialmente, o Anarquismo procura é expor e compreender, à luz meridiana dos factos positivos, todas as questões suscitadas naquêles domínios do saber, baseando-se, para isso, nos imensos trabalhos e estudos, de carácter profundamente naturalista, levados a cabo, por uma pléiade de pensadores

eminentes, durante os últimos decênios do século findo.

* *
*

Assim como as concepções metafísicas vazadas nas velhas expressões de "espírito do Universo", "fôrça criadora da Natureza", "atracção amorosa da matéria", "incarnação da Ideia", "finalidade da Natureza e sua razão de ser", "incognoscível", "humanidade", compreendendo-a no sentido de um sêr inspirado pelo "sôpro do espírito", e por aí fóra, — estão definitivamente desacreditadas no conceito científico e abandonadas de vez pela filosofia materialista (mecânica, ou melhor, cinética); assim como os germes das generalizações que se ocultavam por detrás dessas palavras sonoras se traduziram depois na linguagem concreta dos factos, — assim nós, os anarquistas, procedemos quando nos abeiramos dos factos da vida social.

Quando, na sua faina de persuadir um naturalista, os metafísicos pretendem que a vida intelectual e emocional do homem se desenrola segundo o panorama das "leis imanentes do espírito", o naturalista sorri e prossegue pacientemente o estudo dos fenómenos da vida, da inteligência, das emoções e das paixões com o nobre afã de provar que todos, afinal, podem reduzir-se a fenómenos físicos e químicos, procurando, destarte, descobrir as leis que os regem.

De igual modo, quando se fala a um anarquista que, segundo Hegel, "toda a evolução representa uma tese, uma antítese e uma síntese", ou que "o direito tem por escopo estabelecer a Justiça que representa a substancialização material da Ideia Suprema", ou

ainda, quando o interpelam sôbre "o objectivo da vida", — o anarquista, virando costas, pregunta a si mesmo: "como é possível que, no meio do enorme desenvolvimento das ciências naturais, ainda haja indivíduos tão tacanhos que continuem a crer na efectividade dêsse ôco palanfrório? como é crível que ainda haja gente tão atrazada que fale a linguagem do selvagem primitivo quando, levado pela sua condição, antropomorfizava a natureza que se lhe representava como uma cousa governada por sêres de formas humanas?"

Ora, os anarquistas não se deixam embair por essas sonoras frases, pois, demais sabem que elas só servem para acobertar, não apenas a ignorância, isto é, a investigação incompleta, mas, o que é peor, a superstição, isto é, o pesadelo do desconhecido. Assim é que, quando se lhes fala semelhante linguagem, passam adiante e, sem prestar a mínima atenção a tais objurgatórias, continuam o estudo das novas concepções sociais e das instituições do passado e do presente fieis sempre ao método naturalista.

E, com efeito, o anarquista acha que o desenvolvimento da vida das sociedades é, na realidade, infinitamente mais complexo e muito mais interessante, no seu aspecto prático, do que poderia ser o estudo das estéreis fórmulas metafísicas.

*
* *

Ultimamente tem-se gabado muito o uso do método dialético preconizado pelos social-democratas na elaboração do seu ideal socialista. Por anti-científico, repudiamos absolutamente êsse método que não se compara com o das ciências naturais que em tudo sobreleva aquêle.

O método dialético evoca na mente dos naturalistas qualquer cousa de anacrónico que fez sua época e desde há muito foi entregue ao olvido para honra da ciência. De todas as descobertas do século XIX, — em mecânica, em astronomia, em física, em química, em biologia, em psicologia, em antropologia, — nenhuma se fez pelo método dialético.

Toda a imensa série de aquisições do século as devemos ao uso do método indutivo-dedutivo, único científico conhecido. Ora, o homem sendo parte integrante da Natureza, como a sua vida pessoal e social é igualmente um fenómeno natural do mesmo modo que o crescimento de uma flor ou a evolução da vida em colectividades como as das formigas e as das abelhas, não vemos razão bastante para que, passando da flor ao homem, de uma comunidade de castores às populosas cidades humanas, tenhamos de abandonar um método que tão esplêndidos resultados até agora deu e busquemos outro no arsenal da estulta metafísica.

*

* *

A eficácia do método indutivo-dedutivo que empregamos nas ciências naturais está exuberantemente provada pelo impulso que, no século XIX, deu às ciências, de tal maneira que, em cem anos, fez mais do que, antes do seu emprêgo, se fizera em dois mil. E quando os cientistas, na segunda metade dêsse século, deram de aplicá-lo ao estudo das sociedades humanas, não toparam com qualquer obstáculo, por mínimo que fosse, que os obrigasse a retroceder à escolástica medieval ressuscitada por Hegel.

Mas há mais. Quando certos naturalistas, jungidos à sua educação burguesa, pretendendo basear-se no método científico de Darwin, deram de proclamar o princípio: **esmagai quem fôr mais fraco, tal é a lei da Natureza,** fácil foi provar-se, pelo mesmo método científico, que esses cientistas não só trilhavam falso caminho como não eram essas as legítimas conclusões a que chegara Darwin, visto semelhante lei não existir e a Natureza ensinar-nos cousa mui diversa, sendo, portanto, as suas conclusões o que há de menos científico.

Outro tanto se pode dizer a respeito da afirmação que tratam de inculcar-nos os economistas clássicos e na qual nos querem fazer crer a saber: **que a desigualdade de fortunas é uma "lei da Natureza"** e que a exploração capitalista representa a forma mais vantajosa de organização da sociedade.

E' precisamente por via da aplicação do método das ciências naturais aos factos económicos que conseguimos provar que as pretendidas "leis" da ciência social burguesa, incluindo a economia política actual, não são, de forma alguma, leis, no sentido científico do termo, mas simples suposições, gratuitas afirmações, que jamais alguem tratou de verificar.

*

* *

Uma palavra mais. A investigação científica só é frutífera com a condição de ter um **objecto** definido, de ser empreendida com o propósito de achar uma resposta, clara e terminante, a uma questão dada. Com quanta maior clareza se estabelecerem as relações entre o problema proposto e as linhas fundamentais da nossa concepção geral do Universo, tanto melhor se evidenciarão os resultados da investigação científica. E quanto mais esta se acomodar à con-

cepção geral, tanto mais fácilmente se encontrará a solução buscada:

Pois bem. Podemos exprimir nos seguintes termos o problema que o Anarquismo se propõe resolver: **"que formas sociais garantem melhor, em tais ou quais sociedades, e, por extensão, na humanidade, a maior soma de felicidade e, portanto, de maior bem-estar, de maior vitalidade?"** quais as formas de sociedade melhor adaptadas permitem conseguir-se essa soma de felicidade e como aumentar e desenvolver esta, quantitativa e qualitativamente, isto é, forneçam meios de tornar essa felicidade mais duradoura, completa e variada?" o que, diga-se de passagem, equivale a achar a fórmula do **progresso.**

O desejo de impulsionar a evolução nêsse sentido é o que determina o carácter de toda a actividade social, científica e artística do anarquista. E essa actividade, por seu turno; precisamente por causa da sua evidente coincidência com o desenvolvimento social naquela direcção, se converte em um manancial de crescente vitalidade, de vigor, de sentimento, de acção e de unidade com a espécie humana e as melhores fôrças vitais desta. Conseguintemente, essa actividade tornando-se a fonte de uma inesgotável vitalidade, trará, sem dúvida, uma soma maior de felicidade individual.

X

O ideal anarquista e as revoluções passadas

O Anarquismo, como já vimos, origina-se das indicações fornecidas pela vida prática.

GODWIN, contemporâneo da Grande Revolução de 1789-93, havia observado em pessoa como a autoridade do govêrno, criado durante a Revolução e para servir a mesma Revolução, se tornara, a breve trecho, um tropêço, e dos maiores, ao desenvolvimento do movimento revolucionário. Pôde tambem verificar **de visu** o que ocorria na Inglaterra sob os auspícios do Parlamento: a pilhagem das terras comunais, a venda dos empregos lucrativos, dos ofícios rendosos, a caça aos filhos dos pobres arrebatados das casas de trabalho por agentes assalariados que, com êsse único fim, percorriam o país e, em seguida, transportados para as usinas e feitorias do Lancashire onde, em massa, pereciam, apenas chegados, por carência absoluta do mínimo confôrto.

GODWIN, dentro em breve, compreendeu que um govêrno qualquer, que fosse mesmo o de uma "República Una e Indivisível" dos jacobinos, nunca poderia realizar a revolução social que se almeja, — a Revolução Comunista; que mesmo um govêrno revolucionário, já pelo simples fato de ser, por sua natureza, o guardião do Estado e dos privilégios que todo o Estado tem a defender, se faz prontamente um estôrvo à obra da revolução.

GODWIN compreendeu perfeitamente, e com denôdo proclamou a ideia, genialmente anarquista, de que, para o triunfo da Revolução, devem os homens, em primeiro logar, libertar-se da sua arcaica fé no poder da Lei, da Autoridade, da Unidade, da Ordem, da Propriedade e de outras superstições herdadas dos tempos passados em que os seus progenitores eram escravos.

O segundo teórico do Anarquismo, vindo após Godwin, foi Proudhon que, contemporâneo da revolução de 1848, a viu fracassada. Proudhon pôde ver, com os seus próprios olhos, não só os crimes cometidos pelo govêrno republicano, como convencer-se da improficuidade do socialismo estatista de Louis Blanc que vinha sendo preconizado. Sob a recente impressão do que havia visto durante o movimento insurrecional de 1848, escreveu a sua formidável obra IDÉE GÉNÉRALE DE LA RÉVOLUTION AU XIX° SIÈCLE na qual, resolutamente, proclama o Anarquismo e a conseqùente abolição do Estado.

*
* *

Posteriormente, no seio da célebre Associação Internacional dos Trabalhadores, a concepção anarquista se afirma energicamente após uma outra revolução — a da Comuna de Paris em 1871. A total carência de poder revolucionário de que deu provas o Conselho da Comuna, no qual, aliás, figuravam, em uma justa proporção, representantes de todas as fracções revolucionárias da época, jacobinos, blanquistas e internacionalistas, e a incapacidade do Conselho Geral da Internacional, com residência em Londres, manifesta nas suas ineptas e prejudiciais pretensões a governar o

movimento parisiense mediante ordens emanadas da Inglaterra, foram duas severas lições que abriram os olhos às massas. Esses fatos levaram várias federações da grande Associação, e a não pequeno número de seus mais proeminentes membros, entre os quais se contava o famoso Bakunine, a meditar sôbre os males de toda a espécie que resultam do emprêgo da autoridade, ainda mesmo quando eleita na maior liberdade como foi o caso na Comuna e na Internacional Operária.

Alguns mêses mais tarde, a decisão do Conselho Geral da Internacional tomada em uma conferência secreta, convocada em Londres em 1871, preterindo o Congresso anual correspondente, cavou ainda mais fundo as manifestas inconveniências de um govêrno na Internacional. De acôrdo com a funesta resolução tomada, as forças daquela Associação que, até então, se agrupavam para a luta económica e revolucionária pela acção directa das uniões operárias contra o crescente capitalismo patronal, iriam, d'ora-avante, ser lançadas em um movimento eleitoral, político e parlamentar em que acabariam por se estiolar e destruir, não mais readquirindo poder efectivo algum sôbre os acontecimentos revolucionários.

Essa decisão produziu, como seria natural, a revolta declarada das federações latinas da Associação: as espanholas, as italianas, as jurássicas e, em parte, as belgas, contra o Conselho Geral de Londres. Dessa rebeldia data o movimento anarquista contemporâneo.

Vemos, pois, que o movimento anarquista se renova cada vez que recebe a impressão de alguma grande lição prática, — donde o derivar a origem de seus ensinamentos dos ditames práticos da vida social.

De-facto, dado o impulso a êsse movimento de renovação de ideias, o Anarquismo procura desde logo

elaborar a expressão geral de seus princípios e estabelecer as bases teóricas e científicas de seus ensinos. Dizemos **científicas** as bases dos nossos princípios, não no sentido da adopção de um vocabulário incompreensível ou no sentido de recorrer ao estafado formulário da metafísica, mas no sentido exáto de encontrar os seus sólidos fundamentos nas ciências naturais da época, das quais, em seu conjunto, constituem um dos florões mais prolíferos.

*
* *

Ao mesmo tempo que essa fermentação de ideias se dá, os anarquistas trabalham por desenvolver e realizar o seu ideal.

Nenhuma luta terá êxito, — e isto é certo, — se inconscientemente praticada, se não tiver um objetivo definido, concreto, a realizar. Nenhuma destruição do existente é possível, sem que, durante o período destrutivo e das lutas que levam a essa destruição, tenhamos sabido formular mentalmente o que deve suceder ao que pretendemos derrubar. Nem mesmo a crítica teórica do que existe é possível sem que cada um represente no espírito, mais ou menos nítida, a imagem daquilo que deseja ver em substituição ao atualmente existente. Consciente ou inconscientemente, o **ideal,** a concepção de algo melhor, precede a sua realização, perdura no espírito daquêles que se abalançam a criticar as instituições existentes.

E', precisamente, o caso dos homens de ação. Dizer às massas: "destruamos primeiramente o capitalismo ou a autocracia e depois pensaremos no que se deve pôr no seu lugar", é, ingenuamente, enganar-se a si próprio e ludibriar os outros. **Jamais se criou uma**

fôrça real, construtiva, empregando a decepção. Tão verdadeiro isto é que mesmo os que sustentam aquêle princípio e depreciam o ideal, teem, contudo, uma concepção qualquer, embora imperfeita, do que desejariam ver realizado que substituisse aquilo que combatem.

Exemplos não faltam: enquanto uns, trabalhando por demolir a autocracia na Rússia imaginam em seu logar, num futuro próximo, uma constituição semelhante à inglesa ou à alemã, outros sonham com uma república, quiçá submetida a uma potente ditadura do seu partido, ou então com uma república-monárquica, do tipo da francesa, ou ainda com uma república federativa análoga às dos Estados Unidos ou do Brasil. Temos um terceiro grupo de indivíduos que pensam em estabelecer uma maior limitação dos poderes do Estado, e, consequêntemente, uma mais ampla liberdade para as cidades, vilas e comunas, para as uniões operárias e para toda a classe de agrupamentos unidos entre si por livres federações, de caráter temporário, cousas estas que jamais se alcançarão em qualquer república.

Quem se propõe a atacar o capitalismo tem sempre na cabeça uma tal ou qual concepção, uma ideia vaga ou definida, do que deseja ver substituir-se ao regime do capitalismo burguês atual: ou o capitalismo do Estado ou uma nova espécie de comunismo estatista, ou ainda uma federação de associações, mais ou menos comunistas, organizadas para a produção, a troca e o consumo do que é possível obter-se do solo e do que, porventura, se fabricar.

Cada partido tem, conseguintemente, uma concepção própria do futuro, — um ideal que lhe permite formular juizos próprios sôbre todos os fatos da vida política e económica das nações e que o guia na averiguação dos meios mais adequados de acção para che-

gar mais proficuamente e mais rapidamente ao fim apetecido.

E', portanto, muito natural que o Anarquismo, posto que originário das lutas sociais de todos os dias, trabalhe no sentido de concatenar o seu ideal. E, por sua natureza, êsse ideal, êsse objetivo, em-fim, os seus planos de reorganização social, logo vieram a distinguir os anarquistas, nos seus meios de ação e de propaganda, de todos os partidos políticos e tambem, em grande parte, dos partidos socialistas que ainda alimentam a estulta ideia de ser possível manter-se o anacrónico ideal do direito romano e canónico do Estado para o transportar à sociedade futura dos seus sonhos.

SEGUNDA PARTE

O Anarquismo

O ANARQUISMO

I

Os princípios

Já vimos dos capítulos precedentes por que série de considerações de ordem histórica, etnológica e económica, bem como pelos ensinamentos da vida moderna, foram os anarquistas levados a uma concepção da sociedade mui diferente da que visam, como ideal, todos os partidos políticos autoritários.

Os anarquistas concebem a sociedade como uma vasta rêde de associações de toda a espécie em que as relações mútuas dos membros que as compõem são reguladas, não por leis, — herança de um passado de opressão e barbárie, — não por autoridade, — quér estas sejam levadas ao poder por eleição, quér por herança de seus antepassados, — mas organizadas mediante convénios ou acôrdos entre as partes componentes, livremente aceites e a todo o tempo revogáveis, garantidos por hábitos e costumes sociais que longe de se petrificarem pela lei, pela rotina ou pela superstição, incessantemente evoluem e continuamente se ajustam às novas necessidades de uma vida livre, pelo progresso das ciências, das invenções e do constante engrandecimento dos mais elevados ideais humanos.

Abolição, portanto, da autoridade que regulamente a vida e imponha restrições obrigando os outros à sua execrável vontade. Supressão do govêrno do homem pelo homem; substitua-se por uma contínua evolução, ora rápida, ora lenta, como se observa em a Natureza, todo o princípio coercitivo, de cristalização e de imobilidade. Liberdade de ação ao indivíduo para o integral desenvolvimento de todas as suas capacidades naturais de modo a assegurar de-fato a sua plena **individualização,** isto é, do que nêle possa haver de pessoal, de original. Por outros termos: nada de coação, nada de que resulte uma imposição ao indivíduo sob a ameaça do temor ou do castigo, qualquer que seja a forma adoptada, ou de punição sobrenatural ou mística: a sociedade nada solicitará do indivíduo que êste não haja livremente consentido, portanto, igualdade absoluta de direitos para todos.

Em uma **sociedade de iguais,** onde o temor não existir, não receamos de modo algum, por parte de uns poucos indivíduos, a prática de actos anti-sociais que possam tomar proporções desmedidas e ameaçadoras à tranqüilidade e marcha natural da sociedade. Uma sociedade de homens livres saberá muito melhor premunir-se contra a prática desses actos do que as sociedades actuais que confiam a defesa da sua moralidade à polícia, aos espiões, às prisões, — aos carcereiros, aos carrascos e seus aguazis. Em vez de remediar à pretendida prática desses actos, saberá antes preveni-los judiciosamente.

Tal é, em síntese, a concepção social, exposta, desenvolvida e preconizada pelos anarquistas.

*
* *

Se é certo que, até ao presente, não houve sociedade alguma que pusesse em prática os princípios enunciados, não há negar, por outro lado, que a humanidade tem vindo lutando, através dos tempos, pela sua realização, tão manifestas são as tendências. Sempre que certos elementos da sociedade conseguiam, por algum tempo apear as autoridades opressoras ou eliminar as desigualdades que nela se haviam incrustado, como a escravidão, a servidão, a autocracia, o domínio de determinadas castas ou classes; sempre que na sociedade irrompiam novos lampejos de liberdade e de igualdade, o povo, as multidões oprimidas, procuravam, a todo o transe, pôr em prática, ao menos parcialmente, os princípios novos que a incontida marcha das ideias teria estabelecido.

Pode-se, pois, dizer que o Anarquismo é um certo ideal de sociedade que difere essencialmente de todos quantos, até hoje, foram preconizados pela maioria dos filósofos, cientistas e chefes políticos que teem nutrido a pretensão de arregimentar a humanidade e governar os homens por meio de leis. E' certo que nunca foi o ideal dos privilegiados; mas não é menos certo que foi, na mór parte dos casos históricos, o ideal, mais ou menos conscientemente disputado, das massas.

Seria, entretanto, lastimosamente falso dizer-se que êsse ideal societário seja uma **utopia** no sentido em que esta palavra, na linguagem corrente, é empregada para significar algo de irrealizável em qualquer época. Tomada no seu sentido corrente e usual, a palavra UTOPIA sómente deverá limitar-se às concepções sociais unicamente baseadas em simples raciocínios teóricos como cousas **desejáveis** para o ponto de vista do escritor, mas nunca aplicar-se às concepções baseadas na **observação** do que vemos já esbo-

çar-se no seio das sociedades humanas. Tais são, para exemplificar, as utopias da **República** de Platão, o Império Católico ou a Igreja Universal dos Papas, o Império Napoleónico, os sonhos delirantes de Bismarck, o Messianismo de Mickiewicz e de todos os poetas, que esperam um dia o advento de um salvador que traga ao mundo grandes ideias de renovação.

Mas seria evidentemente falso aplicar a palavra UTOPIA a previsões apoiadas, como o são as mantidas e defendidas pelo Anarquismo, **no estudo das tendências que notóriamente se manifestam na evolução das sociedades em marcha para o futuro e nas induções que estas, desde já, nos fornecem.** Saimos assim da previsão utopista para entrarmos francamente nos domínios da ciência.

No caso que nos concerne é tanto mais falso falar de utopia quanto é certo que as tendências que assinalamos teem desempenhado papel extremamente importante na história das civilizações, pois que, — cumpre não o esquecer, — **foram essas tendências que deram origem ao direito consuetudinário, direito que dominou na Europa do quinto ao décimo-sexto séculos.** Depois de haverem feito, durante mais de três séculos, a experiência do Estado, as sociedades civilizadas modernas reproduzem essas mesmas tendências e, precisamente, na observação dêstes fatos, que sobremaneira devem interessar a quem houver de proceder ao histórico da nossa civilização, é que nos baseamos para vermos no Anarquismo um ideal, não só teoricamente admissível, como praticamente realizável.

Argumenta-se-nos que grande distância medeia entre o ideal teórico e a sua prática realização. A semelhante argumentação apenas oporemos, a título de recordação, o que se passava nos finais do século XVIII, exactamente no momento em que se constituiam

os Estados Unidos sob o regime republicano. Nêsse tempo se considerava néscia utopia, ideia absurda, o pretender-se fundar uma sociedade de certa extensão, que não o fosse por meio de uma monarquia! E, todavia, as repúblicas da América do Norte e do Sul, bem como as da França e da Suíça, provaram, aos olhos de todo o mundo, que "utopistas" não eram os republicanos que assim realizavam o seu ideal político, mas sim os incensadores das monarquias que não acompanhavam o progresso das ideias. Estes, e não aquêles, é que foram verdadeiros "utopistas", poisque, guiados unicamente pelas suas **aspirações,** movidos apenas pelos seus **desejos pessoais,** não enxergaram as **tendências** novas que se vinham manifestando nas sociedades, que, ao tempo, se traduziam na ação de sacudir o jugo das tradições monárquicas, às quais atribuiam uma demasiada longa estabilidade sem inquirirem se elas estariam conformes às necessidades humanas e não seriam simplesmente o resultado de determinadas condições históricas temporárias.

*
* *

Quando se estuda a génese da ideia anarquista vemos, o que já acentuámos no início dêste trabalho, que ela tem uma dupla origem: em primeiro lugar assenta na crítica das organizações hierárquicas e das concepções autoritárias em geral; secundariamente, na análise das explícitas tendências sociais que irrompem naturalmente dos movimentos progressivos da humanidade, quér pêlo que concerne ao passado, quér, sobretudo, pelo que respeita ao futuro.

Desde os tempos mais remotos, desde a falada idade da pedra, que os homens se foram apercebendo dos inconvenientes resultantes do fato de um certo número dêles adquirir uma autoridade pessoal, ainda mesmo que fossem dos melhores dotados quanto à inteligência, bravura e saber.

Desde essas remotas idades que os nossos antepassados vieram actuando no sentido de criar e desenvolver uma série de instituições que lhes permitiam lutar contra a erecção e permanência de tal autoridade. As suas tribus, os seus **clans** e, mais tarde, as comunas campesinas, as **guildes** medievais (corporações fraternais, de artes e ofícios, de mercadores, de caçadores, etc.) e, finalmente, as cidades livres que medraram no período que vai do século XII ao XVI, foram instituições de defesa surgidas espontâneamente do seio do povo, e não de chefes, que tinham por escopo resistir à autoridade incipiente que se vinha subrepticiamente introduzindo nos seus usos e costumes e imposta, ou por conquistadores estrangeiros, ou pelos próprios membros da tribu, do **clan** ou da cidade.

Essa mesma tendência do povo se fez fortemente sentir nos movimentos religiosos das multidões, notadamente na sublevação dos hussitas (partidários de João Huss) na Boémia no século XV e na ação dos anabaptistas, precursores da Reforma operada no século XVI, movimentos êstes que, como se sabe, repercutiram decisivamente em toda a Europa.

Mais tarde, no período de 1793-94, a mesma corrente de ideias e de ação se revelou vigorosa na actividade, notavelmente independente e construtiva, das "secções" de Paris e de todas as grandes cidades e não pequeno número de comunas da França. (Vide a nossa obra sôbre a **Grande Revolução.**)

Posteriormente, logo que a indústria moderna começou a desenvolver-se, deparamos a mesma tendência nas uniões operárias que se formaram na Inglaterra e na França, não obstante as leis draconianas que terminantemente proibiam tais uniões, e na elaboração dêsses movimentos depara-se-nos igualmente o mesmo espírito popular procurando, por todas as formas, defender-se, desta vez, porêm, contra o despotismo capitalista.

Tais foram, nos tempos decorridos, as principais correntes populares de caráter essencialmente anarquista.

II

As ideias anarquistas na história

PROUDHON — STIRNER

Impregnados, como evidentemente o foram, de um certo espírito anarquista, esses movimentos não se desenvolveram sem deixar sulcos profundos na literatura escrita.

E, com efeito, os vamos encontrar no grande pensador chinês que foi Lao-Tseu, que morreu 450 anos antes da era actual, e nalguns dos mais antigos filósofos gregos, como Arístipo e os hedonistas, Zenão e alguns estoicos, quatro séculos anteriores ao calendário usual.

Todavia, porque em sua essencia o espírito anarquista mergulhava raízes nas massas e não nos cenáculos de sábios, — os quais, na verdade, escassas simpatias nutriam pelos movimentos populares, — os pensadores da época, em geral, não procuravam extrair a ideia profunda e fundamental em que se inspiravam tais movimentos.

Em todos os tempos, e isto é sabido, os filósofos e os sábios preferiram sempre favorecer e justificar as tendências governamentais e o espírito de disciplina hierárquica. Constituiu seu predilecto estudo, desde o alvorecer das ciências, a arte de governar e essa é, sem dúvida, a razão por que não nos deve surpreen-

der o facto de serem raros na antiguidade os pensadores de tendências acentuadamente anarquistas.

Dêsses poucos, o estoico grego Zenão foi um. Prègava a comunidade livre, sem govêrno de espécie alguma, em oposição à utopia estatista de Platão, na sua célebre **República.** Zenão, já nêsse tempo, punha em evidência o instinto de sociabilidade que a natureza, segundo o seu parecer, desenvolve em oposição ao instinto egoísta da preservação do indivíduo. Previa um tempo em que os homens se uniriam por sôbre as fronteiras e constituiriam o "Cosmos", o Universo, sem necessidade de leis, de câmaras legislativas, de tribunais, de templos, nem sequer de moeda para o intercâmbio de seus serviços. As suas próprias expressões parecem-se, ao que é dado verificar, de modo notável às que modernamente empregam os anarquistas (1).

O bispo de Alba, Marco Girolamo Vita, professava em 1553 ideias semelhantes contra o Estado, as suas leis e sua "suprema injustiça" (1). Vamos encontrar as mesmas ideias nos hussitas, especialmente em Chelcicki, no século XV, nos primeiros anabaptistas e seus precursores do século IX que foram os racionalistas da Arménia.

Rabelais, o imortal autor do **Gargantuá** e **Pantagruel,** na primeira metade do século XVI, e, sobretudo, o enciclopedista Diderot, na segunda metade do século

---

(1) Vide sôbre Zenão a obra do professor G. Adler, **Geschichte des Socialismus und Kommunismus von Plato bis Gegenwart**, 1899 (História do Socialismo e do Comunismo desde Platão até a época atual).

Vide igualmente o artigo ANARQUISMO publicado na "Enciclopédia Britânica", undécima edição. — N. do A.

(1) Vide: Dr. E. Nys, — **Recherches sur l'économie politique**, Paris, 1898, pag. 222.

XVIII, desenvolveram as mesmas ideias, as quais, justo é reconhecer, encontraram certa expressão prática no tempo da Revolução Francesa.

Mas foi o britânico William Godwin, — veja-se o que deixámos escrito nos começos do capítulo X dêste estudo, pag. 109, — quem pela primeira vez expôs, em 1793, os princípios políticos e económicos do Anarquismo. Sem empregar na sua exposição esta palavra, definiu-lhe, entretanto, claramente os princípios, atacando rijamente as leis, provando a inutilidade do Estado e, finalmente, sustentando que, só com a abolição dos tribunais, seria exequível a verdadeira Justiça, — único fundamento real de toda à sociedade. Relativamente à parte económica, à propriedade, preconizava abertamente o comunismo (2).

*
* *

Proudhon foi, porêm, o primeiro que empregou deliberadamente a palavra "An-arquia" no sentido de

---

(2) Quanto a esta última parte, a exposição íntegra das doutrinas sociais de Godwin, sómente se encontra na primeira edição, publicada em Londres em 1793, da sua extraordinária obra AN ENQUIRY CONCERNING POLITICAL JUSTICE AND ITS INFLUENCE ON GENERAL VIRTUE AND HAPPINESS (Investigação àcêrca da Justiça Política e da sua influência sôbre a Virtude Geral e a Felicidade) em dois volumes in-4.º. A segunda e terceira edição dessa mesma obra, publicadas em 1796-1798 em dois volumes in-8.º, em consequência das perseguições movidas pelo govêrno inglês contra os amigos e cooperadores republicanos de Godwin, não trazem a parte em que o autor expunha as suas opiniões comunistas, atenuando quanto escrevera na primeira contra o Estado e o govêrno.

Uma exposição sintética das doutrinas de Godwin pode ser vista na obra de A. Menger, adiante citada, **O Direito ao Produto Integral do Trabalho**, cap. III — N. do A. e do T.

ausência de govêrno e submeteu a uma severa crítica os inúteis esforços dos homens em procurarem, para si próprios, um govêrno tal que pudesse impedir o domínio dos fracos pelos fortes, dos pobres pelos ricos, e, ao mesmo tempo, permanecer sob a rigorosa inspecção dos governados. As reiteradas tentativas feitas em França desde 1793 para obter-se uma Constituição modelar que plenamente correspondesse a êsse **desideratum** e o malôgro da revolução de 1848, forneceram a Proudhon vasto arsenal de preciosos materiais para fundamentar a sua crítica demolidora.

Inimigo de todas as formas de socialismo de Estado, das quais, aliás, os comunistas daquêle tempo (1840-1850) nada mais eram do que simples subdivisões, Proudhon criticava acerbamente todos os planos de revolução contidos nesses especimes de socialismo e tomando de Robert Owen o sistema de "bonus de trabalho", desenvolveu a sua concepção de **Mutualismo** que tornaria inútil, a seu ver, toda a forma de govêrno político.

O valor mutatório de todos os produtos podendo ser avaliado ou expresso, assim o afirmava o famoso revolucionário, pela quantidade de trabalho social necessário para os produzir, todas as trocas entre produtores poderiam muito bem efetuar-se por intermédio de um Banco Nacional que aceitasse em pagamento os "bonus de trabalho". Similarmente funcionaria uma Câmara de Compensação (**Clearing House**), como já hoje existem para os negócios bancários em todos os países, que estabeleceria diariamente, em um retrospecto demonstrativo, o balanço das entradas e saidas.

Pretendia Proudhon que os serviços prestados por essa forma entre as diversas entidades produtoras se equivaleriam e, nessa conformidade, o Banco Nacional

estaria habilitado a facilitar empréstimos às associações de trabalhadores para incrementar a produção, empréstimos esses que, evidentemente, não o seriam em moeda-dinheiro, mas em "bonus de trabalho", sem intuitos de lucro de qualquer espécie, fornecidos apenas com uma sobrecarga, no máximo de um por cento anual, a título de cobertura das despesas administrativas. Nessas condições, o capital emprestado sem juros perderia inteiramente o seu caráter pernicioso e não poderia, portanto, ser empregado como instrumento de exploração. Proudhon deu ao seu sistema mutualista os mais largos desenvolvimentos para confirmar assim as suas ideias anti-governamentais e anti-estatistas.

Com todos os visos prováveis, Proudhon não conheceu, de-certo, os precursores ingleses do seu sistema; o fato é que a parte mutualista do seu programa fôra, já em 1824, na Inglaterra, exposta e desenvolvida por William Thompson, (1) — que, de mutualista a princípio, se tornara depois comunista, — e pelos continuadores ingleses da sua obra que foram, para não citar senão os principais, John Gray (1825-1831), John Hodgskin (1825-1832), J. F. Bray (1839) e Charles Bray (1841).

Embora esses autores não houvessem formulado

(1) WILLIAM THOMPSON, falecido em 1833, era partidário de uma forma de socialismo muito avançado. Deve ser considerado, com inteira justiça, como o **mais eminente** fundador do socialismo científico moderno. Foi nas suas obras, notadamente na **"An Inquiry into the Principles of the Distribution of Wealth most conducive to human Happiness"**, publicada em 1824, que os socialistas posteriores, Saint-Simon, Proudhon, Marx e outros, se inspiraram directa ou indirectamente. Aquela é, certamente, a obra a que Kropotkin se refere. — N. do T.

a An-arquia, como o fizera Proudhon e seus continuadores, é, todavia, certo que uma corrente de pensamento anarquista soprava rijo em todo o socialismo inglês desses anos, como, de-resto bem o nota o professor britânico Foxwell no seu estudo introdutório à versão inglesa da notável obra do professor da Universidade de Viena, Anton Menger, **O Direito ao Produto Integral do Trabalho** (1).

* * *

Nos Estados Unidos representava essa mesma tendência Josiah Warren que, a princípio, membro da colónia "New Harmony" organizada por Obert Owen, se voltou depois contra o comunismo, fundando, no ano de 1827, em Cincinnati, um "estabelecimento" **(store)** onde os produtos se trocavam na base do valor dado às horas de trabalho e dos "bonus de trabalho". Institutos desta natureza ainda existiam em 1865 sob as denominações de **Equity Stores, Equity Village** e **House of Equity** (Estabelecimentos, aldeia e casa da Equidade).

As mesmas ideias de troca, esta baseada na medida do valor segundo a quantidade de trabalho exigido para a produção das cousas, foram propagadas na Alemanha em 1843-45 por Moses Hess e Karl Grün, e na Suiça por Wilhelm Marr, — filiados às doutrinas do francês Babeuf, — que combatiam as doutrinas comunistas autoritárias de Wilhelm Weitling expostas na sua obra **Garantien der Harmonie**

(1) A edição original, — **Das Recht auf den vollen Arbeitserpag,** austríaca, é de Viena, 1886. A edição francesa saiu sob o título **"Le Droit du Produit Intégral du Travail, étude historique"**, da 2.ª edição original. Paris, 1900. — N. do T.

und Freiheit (Garantias da Harmonia e da Liberdade) publicada em 1842.

Em completa oposição ao forte comunismo autoritário de Weitling, que conseguira recrutar um grande número de adeptos por entre o operariado alemão, apareceu em 1844 a obra de um hegeliano alemão, MAX STIRNER, cujo verdadeiro nome era Johann Caspar Schmidt (1806-1856), intitulada **Der Einzige und sein Eigenthum** (O Único e a sua Propriedade), que durante longos anos permaneceu sepulta no olvido e só há poucos anos redescoberta, digamos, por um dos seus mais ardorosos discípulos, John Henry Mackay, autor êste de um romance de costumes operários intitulado **Os Anarquistas,** onde defende as teorias sociais individualistas (1).

A divulgação da obra de Stirner, que a muitos então preocupou, produziu, nos meios anarquistas da época, certa sensação; foi considerada como uma espécie de manifesto dos anarquistas individualistas. Ela é uma manifesta revolta contra o Estado e contra a nova tirania, já delineada, que seria, indubitàvelmente, imposta se o comunismo autoritário vingasse na sua realização prática.

---

(1) — Da obra de Stirner existem em francês, sob o título **L'Unique et sa Propriété,** duas versões, ambas publicadas em Paris em 1900: uma de R. L. Reclaire, editada pela livraria P. V. Stock, constituindo o vol. 28.º da "Bibliotèque Sociologique"; outra de Henri Lasvignes, edição da "Revue Blanche".

A novela de Mackay, **Die Anarchisten,** 1893, original alemão, conquanto o autor fosse escocês, acha-se traduzida em francês sob o título **Les Anarchistes, moeurs de la fin du XIX Siècle,** publicada em 1904 pela mesma livraria de P. V. Stock e constitui o vol. 5.º da referida "Bibliothèque Sociologique".

N. do T.

Raciocinando como verdadeiro metafísico da escola de Hegel, Stirner proclamava a integra reabilitação do "Ego", a supremacia do indivíduo em todos os tons, e, por êsse caminho, chega na sua obra a defender o mais completo **amoralismo** (moral inexistente) e preconiza a "Associação dos Egoístas".

É, todavia, fácil compreender, — como claramente o demonstraram mais de um autor anarquista e não-anarquista, e há poucos anos ainda o professor da Universidade de Rennes, Victor Basch, no seu interessante livro **L'Individualisme Anarchiste — Max Stirner,** — publicado pela livraria de Félix Alcan em 1904, — que esta nova espécie de individualismo tendo por exclusivo objecto o **pleno desenvolvimento,** não de todos s componentes da sociedade, senão unicamente de alguns, considerados os melhor dotados, sem ter em atenção o direito de todos a êsse mesmo **pleno desenvolvimento,** outra cousa não seria mais do que um regresso dissimulado, sob os auspícios do Estado, ao monopólio da educação actual em favor de um diminuto número de indivíduos, — nobres ou burgueses. Em sua simpleza significa isso, nem mais nem menos, a concessão do "direito ao desenvolvimento integral do indivíduo" a uma casta de privilegiados.

Ora, semelhantes monopólios não poderão manter-se, a menos que uma legislação monopolista e que o Estado exerça por coacção, os proteja convenientemente, além de que as conclamações de tais individualistas os levam necessariamente à reconstituição da ideia fundamental do Estado e da autoridade que tão excelentemente haviam criticado e combatido. A sua posição é idêntica à de Spencer, que já expusemos, e dessa escola de economistas conhecida sob a designação de "escola de Manchester", que tam-

bem começam por uma crítica severa do Estado, mas acabam por reconhecer-lhe em cheio as variadas funções com o fim de manter o monopólio da propriedade de que o Estado foi sempre guarda zeloso e forte.

III

AS IDEIAS SOCIALISTAS NA INTERNACIONAL

A FUNDAÇÃO DA "INTERNACIONAL"

Comunistas autoritários e Mutualistas

Ocupámo-nos até aqui com o desenvolvimento das ideias anarquistas desde a Revolução e do tempo de Godwin até Proudhon. Trataremos agora dos seus mais amplos desenvolvimentos de que foi teatro a ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES, que tantas esperanças deu ao proletariado universal e não poucas canseiras deu à burguesia nos anos de 1868-70, nas vésperas da guerra franco-alemã.

Que essa Associação não foi fundada por Karl Marx, ou qualquer outra personalidade de destaque, como **nos** querem fazer crer os marxistas e os cultuadores de **herois**, é um facto já agora mais do que provado. Ela foi a obra do encontro fortuito, em 1862, em Londres, de uma delegação de operários franceses, vindos para visitar a Segunda Exposição Universal, com os representantes das corporações inglesas de ofícios **(Trades Unions),** aos quais se agregaram

alguns radicais ingleses para receberem aquela delegação.

Os laços de solidariedade, estabelecidos por via desta primeira visita, tornaram-se mais firmes e coesos em 1863 a quando da realização de um comício de simpatia pró-Polónia, sendo destas aproximações que resultou, no ano seguinte, a fundação da célebre Associação.

A confirmar quanto dizemos sôbre êsse facto capital da união do proletariado universal, referiremos, ainda que de passagem, os termos de um interessante debate relatado em uma das actas das sessões do Conselho da "União Operária Internacional", realizadas a 13 e 20 de Março de 1878. Ecarius, um dos fundadores da Associação, queria que se suprimisse, em um apêlo do Conselho, uma frase em que se afirmava ter sido a "Internacional" fundada por ocasião da Exposição Universal de 1862, substituindo-se por estoutra: "inspirados por esta necessidade (a da união dos proletários de todos os países), os operários franceses e ingleses, unidos por um laço de profunda simpatia pela Polónia, em 1863, concluiram uma aliança com fins políticos e sociais, resultando de tal aliança a fundação da ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES em Setembro de 1864". Esta ementa provocou, na sessão de 20 de Março, uma discussão muito animada durante a qual um delegado presente, Jung, que assistira à fundação da "Internacional" e fôra até um dos membros do seu Conselho Geral, confirmou que, na verdade, a Associação Internacional dos Trabalhadores tivera por início o facto da reunião dos operários por ocasião da Exposição de 1862.

*
* *

Já em 1830, Robert Owen intentara organizar na Inglaterra, além da sua "Grande União Nacional de Ofícios" **(Great National Trades'Union)**, uma "União Internacional de Todos os Ofícios" **(International Union of All Trades)**. Mas logo a sua ideia teve de ser abandonada em virtude das selvagens perseguições do govêrno inglês contra a primeira daquelas organizações.

Todavia, a ideia não foi semeada em terreno sáfaro. Permanecia latente na Inglaterra e veio a encontrar adeptos na França; depois do fracasso da revolução de 1848 foi, por alguns poucos emigrados franceses, transportada aos Estados Unidos onde a propagaram ardorosamente através de um jornal intitulado L'INTERNATIONALE.

Embora na maioria mutualistas da escola de Proudhon, os operários franceses vindos a Londres em 1862 e os membros ingleses das TRADES UNIONS declaradamente partidários das doutrinas de Robert Owen, não tiveram dúvida em se coligarem e o resultado dêsse congraçamento foi a fundação de uma formidável organização operária, criada para o fim de combater os patrões no terreno económico e para romper com a táctica de todos os partidos radicais puramente políticos (1).

Em Marx e outros, essa união das duas principais correntes operárias socialistas da época encontrou decidido apoio dos remanescentes da organização política secreta dos comunistas-maerialistas que representavam ao tempo o que fôra possível conservar das sociedades

---

(1) — Vide: **W. Tcherkesoff, — Précurseurs de L'Internationale**, (vol. 16.º da "Bibliothéque des **Temps Nouveaux**), Bruxelles, 1899, — cap. I.

N. do T.

secretas organizadas por Barbés e Blanqui em 1830-40, as quais, paralelamente com as sociedades secretas alemãs, tiveram a sua origem na conspiração de Babeuf em 1794-95.

*
* *

O leitor deve estar lembrado do que leu no cap. V do presente estudo a respeito do que foi o despertar do espírito cientifico nos anos de 1856-1862, notáveis pelo admirável surto das ciências naturais e da filosofia. Foram esses tambem os anos em que se observou um despertar quase geral, na Europa e na América, das ideias radicais.

Esses dois grandes movimentos sacudiam igualmente as massas trabalhadoras, que então começaram por compreender que só a elas incumbia a tarefa de preparar a revolução proletária. A gloriosa campanha de Garibaldi e a conseqùente independência da Itália, com o apoio da França, em 1859; a alforria dos servos russos em 1861 e a abolição da escravatura nos Estados Unidos em 1863, haviam impressionado profundamente todas as almas.

A Exposição Universal de 1862 era tida como uma grande festa da indústria mundial, mas o que não se previa era que ela haveria de marcar um novo ponto de partida na história das lutas do Trabalho pela sua emancipação. Agora que a **Internacional** se fundava, ela iria, sem dúvida, anunciar aos quatro ventos os seus ideais, começando pela rutura absoluta com todos os velhos partidos políticos e a resolução firme em que estavam os trabalhadores de reivindicarem seriamente a obra da sua emancipação. Ora, tudo isto haveria necessariamente de produzir na época funda impressão nos espíritos, — e foi precisamente o que se deu.

A A. I. T. se estendeu rapidamente por todos os países latinos; a sua grande fôrça de combate tornou-se ameaçadora, era irresistível. Quanto às ideias, os congressos particulares das suas várias federações e os anuais da Associação inteira, proporcionavam aos trabalhadores a oportunidade de discutirem em que deveria consistir e como realizar de facto a obra da Revolução Social.

Reuniões de tal natureza estimulavam fartamente, — é bem de ver, — a fôrça criadora das massas laboriosas na investigação de novas formas de agrupamentos para a produção, o consumo e a troca.

*
* *

A ideia que uma grande revolução estava prestes a estalar dominava os espíritos, mas a respeito das formas políticas que essa revolução tomaria ou dos primeiros passos a dar-se quando, porventura, rebentasse, não se tinha então ideia alguma definida, concreta. Pelo contrário: no meio da **Internacional** eram múltiplas e desencontradas as diversas correntes socialistas que nela predominavam, — donde o ser tudo vago e impreciso em matéria de organização revolucionária.

A ideia que predominava na A. I. T. era a da **luta directa do Trabalho contra o Capital no terreno económico,** — isto é, a emancipação do Trabalho, não mediante uma legislação na qual a burguesia tomasse parte e concordasse, mas levada a cabo pelos próprios trabalhadores, dispostos, evidentemente, a arrancar dos patrões todas as concessões possíveis, forçando-os, por êste ou aquêle meio, a capitular definitivamente.

Mas **como** a libertação dos trabalhadores do jugo capitalista se faria, que **formas** tomaria a nova organização da produção e da troca, eis o que ninguem saberia dizer ao certo. A êste respeito, os socialistas estavam tão divididos em 1864-1870 quanto já o estavam vinte anos antes, quando os representantes das diversas escolas socialistas se encontraram na Assembleia da Constituinte Republicana em 1848 em Paris.

Como os seus predecessores franceses de 1848, cujas aspirações foram tão admirávelmente expendidas por Victor Considérant (1) no seu livro **Le Socialisme devant le Vieux Monde,** 1848 (O Socialismo ante o Velho Mundo), os socialistas da Internacional não se arregimentavam debaixo da bandeira de uma única doutrina. Oscilavam entre muitas e distintas soluções e nenhuma era considerada suficientemente justa nem bastante precisa para poder congregar os espíritos, tanto mais que, — cousa notável, — os presumidamente mais avançados não haviam ainda rompido completamente com o endeusamento ao Capital e à Autoridade.

Vale a pena fazermos um exame retrospectivo dessas diversas correntes socialistas.

*
* *

Havia, primeiramente, o legado directo do jacobinismo da Grande Revolução Francesa, — da conspiração de Babeuf em 1795, — por outra, das sociedades secretas dos comunistas-materialistas (os blanquis-

(I) — Sôbre V. Considérant vide: S. de Magalhães Lima. — **O Primeiro de Maio,** Lisboa, 1894, pag. 21 e seg.
N. do A.

tas) e dos comunistas alemães **(Kommunisten-Bund)** partidários de Weitling. Ambas essas tendências derivavam das tradições do feroz jacobinismo de 1793. Ainda em 1848 sonhavam conquistar um dia, por efeito de alguma conspiração, o poder político do Estado, — de-certo com o apoio prévio de qualquer ditador, — e estabelecer, fundada no modêlo das sociedades jacobinas de 93, porêm desta feita em exclusivo proveito da classe trabalhadora, uma "ditadura do proletariado". Esta ditadura, assim pensavam, imporia, mediante uma férrea legislação, o comunismo.

Nessas condições, a função de proprietário, sob o vexame e dureza de toda a espécie de leis restritivas e de pesados impostos, tornar-se-ia de tal modo difícil, senão insuportável, que os proprietários se veriam obrigados a renunciar aos seus privilégios e muito felizes se considerariam se conseguissem livrar-se da carga de suas propriedades e poder cedê-las ao Estado. Poder-se-ia então organizar o "exército de agricultores" que seriam destinados a cultivar os campos, e a produção industrial, dirigida igualmente pelo Estado, se organizaria sob o mesmo tipo, isto é, numa feição semi-militar.

A propósito será talvez interessante referir aqui a circunstância de que ideias análogas sôbre a agricultura dirigida pelo Estado e praticada por "exércitos de agricultores", muito correntes nessa época, já haviam sido expostas e preconizadas por Napoleão III (1808-1873), então pretendente ao cargo de presidente da República, — como o foi depois em Dezembro de 1848, — em um panfleto intitulado **L'Extinction du Paupérisme** (A Extinção do Pauperismo).

Essas ideias tinham largo curso ao tempo da fundação da Internacional e continuaram a circular ain-

da por longo tempo na França com os blanquistas e na Allemanha com os lassalianos e social-democratas.

* * *

Em diametral oposição a êsse jacobinismo comunista se levantava a ideia cooperativa de Robert Owen que, recusando absolutamente apelar para a acção coerciva do Estado, contava muito mais, para operar a revolução e estabelecer uma sociedade socialista, com a acção das uniões corporativas **(trades unions)** organizadas e federadas entre si. Os partidários ingleses de Owen repeliam o comunismo, é facto; mas, de accôrdo com os partidários franceses da escola de Fourier, davam suma importância às comunidades ou grupos livremente constituidos e livremente federados, na posse comum do solo e das fábricas, que poriam em imediato funcionamento, bem como dos entrepósitos do que produzissem os seus membros. Estes trabalhariam, em comum ou isoladamente, conforme as necessidades ou conveniências da produção; a retribuição, pelo trabalho no grupo ou na comuna, se faria por meio dos "bonus de trabalho", os quais representariam a quantidade de horas dispendidas por cada um na cultura dos campos, no trabalho das oficinas e das fábricas comunais. No caso de produção fóra dos grupos, a comuna por si faria, mediante os mesmos "bonus", a aquisição das mercadorias, produzidas ou fabricadas individualmente, trazidas aos depósitos da comuna.

Essa mesma ideia de remuneração do trabalho por meio de "bonus de trabalho", como já atrás vimos, fôra perfilhada por Proudhon e por todos os mutualistas seus partidários, que repeliam a intervenção coerciva do Estado na sociedade que houvesse de surgir da revolução. Afirmavam êles que o que repre-

senta hoje as funções do Estado em matéria económica se tornaria nulo uma vez estabelecido o sistema de intercâmbio por meio do Banco do Povo e das **Clearing Houses** (Câmaras de Compensação). A educação e a higiene públicas, as empresas necessárias ao bom funcionamento da sociedade, as vias de comunicação, etc., seriam a obra das comunas independentes.

A mesma ideia de "bonus de trabalho" em substituição da moeda para realizar todas as operações da economia social, porêm, justa-posta à **ideia do Estado feito proprietário de todas as terras, usinas, caminhos de ferro, fábricas,** etc., havia já sido enunciada em 1848 por dois notáveis publicistas, conquanto obstinadamente ignorados dos socialistas actuais, Constantin Pecqueur e François Vidal, que denominaram o seu sistema económico de **colectivismo.**

Vidal, autor de dois livros que ficaram célebres: **De la Repartition des Richesses,** publicado em 1846, **Vivré en travaillant,** 1848, foi secretário da Comissão do Luxemburgo e Pecqueur escreveu um tratado completo sôbre a questão, — **Economie Sociale,** 1838, — em que, com notável maestria, desenvolvia o seu sistema em bases legislativas, de tal forma que a Assembleia da Constituinte de 48, de que era membro, nada mais teria a fazer do que votar e sancionar as leis que formulara para realizar a revolução social.

No momento da fundação da Internacional os nomes de Vidal e Pecqueur estavam inteiramente esquecidos e até os seus contemporâneos os ignoravam. Mas as ideias de organização social que êles patrocinavam já se haviam propagado largamente e vieram, — essa é que é a verdade, — a ser renovadas com as pomposas denominações actuais de "socialismo científico", "marxismo" e "colectivismo".

As Doutrinas Sociais de Saint-Simon

Concomitantemente com as diversas escolas socialistas que acabamos de enumerar, existiam tambem as ideias da escola de Saint-Simon que tendo exercido larga preponderância sôbre os espíritos antes de 1848, continuaram a dominar as concepções socialistas dos membros da A. I. T.

Um grande número de brilhantes escritores, pensadores, políticos, historiadores e industriais surgiram no período de 1830-40 influenciados pelas doutrinas do san-simonismo. Citaremos os mais notáveis: Auguste Comte na filosofia, Augustin Thierry como historiador e Léonard Sismondi entre os economistas. Pode-se dizer que todos os reformadores sociais daquela época estiveram sob a influência da escola de Saint-Simon.

"O progresso que até agora a humanidade conquistou, — assim o afirmavam esses pensadores, — consistiu afinal em transformar a escravidão em servidão e esta em salariato". Mas, infalivelmente, tempo virá em que o próprio sistema do salariato será, por sua vez, abolido e, com êle, desaparecerá tambem a propriedade individual dos meios necessários à produção. "Não tem nada de impossível, — acrescentavam, — admitir-se como mui provável, senão certa, esta nova transformação social, poisque tais e tantas teem sido as fases por que hão passado através da história a propriedade e a autoridade que é lícito su-

por não serem elas instituições imutáveis. Se novas modificações na estrutura social já hoje se impõem, não é de estranhar que amanhã se tornem facto consumado."

A abolição da propriedade privada, — proclamavam os san-simonianos, — poderia ser conseguida gradualmente por meio da aplicação de uma série de medidas adequadas, que aliás, já a Grande Revolução iniciara. Essas medidas, consistindo na aplicação de pesados impostos sôbre a herança, permitiriam ao Estado apropriar-se de uma parte, que naturalmente iria sempre avolumando-se, das propriedades outrora transmitidas por via hereditária de uma a outra geração. A herança individual, por efeito dessas medidas, ir-se-ia sensivelmente reduzindo de modo tal que, em pouco tempo, teria desaparecido e os próprios ricos, afinal, compreenderiam as vantagens que resultariam do abandonar um privilégio só característico de uma civilização caduca. O abandono voluntário da propriedade por parte de seus possuidores e a supressão legal da herança viriam assim a constituir o Estado san-simoniano feito proprietário universal das terras e da indústria, regulador supremo do trabalho, chefe e director absoluto das três grandes funções da vida social a Arte, a Ciência e a Indústria (1).

Cada indivíduo, na sua qualidade de obreiro dos ramos supra-mencionados, se converteria em um funcionário do Estado cujo govêrno seria composto de uma hierarquia dos "melhores homens", — os me-

---

(1) — Na exposição que Victor Considérant faz na sua já citada obra, — **Le Socialisme devant le Vieux Monde**, — pag. 36 se vê como os socialistas de 1848 compreendiam as ideias de Saint-Simon e como a maioria delas constitui o fundo dos ensinos da social-democracia moderna.

N. do A.

lhores na Ciência, na Arte e na Indústria. A distribuição dos produtos se faria nêste sistema segundo a fórmula san-simoniana: **"a cada um segundo a sua capacidade, a cada capacidade segundo as suas obras."**

Aparte essas previsões do futuro, a escola san-simoniana e a filosofia positiva de Comte, que dessa escola deriva, foram as inspiradoras, durante o século XIX, de um sem número de notáveis trabalhos históricos em que se discutiram, de uma maneira verdadeiramente científica, as origens da autoridade, da propriedade privada e do Estado, obras essas que ainda hoje conservam todo o seu primitivo valor.

Ao mesmo tempo os san-simonianos submetiam a uma severa crítica toda a economia política clássica de Adam Smith e Ricardo, conhecida mais tarde pela denominação de "escola liberal de Manchester", cujo lema era "a não-intervenção do Estado".

Porêm, enquanto combatiam tenazmente o princípio individualista industrial e de livre concorrência dos citados economistas, incidiam os san-simonianos, sem talvez o saberem, no mesmo êrro quando criticavam o Estado Militar e as classes hierarquicamente organizadas. Acabavam por reconhecer a onipotência do Estado e baseavam o seu sistema social, — como o notara Considérant, — na desigualdade e na autoridade e, consequentemente, na necessidade de manter uma hierarquia administrativa, chegando até a dar a toda essa hierarquia governamental o carácter de sacerdócio!

*
* *

Diferem os san-simonianos dos socialistas de 48 em admitirem que o indivíduo tem, na massa dos bens produzidos pela comunidade, uma parte puramente

individual. Não obstante os excelentes trabalhos que muitos dentre êles produziram em matéria de economia política, não chegaram, entretanto, a conceber a produção das riquezas como um **facto social,** isto é, um facto global. Se a tal chegassem, teriam sido, forçosamente, levados a compreender que é materialmente impossível determinar, com inteira justiça, a parte que deva ser atribuida a cada um dos produtores na massa total das riquezas produzidas.

Nêsse ponto havia uma profunda divergência entre comunistas e san-simonianos. Em um caso, porêm, estavam de pleno acôrdo uns e outros: era na questão relativa ao indivíduo, em que, de um lado e de outro, ignoravam completamente quais os direitos que, por ordem natural dos factos, a êste assistiam.

Quando muito o que os comunistas concediam ao indivíduo era o direito de eleger os seus administradores e governantes, cousa que, antes de 1848, não admitiam os primeiros san-simonianos, os quais, a princípio, nem sequer reconheciam o próprio direito de eleição. Debaixo da bandeira do comunismo autoritário, como da do san-simonismo e do colectivismo, o indivíduo não passavam de um mero funcionário do Estado. E com Etienne Cabet, autor de um livro que teve certa voga, — **Voyage en Icarie,** 5.ª edição, 1848, — fundador de uma colónia comunista na América, representante perfeito do tipo do comunismo jacobino, a supressão do indivíduo atinge o auge.

A-pesar-da bela epígrafe, que vem estampada nêsse livro, **a cada um segundo as suas necessidades, de cada um segundo as suas fôrças,** topamos a cada passo com a autoridade, o Estado, indo êste até imiscuir-se na cozinha de cada família comunitária! Não contente com o fornecer um "Guia do Cozinheiro" para uso de cada família, a República acrata de Icária

vai até formular uma completa lista dos alimentos aprovados; os vários agricultores e operários da República produzem-nos e, em seguida, ela os faz distribuir equitativamente. "Como ninguem, escreve Cabet, poderá ter outros alimentos senão os que a República prescreve, concebe-se que ninguem possa consumir senão os que ela aprova". **(Voyage en Icarie,** pag. 52).

A comissão administradora chega até ao desplante de regular o número de refeições, as horas em que devem ser tomadas, o tempo que nelas deve ser gasto, o número de pratos, a qualidade, a espécie e a ordem por que devem seguidas. Quanto ao vestuário, as mesmas minúcias; à mesma comissão incumbe ordená-lo convenientemente, estabelecendo um certo padrão, mandando mesmo usar determinado uniforme segundo as condições e a posição do indivíduo na República. Os operários, fabricando sempre e constantemente o mesmo objecto, constituem um perfeito regimento, — "tal a ordem e a disciplina reinantes", exclama extasiado o famoso Cabet!

À vista do exposto, inútil será dizer que ninguem poderia publicar qualquer cousa sem o assentimento da República, e se alguem se quisesse abalançar ao papel de autor, só depois de um maduro exame e de uma especial autorização, devidamente documentada, o conseguiria!

E' naturalmente de duvidar-se que a utopia de Cabet houvesse obtido no seio da Internacional maioria absoluta de partidários, mas o que, por outro lado, é certo é que o **espírito** dessa maravilhosa utopia ficou. É absolutamente certo, — e nós sentíamos muito bem nas discussões que travávamos com os autoritários, sobretudo com os comunistas alemães, — que mesmo a regulamentação citada, que hoje nos parece tão absurda, era, então e agora, considerada como a expressão

da sabedoria máxima. Ás nossas aceradas críticas respondiam-nos com estas palavras de Cabet:

"Não resta dúvida que a comuna para se manter impõe necessariamente incómodos e tropeços de vária espécie, o que não é de admirar uma vez que a sua principal missão é produzir a riqueza e estabelecer a felicidade para todos. Ora, para que a comuna possa cumprir o seu destino social, necessário é evitar os duplos empregos e as perdas; cumpre economizar e duplicar, se tanto preciso, a produção agricola e industrial. Para isso é evidentemente necessário que a **Sociedade concentre, disponha e dirija tudo, que submeta todas as vontades e todas as acções à sua regra, à sua ordem e à sua disciplina.** O bom cidadão deve mesmo abster-se de tudo que não lhe fôr ordenado." (**Voyage,** pag. 403).

E o que mais lamentável em tudo isto é que, nos autoritários, permanecia a convicção que, no fim de contas, como o dissera Cabet, "a comunidade é tão possível coexistir com um monarca como com um presidente republicano." Foi precisamente essa ideia que adornou o caminho para o golpe de Estado de Napoleão III e que, muito mais tarde, foi a fórmula que permitiu aos socialistas autoritários consentirem tão facilmente na reacção burguesa.

*

* *

Para completar êste período histórico devemos mencionar a escola de Louis Blanc que, na época, contava numerosos partidários na França e na Alemanha onde era representada por corpo compacto de lassalianos. Estes socialistas, tão estatistas quanto o eram os precedentes, consideravam que a passagem da

propriedade industrial das mãos do Capital para as do Trabalho poderia efectuar-se, se um govêrno, originário de uma revolução e inspirado em ideias socialistas, prestasse mão forte aos trabalhadores para se organizarem por si próprios, estabelecendo, em uma larga escala e unidas entre si em um vasto sistema de produção nacional, associações operárias cooperativas, às quais o govêrno emprestaria o capital necessário.

Como forma transitória praticar-se-ia nessas associações o princípio de uma retribuição igual para todos os seus membros, conquanto o objectivo final fosse o de chegar, em tempo oportuno, ao princípio da distribuição dos produtos segundo as necessidades de cada um dos produtores. Era, como se vê e Considérant o nota, a prática de um san-simonismo comunista sob a tutela governamental de um Estado democrático.

Amparadas por um largo sistema de crédito nacional, que forneceria os capitais necessários a uma taxa de juros ínfima, colocadas assim em condições de competir eficazmente com a produção capitalista, além de preferidas para as encomendas do Estado, — essas associações operárias, dentro em breve, poderiam escorraçar da indústria o capitalista, substituindo-o vantajosamente. E não só na indústria exerceriam a sua actividade; na agricultura igualmente fariam experiência análoga estendendo assim o seu campo de acção. Êsse fim económico, — digamos, socialista, — e não o ideal simplesmente democrático dos políticos burgueses, jamais os trabalhadores deveriam perdê-lo de vista.

Todas essas ideias, com diversas modificações nas particularidades que o desenrolar dos factos indicavam, elaboradas no decurso da propaganda socialista anterior a 1848, pelas revoluções de Fevereiro e

Junho dêsse ano, eram largamente espalhadas na A. I. T. Eram, certamente, muito acentuadas as diferenças de opiniões individuais, mas, como acabamos de ver, os partidários das diversas correntes estavam de inteiro acôrdo para reconhecerem, como base da próxima revolução, um **govêrno forte** que, conservando a organização centralizadora e hierárquica do Estado, mantivesse, ao mesmo tempo, nas suas mãos toda a vida económica da nação.

Felizmente que ao lado destas ideias jacobinas dos endeusadores do Estado, havia ainda, a pesar na balança, as ideias dos partidários de Fourier. É delas que em seguida nos ocuparemos.

3.º

As doutrinas sociais de Charles Fourier

Fourier, contemporâneo da Grande Revolução, da qual deduzira as suas ideias essenciais, já não era vivo ao tempo da A. I. T. As suas doutrinas tinham, porêm, sido tão popularizadas por seus adeptos, especialmente por Considérant que lhes deu certa unidade científica, que, cientemente ou não, os espíritos mais lúcidos da Internacional se deixaram fortemente influenciar pelas doutrinas do mestre (1).

Para bem se compreender a influência das doutrinas sociais de Fourier, cumpre notar que a sua ideia predominante não era a da associação do Capital, do Trabalho e do Talento para a produção das riquezas a que se dá tanta importância e se põe sempre em lo-

---

(1) — E' hoje já demasiado sabido que Marx e Engels tomaram a parte teórica dos princípios económicos expostos no seu célebre "Manifesto Comunista" da obra de Considérant, **Principes du Socialisme, manifeste de la Démocratie du XIX.e Siècle,** publicada em 1848. Com efeito, basta compulsar os dois "Manifestos" para se ter a prova inconcussa que não só as ideias económicas, mas a própria contextura, foram extraídas por Marx e Engels da obra de Victor Considérant.

Quanto ao programa de acção prática que se lê no "Manifesto Comunista" de Marx e Engels, é êle o mesmo, como o demonstrou o professor C. Andler na edição crítica dessa obra, do programa das organizações secretas comunistas francesas e alemãs que continuaram a obra das sociedades secretas de Babeuf e Buonaroti.

N. do A.

gar de destaque nas obras que tratam da história do socialismo. O seu primacial propósito era **pôr um têrmo ao comércio individual** que, exercido unicamente com a mira nos **lucros pessoais,** leva, como consequência fatal, às mais ruinosas e fraudulentas especulações. Para a consecução do seu objectivo, propunha **fundar-se uma organização livre nacional para o intercambio do todos os produtos.** Êsse programa outro não era senão o contido na ideia que a Grande Revolução tentou realizar em 1793-94 depois que o povo parisiense houvesse expulsado da Convenção os "girondinos" e promulgasse a chamada **lei do maximum.**

Como o deixou escrito Considérant na sua memorável obra **Le Socialisme devant le Vieux Monde,** pag. 38, que nunca será supérfluo recomendar aos socialistas modernos, Fourier via que o meio único a opôr a todas as infâmias da exploração actual estava em **"pôr em relações directas produtor e consumidor** mediante a organização de agências comunais intermediárias, depositárias, e não proprietárias, dos géneros e produtos, tomados directamente das fontes produtoras, expedindo-o se entregando-os directamente aos consumidores apenas com a adição dos gastos reais de transporte, armazenagem e administração que são sempre insignificantes." Nestas condições, os produtos, naturais ou manufacturados, não seriam jamais objecto de especulações.

Já na sua infância, Fourier, que seus pais colocaram em uma casa comercial, votara ao comércio um ódio execrável por observar de perto as inomináveis especulações e fraudes cometidas. Desde então jurou combatê-lo com todas as suas fôrças.

Mais tarde, durante a Grande Revolução, pôde observar pessoalmente as inqualificáveis especulações

que se faziam com a compra dos bens nacionais e o que se praticava, durante a guerra, com a alta de preços dos géneros de primeira necessidade. Observou igualmente, — e observou bem, — que nem a Convenção jacobina, nem o Terror conseguiram opôr um dique a essas torpes especulações. Pôde tambem compreender como a ausência de um instituto de **permuta socializada** paralizava, nos mais profícuos resultados que seriam de esperar-se, os efeitos de uma revolução económica como a que fôra a realizada pela expropriação dos bens do clero e da nebreza em favor da democracia. Por todos estes factos, pôde Fourier entrever claramente a necessidade de se proceder à **nacionalização do comércio** e, apreciando devidamente a tentativa operada nêsse sentido pelos "maltrapilhos" **(sans-culottes)** de Paris em 1793-94, fez-se ardoroso apóstolo das suas generosas reivindicações revolucionárias.

Aliás, êste aspecto particular da personalidade de Fourier, isto é, a sua adesão às opiniões manifestas dos "sans-culottes" (maltrapilhos), não era conhecido no seio da Internacional. Investigações históricas e bibliográficas recentes informam-nos, todavia, que um certo **L'Ange,** leonês, impressionado com o espectáculo desolador das misérias de Lyon durante a revolução, publicara um plano de "Associação Voluntária" extensivo a toda a nação. Esta associação teria 30.000 celeiros, fartamente nutridos, instalados em cada comuna, sendo seu objecto a **supressão da propriedade privada e do comércio privado dos objectos de primeira necessidade,** o que viria a estabelecer a permuta dos produtos pelo seu verdadeiro valor.

Teria êsse plano de **L'Ange** inspirado Fourier que então meditava sôbre o mesmíssimo problema? eis o que não se sabe ao certo. Mas é evidente que Fourier

conheceu o grande plano dos "sans-culottes" de 1793-94 de **nacinalizar o comércio,** e nessa ideia, sem dúvida, se inspirou tornando-se, como dissemos, seu adepto. Michelet, em uma das suas muitas anotações manuscritas citadas por Jaurés, faz esta curiosa interpelação: "Quem fez Fourier? nem Ange, nem Babeuf, única e simplesmente **Lyon foi o predecessor de Fourier**". Melhor diremos hoje: **"Lyon e a Revolução de 1793-1794"** (1).

*

* *

A COMUNA LIVRE, a municipalidade livre, o **Falanstério,** como a denominava Fourier, resolvia, em sua opinião, o magno problema da permuta e da distribuição dos produtos de primeira necessidade. Porém, essa Comuna não seria a **proprietária,** como hoje o são os negociantes e até as cooperativas actuais, dos produtos armazenados; seria apenas a sua **depositária,** uma como que agência para recepção e distribuição dos produtos, sem poder, contudo, realizar **lucros** alguns, sem impôr tributos de qualquer espécie aos consumidores, impedida, portanto, de especular sôbre as flutuações de preços. Atacar o problema social pela permuta e pelo consumo, foi o que fez de Fourier o mais profundo pensador socialista.

Mas não ficou nisso o esfôrço de Fourier, foi além, deu à sua ideia uma maior extensão. Supôs que todas as famílias de uma comuna rural ou industrial,

(1) — Para maiores esclarecimentos, veja-se a análise que das brochuras de **L'Ange** fez primeiramente Michelet, depois Jaurés e ultimamente Hubert Bourgin no seu notável estudo sôbre FOURIER, editado em Paris em 1905

N. do A.

— melhor, mixta, — constituiriam uma **falange**, isto é, um falanstério, que teria em comum as terras, o gado, os bens móveis, os instrumentos agrários, as máquinas, etc., cultivando uns a terra enquanto outros se dedicariam aos empreendimentos industriais como se a terra, os bens, as máquinas e os instrumentos fossem propriedade comum e, além disso, mantendo um cuidadoso registo daquilo com que cada membro houvesse contribuido para a formação do capital comum.

Dois princípios básicos, dizia, devem absolutamente ser respeitados no falanstério. Em primeiro logar, não deve haver **trabalho desagradável.** Todo o trabalho deve ser organizado, repartido e diversificado de maneira a ser sempre atractivo. Em segundo logar, **nenhuma espécie de coacção seria exercida.** Em uma sociedade organizada segundo o princípio da livre associação, nenhuma espécie de coacção poderia ser admitida, pois, sob êsse princípio, nem motivo sequer haveria para ser exercida.

Com um pouco de atenção inteligente às necessidades individuais de cada membro do falanstério e um pouco de tolerância para as particularidades dos diversos caracteres, combinados proficuamente o trabalho agrícola, industrial, intelectual e artístico, os membros do falanstério dentro em pouco reconheceriam que, mesmo as paixões dos homens, malsãs e perigosas na actual estrutura social e, porisso, servindo sempre de pretexto ao emprêgo da fôrça, poderiam muito bem constituir uma fonte de progresso deixadas que fossem à sua natural expansão, procurando apenas dar-lhes uma aplicação social útil pela sua transformação em aventuras e empreendimentos heroicos, em actos de animação social, em mutações diversas de actividade, etc.

Forçoso é confessar, todavia, que Fourier não conseguira desenvencilhar-se completamente da influência das ideias estatistas. E' assim que, para fazer o **ensaio** da sua ideal associação, para tentar, como êle o dizia, "uma harmonia simples", e fosse êsse ensaio o precursor da "verdadeira harmonia", — "um coroado poderia intervir nessa realização". Poder-se-ia conceder mesmo ao chefe político da França a honra de tirar a espécie humana do caos social em que jaz, de ser, portanto, o fundador da harmonia e o libertador do globo", — assim se exprimia em um dos sus primeiros escritos. Ainda em 1808 repetia a mesma ideia na sua obra **Théorie des quatre mouvements.** Mais tarde até, com o nobre intuito de realizar a sua ideia, para tentar um ensaio preliminar, não hesitou em dirigir-se a Luis Filipe (vide a obra de seu discípulo Charles Pellarin, — FOURIER, SA VIE, SA THÉORIE, 4.eme edition).

Quanto à "verdadeira harmonia", a "harmonia universal", não deveria ter nenhuma espécie de govêrno. Essa "harmonia" não poderia tão pouco estabelecer-se à moda de um edifício, "peça por peça". A transformação deveria ser, em simultaneidade, eminentemente social, política, económica e moral. E quando Fourier chegava à crítica do Estado, fazia-o tão acerbamente quanto nós, anarquistas, a fazemos hoje. "A desordem política, assim se exprimia, é simultaneamente a consequência e a expressão da desordem social e por ela a desigualdade se converte em iniquidade. O Estado, em nome do qual age o poder, é, fundamentalmente, **por sua origem e princípio, o servidor e o protector das classes privilegiadas contra as que o não são".** E, nêsse diapasão, continua.

Na "sociedade harmónica" que resultaria da aplicação rigorosa dos seus princípios, toda a coacção te-

ria de ser banida. A êste respeito é deveras de lamentar que Fourier faça ainda certas restrições, fale, com uma inconsequência singular, de "distinções" e "graus" a conferir com o intuito de estimular o ardor ao trabalho, ou então quando nos adverte da obediência às leis e às regras necessárias nas experiências relativas ao ensaio de aplicação da sua teoria.

A-pesar-disso, a ideia geral de todo o sistema de Fourier é a liberdade absoluta do indivíduo na sociedade harmónica do futuro. "A liberdade, dizia êle, consiste em poder realizar os actos para os quais as nossas simpatias nos solicitam. "Se há indivíduos que se vangloriam de dominar a natureza humana sujeitando-a às exigências da sociedade actual e que, com êsse propósito, a estudam, nós não pertencemos a êsse número", acrescenta seu discípulo Pellarin na obra citada, pag. 222.

*
* *

Relativamente ao modo de organizar a distribuição dos produtos, Fourier, que depois do fracasso da Grande Revolução e durante a espantosa reacção que se lhe seguiu se inclinava para as soluções pacíficas, insistia sôbre a necessidade de reconhecer o princípio da **associação** do Capital, do Trabalho e do Talento.

De acôrdo com êsse princípio, o valor de cada produto obtido no Falanstério deveria ser dividido, segundo o seu modo de ver, em três partes: uma se destinaria a remunerar o Capital, outra a recompensar o Trabalho e a terceira como compensação ao Talento.

A maioria, porêm, dos que sustentavam as ideias de Fourier, não ligava grande importância a êsse aspecto particularista do seu sistema, admitiam-no como

uma simples concessão ao ambiente reaccionário da época, aspecto êsse que em nada afectava o essencial do sistema cuja síntese se podia formular nos seguintes termos:

1.° — A Comuna, ou seja uma **pequena** unidade territorial independente, será considerada como a base da nova sociedade socialista;

2.° — A Comuna será a depositária de tudo que se produzir nas circunvizinhanças e a intermediária para todas as permutas. Representará tambem a associação dos consumidores e, na maioria dos casos, será mui provavelmente a **célula produtora,** a qual poderá constituir-se de um grupo profissional ou de uma federação de grupos produtores;

3.° — As Comunas se federarão livremente entre si para constituirem a Federação regional, provincial ou nacional;

4.° — O trabalho tornar-se-á forçosamente atractivo, sem o quê será sempre uma escravidão. E, enquanto essa transformação do trabalho não fôr conseguida, impossível será qualquer solução racional do problema social. Não é cousa de duvidar-se a possibilidade desta transformação;

5.° — Afim-de manter-se a devida harmonia entre as diversas comunidades ou grupos produtores, nenhuma coerção seria necessária. Bastaria, para alimentar essa harmonia, a influência da opinião pública.

Quanto à repartição dos produtos e ao seu consumo, as opiniões, na verdade, divergiam bastante. Seria êsse um assunto que incumbiria à Comuna resolver, quér estabelecendo o princípio comunista "a cada

um segundo as suas necessidades", quér adoptando qualquer oûtro sistema de remuneração segundo os resultados. Esta alternativa dos meios de remuneração do trabalho constituiu a essência do sistema conhecido entre as nações latinas com a denominação de **colectivismo** em oposição ao comunismo autoritário então dominante.

Com a fundação da A. I. T., a ìdeia socialista progredira notávelmente. Primeiramente no Congresso de Bruxelas, em 1868, e depois no de Bâle, em 1869, a **Internacional,** por numerosas maiorias, pronunciava-se abertamente pela **propriedade colectiva** do solo arável, das florestas, dos caminhos de ferro, dos canais, dos telégrafos, das minas, das máquinas, dos instrumentos de trabalho, etc.

Aceito o princípio da propriedade colectiva, impunha-se, para a obter, a expropriação. Os anti-estatistas da **Internacional** adoptaram a designação de **colectivistas** para se distinguirem, com maior calreza, não só do comunismo estatista e centralizador de Marx e Engels e seus sequazes, mas do comunismo francês adstrito à tradição autoritária de Babeuf e Cabet a que já aludimos.

Por essa época os social-democratas, cuja maioria se compunha de comunistas autoritários, não havia precisado o seu sistema chamado **Colectivismo de Estado.** E, ao que bem se pode ver, já nas vésperas e durante a revolução de 1848, tinha-se completamente descurado o sentido preciso de expressões tais como **Capitalismo de Estado** e **retribuição segundo as horas de trabalho** para as incorporar ao termo "colectivismo", que fôra claramente definido, primeiro por Pecqueur

em 1839 e 1842, depois por Vidal em 1848, e aos quais já tivemos ensejo de nos referirmos (1).

*

* *

Nos escritos de James Guillaume, que tomou parte activa na propaganda do colectivismo, — **Idées sur l'Organisation Sociale,** brochura publicada em 1876, na sua monumental obra **L'Internationale, documents et souvenirs,** 4 vols. publicados em 1905-1910, e, finalmente, em um artigo seu, publicado na **Encyclopédie Syndicaliste,** sob o título **O Colectivismo da Internacional,** — podem ser examinadas todas as modalidades do sentido preciso atribuido pelos membros mais activos da Inetrnacional federalista, — Varlin, Guillaume, De Paepe, Bakunine e seus correligionarios, — ao termo "Colectivismo". Todos êles declaram que. por oposição ao comunismo autoritário, designavam pelo termo "Colectivismo" um **comunismo não-autoritário, federalista, anarquista.** Denominando-se "colectivistas", afirmavam-se primeiramente, anti-autoritários: não queriam prejulgar a forma que tomaria o consumo em uma sociedade que houvesse já realizado a expropriação da propriedade. O essencial, para êles, era não se pretender previamente encerrar a sociedade em um quadro rígido; a maior latitude a êste respeito ficaria reservada aos grupos mais avançados.

(1) — Vide: C. PECQUEUR, — **Économie Sociale, des intérêts du commerce, de l'industrie et de l'agriculture, et de la civilisation en général sous l'influence des applications de la vapeur,** em 1839; — **Théorie nouvelle de l'économie sociale et politique: études sur l'organisation des sociétés,** em 1842; F. VIDAL, — **Vivre en travaillant! Projects, voies et moyens de réformes sociales,** em Junho de 1848.

N. do A.

Infelizmente as ideias lançadas na **Internacional** àcêrca da propriedade colectiva não haviam ainda logrado o tempo necessário à sua repercussão nas massas proletárias quando estalou a guerra franco-alemã, dez mêses apenas depois do Congresso de Bâle, que se realizara em Setembro de 1869 (1). Êsse acontecimento militar e social fez com que nenhuma tentativa séria, no sentido da realização daquela ideia, pudesse efectivar-se durante a curta existência da Comuna de Paris.

Dada a derrota da França e o esmagamento da Comuna em 1871, a **Internacional** federalista foi levada a concentrar todos os seus esforços no sustentar da sua ideia fundamental, — a organização anti-autoritária das forças proletárias tendo em vista **a luta directa do Trabalho contra o Capital** para culminar na Revolução Social. Por êste princípio mais imediato, as questões relativas ao futuro tiveram, necessariamente, de ser adiadas, e se a ideia do colectivismo, compreendido como comunismo-anarquista, continuou a ser propagada por alguns, ela ia, entretanto, de encontro, por um lado, às concepções do colectivismo-estatista, desenvolvidas pelos marxistas desde que começaram a abandonar as ideias expressas no **Manifesta Comunista,** e, por outro lado, batia-se, sob a influência da poderosa crítica de Proudhon, contra o comunismo autoritário dos blanquistas e atacava vigorosamente os preconceitos, muito generalizados ao

(1) — Em suas memoráveis sessões, êste Congresso formulara as duas seguintes proposições: "1.ª O Congresso declara que a sociedade tem o direito de abolir a propriedade individual do solo revertendo êste para a comunidade; 2.ª O Congresso declara mais que, hoje mais do que nunca, há absoluta necessidade de incorporar o solo à propriedade colectiva."
N. do T.

tempo, enraizados nas massas proletárias dos países latinos desde 1848, contra o comunismo em geral.

Essa resistência ao comunismo autoritário, como acabamos de delinear, foi tão forte que na Espanha, por exemplo, em que a **Internacional** federalista mantinha relações estreitas com uma vasta federação de organizações operárias corporativas, interpretou então, e mais tarde isso se acentuou, o colectivismo como uma simples afirmação da propriedade colectiva antepondo-lhe a palavra "anarquia" **(anarquia y colectivismo),** para melhor definir a ideia anti-estatista que no movimento predominava, sem, entretanto, prejulgar definitivamente o modo de consumo, — comunista ou outro, — que pudesse ser aceito por cada grupo separado de produtores e consumidores.

Em-fim, no que respeitava aos meios de passar da sociedade actual à sociedade socialista, os membros da **Internacional** não se preocupavam muito com as opiniões, demasiado restritas, de Fourier. Sentiam êles que uma nova situação revolucionária se esboçava e palpitava-lhes o advento de uma revolução mais profunda e mais generalizada do que fôra a de 1848. E nessa ocasião, proclamavam, far-se-ia tudo que estivesse ao seu alcance para desapossar, sem esperar as ordens de qualquer govêrno, o Capital dos monopólios de que se havia apropriado.

IV

O Surto da Comuna

BAKUNINE, — SUAS IDEIAS, SUA INFLUÊNCIA

Pela rápida exposição dada nos capítulos anteriores àcêrca do desenvolvimento das ideias socialistas pode-se discernir o terreno em que germinaram e evoluiram as concepções anarquistas. Do conjunto dêsse quadro vê-se claramente que, a dentro da **Internacional,** havia uma mescla de ideias de jacobinismo centralista e autoritário a par das ideias de independência local e de federação representadas pela corrente libertária expressa no anarquismo e ambas, afinal, se originavam da Grande Revolução Francesa.

Se é certo que, por um lado, as ideias centralistas descendiam em linha recta do jacobinismo de 1793, as de acção local independente representavam, por outro lado, a herança da poderosa acção construtiva e revolucionária das "Secções" de Paris e das comunas de 1793-94 que minuciosamente descrevemos em nossa obra, publicada em inglês e francês, **A Grande Revolução — 1789-1793** (1).

Cumpre, todavia, declarar, em abôno da verdade, que a primeira dessas duas correntes, — a jacobina,

(1) — Vide, sôbre a versão desta obra, a nossa nota à pag. 32.

— era, incontestávelmente, mais poderosa. Os intelectuais burgueses entrados na **Internacional** eram de feição fortemente jacobina e dominavam pela sua influência os trabalhadores, componentes igualmente dessa associação. Foi preciso que um acontecimento social de largo alcance surgisse, como o da Comuna de Paris, para que ao pensamento revolucionário das massas proletárias da Europa e da América fosse dada uma nova direcção.

*

* *

Em julho de 1870 sobreveio a terrível guerra entre a França e a Alemanha a que, loucamente, se abalançaram Napoleão III e seus conselheiros para salvar o Império de uma revolução republicana iminente. A imediata conseqûência dessa triste aventura foi a esmagadora derrota da França e, em seguida, o desmoronar do Império, erigindo-se em seu logar o govêrno provisório de Thiers e de Gambetta e o estabelecimento da Comuna de Paris. Tentativas do género destúltima se fizeram, pela mesma época, em Saint-Etienne, Narbonne e outras cidades do sul da França e, posteriormente, em Espanha, nas cidades de Barcelona e Cartagena (1).

Para a **Internacional,** ou pelo menos para aquêles de seus membros que sabiam pensar e tirar dos aconte-

(1) — RICARDO MELLA, um anarquista espanhol de reconhecida cultura, contesta Kropotkin nesta assimilação que faz dos movimentos políticos dessas cidades da Espanha com o facto da Comuna de Paris, asseverando que tais acontecimentos sociais nada tinham de socialistas e muito menos de comunalistas. Melhor apreciados os factos, perfilhamos a opinião de R. Mella.

N. do T.

cimentos sociais as lições convenientes, essas sublevações comunalistas foram uma verdadeira revelação. Levadas a efeito sob o desfraldar da bandeira rubra da Revolução Social que os trabalhadores, de cima das barricadas, defenderam até à morte, tais movimentos subversivos vieram a indicar qual deveria ser, qual provàvelmente seria, nas nações latinas, a conduta dos povos no tocante à forma **política** da grande revolução que se avizinhava. **E esta não trará, de-certo, a República Democrática,** como se imaginara a de 1848, **mas a** COMUNA, **livre, independente** e, sem a menor dúvida, **eminentemente comunista.**

A Comuna de Paris, ao instituir-se, ressentia-se naturalmente da confusão de momento reinante nos espíritos a respeito das medidas económicas e políticas que seria necessário tomar durante uma revolução popular para lhe assegurar o completo triunfo. Reinava na Comuna, como já a descrevemos, a mesma confusão que na **Internacional.**

Jacobinos e comunalistas, aquêles **centralistas,** partidários de um govêrno forte, e estes **federalistas,** anti-estatistas, tinham iguais rseponsabilidades na sublevação de Paris e uma vez na Comuna, uns e outros, em pouco tempo, entravam em conflito. O elemento mais combativo estava do lado do grupo formado por jacobinos e blanquistas.

Mas Blanqui jazia na prisão e nos chefes blanquistas, na sua maioria burgueses, já quase nada restava das ideias comunistas dos seus predecessores, os discípulos de Babeuf. Para êles a questão económica, — questão primordial, — era assunto secundário, dela cuidariam mais tarde, diziam, após o triunfo da Comuna. Prevalecendo esta opinião desde o início, a corrente adversa, — o comunismo popular, — não teve nem meios nem tempo para se desenvolver convenientemente, nem sequer o tempo de se afirmar durante a curta existência da Comuna parisiense.

Em tais condições, a derrota não se fez esperar e a vingança feroz dos burgueses sanguinários provou mais uma vez que o triunfo de uma comuna popular é materialmente impossível se um desenvolvimento paralelo de conquistas no terreno económico não interessar vivamente a massa do povo pela instituição da Comuna. Para que uma revolução política tenha eficácia, cumpre primeiro enfrentar e realizar a revolução económica.

A-pesar-do fracasso, a Comuna de Paris deu-nos um ensino admirável, — esclareceu e precisou, nas nações latinas, as ideias do proletariado revolucionário. Delas se conclui que **a Comuna livre, independente, será a forma política que a Revolução Social realizará efectivamente.**

Pouco importa que uma nação inteira, um grupo de nações vizinhas, sejam contrárias a essa ideia e se oponham à sua realização, mas uma vez que os habitantes de uma região, de um território, houverem decidido, por uma vontade férrea de **querer, comunalizar o consumo, a produção e a permuta dos objectos precisos à satisfação de suas necessidades, deverão não esmorecer na realização da ideia, antes levá-la avante e pô-la em execução no seu próprio meio social tão prontamente quanto possível.** Fazendo-o, pondo, portanto, todas as suas energias ao serviço de uma grande causa, encontrarão na sua comuna uma fôrça que jamais encontrariam se preferissem previamente arrastar a nação toda com a adesão das regiões atrazadas hostis ou indiferentes. Preferível, evidentemente, é combater estas abertamente do que ter de conduzi-las arrastadas à maneira de grilhões, ferrados aos pés da Revolução, que só a manietariam.

Iremos mesmo além, — um passo adiante será dado. Compenetrados de que, para regular a marcha das comunas livres, não haverá necessidade alguma de um govêrno central, poisque, rejeitando um govêrno nacional, a unidade nacional se obterá mais facilmente pela federação das comunas, tão pouco será necessário, senão inútil e prejudicial, um govêrno central **municipal.** E' que, com efeito, os negócios que se trata de resolver em uma comuna são, por via de regra, muito menos complicados e os interêsses dos cidadãos menos variados e menos contraditórios do que o são em uma nação.

O princípio federativo deverá, pois, bastar para estabelecer o acôrdo entre os diferentes grupos comunais de produtores, consumidores, permutadores e outros ainda que as circunstâncias e as necessidades indicarem a sua organização.

* * *

O levante de Paris, que se traduziu na Comuna, veio trazer-nos a solução de um problema que preocupava a quantos revolucionários sinceros. Por duas vezes a França tentara realizar uma revolução no sentido socialista da palavra procurando impô-la por meio de um govêrno central: em 1793-94 quando tentou, após a queda dos "girondinos", introduzir o princípio da "igualdade de facto", — a igualdade real, económica, — aplicando à sua realização medidas legislativas severas; a segunda, em 1848, tentando proclamar, por meio de uma Assembleia Nacional, uma "República Democrático-Socialista".

Das duas vezes fracassou o intento. Agora a vida social nos indica uma nova solução — a Comuna livre. A ela, e só a ela em sua esfera própria de acção, incumbirá promover a Revolução libertando-a de vez da ideia do Estado Centralizador. E êsse novo ideal nada mais é do que a ANARQUIA.

Compreende-se agora o que havia de essencial na estrutura da obra de Proudhon, — **Idée Générale de la Révolution au XIX Siècle,** — uma ideia profundamente prática: a ANARQUIA. E nas nações latinas, o pensamento dos homens avançados começou a firmar-se nessa direcção.

Mas infelizmente esta tendência sómente nas nações latinas se acentuou: na França, na Espanha, na Itália, na Suiça romanda (a parte onde se fala francês), a Bélgica valã. Pelo contrário, os alemães tiraram da sua vitória sôbre a França conseqüências diametralmente opostas, um ensino totalmente diferente. Instituiram assim o culto da centralização estatista; estratificando-se na fase robespierrista, ficaram fieis cultuadores do Clube dos Jacobinos tal qual o descreveram, postoque contrário à verdade dos factos, os historiadores jacobinos.

O Estado centralizado, hostil mesmo às tendências de independência nacional, ou regional das suas diferentes partes componentes; uma forte centralização hierárquica e um govêrno absoluto, férreo, — tais foram as conclusões a que chegaram socialistas e radicais alemães. Não conseguiram estes alçar-se à compreensão de que a vitória alcançada sôbre a França não era mais do que uma vitória de aguerridos exércitos, numerosos batalhões, — obra exclusiva do serviço militar obrigatório adoptado pelo Império Alemão com superiores vantagens ao sistema de recrutamento da França e que, ainda em 1870, vigorava em toda a sua plenitude, — vitória obtida à custa da corrução, e, essa é que é a verdade, em que se encontrava o Império napoleónico quando a êste já o ameaçava

uma revolução iminente que, se não fosse impedida pela invasão alemã, teria, inquestionavelmente, salvo a humanidade inteira da hecatombe de que veio a sofrer as conseqüências.

Foi assim que, nos países latinos, a Comuna de Paris deu um forte impulso à ideia anarquista, ao mesmo tempo que as tendências autoritárias do Conselho Geral da A. I. T., revigorando-se cada vez mais, minava fatalmente a fôrça e a unidade subsistentes na associação, vindo, por essa forma, sem que por tal dessem, reforçar a corrente anarquista.

Dominado por Marx e Engels, que encontraram franco apoio nos blanquistas franceses, refugiados em Londres após a derrocada da Comuna, — todos puros jacobinos, — o Conselho Geral da A. I. T. utilizou os poderes que lhe foram outorgados para dar um **golpe de Estado** na **Internacional.** Com esses poderes, escamoteou o programa de acção da A. I. T., que era, como se sabe, a luta directa do Trabalho contra o Capital, substituindo-o pelo da agitação política nos parlamentos burgueses.

Êsse golpe de estado foi efectivamente a morte da **Internacional,** mas, em compensação, abriu os olhos a muita gente. Demonstrou à saciedade, mesmo aos mais crédulos, quão absurdo é confiar os seus negócios a um govêrno, ainda mesmo democraticamente eleito como o fôra o Conselho Geral da Internacional. Assim se explica como nascera a revolta autonomista das federações espanhola, italiana, jurássica e belga-valã, e de algums secções inglesas, contra a autoridade opressora do Conselho Geral (1).

(1) — Consulte-se a respeito a obra já citada de James Guillaume, — **L'Internationale,** em 4 volumes. editada pela livraria de P. V. Stock, Paris, 1905-1910.

N. do A.

A tendência anarquista, que então se desenvolvia no seio da **Internacional,** encontrou em Michel Bakunine um defensor arguto, de talento incontestável e inspirado. Em tôrno dêste notável agitador se agruparam diversos amigos seus da região do Jura (Suiça), formando um restrito círculo de jovens intelectuais, italianos e espanhois, que deram um largo impulso às suas ideias.

Possuidor de vastos conhecimentos de história e de filosofia, Bakunine formulou, em uma série de veementes opúsculos, cartas e artigos de jornais, os princípios básicos de todo o Anarquismo moderno. Com uma ousadia inegualável arvorou a bandeira da total abolição do Estado com toda a sua opressiva organização, ideal retrógrado e tendências funestas. "O Estado, proclamava êle, no passado teria sido uma necessidade histórica, uma instituição emanada da autoridade conquistada pela casta sacerdotal. Mas hoje, que o Estado representa a negação da liberdade e da igualdade, que só sabe viciar o que empreende, mesmo que intente pôr em execução um ideia de interêsse geral, — a sua total extinção impõe-se; é, por seu turno, uma necessidade histórica o seu desaparecimento. Toda a legislação feita dentro do Estado, ainda quando provenha do sufrágio universal, deve ser repelida pela simplicíssima razão de ser sempre elaborada em benefício das classes privilegiadas."

A cada nação, por pequena que seja, a cada região, a cada comuna, cabe organizarem-se absolutamente livres e pela forma que melhor entenderem, contanto que não constituam uma ameaça à integridade do vizinho. "Federalismo" e "autonomia", — palavras criadas para encobrir a autoridade do Estado Centralizador, — não bastam ao estilo dessas organizações.

A independência completa da Comuna, a federação das comunas livres, a revolução social na comuna, os agrupamentos corporativos para a produção substituindo-se à actual organização estatista da sociedade. — Tal é, o demonstrava Bakunine, o ideal que surge das trevas do passado, dos escombros da nossa civilização. O homem, finalmente, começa a compreender que só será verdadeiramente livre na proporção em que o sejam os que com êle convivam.

Enquanto às concepções económicas, Bakunine foi um estrénuo comunista; mas, de acôrdo com seus camaradas federalistas da **Internacional** e como mera concessão ao espírito antagónico reinante que, na França, o comunismo autoritário inspirara contra o comunismo em geral, êle se dizia "colectivista-anarquista". Porêm, o que bem se compreende, não era um "colectivista" à maneira de Vidal e Pecqueur ou de seus sequazes modernos que, em síntese, proclamam um "Capitalismo de Estado". Bakunine entendeu o colectivismo no sentido que acima lhe damos e não no sentido de determinação prévia da forma de distribuição que os produtores adoptariam nos diferentes grupos constituidos, quér fosse a solução comunista, quér a dos "bonus de trabalho", a dos salários iguais ou outra qualquer solução inspirada em método diferente.

A isto devemos acrescentar que um certo número de cooperadores, amigos e partidários de Bakunine, nomeadamente Varlin, Guillaume e a maioria de italianos, já em 1869 se declaravam francamente comunistas-anarquistas. Porêm, forçados pelas circunstâncias de momento, quando as organizações revolucionárias da época exigiam a presteza da sua acção e um trabalho exaustivo em prol da independência das suas respectivas federações mais os preocupavam, essa

questão importante era relegada para segundo plano como questão secundária que no futuro seria melhor resolvida pelas comunas interessadas e pelas organizações do trabalho.

Com aquelas concepções, Bakunine foi um ardoroso propagandista da revolução social cujo advento a mór parte dos socialistas de antanho previam e que Bakunine, nos seus vários escritos, convictamente apregoava com palavras de fogo.

V

A concepção anarquista

COMO HODIERNAMENTE SE APRESENTA

Se a revolta contra o Estado, incarnada principalmente pela classe dos jovens burgueses, tomava, antes de 1848 e, depois desta época até à **Internacional,** o caráter de uma revolta individual contra a sociedade e a sua moral convencional, daí por diante, nos meios operários, revestia-se de um caráter muito mais profundo, a saber: o da investigação de uma torma de sociedade liberta por completo da opressão e da exploração exercidas por certos homens em detrimento de outros, o que actualmente se pratica sob o patrocínio do Estado.

Na ideia de seus fundadores operários, a A. I. T. deveria ser, como já vimos, uma vasta federação de agrupamentos de trabalhadores que representaria, em germe, o que poderia ser uma sociedade regenerada pela revolução social: uma sociedade na qual o aparelhamento actual de govêrno e de exploração capitalista teria por completo desaparecido, substituindo-o os acôrdos livres derivados das relações directas entre os grupos autónomos de produtores e consumidores. Em tais circunstâncias, o ideal anarquista passou de um caráter **individual** a ser um ideal eminentemente **social.**

A' medida que os trabalhadores da Europa e da América melhor se iam conhecendo e estreitavam directamente, por sôbre as fronteiras, os laços de solidariedade dispensando assim a incómoda intervenção dos governos, melhor iam compreendendo as condições do problema social e adquirindo o conhecimento directo das suas próprias forças.

Pressentiam que se o povo entrasse na posse da terra e os trabalhadores industriais se apossassem das fábricas e das usinas fazendo-se administradores das indústrias e dirigindo-as no sentido da produção do que é necessário à vida do país, chegaríamos sem dificuldade a poder suprir largamente a todas as necessidades da sociedade. Garantem perfeitamente a consecução dêste desiderato os recentes progressos da ciência e da técnica.

Tudo leva a crer que a permuta dos produtos, em uma vasta organização internacional de produtores e consumidores, se processaria com idênticas facilidades e em bases bem mais equitativas, uma vez, é claro, que não se fizesse com miras no enriquecimento de uma minoria privilegiada. E' isto cousa de toda a evidência para aquêles que desde já conhecem praticamente o funcionamento actual da usina, da fábrica, da mina, da agricultura e do comércio.

Além disso, um número cada vez maior de trabalhadores vai compreendendo que o Estado, com a sua complexa hierarquia de funcionários, o pêso morto das suas tradições históricas, o seu estreito nacionalismo, nunca fez outra cousa até agora que não fosse manter e proteger a organização de privilégios inauditos e sancionar opressões de toda a espécie, retardando, por sua acção nefasta, o advento de uma nova sociedade liberta de monopólios e explorações.

As tentativas feitas nos diferentes países com o fim de aliviar parcialmente os males sociais dentro da organização estatista burguesa, outra cousa não lograram mais do que demonstrar, com a maior evidência, a completa inanidade de semelhantes tentativas e, porisso mesmo, quanto mais se dilata o campo dessas experiências, mais avoluma a certeza de que a máquina do Estado não poderá ser utilizada como instrumento de emancipação humana.

Emerso do curso da história para estabelecer e manter o monopólio da propriedade territorial em proveito de uma classe que, por êsse facto, se tornava a classe governante por excelência, — que meios pode o Estado oferecer tendentes a abolir êsse monopólio que a classe trabalhadora não encontre na sua própria fôrça, na fôrça dos seus agrupamentos? Aperfeiçoado no transcorrer de todo o século XIX para assegurar às novas classes de ricaços o monopólio da propriedade industrial, os privilégios do comércio e os favores dispensados aos institutos bancários, o Estado, fornecedor de "braços" a bom preço pela apropriação indébita das terras pertecentes outrora às comunas aldeãs e crivando de impostos os pobres cultivadores, que vantagens pode oferecer para abolir esses mesmos privilégios? Acaso a máquina governamental, essência do Estado, evidentemente montada com o propósito de manter tais privilégios, poderá servir na actualidade para os abolir? A novas funções não corresponderão novos órgãos? Acaso estes novos órgãos, dado já o período histórico que atravessamos, não poderiam e não deveriam antes ser instituidos pelos próprios operários nas suas uniões, nas suas tederações, absolutamente fóra de toda a acção e interferência do Estado?

E' evidente que uma vez que cessassem de existir os monopólios constituidos e solidificados pelo Estado, êste não teria mais razão de ser. Desta nova situação surgiriam, certamente, **novas** formas de agrupamento social desde que as relações entre os homens não fossem mais as relações decorrentes da condição de explorados e exploradores. **A vida se simplificaria notávelmente** se o mecanismo hoje dominante com o único fim de permitir ao rico explorar o trabalho do pobre, cessasse de existir.

A ideia de comunas independentes constituindo-se para a organização territorial e a de vastas federações corporativas de ofícios para a organização de agrupamentos conforme as diversas funções sociais, — ambas mesclando-se e solidarizando-se para satisfazer as múltiplas necessidades sociais, — permitem aos anarquistas conceberem logicamente, de uma maneira concreta, real, precisa, a possibilidade da organização de uma sociedade livre, regenerada pela revolução social. A estes dois modos principais de organização social adicionaremos ainda um terceiro: o dos agrupamentos por **afinidades pessoais,** agrupamentos inúmeros, variados até ao infinito, de longa ou efémera duração, surgindo de todos os lados para todos os fins e para todos os gostos possíveis, segundo as necessidades de momento, — agrupamentos, aliás, que já hoje vemos surgirem na sociedade actual fóra de todos os conventículos políticos e profissionais.

Essas três espécies de agrupamentos, cobrindo uma extensa área territorial e constituindo uma complexa rede de actividades sociais, permitiriam, sem dúvida, a satisfação de todas as exigências da sociedade: o consumo, a produção e a troca, e não só isso mas a realização dos variadíssimos meios de comunicação, as modernas instalações de toda a espécie, a

As tentativas feitas nos diferentes países com o fim de aliviar parcialmente os males sociais dentro da organização estatista burguesa, outra cousa não lograram mais do que demonstrar, com a maior evidência, a completa inanidade de semelhantes tentativas e, porisso mesmo, quanto mais se dilata o campo dessas experiências, mais avoluma a certeza de que a máquina do Estado não poderá ser utilizada como instrumento de emancipação humana.

Emerso do curso da história para estabelecer e manter o monopólio da propriedade territorial em proveito de uma classe que, por êsse facto, se tornava a classe governante por excelência, — que meios pode o Estado oferecer tendentes a abolir êsse monopólio que a classe trabalhadora não encontre na sua própria fôrça, na fôrça dos seus agrupamentos? Aperfeiçoado no transcorrer de todo o século XIX para assegurar às novas classes de ricaços o monopólio da propriedade industrial, os privilégios do comércio e os favores dispensados aos institutos bancários, o Estado, fornecedor de "braços" a bom preço pela apropriação indébita das terras pertecentes outrora às comunas aldeãs e crivando de impostos os pobres cultivadores, que vantagens pode oferecer para abolir esses mesmos privilégios? Acaso a máquina governamental, essência do Estado, evidentemente montada com o propósito de manter tais privilégios, poderá servir na actualidade para os abolir? A novas funções não corresponderão novos órgãos? Acaso estes novos órgãos, dado já o período histórico que atravessamos, não poderiam e não deveriam antes ser instituidos pelos próprios operários nas suas uniões, nas suas federações, absolutamente fóra de toda a acção e interferência do Estado?

E' evidente que uma vez que cessassem de existir os monopólios constituidos e solidificados pelo Estado, êste não teria mais razão de ser. Desta nova situação surgiriam, certamente, **novas** formas de agrupamento social desde que as relações entre os homens não fossem mais as relações decorrentes da condição de explorados e exploradores. **A vida se simplificaria notávelmente** se o mecanismo hoje dominante com o único fim de permitir ao rico explorar o trabalho do pobre, cessasse de existir.

A ideia de comunas independentes constituindo-se para a organização territorial e a de vastas federações corporativas de ofícios para a organização de agrupamentos conforme as diversas funções sociais, — ambas mesclando-se e solidarizando-se para satisfazer as múltiplas necessidades sociais, — permitem aos anarquistas conceberem logicamente, de uma maneira concreta, real, precisa, a possibilidade da organização de uma sociedade livre, regenerada pela revolução social. A estes dois modos principais de organização social adicionaremos ainda um terceiro: o dos agrupamentos por **afinidades pessoais,** agrupamentos inúmeros, variados até ao infinito, de longa ou efémera duração, surgindo de todos os lados para todos os fins e para todos os gostos possíveis, segundo as necessidades de momento, — agrupamentos, aliás, que já hoje vemos surgirem na sociedade actual fóra de todos os conventículos políticos e profissionais.

Essas três espécies de agrupamentos, cobrindo uma extensa área territorial e constituindo uma complexa rede de actividades sociais, permitiriam, sem dúvida, a satisfação de todas as exigências da sociedade: o consumo, a produção e a troca, e não só isso mas a realização dos variadíssimos meios de comunicação, as modernas instalações de toda a espécie, a

higiene mais perfeita, a educação integral, a protecção mútua contra as agressões, o apoio recíproco, a defesa territorial, a satisfação, em-fim, das necessidades científicas, artísticas, literárias e até as de diversões, — o conjunto pleno de vida, sempre pronto a responder, por mil modalidades e adaptações, a novas necessidades, a novas influências do meio social e intelectual.

* * *

Se uma sociedade da espécie da que descrevemos se desenvolvesse em um território assás extenso e no meio de uma população bastante densa, que seriam os modos naturais de permitir a variedade incomensurável dos gostos e das necessidades, em breve verificaríamos a absoluta inutilidade da coerção exercida pela autoridade, qualquer que fosse. Se inútil para manter a vida económica da novel sociedade, sê-lo-ia ainda mais para impedir que se produzissem os actos anti-sociais.

Com efeito, nas nossas sociedades actuais, o maior obstáculo à manutenção de um certo nível moral, que lhe é imprescindível, reside na carência de igualdade social. Sem igualdade, — "sem a igualdade de fato", como se dizia em 1793, — é absolutamente impossível generalizar-se, como conviria, o sentimento de justiça. **A Justiça envolve necessariamente o reconhecimento da igualdade** e os sentimentos de igualdade são hoje a cada passo, a cada instante, desmentidos em nossas sociedades fundadas e encanecidas no estabelecimento das classes. A prática da igualdade é condição essencial para que o sentimento de justiça se enraíze nos nossos costumes e hábitos.

E' precisamente o que sucederá em uma sociedade de iguais. E por ser uma sociedade de iguais não haverá necessidade de coerção, nem sequer o desejo de recorrer a esta se fará sentir. Persuadidos estamos que a liberdade do indivíduo não necessita de ser coartada, como actualmente o é, ora pelo temor de uma punição legal ou mística, ora pela obediência a indivíduos reconhecidos como superiores ou a entidades metafísicas que o medo ou a ignorância criaram, o que tudo redunda, na sociedade actual, em servidão intelectual, — o maior dos flagelos de que sofre a humanidade, — na depressão da iniciativa pessoal, no rebaixamento do nível moral, no estacionamento do progresso.

Em um regime igualitário, o homem poderia confiadamente guiar-se apenas pela sua razão, a qual, desenvolvida nêsse meio social, receberia necessariamente o cunho dos hábitos sociáveis dêsse meio. E assim facilmente poderia êle atingir a plena evolução de todas as suas faculdades, a íntegra expansão da sua **individualidade,** ao passo que o individualismo que a burguesia de hoje preconiza, para as "naturezas superiormente dotadas", como meio de chegar ao completo desenvolvimento do ser humano, constitui exactamente o maior obstáculo a êsse fim.

No seio de uma sociedade que tem por único escopo o **enriquecimento individual** e que, porisso mesmo, está dantemão, em seu conjunto, condenada à miséria, o homem melhor dotado vê-se reduzido a uma rude luta diária só para angariar os meios indispensáveis à manutenção da sua existência. Quanto ao parco número dos que conseguem, sôbre a realização das necessidades primordiais, os meios e o tempo necessários ao livre desenvolvimento da sua individualidade, a sociedade actual só lhos garante com esta sub-

serviente condição: **a de submeterem-se incondicionalmente ao jugo das leis e dos usos da mediocridade burguesa,** a de não subverterem, por uma crítica demasiado severa ou por actos de revolta, o reino dessa mediocridade.

Sómente são admitidos ao "pleno desenvolvimento da sua individualidade" aquêles que não oferecerem perigo algum à estabilidade da sociedade burguesa, aquêles que lhe forem **interessantes** sem jamais lhe serem hostis.

*
* *

Os anarquistas, dissemos, baseiam as suas previsões àcêrca do futuro das sociedades humanas nos dados da observação.

De-facto, quando analisamos as tendências que dominam nas sociedades civilizadas desde os finais do século XVIII, certificamo-nos iniludivelmente que a tendência centralista e autoritária é ainda bastante forte, não só nos meios burgueses mas nos próprios meios operários em que estes, tendo recebido uma educação burguesa, tendem a tornar-se, por sua vez, burgueses, — mandões e exploradores.

Felizmente que, a compensar tais tendências, vemos acentuarem-se, não menos fortemente, tanto nos meios operários como nos círculos de pessoas instruídas, mais ou menos emancipadas das velharias das classes intelectuais burguesas, as tendências anti-autoritárias, anti-centralistas e anti-militaristas, bem como as ideias de acôrdos e pactos livremente constituidos.

Como já evidenciámos em dois estudos nossos (**A Conquista do Pão e o Apoio Mútuo**), existe hoje

uma forte tendência a constituir livremente, fóra da acção do Estado e das Igrejas, milhares e milhares de organizações para subvencionar a toda a espécie de necessidades: económicas (sindicatos de ferroviários, de operários, de patrões, cooperativas agrícolas e industriais, de importação e exportação, etc.), políticas, intelectuais, artísticas, educacionais, de diversões, de propaganda, e muitas outras das mais variadas espécies que, por brevidade, deixamos de mencionar mas que todos os dias surgem por todos os cantos. Em resumo: o que outrora constituia funções incontroversas do Estado ou da Igreja, entra hoje no domínio da acção das instituições livres.

Essas tendências se acentuam a olhos vistos. Bastou que uma rajada de liberdade viesse a limitar os poderes discricionários da Igreja e do Estado para que imediatamente surgissem aos milhraes as organizações voluntárias. E não é difícil prever, sempre que um novo limite ao poder dêsses dois seculares inimigos da liberdade se impuser, que as organizações livres mais se alargarão e a esfera das suas actividades mais se estenderá,

O futuro e o progresso caminham inegavelmente nessa directriz e o Anarquismo, com as suas concepções sociais, trabalha precisamente nessa linha.

V

A negação do Estado

Cumpre assinalar que, nas suas concepções económicas, os anarquistas experimentam o efeito do estado caótico em que ainda se encontra o estudo da economia política. A êste respeito não são só os anarquistas que lhe sentem as conseqüências, os próprios socialistas-estatistas, entre os quais há diversas correntes de opinião, se ressentem do facto.

Concordes com os socialistas **que permaneceram verdadeiramente socialistas,** os anarquistas reconhecem que o sistema actual de propriedade individual do solo e de tudo é necessário para produzir, assim como o sistema actual de produção tendo por fim o lucro pessoal, que é a natural conseqüência do sistema em voga, constituem um **mal,** mal êste que as nossas sociedades deveriam esforçar-se, quanto antes, por abolir, se não preferirem sossobrar, como já tantas civilizações passadas sossobraram.

Mas quanto aos meios propostos para que essa transformação se opere, os anarquistas diferem completamente de todas as fracções em que se dividem os socialistas-estatistas. Começam os anarquistas por negar que se possa coerentemente encontrar uma solução para o problema social na ideia do Estado-Capitalista assenhoreando-se da produção ou, no mínimo, dos seus principais ramos. Os serviços postais ou dos caminhos de ferro nas mãos do Estado actual, diri-

gidos por ministros eleitos ou nomeados pelas câmaras, não é, de-certo, o ideal que visamos. Uma nova forma de salariato e de exploração, — eis no que daria a ideia, preconizada por tantos socialistas, da entrega ao Estado daquêles serviços. Não aceitamos, como êles o pretendem, que esse seja o meio mais próprio de chegarmos à abolição do salariato e da exploração, ou, sequer, uma forma transitória de evolução para êsse fim.

Assim, pois, enquanto o socialismo era compreendido no sentido largo e exacto do banimento da exploração do Trabalho pelo Capital, os anarquistas marchavam, em ideias e aspirações, de acôrdo com o que eram então os socialistas. Divergiam unicamente na questão do caráter autoritário, advogado por êles, ou anti-autoritário, defendido por nós, de que a sociedade futura, surgida da revolução social, se revestiria, — sociedade que, uns e outros, previam e ardentemente desejavam ver realizada.

Foram, porêm, levados a separar-se completamente, obrando em sentidos opostos, quando uma fracção, senão a maioria dos socialistas de Estado, se congregou à volta da ideia de que não se tratava de forma alguma, nas suas concepções sociais, da abolição imediata da exploração capitalista, que para a nossa geração actual e para a fase de evolução económica que, nêste periodo histórico, a humanidade atravessa, trata-se apenas de **mitigar, suavizar,** essa exploração e isso se obteria impondo aos capitalistas certas limitações legais por meio de leis restritivas. Ora, a tal ideia, a semelhante tática, os anarquistas, pela natureza de seus princípios, não poderiam, de maneira alguma, aderir.

*
* *

Contràriamente a essa tendência dos socialistas de hoje, mantemos o princípio de que, se quisermos algum dia chegar à abolição da exploração capitalista, deveremos, **desde já**, dirigir todos os nossos esforços para essa abolição. Desde hoje, desde o momento presente, devemos visar a transferência directa de tudo que serve para a produção, — minas, usinas, meios de comunicação, e, sobretudo, os meios que assegurem a existência do produtor, — das mãos do capital pessoal para as das comunidades de produtores e consumidores. Visar, e, em conseqùência, agir.

Há, todavia, de cuidar-se em que, na transformação visada dos meios de subsistência e de produção, êstes não cáiam nas mãos do **Estado burguês actual.** Enquanto os partidos políticos socialistas reclamam em toda a Europa a incorporação dos caminhos de ferro, do solo, das minas de ferro e de carvão, dos bancos (como já se dá na Suiça) e do monopólio dos alcoóis ao **Estado burguês tal qual hoje é,** nós vemos nêsse acto da posse da riqueza comum pelo Estado burguês um dos maiores obstáculos à realização, em algum dia, da passagem da riqueza social às mãos dos trabalhadores, — produtores e consumidores.

Nessa pretensão do programa dos partidos políticos socialistas só vemos o meio mais adequado de reforçar, em vez de derrubar, o regime capitalista, de aumentar a sua fôrça na luta contra o operário justamente revoltado.

Aliás é tambem o que já entrevêem os mais sagazes dentre os capitalistas actuais. E, na verdade, êles compreendem perfeitamente o caso, poisque os seus capitais, comprometidos, por exemplo, em empresas ferroviárias particulares, estão muito mais garantidos se constituirem propriedade do Estado que então

as administrará militarmente como é característico seu.

Para quem habituou o espírito a reflectir nos factos sociais, tomados em seu conjunto, não resta a menor dúvida sôbre o seguinte ponto de toda a evidência e, porisso, considerado um axioma social: "impossível preparar uma transformação social, por mínima que seja, sem logo dar os primeiros passos no caminho da transformação almejada, de duas uma: ou nos distanciamos ou nos aproximamos dêsse caminho. Afastamo-nos desde o momento em que começamos a pensar em transferir os meios de produção social para a posse dos parlamentos, dos ministérios, do funcionalismo do Estado, os quais, por via das suas funções, forçosamente, são hoje os instrumentos do Capital insaciável a que todos os Estados se submetem e servem. Ao contrário, aproximamo-nos quando produtores e consumidores tomarem conta de per si de toda a riqueza, social, dos meios e producão, como se próprios fossem. Evidentemente que nunca chegaremos a destruir os monopólios criando um novo monopólio, — o do Estado, — em benefício de antigos monopolistas.

Sustentamos que havendo sido a organização estatista a fôrça de que se teem servido as minorias para estabelecer e firmar o seu poder sôbre as massas, não pode, lògicamente, ser, ao mesmo tempo, a fôrça liberadora que possa destruir esses mesmos privilégios. Com efeito, a história nos ensina que, sempre que uma nova forma de vida económica surge nas sociedades, como, por exemplo, quando a servidão veio a substituir-se à escravidão e, mais tarde, o salariato à servidão, ela era correlata a uma nova forma de organização política; uma sociedade socialista, adopte ela o aspecto económico comunista ou colectivista,

não poderá, evidentemente, eximir-se à regra que a história ilustra.

*
* *

Desnecessário recordar que a Igreja e o Estado foram, através dos tempos, a fôrça política a que as classes privilegiadas, logo no nascedouro da sua formação, recorreram para firmarem sòlidamente a sua organização como classes definitivamente estabelecidas, armadas, pela crença e pela lei, de todos os poderes para o exercício dos seus privilégios e dos pretensos direitos sôbre os demais homens e o Estado foi a instituição que melhor serviu para fundar êsse seguro mútuo que garantia o uso e gôzo dêsses direitos.

Por essas mesmas razões, e porque a história no-lo prova, é que nem o Estado nem a Igreja podem ser hoje a fôrça que deverá demolir os privilégios conquistados com o seu apoio e a sua sanção. Porisso mesmo é que, nem aquêle nem essa, poderão vir a ser a forma de organização que, fatalmente, surgirá quando tais privilégios forem, de verdade, abolidos.

Do mesmo modo que a Igreja nunca poderá ser utilizada como meio de libertação do homem à submissão incondicional às velhas superstições ou para lhe fornecer uma nova ética social livremente aceite; do mesmo modo que em todos os homens os sentimentos de igualdade, de solidariedade e de unidade, que se sobrepõem a todas as religiões, tomarão um dia forma totalmente diferente das que hoje as diversas igrejas interessadas impõem quando se acostam a êsses sentimentos para os explorar em proveito de um clero retrógrado, assim a libertação económica da humanidade só se fará despedaçando as arcaicas formas políticas representadas pelo Estado absorvedor. O homem será então levado, por fôrça dos factos, a elaborar novas formas de organização para suprir aquelas funções outrora privativas do Estado e que êste, a seu bel-prazer, distribuia por entre os seus áulicos. E enquanto essa obra não se realizar, nada de útil terá sido feito.

Para facilitar a realização efectiva dessas novas formas de vida social é que o Anarquismo trabalha com afinco. Pela fôrça construtiva das massas populares e com o poderoso auxílio que os conhecimentos modernos fornecem, essa aspiração se dará, como, aliás, já se verificou no passado sempre que fortes comoções libertadoras agitaram as populações.

Tais são as razões porque os anarquistas recusam aceitar as funções de legisladores ou qualquer outra função, — de servos ou mandões, — nas esferas do Estado. Mais do que convencidos estamos que a Revolução Social não se fará a poder de **leis decretadas.** As leis seguem naturalmente na esteira dos factos consumados e admitindo mesmo, o que é problemático, sejam honestamente seguidas, caso pouco habitual, serão letra morta enquanto não se produzam as fôrças vivas necessárias para converter em factos concretos as tendências expressas nas leis.

São essas tambem as razões porque um grande número de anarquistas, desde os primórdios da **Internacional** até nossos dias, tomaram sempre parte activa nas organizações operárias formadas para a luta directa do Trabalho contra o Capital e seu genuino protector o Estado.

Essa luta, de eficácia muito mais positiva do que qualquer outra acção indirecta pela qual se pudessem, porventura, obter quaisquer melhorias na vida do operário, abre muito melhor os olhos aos trabalhadores

sôbre os prejuizos e defeitos orgânicos da sociedade actual decorrentes do sistema capitalista que o Estado ampara. Essa luta, sôbre qualquer outra, tem o condão de despertar no proletário de hoje ideias novas relativas aos modos por que se fará na sociedade futura o processo directo do consumo, da produção e da permuta entre os verdadeiros interessados na resolução do problema sem a participação do capitalista e com inteira exclusão do Estado.

*
* *

A forma que, em uma sociedade emancipada do Capital e do Estado, deverá ser adoptada quanto aos meios de remuneração do trabalho, estabelece, mesmo entre os anarquistas, diversas correntes de opinião.

Em princípio todos são concordes em repudiar a nova forma de salariato que fatalmente surgiria se o Estado tomasse conta de todos os meios de produção e permuta, das terras, das minas, das fábricas, das usinas, dos caminhos de ferro, dos correios, dos telégrafos, da educação, dos serviços sanitários, do seguro mútuo, e o mais que ocorreria, se se tornasse, em-fim, o grande e único organizador e administrador da agricultura e dos variados ramos da indústria. Se, além dos que já possui (impostos, defesa territorial, religiões estipendiadas, etc.) lhe fossem agregados outros novos poderes, teríamos fundado uma nova tirania, certamente a mais poderosa de quantas até agora teem existido sôbre a face da terra.

A maioria dos anarquistas filia-se à corrente da solução comunista libertária. Distingue-se hoje, com perfeita clareza, que a **única forma de comunismo possível e aceitável em uma sociedade civilizada é a do comunismo-anarquista,** que, essencialmente igualitário, **é, por êsse facto, a negação de toda a autoridade.**

Uma sociedade anarquista de certa extensão não seria exequível se não começasse por garantir a todos um mínimo de bem-estar produzido em comum. Comunismo na ordem económica, Anarquismo na política, são as duas faces de um mesmo problema, duas concepções que reciprocamente se integram.

Concomitantemente com a corrente comunista que acabamos de descrever, e que é a principal, existe uma outra que vê no Anarquismo uma reabilitação do individualismo. E' dessa corrente que em seguida trataremos mais minuciosamente do que já fizemos no cap. II, ao referirmo-nos à obra de Stirner.

VI

A corrente individualista

A corrente individualista no Anarquismo não passa, em nossa opinião, de uma sobrevivência dos tempos passados. Então, quando os meios de produção não haviam ainda atingido a eficácia que modernamente lhes dão a ciência e os progressos técnicos, o comunismo poderia conjecturar-se sinónimo de miséria comum e de comum sujeição.

Efectivamente, há pouco menos de um século, um modesto bem-estar e uns minguados prazeres só eram possíveis a um reduzido número de pessoas que explorassem o trabalho de seu semelhante. Essa é, talvez, a razão porque todos os que, naquêles tempos, gozavam de uma certa independência económica à custa dos outros, se arrepelavam na ante-visão do dia em que, forçados pelos factos, deixassem de pertencer a essa minoria de privilegiados ociosos. Bastará dizer, o que justificaria o conceito em que era tido o comunismo, que, nessa época, Proudhon avaliava em **cinco sous** (25 cêntimos) **por dia e por habitante** a produção total da França.

Todavia, essa objecção não subsiste mais hoje. Com a imensa produtividade do trabalho humano que é dado observar tanto na agricultura como na indústria (vide a nossa obra CAMPOS, FÁBRICAS E USINAS) pode-se prever que um alto grau de bem-estar

facilmente se obteria em poucos anos pelo trabalho comunista inteligentemente organizado, para o que mais não seriam precisas do que quatro ou cinco horas de trabalho diário, o que permitiria ter livres outras quatro ou cinco horas destinadas aos prazeres intelectuais ou artísticos.

*
* *

A corrente individualista pode subdividir-se em dois grupos principais. Primeiramente o grupo dos individualistas puros, da escola de Max Stirner, que, ultimamente, encontraram um tal ou qual apoio na beleza artística dos escritos de Nietzsche. Não nos ocuparemos com a análise das suas obras.

Já o deixámos dito em um capítulo anterior quanto é ultra metafísica, e completamente afastada dos factos da vida real, a "afirmação unilateral do indivíduo"; quanto ela fere os sentimentos de igualdade, base de toda a libertação, poisque não há libertação onde alguem pretende dominar; quanto êsse conceito de "indivíduo" aproxima os que se declaram categòricamente "individualistas" das minorias de nobres, padres, burgueses, funcionários, etc. que se julgam "sêres superiores" às massas e aos quais devemos a organização do Estado, da Igreja, da Magistratura, da Polícia, do Militarismo, do Imperialismo e de toda a secular opressão que sofremos.

O segundo grupo de individualistas-anarquistas compreende os mutualistas da escola de Proudhon a que já tambem nos referimos. Pensam êstes ter achado a solução do problema social em uma organização livre, voluntária, que introduzisse o sistema da permuta dos produtos avaliados êstes em "bonus de tra-

balho". Estes "bonus" representariam o número de horas dispendidas por tal indivíduo em funções reconhecidas de utilidade pública.

Ora, na realidade, êste sistema deixa de ser individualista no sentido que ao termo, em rigor, cabe. Representa um compromisso entre o comunismo e o individualismo. Individualismo na retribuição devida ao produtor, comunismo na posse coletiva do que serve para produzir, terras, máquinas, fábricas, etc.

E' êste dualismo que, a nosso ver, cria um obstáculo insuperável à possibilidade de ser introduzido e posto em prática o sistema preconizado. E' absolutamente impossível a uma sociedade organizar-se na base de dois princípios contraditórios: um que pretende a comunidade do que fôr produzido e outro que pretende individualizar o que vai ser produzido. O sistema é inconciliável, não já tanto para a produção dêsses objectos de luxo para os quais os gostos e a procura variam até ao infinito, mas para o que concerne ao estrito necessário sôbre que, em cada sociedade, se estabelece uma certa uniformidade de apreciação.

Por outro lado cumpre não perder de vista a imensa variedade de máquinas e de métodos que, em diferentes logares, servem para produzir, e isso em uma sociedade numerosa e em uma indústria em via de desenvolvimento, o que faz que, com tal máquina, a soma de trabalho por ela produzido seja duas ou três vezes maior do que com outra em iguais circunstâncias.

Dá-se o facto apontado, por exemplo, na indústria actual de tecelagem. As funções de tecelão são tão diferentes em razão das várias qualidades exigidas no seu desempenho, quanto o são os teares, que variam de três a vinte, que um só homem pode superintender.

A isso acrescente-se as diferenças de energia muscular e cerebral que os operários, em conjunto, dispendem nos diversos ramos da produção. Tomados na devida consideração êsses factos, ocorre perguntar se é possível admitir-se racionalmente a hora de trabalho como medida de valor para a permuta dos produtos a que se quer dar o caráter **mercantil.**

Na sociedade actual compreende-se a **permuta mercantil;** mas não se compreende uma permuta mercantil quando baseada em um processo de avaliação, — a hora de trabalho, — que nada tem de mercantil se a fôrça de trabalho cessa de ser tratada como mercadoria. A hora de trabalho só poderia servir de medida de equivalência dos produtos, ou melhor, para os avaliar **grosso modo,** em uma sociedade que já houvesse admitido o princípio comunista para a mór parte dos produtos de primeira necessidade.

E se, como concessão à ideia de remuneração individualista, introduzissemos, alêm da hora de trabalho "simples", uma remuneração especial para o trabalho "qualificado" que exige prévia aprendizagem, ou se recorrêssemos à detestável prática das "promoções por mérito" na hierarquia dos funcionários da indústria, teríamos dêsse modo restabelecido integralmente o regime do salariato moderno com todos os seus característicos e todos os vícios e defeitos já sobejamente conhecidos que, por tal, nos leva a procurarmos os meios de o abolir.

A-pesar-de tudo, as ideias mutualistas tiveram na agricultura um certo sucesso nos Estados Unidos onde o sistema, ao que somos informados, continua a ser praticado no meio de algumas poucas organizações de colonos e rendeiros.

*

* *

Um tanto ou quanto aproximados dos mutualistas, veem, em seguida, os individualistas-anarquistas americanos que, na segunda metade do século findo, foram representados por S. P. Andrews e W. Greene, depois por Lysander Spooner e actualmente por Benjamin R. Tucker (1) que publicou durante largos anos em New-York o periódico anarquista individualista LIBERTY.

As ideias sociais desta corrente anarquista procedem de Proudhon e Spencer. Partem da afirmação que a única lei obrigatória para o anarquista é que êle próprio, exclusivamente, se ocupe de seus negócios sem se intrometer nos dos outros; que, conseqüentemente, cada indivíduo e cada grupo teem o **direito** de sobrepôr-se ao resto da humanidade, de oprimi-la, se tanto necessário, tendo a **fôrça** à sua disposição. Se êstes princípios, afirma-o Tucker, recebessem uma aplicação geral, não ofereceriam perigo algum poisque os poderes de cada indivíduo ficariam limitados pelos direitos iguais dos demais.

Raciocinar dêste modo é, em nossa opinião, sôbre render um largo tributo à dialética metafísica, fazer suposições imaginárias ou estendal de ignorância dos factos da vida real. Afirmar que alguem possa ter o direito de oprimir toda a humanidade, se para tal tiver fôrça, que os direitos do indivíduo são apenas limitados pelos direitos que igualmente aos outros são reconhecidos, — é, indubitávelmente, cair em cheio no campo da dialética.

Para nós, que preferimos ficar no terreno das rea-

(1) — E', em todo o caso, digno de ler-se o seu livro **Instead of a Book, by a man too busy to write one; a fragmentary exposition of philosocal Anarquism,** — New-York, 1897.

N. do T.

lidades práticas, é absolutamente impossível conceber uma sociedade, ou sequer uma simples aglomeração de sêres humanos, em que houvesse, porventura, necessidade ou conveniência de fazer em comum a cousa mais comesinha, sem que os interêsses individuais não afectem os de muitos, senão os de todos os membros dessa sociedade; impossível para nós imaginar uma sociedade na qual o contacto contínuo entre os seus membros não estabeleça, como resultado, a comunidade de interêsses e não torne materialmente impossível a sua actuação sem o reflexo das conseqüências dos actos de cada um sôbre a sociedade de que fazem parte.

Em razão dessas teorias é que Tucker, como Spencer, depois de haver feito uma excelente crítica do Estado e uma vigorosa defesa dos direitos do indivíduo, embora reconhecendo a propriedade individual sôbre o solo, chega a reconstituir o Estado com o objecto de evitar que os cidadãos individualistas se prejudiquem reciprocamente. E' certo que Tucker apenas reconhece ao Estado o direito de **defesa** de seus membros, mas êsse direito e essa função bastam, de per si, para constituir o Estado inteiriço, com todas as suas actuais prerrogativas. Foi precisamente por haver assumido as funções de "defesa" dos seus membros fracos que o Estado, em sua evolução histórica, se arrogou depois funções **agressivas** o que Spencer e Tucker brilhantemente combateram.

A erecção do Estado com suas leis e uma chusma de funcionários encarregados de proteger o indivíduo lesado; a sua hierarquia, estabelecida para velar pela aplicação das leis; as suas universidades, fundadas para estudar as origens do direito e logo as suas igrejas para santificar as doutrinas ensinadas; as diversas classes de polícia com o fim de manter a chamada

ordem social; o seu serviço militar obrigatório em que dispende rios de dinheiro; os seus monopólios, os seus vícios, a sua tirania, — tudo decorre dessa primeira premissa: **a protecção dos direitos do indivíduo lesado por outro.**

Basta esta breve crítica do Estado para explicar porquê o sistema individualista-anarquista, que só encontra aderentes por entre os "intelectuais" burgueses, não os encontra, todavia, em grande número entre a massa proletária. Postoque reconheçamos a importância da crítica que ao Estado fazem os individualistas-anarquistas, isso não nos leva, a nós, anarquistas-comunistas, ao ponto de cairmos em cheio no centralismo e na burocracia em que dariam a reconstituição do Estado por outras vias. Os anarquistas-comunistas manteem bem alto o princípio do indivíduo livre, origem primária de toda a sociedade livre, poisque a tendência a recair nos erros do passado, mesmo entre os revolucionários ditos avançados, é bastante característica.

Sem receio de contestação, pode-se dizer que no momento actual o comunismo-anarquista é a solução que mais terreno ganha entre as massas operárias, principalmente nas nações latinas, que estão interessadas nas questões de acção revolucionária em um futuro mais ou menos próximo e teem perdido a confiança nos pretensos benefícios do Estado.

O movimento operário, que permite aos trabalhadores de todos os países sentirem-se solidários nas suas reivindicações, afasta-se das fúteis agitações dos partidos políticos para empregar as suas fôrças e as suas aptidões em actividades muito mais eficazes, em contribuir para preparar e esclarecer as ideias, do que desperdiçando-as no mecanismo efémero e inútil das eleições.

E não será exagerado prever que quando movimentos sérios em prol da emancipação dos trabalhadores começarem a acentuar-se nas cidades e nos campos, tentativas se farão no sentido puramente anarquista e essas, sem dúvida, muito mais profundas das que levou a cabo o povo francês em 1793-94.

VII

Princípais conclusões do Anarquismo

Fixadas as ideias directrizes e as origens do Anarquismo, daremos agora algumas ilustrações que nos permitirão precisar melhor o logar que as nossas ideias ocupam no movimento científico e social contemporâneo.

Quando se nos diz que devemos acatar a Lei, — com maiúscula, — porque "a Lei é a objectivação da Verdade", ou nos buzinam os ouvidos com frases dêste jaez: "as leis do desenvolvimento do Direito são as leis do desenvolvimento do espírito humano", "o Direito e a Moral são idênticos e só na sua expressão diferem", escutamos estas sonoras asserções com aquela mesma reverência com que as acolhia iguais o Mefistófeles do FAUSTO de Gœthe.

Embora tendo na devida conta o enorme esfôrço intelectual que, para traduzirem os seus pensamentos, teriam tido os autores dessas frases, que se julgam profundas mas que na verdade nada dizem, tais pensadores trilhavam, evidentemente, caminho errado. Nas suas frases sonoras podemos ver, ainda que assentes em bases frágeis, os tentâmenes de generalizações inconscientes, as quais, aliás, para cúmulo da sua manifesta insuficiência, mais incompreensíveis se tornam devido ao emprêgo de um vocabulário de estilo

empolado que mais serve para embair do que para esclarecer os espíritos.

*
* *

Outrora dava-se ao Direito uma origem divina; mais tarde deu-se-lhe uma base metafísica; hoje, porêm, estamos felizmente aparelhados a estudar a origem das concepções jurídicas e o seu desenvolvimento antropológico do mesmo modo por que se estudaria a evolução da tecelagem ou os processos de obter mel de abelha.

Mercê dos trabalhos da escola antropológica, agora postos ao alcance de todos, é cousa fácil observar como surgiram os costumes sociais e as concepções do direito, a começar pelos selvagens mais primitivos, seguir-lhe, passo a passo, o gradual desenvolvimento através dos códigos desde as mais remotas épocas históricas até aos tempos actuais. Chegaremos então a esta conclusão já por nós anteriormente enunciada: Todas as leis teem uma **dupla origem,** sendo precisamente esta circunstância que as distingue dos costumes estabelecidos pelo uso, os quais representam os princípios de moralidade inerentes a uma determinada sociedade em uma dada época.

A lei simplesmente confirma os costumes criados, cristaliza-os nos preceitos jurídicos; mas, ao mesmo tempo, aproveita-se dêles para introduzir, subrepticiamente, com a sua sanção, algumas novas instituições fundadas no interêsse das minorias guerreiras e governantes. E' a lei que introduz e sanciona a escravidão ou a divisão da sociedade em castas, que estabelece a preeminência da autoridade paternal, das classes sacerdotais e militares, estimula o servilismo para,

finalmente, levar o indivíduo à obediência incondicional ao Estado.

Amparada por tais meios, a lei consegue **dêsse modo impôr ao homem**, sem que o perceba, um jugo tal de que só revolucionariamente é possível desembaraçar-se.

Tal é o processo histórico desde os tempos mais remotos até nossos dias. Vê-lo-emos em acção nas mais adiantadas legislações actuais, nas falazes leis operárias em que, ao lado da denominada "protecção ao trabalho", que representa o fim confesso, se firma habilmente a ideia da arbitragem **obrigatória** (arbitragem obrigatória, que contrasenso!) se impõe, por tantas horas, a obrigatoriedade dêsse trabalho. E assim se abrem as portas à exploração militar dos caminhos de ferro quando declarada uma **parede**; do mesmo modo é a lei que estabelece a sanção legal da opressão em que vivem ainda os camponeses da Irlanda, fixando-lhes elevadas taxas para redimirem suas terras das rendas que sôbre elas pesam; é ainda a lei que introduz o seguro contra a doença, a velhice e até contra a falta de trabalho, dando-se assim ao Estado o direito e o dever de fiscalizar diariamente cada acto do operário, o direito de o forçar a não dispôr de si como, porventura, lhe apraza sem a autorização legal do Estado ou do funcionário que o representa.

E êsse sistema prevalecerá enquanto **uma parte** da sociedade se atribuir a faculdade de fabricar leis para toda a sociedade, alargando por essa forma os poderes do Estado, que constituem os esteios principais do Capitalismo. Enquanto se fabricarem leis, forçoso será obedecer-lhes e os resultados, necessariamente, serão sempre os mesmos.

Compreender-se-á então porque os anarquistas, desde Godwin para cá, teem negado a eficácia das

leis escritas e daí o repudiá-las todas, não obstante aspirarem, mais e melhor do que todos os legisladores, à Justiça, que, para êles, é o equivalente, repetimos, da igualdade, sem a qual aquela é impossível existir de-facto.

*
* *

Quando nos objectam, a pretexto de não reconhecermos o "imperativo categórico" de que nos fala Kant, que, repudiando a Lei, repudiamos a Moral, respondemos que a própria linguagem da objecção nos é incompreensível e absolutamente estranha (1). KANT dizia, efectivamente, que a lei moral se resume nesta fórmula: "trata sempre os outros de tal maneira que a tua conduta possa tornar-se uma lei universal". "Isso, dizia o filósofo de Koenigsberg, é um "imperativo categórico", — uma lei inata no homem. Esta linguagem é para nós tão estranha e inintelegível quanto o seria para um naturalista que se decidisse a estudar a Moral pelo método que lhe é peculiar.

Antes, porêm, de entrarmos na matéria, formularemos aos nossos contraditores esta proposição: "que quereis significar com os vossos intermináveis "imperativos categóricos"? "Não poderieis, acaso, traduzir as vossas asserções em uma linguagem clara, compreensível, como, por exemplo, o fazia Laplace procurando meios de exprimir as fórmulas das altas matemáticas em uma língua correntia, ao alcance de toda

(1) — Não inventamos a objecção; ela nos foi feita por um doutor germânico em polémica que por correspondência sustentámos.

N. do A.

a gente? Todos os grandes sábios e pensadores assim o fizeram; porque não procedeis como êles?"

Cabe perguntar: que se pretende significar quando se nos fala de "lei universal" ou de "imperativo categórico"? que todo o homem aceita esta ideia: "não faças ao teu semelhante o que não desejarias para ti"? Se assim é, estamos de acôrdo. Estudemos a questão, como já antes de nós o fizeram Hutchinson e Adam Smith, por processos naturais, indagando donde proveem as concepções morais subsistentes nos homens e como elas se desenvolveram.

Estudemos, em seguida, até que ponto a ideia de justiça importa na de igualdade. Questão esta, deveras, importante, poisque sómente aquêles que consideram **outrem** seu igual poderão compreender e acomodarem-se à regra: "não faças a outrem o que não quererias que te fizessem". Um proprietário de servos ou um mercador de escravos não poderiam, evidentemente, reconhecer a "lei universal" e o "imperativo categórico" relativamente ao servo ou ao escravo, poisque não os reconhecem como seus iguais. Se esta observação é exacta, não será absurdo querer inculcar ideias de alta ética quando se inculcam, ao mesmo tempo, ideias de desigualdade?

Analisemos, em-fim, — como o fez Guyau, — o "sacrifício próprio do indivíduo" e investigue-se o que mais, através da história, contribuiu para o desenvolvimento dos sentimentos morais no homem, — se não foram os sentimentos fundados na ideia igualitária a respeito do próximo?

Sómente depois de havermos procedido a um estudo consciencioso dêstes temas é que poderemos deduzir que condições e instituições sociais oferecem melhores resultados para o futuro da humanidade. Saberemos então quanto a religião contribui para êsse

desiderato, quanto as desigualdades económicas e políticas estabelecidas pela lei se opõem à sua realização, que parte tiveram na evolução dos sentimentos humanos a lei, a punição, a prisão e todos os seus executores: o juiz, o policial, o carcereiro, o carrasco.

Estudemos, em todas as suas várias modalidades, estas questões e, necessariamente, concluiremos por recusarmos aderir à moral da Lei e à moralização dos costumes sociais pelos tribunais e pela polícia. Prefiramos às grandes palavras, que outra serventia não teem senão a de ocultar-nos a superficialidade de um meio-saber, os factos positivos do conhecimento. Os grandes chavões foram, talvez, inevitáveis em uma certa época: quanto, porêm, à sua utilidade é lícito duvidar que tivessem alguma.

No estado actual de evolução do espírito humano, podemos com segurança empreender o estudo das mais árduas questões sociais pelo mesmo método natural que um jardineiro ou um botânico aplicariam no estudo das condições que mais favoráveis fossem ao crescimento e desenvolvimento de uma planta.

Com êsse espírito, ponhamos mãos à obra!

*
* *

Refiramo-nos agora às questões económicas. Quando um economista da escola clássica nos vem dizer: "em um mercado absolutamente livre, o valor das mercadorias calcula-se pela quantidade de trabalho socialmente necessário para as produzir" (veja-se Ricardo, Proudhon, Marx e tantos outros), não aceitamos, nós anarquistas, esta asserção como um dogma pelo simples facto de haver sido enunciada por esta ou aquela autoridade, ou porque se revista de um

cunho "diabolicamente socialista" dizer-se que o trabalho é a verdadeira medida do valor.

"E' possível que assim seja", respondemos. Mas não vêdes que fazendo tal asserção sustentais, por êsse facto, que o valor e a quantidade de trabalho necessário são **proporcionais,** tal como a velocidade da queda de um corpo é proporcional ao número de segundos gastos no percurso? Dêsse modo, sem talvez dardes pelo facto, afirmais uma certa **relação quantitativa** entre duas grandezas: trabalho e valor. Admitido êste princípio ocorre preguntar: "podereis efectuar medições, cálculos, observações, — medidas quantitativas, — únicas que possam confirmar exactamente a regra no que respeita às **quantidades?**

Pode-se admitir, de uma maneira geral, que o valor de troca das mercadorias cresça à medida que aumenta a quantidade de trabalho necessário para as produzir. São estas as próprias expressões de Adam Smith nas conclusões a que chegara nos seus estudos económicos. Mas Smith teve o cuidado de nos advertir que sob o regíme da produção capitalista a proporção entre o valor de troca e a soma de trabalho necessário não existe.

Afirmar, porêm, categoricamente que, **por conseqüência,** as duas quantidades dadas são **proporcionais,** que uma é a rigorosa medida da outra, constituindo isso uma lei da economia política, — é cometer um grosseiro êrro. Tão grosseiro como afirmar, por exemplo, que a quantidade de chuva que irá cair amanhã será proporcional ao número de milímetros a que o barómetro houver baixado da média estabelecida para certo logar e uma dada estação. O que primeiro notou existir uma certa correlação entre o baixo nível do barómetro e a quantidade de chuva que cai; o que primeiro reconheceu que uma pedra ao cair de grande

altura adquire uma velocidade maior do que outra pedra que cáia sómente da altura de um metro, — êsses fizeram, sem dúvida, descobertas verdadeiramente científicas. Foi, precisamente, o que fez Adam Smith tratando da questão do valor.

Mas o que viesse, depois de estabelecidos êstes princípios gerais, afirmar que a quantidade de chuva caida se mede exactamente pelo número de milímetros a que, da média conhecida, houvesse baixado o barómetro, ou que o espaço percorrido por uma pedra que cai é proporcional ao tempo do seu percurso e que se calcula por êste, — afirmaria positivamente uma série de tolices. Provaria, ao demais, que o **método** de investigação científica lhe é absolutamente estranho, e, portanto, nulo todo o seu trabalho por anti-científico, ainda que viesse recheiado de palavras as mais escabrosas extraídas do mais arrevesado formulário científico. Foi isso que fizeram os que enunciaram prematuramente as mencionadas teorias do valor.

*
* *

Antes do mais, diremos que não é razão admissível, desculpa aceitável, o facto da carência de dados numéricos e estatísticos exactos para justificar a superficialidade em matéria económica, isto é, para estabelecer por medidas exactas o **valor** de tal mercadoria e a quantidade de **trabalho** necessário para a sua produção.

No domínio das ciências exactas conhecemos milhares de casos em que duas quantidades guardam entre si uma relação de dependência de tal ordem que se uma aumenta, a outra aumenta igualmente sem que, entretanto, sejam reciprocamente **proporcionais.**

Assim, por exemplo, a rapidez do crescimento de uma planta depende, certamente, dentre outras causas, da quantidade de calor e de luz que recebe. A altura do sol acima do horizonte e a temperatura média diária, factos deduzidos após largos anos de observação, aumenta ao mesmo tempo e cotidianamente a partir de 22 de março (para a Europa). O retrocesso de um canhão aumenta na medida que é aumentada a quantidade de pólvora queimada na carga. E assim sucessivamente.

Mas qual o sábio, digno dêsse nome, que depois de estabelecer estas relações, teria a ideia extravagante de vir afirmar, sem haver **traduzido essas relações em quantidades numéricas,** que, **conseqüentemente,** a rapidez do crescimento de uma planta e a quantidade de luz que recebe, ou o retrocesso do canhão e a carga de pólvora queimada, são **quantidades proporcionais:** que uma aumenta duas, três, dez vezes enquanto a outra aumenta nas mesmas proporções, por outras palavras, que as duas quantidades **se medem** exactamente uma pela outra, como se afirma, desde Ricardo, para o que respeita ao valor e ao trabalho?

Quem é êsse sábio que depois de haver estabelecido a hipótese, a suposição, que uma certa relação existe entre duas quantidades dadas, ousasse apresentar essa simples hipótese como uma **lei** definitivamente provada? Só os economistas e os legistas, que não teem a menor noção do que seja uma "lei" nas ciências naturais, seriam os únicos capazes de avançar semelhante proposição.

Geralmente, a relação entre duas quantidades é excessivamente complexa para ser expressa em uma proporção aritmética, o que, mais do que em nenhum outro, é o caso para o **valor** e o **trabalho.** Ora, precisamente, o valor de troca e a quantidade de trabalho **não são reciprocamente proporcionais:** uma **nunca se mede** pela outra. É o que já havia notado Adam Smith.

Êsse economista, depois de haver escrito que o valor de troca de cada objecto se mede pela quantidade de trabalho necessário à sua produção, teve que aduzir, após um estudo detalhado dos valores mercantis, que se êsse era o caso para o regime primitivo da troca (no estado tribal da humanidade), **não é o caso no regime capitalista,** o que é, perfeitamente exacto.

O regime capitalista do **trabalho forçado e da troca com o fito único no lucro** destroi essas simples relações e introduz, na sociedade capitalista, muitos novos factores que veem alterar por completo as relações entre o trabalho e o valor de troca. Ignorar a acção dêsses factores é desfazer a própria economia política: é embrulhar as ideias e impedir o desenvolvimento natural da verdadeira ciência económica.

Os mesmos reparos que fizemos à teoria do valor se aplicam a quase todas as afirmações económicas que circulam hoje como verdades estabelecidas, — sobretudo entre os socialistas, que tanto se jactam de científicos, — e que se pretende, como uma impagável ingenuidade, dar como leis naturais. Não só sustentamos ser a maioria dessas pretendidas leis inexactas, como estamos mais do que certos que os que nelas crêem reconhecerão o seu êrro se alguma vez tiverem a necessidade de examinar detidamente as suas gratuitas afirmações, submetendo-as, como fazem os naturalistas, a uma severa crítica, a uma análise quantitativa.

*
* *

Toda a economia política adquire, ante a concepção anarquista, um aspecto completamente diferente do que lhe emprestam os economistas clássicos, quer os do campo burguês, quer os social-democratas. Para uns como para outros o método científico, indutivo, lhes é absolutamente estranho e daí o seu completo desconhecimento do que seja uma "lei natural", não obstante fazerem praça do emprêgo dessa expressão.

Não notam, entretanto, que toda a lei natural tem um carácter condicional que pode ser expresso nos seguintes termos: "**se**, em a natureza, tais e tais condições se produzirem, o resultado será tal e tal; **se** uma linha recta cortar outra de modo a formar ângulos iguais dos dois lados do ponto de intersecção (na geometria euclidiana), os resultados serão êstes ou aquêles; **se** os movimentos peculiares ao espaço interstelar actuarem sôbre dois corpos e, se a uma distância infinitamente grande, não interferir sôbre êles um terceiro ou quarto corpos, os centros de gravidade dos dois corpos tenderão a aproximar-se com determinada velocidade, — eis a lei da atracção universal. E assim sucessivamente; sempre um **se**, sempre uma condição realizada ou a realizar-se.

Conseqùêntemente, todas as pretendidas leis e teorias da economia política deverão subordinar-se ao carácter do método científico da indução: admitindo que se encontra sempre, em uma dada região, um nùmero considerável de indivíduos que não podem subsistir um mês, ou mesmo uma quinzena sem perceberem um cérto salário e sem se sujeitarem às condições de trabalho que o Estado lhes quiser impôr, condições tais que se traduzem em forma de contribuições e impostos vários, — ou então as condições daquêles que o mesmo Estado reconhece como senhores do solo, das usinas, das fábricas, dos caminhos de ferro, dos meios de produção, em-fim, — em tais casos se darão estas ou aquelas conseqùências.

Ora, até hoje a economia política, pelos seus académicos expositores, tem-se limitado a uma simples enumeração dos factores daquelas condições, sem, contudo, enumerar e analisar essas mesmas condições, sem examinar **como** tais condições operam em cada caso particular, nem o elemento que mantem essas condições. E se alguma vez essas condições são mencionadas, é para serem imediatamente postergadas.

Não se limitaram os economistas a êsse como que propositai olvido, fizeram peor: **representaram os factos económicos, resultantes dessas condições, como leis fatais, imutáveis.** E teem ainda o topête de chamar a essas elocubrações CIÊNCIA!

Quanto à economia política socialista, os seus expositores criticam, é certo, algumas das conclusões dos economistas clássicos ou então explanam certos factos económicos diferentemente, porêm, igualmente esquecem as condições expressas e dão aos factos de uma dada época demasiada estabilidade inculcando-os como "leis naturais". O que é certo é que nenhum dêsses expositores conseguiu, até hoje, traçar uma directriz firme e própria à ciência da economia; permanece esta ainda a dentro dos antigos moldes, segue os hábitos rotineiros do passado.

O mais que essa economia fez (Marx na sua celebrada obra O CAPITAL) foi tomar as definições da economia política metafísica e burguesa e declarar enfàticamente: "vêde bem que, mesmo aceitando as vossas definições, podemos fàcilmente provar que o capitalista explora o trabalhador!" Frase bem soante e que se enquadra excelentemente em um panfleto, mas que está longe de constituir toda a ciência económica.

De um modo geral, pensamos que, para se constituir como ciência, a economia política requere assentar em bases diferentes. Deve, em primeiro logar, ser tratada como ciência natural e, nessas condições, fazer a aplicação dos métodos usuais das ciências exactas, empíricas, investigando ao mesmo tempo qual a sua finalidade precisa. Com relação às sociedades humanas, a economia política deverá ocupar posição análoga à que ocupa a fisiologia relativamente aos animais e às plantas.

E tal fisiologia deve ter por escopo o estudo das **necessidades** sempre crescentes da sociedade e dos diversos **meios** de satisfazê-las, — como o foram no passado e como o serão no presente. Cumpre-lhe analisar êsses meios, verificar até que ponto, outrora e hoje, se ajustaram êles ao fim proposto, e, em seguida, — já que a predição, a aplicação à vida, como o dissera Bacon, é a finalidade de toda a ciência, — é de sua alçada estudar os meios que melhor possam realizar a soma das necessidades modernas: os meios de obter, com o menor dispêndio possível de energia, — com **economia**, — os melhores resultados práticos para a humanidade em geral.

*

*   *

É, pois, evidente a razão porque as nossas conclusões diferem tão grandemente, em tantos aspectos, das que adopta a maioria dos economistas, quer burgueses, quer social-democratas; o motivo porque não reconhecemos como "leis" meras correlações de factos expostas por uns e outros; porquê a nossa exposição de socialismo difere tão radicalmente da sua e, finalmente, porque deduzimos do estudo das ten-

dências da vida económica moderna conclusões tão diversas das suas com relação ao que é desejável e possível; por outros termos, porque concluimos, no nosso socialismo, pelo comunismo libertário, ao passo que êles se deteem no Capitalismo estatista e no sistema do salariato colectivista.

É possível que estejamos em êrro e êles com a razão. Mas a questão de saber quem está ou não com a razão não se resolve por meio de comentários bizantinos sôbre o que tal ou qual escritor disse ou pretendia dizer ou ainda divagando tolamente àcêrca da "trilogia" de Hegel e menos, certamente, teimando abusivamente no emprêgo exclusivo do método dialético.

A questão únicamente pode ser resolvida estudando os factos económicos pelo mesmo método por que se estudam as ciências naturais.

*

*   *

Entre-parênteses citaremos, em abôno do que acabamos de dizer, as seguintes passagens de uma carta recebida de um biologista ilustre, professor na Bélgica, que, talvez, melhor permitirão esclarecer o ponto em questão. Escreve êsse professor:

"À medida que prossigo na leitura da sua "obra FIELDS, FACTORIES AND WORK-"SHOPS (1), cada vez mais me convenço que o

(1) — Original inglês editado, em segunda edição revista e aumentada, em 1912, por Thomas Nelson & Sons Ltd de Londres. A edição francesa sob o título CHAMPS, USINES ET ATELIERS, publicada em Paris, em 1910, por P. V. Stock.

N. do T.

"estudo das questões económicas e sociais só é "acessível e proveitoso, d'ora-avante, aos que se "dedicaram às ciências naturais ou que se **acha-** "**rem penetrados do espírito dessas ciências.** Os "imbuidos exclusivamente da chamada educação "clássica são absolutamente incapazes de com- "preender o movimento actual das ideias e igual- "mente incapacitados para o estudo de um sem "número de questões especiais.

"A ideia da integração do trabalho e **da** "**divisão do trabalho no tempo,** (ideia, diremos "nós, muito útil para uma sociedade em que se "pudesse trabalhar, ora na agricultura, ora na in- "dústria, ora no trabalho intelectual, de modo a "poder variar o exercício e, portanto, desenvol- "ver inteiramente a sua personalidade), está vo- "tada a ser uma das pedras angulares da ciência "económica. Há uma série de factos biológicos "que concordam plnamente com a ideia enuncia- "da e que bem podemos interpretar como uma "lei natural (melhor diria, acrescentaremos, que, "em a natureza, é freqùente obter-se, pela apli- "cação dêsse meio, uma economia notável de "fôrças).

"Se examinarmos atentamente as funções vi- "tais de um ser vivo qualquer durante os diver- "sos períodos da sua peculiar existência, e mesmo "durante as várias estações e, em determinados "casos, durante os diversos momentos do dia, en- "contraremos aplicado o princípio da divisão do "trabalho no tempo em íntima conexão com a "divisão do trabalho entre os órgãos (lei de Adam "Smith).

"Os homens de ciência que ignoram as ciên- "cias naturais são geralmente incapazes de com-

"preender o verdadeiro alcance de uma **lei da** "**Natureza;** dominados pela concepção que, errò- "neamente, adquiriram do termo **lei,** imaginam "que uma **lei,** tal como a que Adam Smith for- "mulou, tem um poder fatal a que é impossível "escapar. Quando, porêm, se lhes mostra o **re-** "**verso** dessa lei, isto é, os resultados deploráveis "do ponto de vista da evolução e da felicidade do "indivíduo, replicam: **é uma lei inexorável** e, na "maioria dos casos, esta resposta vem acompa- "nhada de um tom incisivo tal que denota bem "o sentimento de uma espécie de nova infalibi- "lidade.

"O naturalista, ao contrário, sabe demais que "a ciência pode anular os efeitos nefastos de "uma pretendida **lei natural** e que, muitas ve- "zes, o homem que violenta a natureza acaba, "finalmente, por alcançar vitória sôbre ela.

"A gravidade, por exemplo, faz com que os "corpos físicos cáiam para o centro da terra; mas "essa mesma lei não impede o balão de subir "(a aviação moderna, empregando máquinas mais "pesadas do que o ar, é o mais recente exemplo "que se pode dar). Isto, que para nós parece tão "simples, é, para os economistas da escola clás- "sica, de difícil compreensão. "A **lei da divisão** "**do trabalho no tempo** será, inquestionávelmen- "te, o correctivo necessário da lei formulada por "Adam Smith que permitirá a integração do tra- "balho individual".

*

* *

Utilizando sempre o mesmo método que vimos explanando, o anarquista chega, no que diz respeito

ás formas políticas das sociedades humanas, notadamente à questão do Estado, a conclusões que lhe são caracteristicamente peculiares. O anarquista não se deixa levar, e muito menos intimidar, por asserções metafísicas tais como: "O Estado é a afirmação da ideia de Justiça Suprema na sociedade", — "O Estado é o instrumento e o condutor do progresso", — "Sem Estado não há sociedade", e quejandas.

Fiel ao seu método, o anarquista procede ao estudo do Estado com as mesmas disposições de espírito com que um naturalista se proporia ao estudo das sociedades das formigas, das abelhas ou das aves arribadas às margens dos lagos nas regiões do Norte.

Pelo breve escôrço que atrás fizemos da exposição dos princípios anarquistas e da crítica às ideias socialistas estatistas, somos, por via dêsses estudos, logicamente levados a conclusões diferentes das dos nossos antagonistas no que concerne às formas políticas do passado e da sua promissora evolução no futuro.

Acrescentaremos apenas que para a **nossa** civilização europeia, — civilização dos últimos quinze séculos de que somos originários, — o Estado é uma forma de vida social que só começou a incrementar-se depois do século XVI e ainda assim sob a influência de uma série de causas para cujo exame o leitor consultará o nosso estudo **O Estado e o seu papel histórico** (1).

Antes dessa época e depois da queda do império

---

(1) — Desta obra há diversas edições: em inglês, em francês, em espanhol e uma em português, publicada no Porto em 1924, decalcada sôbre a versão castelhana, porisso muito prejudicada. Oportunamente editaremos uma nova versão.

N. do T.

romano, o Estado, na sua expressão romana, não existe. O contrário desta verdade histórica deparamos, é certo, nos livros escolares didácticos em que se pretende narrar a história atribuindo ao Estado origens dos comêços do período bárbaro. Mas não passa isso de um produto da imaginação dos historiadores empenhados em traçar a árvore genealógica da realeza na França até aos chefes dos bandos merovíngios, e na Rússia até à casa real de Rurik em 862. Ora os verdadeiros historiadores estão fartos de saber que o Estado surgiu das ruinas das cidades livres da idade média.

*
* *

Por outro lado, o Estado, como poder político e militar, assim como a Justiça governamental, a Igreja e o Capitalismo são factos e concepções impossíveis de serem estudados separadamente. No decurso da história estas quatro instituições, — o Estado, a Igreja, a Justiça e o Capitalismo, — evoluiram apoiando-se e reforçando-se reciproamente. São conexas, não surgiram acidentalmente, ligam-se muito bem por laços de causa e efeito.

O Estado é, em suma, uma sociedade de seguro mútuo concluida entre o proprietário de latifúndios, a casta militar, o juiz e o padre com o claro objectivo de se assegurarem mutuamente a autoridade sôbre o povo e a exploração das massas proletárias. Tal foi a origem do Estado, tal é a sua história, tal é a sua estrutura actual.

Imaginar, pois, a abolição do capitalismo mantendo o Estado ou nêle apoiar-se para êsse fim, — quando é certo que o Estado foi criado simplesmente

para pomover a estabilidade e o desenvolvimento do capitalismo que mais se firma na proporção que o Estado lhe presta o seu apoio, — é, em nossa opinião, abrigar uma ilusão perigosa, como o seria querer realizar a obra da emancipação dos trabalhadores por intermédio da Igreja ou do Imperalismo.

Certamente houve, na primeira metade do século XIX, muitos socialistas que incorreram nos devaneios de um cezarismo socialista, tradição esta, aliás, que se tem mantido desde o tempo de Babeuf até nossos dias. Mas alimentar semelhantes ilusões, quando entrados no século vigésimo, é, evidentemente, muito infantil.

A uma nova forma de organização económica deve corresponder necessáriamente uma nova forma de organização política. Quer a mutação se faça bruscamente por meio de uma revolução, quer se faça lentamente por via de uma gradual evolução, — quaisquer dessas mudanças, económica e política, deverão marchar paralèlamente, em estreita união.

Cada passo dado para a libertação económica, cada verdadeira vitória alcançada sôbre o capital será tambem uma vitória sôbre a autoridade: um passo dado no caminho da libertação política, a nossa libertação do jugo do Estado pelo livre acôrdo, territorial, profissional e funcional de todos os interessados. E cada passo dado no sentido de arrancar ao Estado o mínimo dos seus poderes e atribuições muito contribuirá para auxiliar as massas populares a obter uma vitória completa sôbre o Capitalismo.

VIII

Meios de acção

É intuitivo e concludente que se o anarquista difere tanto, quer nos métodos de investigação, quer nos princípios básicos, dos sábios encartados como de seus camaradas social-democratas, deve igualmente diferir dêles nos meios de acção.

Efectivamente, com as concepções que temos do Direito, da Lei e do Estado, não podemos de modo algum enxergar uma garantia de progresso, e menos ainda um meio para levar a cabo a obra da revolução social, no princípio da submissão constante do indivíduo ao Estado. Proclamar, como o fazem comumente os críticos superficiais da sociedade, que o capitalismo moderno tem a sua origem na "anarquia da produção", na doutrina, cara aos economistas da escola liberal, da "não-intervenção do Estado", o qual, ao que se pretende, teria praticado a fórmula "deixar correr as cousas ao sabor dos tempos", — repetir semelhante sandice não podemos porque sabemos não ser essa a verdade.

Sabemos perfeitamente que os governos, enquanto davam aos capitalistas plena liberdade para se enriquecerem a expensas do trabalho dos operários reduzidos à miséria, nunca, nunca, no correr do século XIX, em parte alguma do globo, deram aos trabalhadores a liberdade de "proceder como entendessem"

da fórmula aventada, porque, se a dessem, êles se oporiam tenazmente à exploração de que são vítimas. JAMAIS, EM PARTE ALGUMA, ESSA FÓRMULA DO "DEIXAR CORRER O MARFIM" FOI APLICADA POR QUALQUER GOVÊRNO DO MUNDO. Todos, absolutamente todos os govêrnos e em todos os tempos, a teem reservado exclusivamente para uso e abuso dos exploradores.

Em França, mesmo sob o domínio da Convenção jacobina, tão ferozmente revolucionária como se sabe, as **paredes** eram tratadas como "coalizões", como "conspirações para formar um Estado dentro do Estado" e delitos sociais desta ordem eram punidos no cadafalso! Depois dêstes exemplos tão frisantes, ocorridos no período mais revlucionário, ainda ousaremos falar do império, da realeza restaurada ou mesmo da rèpública burguesa?

Na Inglaterra, em 1813, eram enforcados os promotores de **paredes,** e ainda em 1834 deportavam-se para a Austrália os trabalhadores que tentaram fundar a União Nacional dos Ofícios ideada por Robert Owen. Nas **paredes** ocorridas nos anos 60 e 70 condenavam-se a trabalhos forçados os **paredistas** sob pretexto, bastante conhecido mas hoje inteiramente desmascarado, de defender-se a "liberdade do trabalho".

Há poucos anos, em 1903, na Inglaterra, uma sociedade de ferroviários, em conseqüência de uma sentença judicial, por haver promovido a **parede,** foi obrigada a pagar a uma companhia de caminhos de ferro a bonita soma de £ 26.000 (vinte e seis mil libras esterlinas!).

Que diremos da França, onde a permissão para fundar sindicatos profissionais só em 1884 foi concedida e isso mesmo após a agitação anarquista de Lyon

e a insurreição dos mineiros de Montceau-les-Mines em 1883! Que diremos da Bélgica, da Suiça (será necessário recordar as vítimas de Airolo na perfuração do túnel de S. Gotardo?) da Alemanha, da Espanha, da Rússia, dos Estados Unidos, países onde é manifesta em toda a extensão, e das mais nefastas conseqüências, a intervenção do Estado em prol da desorganização social que o capitalismo cria.

*
* *

Por outro lado, basta recordar como o Estado reduz os trabalhadores, dos campos e das indústrias, à vida mais miserável que é possível imaginar por meio de pesados impostos e monopólios que cria em favor dos açambarcadores de terras, dos monopolistas industriais, dos magnatas anónimos das emprêsas exploradoras, dos pretores encarregados de arrancar o útimo vintem ao desgraçado, em-fim, de toda uma coorte de parasitas que bem necessário seria desaparecerem.

Não esqueçamos como na Inglaterra se procedeu, e ainda hoje se pratica, para a abolição da posse comunal das terras permitindo ao magnata local, que outrora era um mero juiz e nunca **proprietário,** murar abusivamente as terras da comuna já com o propósito firme de se assenhorear delas em momento oportuno.

Não esqueçamos igualmente como, por êsses ignóbeis processos, as comunas aldeãs da Rússia foram desapossadas das suas terras no reinado do **magnanimo** czar Nicolau II a-fim-de fornecer um bom mercado de "braços" aos grandes proprietários de terras e aos monopolistas das indústrias.

Cremos não ser necessário lembrar como, nos tempos actuais, todos os Estados, sem excepção de nenhum, na Europa como na América, constituem vastos monopólios de toda a espécie em favor dos capitalistas de cada país, mòrmente em terras conquistadas como o Egito, o Tonkin, o Transvaal e outras.

*
* *

Ante êstes factos, porque nos hão de vir falar dessa charla da **acumulação primitiva** com que Marx nos assoberba, como se êsse impulso dado ao capitalismo pertencesse ao passado quando o facto se verifica mesmo nos tempos modernos? A realidade é que cada ano, desde o passado até nossos dias, todos os parlamentos do mundo estabelecem novos monopólios em exclusivo benefício das grandes emprêsas de transportes, — vias férreas, terrestres, fluviais e marítimas, — companhias de iluminação a gás e a electricidade, de abastecimento de águas e de serviço de esgotos, exclusividade do ensino público, privilégios para certos institutos públicos, e o mais que ora não nos ocorre. O impulso dado pelo Estado a todas essas iniciativas só tem servido para alicerçar as grandes fortunas dos maiores capitalistas do mundo.

Em resumo: em parte alguma do mundo, em nenhuma época da história, teve a mínima aplicação o falado sistema da "não intervenção do Estado" nas várias actividades sociais. O contrário, sim, é o que se tem verificado. O Estado foi sempre, em todos os tempos, e actualmente o é, o sustentáculo principal e o criador, directo e indirecto, do Capitalismo e do seu formidável poder sôbre a sociedade. Nunca, desde os primórdios da existência do Estado, as massas prole-

tárias gozaram da liberdade de resistir à opressão que os capitalistas exercem sôbre elas. Os escassos direitos de que gozam foram conquistados à fôrça do valor e esfôrço próprios e à custa de infinitos sacrifícios.

Por conseguinte, se é permitido aos economistas burgueses afirmar que o sistema da "não-intervenção" existe, — já que tanto se esforçam por provar que a miséria das massas é uma lei natural, — como, lògicamente, podem os socialistas sustentar êsse princípio perante os trabalhadores?

A doutrina da "não-intervenção" e, mais do que ela, o auxílio, o apoio, a protecção tem-se praticado, na verdade, exclusivamente a favor dos exploradores, mas nunca em benefício dos explorados. **Nem de outra forma, aliás, podia ser,** poisque uma das principais funções e a missão essencial do Estado foi, precisamente, essa.

*
* *

O socialismo, dissemos, qualquer que seja a forma que adopte em sua evolução para o comunismo, necessita determinar prèviamente a sua **forma própria** de organização política no futuro. A servidão e a monarquia absoluta evoluiram paralèlamente, — é o que fàcilmente se demonstra: — uma não podia subsistir sem a outra, correlatas, apoiam-se reciprocamente. Outro tanto se dá com o capitalismo que não se pode manter sem a existência de um poder político, que seja o govêrno representativo monárquico ou republicano.

Não poderá, evidentemente, o socialismo utilizar-se dessas arcaicas formas políticas como não poderá

aproveitar-se dos velhos ensinamentos da hierarquia religiosa ou das já decaidas teorias de qualquer forma de um govêrno, — imperial ou ditatorial.

No mesmo momento em que os princípios socialistas se incorporarem à vida social, será preciso constituir uma nova forma de organização política. E, na conformidade dêsses princípios, é mais do que claro que essa nova forma de organização política deverá depender o menos possível do princípio das representações, terá de ser, sôbre as anteriores, **mais popular, mais descentralizada, mais próxima do govêrno do povo por si-mesmo do que qualquer outra forma de govêrno representativo conhecida ou por conhecer.** Foi o que o proletariado de Paris procurou realizar em 1871; foi o que tentaram, em 1793-94, as Secções comunais de Paris e outras menos importantes.

Incontestàvelmente esta tendência se acentua e predomina hoje nas concepções dos homens libertos do preconceito da autoridade. Se observarmos atentamente a vida política actual da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos e de outros países, notaremos imediatamente haver uma decidida tendência a constituir comunas independentes, urbanas e rurais, a fundar associações, agrupamentos e federações livres, unidas todas entre si, para a satisfação das mais complexas necessidades sociais por meio de pactos federativos, firmados cada um para um fim especial e determinado e sem a menor interferência do Estado.

E êsses agrupamentos sociais, — associações, comunas, federações, — tendem cada vez mais a fazerem-se produtores de toda a espécie de comodidades para atender aos inúmeros gostos e necessidades dos habitantes das cidades e dos campos. Associativa, federativa e comunalmente se organizarão os serviços de abastecimento de água, trazida de logares longínquos através de muitas cidades federadas; em seguida o gás, a luz, a fôrça electrica para as fábricas e usinas, as minas carboníferas, as leitarias de leite puro, os rebanhos de cabras para tuberculosos (como já existem em algumas regiões), os condutores de água quente e fria a domicílio, as hortas, pomares e jardins comunais, etc., etc.

De-certo não será o imperador alemão, os imperealistas ingleses ou os radicais jacobinos instalados no poder que governa a Suiça que hão de levar por diante essa obra social, — êsses teem os olhos voltados para o passado e procuram, pelo contrário, tudo centralizar nas mãos do Estado e anular todo o esfôrço de independência territorial ou funcional (1).

Felizmente, porêm, que há, na Europa como na América, uma parte progressiva da sociedade, principalmente entre os homens activos, que trabalha para o bem social, que luta denodadamente para abrir novos horizontes à vida e ao trabalho comuns, independentemente e fóra de todo o patrocínio do Estado. Êste movimento tende, cada vez mais, a alastrar-se e a substituir, em todas as suas funções, o Estado que nunca sôube cumprir convenientemente nenhuma das que se arrogou.

Se a Igreja teve por missão reter o povo na escravidão intelectual, a do Estado foi, sem dúvida, mantê-

---

(1) — Haja vista os imperalistas ingleses que fazem o mesmo na Inglaterra. Citemos um caso: em 1902 conseguiram êles abolir uma instituição excelente, introduzida aí pelo ano de 1870, que vinha prestando relevantes serviços à causa da instrução laica, — os SCHOOL BOARDS, que eram conselhos eleitos pelos contribuintes, sem distinção de sexo, em uma cidade ou paróquia, a-fim-de proporcionar meios para a difusão da instrução no distrito, especialmente organizados para estabelecer escolas primárias em cada localidade.

N. do A.

lo, sob a pressão das necessidades materiais, em uma absoluta escravidão económica. Desembaraçarmo-nos dêsses dois jugos, — eis o que ora se impõe.

*
* *

Posto isso, não podemos sensatamente considerar a submissão incondicional do indivíduo ao Estado como uma garantia de progresso. E assim sendo, procuramos realizar o progresso pela libertação, tão íntegra quanto possível, do indivíduo: na mais larga amplitude da iniciativa individual e social e, ao mesmo tempo, na limitação das atribuições do Estado, — nunca no seu alargamento.

A nossa representação do progresso é uma aproximação do ideal da **abolição completa de toda a autoridade governamental** que se impôs às sociedades humanas, sobretudo depois do século XVI, e que nunca cessou de aumentar e engrandecer as suas atribuições; a nossa representação do progresso consiste em uma incessante aproximação do maior desenvolvimento possível das tendências para o acôrdo livre, para o pacto temporário, em tudo que foi, e ainda é agora, função privativa da Igreja e do Estado; a nossa concepção de progresso está em uma ininterrupta aproximação do princípio do desenvolvimento da livre iniciativa individual e colectiva. Temos, da estrutura das sociedades humanas, a noção de serem algo que nunca está definitivamente constituido, mas que, transbordando de vida, vive em contínua mutação conforme as necessidades e as aspirações de cada momento histórico da humanidade.

Esta maneira de conceber o progresso, assim como a nossa concepção do que é desejável para o futuro, que é tudo quanto contribuir para aumentar a soma

de bem-estar para todos, nos leva necessàriamente a formular para a luta a táctica precisa que consiste em elevar, ao mais alto grau possível, o espírito de iniciativa pessoal, primeiro no indivíduo e, em seguida, no grupo social a que se filiar, — a unidade de acção obtendo-se pela unidade do fim a atingir e pela fôrça de persuasão que toda a ideia contêm quando livremente expressa, sèriamente discutida e, por fim, achada justa. Êsse espírito dá à táctica anarquista um cunho especial que se traduz pràticamente na vida interior do indivíduo e na acção do meio em que houver de viver.

Afirmamos resolutamente que trabalhar para o advento de um Capitalismo de Estado, centralizado nas mãos de um govêrno, que, porisso mesmo, se tornaria onipotente, é trabalhar contra a corrente das ideias modernas, seja, do progresso, que anseia por novas formas de organização da sociedade fóra do Estado.

Na incapacidade em que se encontram os socialistas-estatistas de compreenderem o verdadeiro problema histórico do socialismo, vemos nós um grosseiro êrro de apreciação, uma sobrevivência dos preconceitos absolutistas e religiosos do passado e contra tal tendência nos insurgimos com todas as veras.

Dizer aos trabalhadores que poderão introduzir na sociedade a estrutura socialista, **conservando, todavia, a máquina do Estado,** mudando apenas os homens no poder; impedir, em logar de auxiliar, que o espírito dos trabalhadores se encaminhe no sentido de **procurar novas formas de vida** que lhe seriam, porventura, mais adequadas, — é, em nossa opinião, cometer um êrro histórico de evolução que toca as raias do crime.

*
* *

Poisque partido revolucionário somos, procuremos averiguar exactamente a génese e a evolução das revoluções passadas, desembaraçando a sua história das falsas interpretações estatistas que os historiadores lhe teem atribuido até hoje.

Nas histórias escritas até hoje das várias revoluções ocorridas, o que menos vemos nelas é a acção do povo e nada ficamos sabendo àcêrca da sua gênese. As frases que estamos habituados a ler na introdução dessas histórias sôbre o estado de desespêro do povo nas vésperas da sublevação, não nos elucidam em cousa alguma como, no meio dêsse desespêro, surgiu no espírito popular, e como se elaborou e desenvolveu, a esperança de uma melhoria possível de situação, de uma aurora nova, que o redentasse da condição sofredora em que se achava. E assim é que, depois de havermos lido essas historietas, que nada esclarecem, se, porventura, quisermos encontrar alguma informação útil sôbre a marcha das ideias e do seu despertar no seio do povo, a parte efectiva que êste tomou nos acontecimentos, hemos de recorrer às fontes históricas de primeira mão, sem o que ficaremos na mesma, como antes.

Referindo-nos, por exemplo, à grande revolução francesa, nós a interpretamos de uma maneira completamente diferente da que a concebe Louis Blanc, que a representa sobretudo como um grande movimento político dirigido pelo célebre Clube dos Jacobinos, quando, na realidade, não foi nada disso.

Nêsse grandioso facto social nós vemos antes um grande movimento popular onde foi preponderante o papel do campónio, — "cada aldeia tinha o seu Robespierre", como muito bem o disse ao historiador Schlosser o abade Grégoire, relator dos actos da **Jacquerie** (1). E' notório que o movimento partisse dos campónios nas aldeias e visasse especialmente a abolição da servidão feudal e a reintegração das terras que lhe haviam sido arrebatadas, desde 1669, por fôrça do édito que sancionava legalmente essa ignomínia. Dêsse movimento sairam êles, aliás, triunfantes, sobretudo na parte leste da França.

Criada a situação revolucionária pelas contínuas sublevações campesinas que duraram cerca de quatro anos, desdobrou-se pelas cidades êsse movimento libertador que tinha por finalidade a supressão da miséria do proletariado o qual, nas suas reinvindicações, apelava para uma organização nacional em que se fizessem a permuta e a socialização da produção. Nas cidades, principalmente, o movimento tinha uma acentuada tendência para a igualdade comunista, embora, por outro aspecto, se visse engrandecer o poder da burguesia que, sem contestação, trabalhou inteligentemente para firmar a sua autoridade em substituição da já então estropiada autoridade da realeza e da nobreza que aquela, sistemàticamente, tratava de apear.

Para tal, a burguesia lutava desesperàdamente, — às vezes até com crueldade quando via periclitar a sua supremacia, — com o único objectivo de constituir um Estado poderoso, centralizado, que absorvesse tudo, que lhe assegurasse a propriedade dos bens que conseguira arrebatar já durante a Revolução, a plena liberdade de explorar os "sem-vintem" e a faculdade de especular, sem restrições legais, com as riquezas nacionais, como de-facto se deu. Essa autoridade, êsse di-

(1) — Vide a obra do autor, já por vezes referida nêste estudo, — LA GRANDE RÉVOLUTION.

N. do T.

reito à exploração, — digamos êsse processo unilateral de fazer o que bem entendesse, — a burguesia, com efeito, o obteve e para o manter a todo o transe criou a forma política correspondente, — o govêrno representativo no Estado centralizado.

Nessa centralização estatista que os jacobinos criaram, encontrou Napoleão I o terreno fertilmente preparado para a fundação do seu império. E, cincoenta anos mais tarde, Napoleão III encontrava, igualmente, na realização do áureo sonho de uma rèpública democrática centralizada, que, em 1848, teve larga repercussão, os elementos indispensáveis à formação do Segundo Império.

Dessa fôrça centralizada, que afogou durante setenta anos toda a vida local, todo o esfôrço pessoal elaborado fóra da esfera dos poderes do Estado, — o trabalho profissional, o sindicato, a associação privada, a comuna, — a França ainda hoje se ressente. A primeira tentativa para quebrar êsse poderoso jugo do Estado, tentativa que abre uma nova era histórica, fê-la o proletariado francês em 1871 com o advento da Comuna.

O que exposto deixamos explica claramente, pensamos, porque a nossa interpretação da história e as conclusões que dela tiramos são tão diferentes das que tiram os partidos políticos burgueses e o próprio partido socialista. Adiantamos mais: enquanto os socialistas-estatistas não abandonarem o seu sonho de socialização dos instrumentos de trabalho nas mãos de um Estado centralizado, o resultado inevitável de todas as suas tentativas para o estabelecimento do Capitalismo estatista e do Estado socialista será o malôgro

completo dêsses sonhos e, a consequência, a ditadura militar (1).

*

* *

Sem de modo algum pretendermos proceder a uma análise pormenorizada dos diversos movimentos revolucionários do passado, que, de-resto, simplesmente confirmam a nossa maneira de ver nesta questão, bastará dizer que a concepção que temos da próxima revolução social difere totalmente da de qualquer forma de ditadura jacobina ou de uma possível transformação das instituições sociais, promovida por qualquer Convenção, Parlamento ou Ditadura. De tais elementos, e essa é que é a verdade, nunca resultou revolução alguma proveitosa, e se a classe operária actual, nas suas justas reivindicações, apelasse para êsses meios, estaria já prèviamente condenada a ver fracassados todos os seus esforços sem haver sequer obtido um resultado apreciável.

Contràriamente ao espírito dessas vãs ideologias, compreendemos a revolução, quando iniciada, como um movimento popular que deve, prontamente, tomar a mais larga extensão e durante o qual, em cada cidade, em cada vila, em cada burgo da região que o espírito insurreccional se fizer sentir, as massas populares, exclusivamente por si, ponham sem detenças, mãos à obra da reconstrução social. O povo, — trabalhadores das cidades e dos campos, — **deverá, conjuntamente, começar, por si próprio, a obra construtiva, conforme os princípios aceitos, mais ou menos comunistas, sem esperar ordens superiores ou planos**

(1) — O que se verifica actualmente na Rússia Soviética. N. do T.

imaginados por altas categorias. Logo que o movimento insurreccional estalar, a primeira cousa a cuidar sèriamente será a alimentação e o alojamento para todos e, em seguida, organizar a produção do imediàtamente necessário à subsistência, à habitação e ao vestuário para toda a gente.

Quanto ao govêrno, provenha êle da fôrça ou de um pleito eleitoral, quer seja uma "ditadura do proletariado", como se proclamava na França aí pelo ano de 1840 e como ainda se fala na Alemanha; quer seja um "govêrno provisório", aclamado ou eleito, ou uma "Convenção", não ponhamos as nossas esperanças na acção de nenhum dêsses governos, pois, qualquer que seja, de antemão sabemos que em nada poderá contribuir para o êxito da revolução se o povo não se decidir a proceder energicamente à mudança de instituições, erguendo o edifício social em bases inteiramente novas.

Não o dizemos por ogerisa ou porque tal seja a nossa opinião pessoal, mas porque toda a história aí está para nos dizer que nunca os homens guindados a um govêrno pela onda revolucionária estiveram à altura da missão que se lhes queria confiar. E êsse resultado é **inevitável.**

Inevitável, porque, na tarefa da reconstituição de uma sociedade sôbre princípios novos, homens isolados que são, por mais inteligentes e devotados que sejam, teem que fracassar fatalmente. E' que para essa grande obra, é **indispensável o espírito colectivo das massas obrando sôbre as cousas concretas:** o campo lavrado, a casa habitada, a fábrica em funcionamento, o caminho de ferro em marcha, os barcos a navegarem (1).

Indivíduos isolados podem, talvez, em casos particulares, encontrar a expressão legal, a fórmula, que resuma e compendie a ideia da demolição das velhas formas sociais quando a demolição já está a caminho de realizar-se. Quando muito poderão ampliar a esfera dessa obra reconstrutiva e extender sôbre todo o território o que já está feito em uma parte dêle. Mas impôr a reconstrução por uma lei, é absolutamente impossível, como bem o provou, em 1789-1794, entre outras, a história da revolução francesa. Milhares de leis tais as ditou a "Convenção" ultra-revolucionária que, por via da reacção sobrevinda, não chegaram mesmo a executar-se e foram, porisso, lançadas ao cesto dos papeis inúteis.

---

(1) — Temos um exemplo frisante do que pode, agitado pelos acontecimentos, o espírito colectivo das massas se êste incidir directamente nas cousas a reformar. E' o da grande parede que, em 1905, estalou na Sibéria na imensa linha férrea do transiberiano, imediatamente após a guerra da Rússia com o Japão em 1904. Todo o pessoal operário dêsse vastíssimo caminho de ferro, desde os Montes Urais até Harbin, em uma extensão de mais de 6.500 quilómetros, declarou-se em **parede.** Os **parcdistas,** ao comunicarem o facto ao comandante em chefe do exército, o velho Linevitch, asseguraram-lhe que **tudo** fariam para o repatriamento rápido dos regimentos se o general quisesse diàriamente entender-se com a comissão da **parede** sôbre o número de homens, de cavalos, de bagagens que devessem ser embarcados. O general Linevitch aceitou a condição. O resultado excedeu a expectativa: o repatriamento fez-se na mais absoluta ordem; com menores acidentes e com maior celeridade do que se fazia antes. Era um verdadeiro movimento popular em que todos se empenhavam à porfia: operários e soldados colaboravam activamente, sem atropelos, nêsse imenso trabalho do transporte de centenas de milhares de homens e isso realizado com exclusão da férrea disciplina militar! (Da edição francesa).

Durante um período revolucionário emergem necessàriamente das ruinas das formas precedentes, novas formas de vida, porêm, não há govêrno capaz de encontrar a expressão precisa dessas novas formas **enquanto estas, por si, não se definirem na obra reconstrutiva das massas que se exerce simultaneamente em diversos logares.** De-facto, quem teria imaginado quem poderia adivinhar, antes de 1789, o papel que desempenhariam as municipalidades, a comuna de Paris e as suas várias secções nos acontecimentos revolucionários de 1789-1794? Ora, para o futuro não se legisla. O mais que se pode é presumir as tendências essenciais e aplainar o caminho das reivindicações.

E' precisamente o que procuramos fazer.

*
* *

E' evidente que, compreendendo dêsse modo o problema da revolução social, o Anarquismo não se deixa seduzir por um programa que tenha por objectivo "a conquista dos poderes políticos" que o Estado detem em suas mãos.

Ora, demais sabemos que, por meios pacíficos, tal conquista não é possível fazer-se. E não é possível fazer-se porque a burguesia não cederá fàcilmente, não renunciará de boa mente aos seus privilégios; lutará a todo o transe, resistirá, em-fim, até à última pela conservação do seu poder.

A' medida, porêm, que os socialistas participarem do govêrno e partilharem o poder com a burguesia, o seu socialismo diminuirá de importância e, conseqùentemente, se enfraquecerá o seu poder. E' exactamente o que se está dando, se bem quisermos prestar atenção aos factos.

A burguesia que, inegàvelmente, é muito mais poderosa, pelo número e pela capacidade, ao contrário do que sói afirmar-se na imprensa socialista, nunca reconheceria o direito de partilhar com os socialistas o poder de que usufrui se não visse nisso a perda da influência dêstes no domínio social e, portanto, a conservação da hegemonia da sua classe.

Por outro lado, não é duvidoso imaginar-se que se uma insurreição popular conseguisse dar à França, à Inglaterra ou à Alemanha um govêrno provisório socialista, êste, sem a actividade construtiva e espontânea do povo, seria absolutamente impotente e, dentro em breve, um empecilho, um freio, à obra da revolução; serviria antes de degrau para a ascensão de um ditador que representasse a reacção.

*
* *

Estudando-se bem os períodos preparatórios das revoluções, chega-se à conclusão que nenhuma revolução se originou da resistência ou do ataque de um parlamento ou de qualquer outra corporação representativa. **Todas as revoluções se geraram do povo.** Nunca revolução alguma fez irrupção, armada de capa e espada, à maneira de Minerva emergindo do cérebro de Júpiter. Todas tiveram, sôbre o período de incubação, a fase de evolução durante a qual as massas, depois de haverem, a princípio, formulado timidamente as suas exigências, vão-se compenetrando aos poucos da necessidade de desenvolver um espírito mais revolucionário, de operar transformações mais profundas. Fazem-se cada vez mais ousadas, lançam-se às mais intrépidas emprêsas, formulam as mais audazes concepções, adquirem progressivamente maior

confiança em si e definem melhor o seu programa social saindo da letargia de desespêro. em que vivem. Questão de tempo apenas para converterem em definidas exigências revolucionárias as "humildes petições" do início. Recordemos o caso da França que só para criar uma minoria republicana que, pelo seu poder, se impusesse, necessitou nada menos do que quatro anos, de 1789 a 1793.

No período chamado de incubação vêem-se então indivíduos isolados, profundamente desgostosos à vista das ignomínias que se passam, se revoltarem aqui e ali, enquanto outros perecem na luta sem resultados apreciáveis. Porêm, os exemplos dessas sentinelas avançadas do progresso teem o supremo condão de sacudir o torpôr da sociedade, o que já não é pouco.

Por tais actos de rebeldia, ainda mesmo os mais satisfeitos da vida, os que, prazenteiramente, a gozam, os mais avessos a estudos sociais, pasmam estupefactos e são, naturalmente, compelidos a indagar: "porque motivo estes jovens, de um carácter impoluto, cheios de vida e de energia, se haviam de rebelar e fazerem o sacrifício de suas vidas?" Ante tais audácias não é já possível permanecer-se indiferente: há que pronunciar-se pró ou contra, o pensamento o exige.

E assim, lentamente, êsse espírito de rebeldia vai avassalando os indivíduos e formam-se então pequenos grupos de partidários que se revoltam, ora na espectativa de um sucesso parcial, — o de vencerem, por exemplo, uma **parede** e obterem um pouco de pão para seus filhos ou o de se desembaraçarem de algum funcionário detestado, — ora, e é o caso mais freqüente, sem esperança alguma de sucesso: revoltados simplesmente por se lhes haver esgotado a paciência com tanto esperar em vão.

Não apenas uma, duas ou dez revoltas semelhantes, mas centenas de insurreições precederam sempre cada grande revolução. Era inevitável. Jamais as classes conservadoras fizeram ao povo a mínima concessão que não fosse precedida de uma revolta mais ou menos intensa. A verdade é que sem a rebelião o espírito humano nunca se teria emancipado dos arreigados preconceitos em que, por longos séculos, tem vivido e a revolta, no caminho das conquistas sociais, é a alentadora da esperança que anima os homens E essa esperança, — a esperança de melhores dias e de situação melhor, — foi sempre o manancial das revoluções.

*

* *

Como prova da possibilidade de se realizar uma profunda transformação social sem a mínima comoção revolucionária, cita-se bastas vezes a abolição **pacífica** da servidão na Rússia. Mas esquece-se, ou finge-se ignorar, que toda uma longa série de insurreições de aldeãos precederam e prepararam o advento dessa emancipação de há muito tempo reclamada. Os motins populares em prol dêsse movimento começaram por meados do século passado, — 1840-50, — como éco provável do 48 da França ou das sublevações de 46 na Galícia, — e cada ano mais se avolumavam por toda a Rússia e adquiriam um carácter de maior gravidade e violência até então desconhecida. Até 1857 durou o estado insurreccional, quando Alexandre II resolveu, finalmente, endereçar a sua famosa carta à nobreza das províncias lituanas em que prometia a libertação dos servos. Ficaram célebres as palavras de Herzen: "melhor é que a liberdade promane de cima do que esperar que a imponham de baixo", que o czar Alexandre repetia ante a nobreza escravista de Mos-

covo e que, afinal, não eram uma platónica ameaça, mas antes **o reflexo do estado real da questão** por corresponderem inteiramente a uma realidade prática.

São assim os precedentes das grandes revoluções. Como regra geral podemos dizer que o carácter de cada revolução se determina pelo carácter e fim das insurreições que a precedem. Vamos mesmo mais longe. Podemos estabelecer como facto histórico que nenhuma revolução séria jamais se produziu se, uma vez começada, não se prolongar por um sem número de insurreições locais e se a fermentação social não tomar o carácter insurreccional em vez de tomar o de vinganças pessoais, como foi o caso da Rússia nos anos de 1906-1907.

Conseqüêntemente, esperar que a revolução social venha como quem espera um presente de Natal, isto é, sem que venha precedida das insurreições que caracterizam o espírito revolucionário, é afagar uma esperança ilusória, é absurdo e pueril. Por outro lado impedir de se produzirem essas insurreições, só por se dizer que se prepara uma sublevação geral, é demasiado criminoso.

Procurar, porêm, persuadir os trabalhadores que, limitando-se à agitação eleitoral e ao estravasamento de todo o seu fel de amarguras apenas em actos de insurreição parcial, vão obter os benefícios que só uma revolução social lhes pode dar, benefícios que só as nações históricamente revolucionárias conseguiram, — é querer, inutilmente, opôr um dique à acção do espírito revolucionário, é tornar-se, deliberàdamente, um estôrvo à obra da revolução e do progresso, estôrvo tão funesto quanto o foi, em todos os tempos, a Igreja cristã.

IX

Conclusão

Sem entrar em mais longos desenvolvimentos, cremos que o que deixamos exposto nêste trabalho bastará para dar uma idéia do que seja o Anarquismo, do seu programa de acção e, finalmente, do logar que ocupa na corrente do pensamento moderno e das suas relações com a ciência actual.

O Anarquismo representa um ensaio de aplicação das generalizações cientificas que o método indutivo-dedutivo das ciências naturais fornece para a apreciação das instituições humanas. Não só isso: o Anarquismo, baseado nessas apreciações, é ainda um prognóstico certo dos aspectos da màrcha futura da humanidade para a liberdade, a igualdade e a fràternidade no sentido de obter a maior soma de felicidade para cada uma das unidades que compõem as sociedades humanas.

O Anarquismo é o resultado inevitável do brilhante movimento intelectual operado nas ciências naturais que, tendo início nos finais do século XVIII, se viu depois paralizado pelo triunfo da reacção que dominou na Europa em seguida ao fracasso da revolução francesa e veio, sessenta anos mais tarde, a reflorescer com todo o vigor que hoje ostenta. Originando-se da filosofia naturalista do mesmo século XVIII, só veio a cimentar as suas bases depois do re-

nascimento das ciências que se produziu nos meados do século XIX e que, como é sabido, deu um vigoroso impulso ao estudo, assente em bases naturalistas, das instituições e das sociedades humanas.

As pretendidas "leis científicas" com que se davam por satisfeitos os metafísicos alemães dos anos de 1820-1830, não encontram guarida nas concepções anarquistas. O Anarquista só reconhece como legítimo método de investigação o científico e o aplica a todas as ciências geralmente designadas como ciências humanitárias. Tal é o aspecto científico do Anarquismo.

Utilizando êsse método, bem como os resultados das investigações recentes, obtidos graças à aplicação dêsse método, intenta o Anarquismo reconstruir todo o edifício científico relativo ao homem e rectificar as noções comuns que se teem sôbre o direito, a justiça, etc. Baseado nos dados que as modernas investigações etnológicas e antropológicas nos fornecem, alargando-as, porêm, quanto possível, e apoiando-se na obra dos seus predecessores do século XVIII, o Anarquismo se colocou ao lado dos que pugnam pelos direitos do indivíduo contra o Estado e da sociedade contra a autoridade a qual, apenas por herança histórica, tem dominado aquela. Utilizando ainda os documentos históricos que a ciência moderna tem vindo arquivando, o Anarquismo demonstrou à saciedade que a autoridade do Estado, que dá azo à opressão sob que vivemos e que cada dia aumenta mais, outra cousa não é senão uma superstrutura, nociva e inútil, que, para os europeus, data sómente dos séculos XV e XVI, uma superstrutura elaborada em benefício exclusivo do capitalismo e dos senhores da terra a qual, nos tempos antigos, foi a causa próxima da queda do im-

pério romano e da Grécia e de outros muitos centros de civilização do Oriente e do Egito.

A autoridade que se constituiu no decurso da história para unificar em um interêsse comum o senhor, o juiz, o soldado e o padre e que, através de todos os tempos, foi um impedimento às tentativas do homem para instaurar uma vida mais segura e mais livre, — essa autoridade não pode converter-se em arma de libertação, como não podem erigir-se em instrumentos da obra da revolução social o cesarismo, o imperialismo ou a Igreja.

Em economia política, o Anarquismo chegou à conclusão que o mal social da nossa época não se origina tanto do facto do capitalista se apropriar do "super-valor" ou do lucro, ilicitamente adquirido, das suas operações, mas do facto de ser possível, em uma organização social qualquer, obter-se tais proventos e regalias. O "super-valor" existe simplesmente porque falta a milhões de indivíduos o estritamente necessário à existência e porque, para obterem o indispensável à vida, são forçados a vender a sua fôrça de trabalho e as suas capacidades mentais a um preço vil tal que torna possível aquêles excessos com que se locupleta o capitalista.

Eis porque pensamos que em economia o primeiro capítulo a ser estudado é o que tratar do **consumo** antes do da produção e, na revolução, o primeiro dever que incumbe é o de regular o consumo de modo a garantir a todos moradia e alimento. Os nossos avoengos de 1793-1794 haviam tido a nítida compreensão dêste magno problema.

Quanto à produção deverá ser organizada de maneira a que as primordiais necessidades de todos os membros da sociedade fiquem plenamente asseguradas e não possa dar-se, na sua satisfação, o menor

hiato. Por essa razão tambem o Anarquismo não pode considerar a futura revolução como uma substituição da moeda corrente por "bonus de trabalho", nem uma substituição dos capitalistas actuais pelo Estado-capitalista. Na revolução que se aproxima, os anarquistas vêem um primeiro passo para a realização do **comunismo libertário,** sem a mínima interferência, é claro, do Estado.

São exactas as conclusões do Anarquismo? A resposta nos será dada, em primeiro logar, pela crítica científica e honesta dos fundamentos em que procura apoiar-se e, em seguida, pela vida prática. Há um ponto, pelo menos, em que o Anarquismo está absolutamente no caminho da verdade e da recta razão. E' quando considera o estudo das instituições sociais como um capítulo das ciências naturais, é quando se divorcia completamente da metafísica e adopta, em seu logar, como único método de raciocínio, o mesmo método que serviu de fundamento a toda a ciência moderna e a toda a filosofia natural. Seguindo êsse método, os erros em que, porventura, haja incidido o Anarquismo serão fàcilmente corrigidos. A verificação, porêm, das nossas conclusões **sómente é possível pela aplicação do método científico indutivo-dedutivo,** — método segundo o qual se edificaram as ciências e se elabora, no momento presente, uma concepção científica do universo.

Parece-nos ter amplamente justificado as nossas ideias que nos levam a conceber a possibilidade do funcionamento de uma sociedade que, aceitando o comunismo por base de sua organização económica, renunciasse de vez à anacrónica organização centrãlista e hierárquica que se chama o ESTADO.

FIM

TERCEIRA PARTE

Nótulas Explicativas

NÓTULAS EXPLICATIVAS

O Glossário que se segue compilou-o um camarada que o destinou à edição alemã da nossa obra, publicada em 1904. Revendo agora essas Notas, desenvolvemo-las para a presente edição inglesa.

ANABAPTISMO — Movimento popular religioso do tempo da Reforma protestante. Era, como esta, dirigido contra a autoridade da Igreja Católica, mas foi, na sua expressão, muito mais longe do encabeçado por Lutero. Os anabaptistas propugnavam pela mais ampla liberdade individual em matéria de religião e moral e, no domínio social, proclamavam a igualdade e a abolição da propriedade privada. Repudiavam toda e qualquer reforma de coerção, — o juramento, a justiça tribunícia, o serviço militar e toda a espécie de obediência ao govêrno, — tudo, em-fim, que consideravam hostil aos princípios do cristianismo.

Geralmente, os historiadores só consideram êste movimento depois que foi objecto das perseguições movidas em Zwickau, em 1520. Mas, na verdade, devia a sua origem ao movimento iniciado no século XIV por João Wycliffe, — um dos precursores da Reforma, que negou a transubstanciação, o primeiro que traduziu a Bíblia em inglês, — bem como ao movimento suscitado pelos hussitas (partidários de João

Huss) na Boémia, nos finais do mesmo século XIV. Muito antes de Lutero haver afixado nos portais da igreja de Wittenberg as suas célebres teses teológicas, já uma surda revolta contra a Igreja, o Estado e a Lei, ainda que favorável aos senhores feudais, germinava nos espíritos dos artífices das cidades e das aldeias, que tiveram a oportunidade de ouvir os comentários da Bíblia.

Os anabaptistas contituiam a ala esquerda do movimento, ao passo que os luteranos representavam a fracção moderada, favorecida pelos príncipes e senhores. Durante a Grande Guerra Campesina (1525), na cidade de Münster, com João de Leyde e Tomás Münzer, os anabaptistas se declaram em franca rebelião contra todas as autoridades constituidas.

Estes dois movimentos foram sufocados pelo extermínio em massa em que pereceram milhares de anabaptistas, 100.000 contam alguns historiadores. Mais tarde, um movimento análogo, porêm revestido de aspectos mais pacíficos, se produziu na Inglaterra e o mesmo movimento, de fórmas mais ou menos comunistas, se instaurou na Áustria, na Holanda, na Rússia pelos menonitas e até na Groenlândia. Para complemento desta curta notícia vejam-se as obras alemãs de Keller, Hase e Cornélius e o excelente resumo escrito em inglês por Richard Heath, — ANABAPTISM, — publicado em 1895.

ANTROPOLOGIA — Ciência que estuda o homem em sua constituição física nos diversos climas, em suas raças, seu desenvolvimento físico e evolução das suas instituições e concepções sociais, morais e religiosas. O estudo dessas instituições e concepçõs constitui a ciência chamada **Etnologia.** Por "Escola Antropológica" compreende-se o conjunto dos trabalhos científicos realizados na segunda metade do século XIX para estudar, sgundo o ponto de vista das ciências naturais, as origens e a evolução das instituições e das concepções sociais, sem apelar para uma intuição sobrenatural ou procurar preencher as lacunas dos nossos conhecimentos com os termos de um incompreensível vocabulário metafísico.

BABEUF — François Noel (1764-1797), comunista francês; tomou parte na Grande Revolução; publicista, editou um jornal, **Le Tribun du Peuple,** no qual propugnava pela revolução social. Depois da queda do partido de Robespierre, fundou, com Buonarotti, Sylvain Maréchal, Darthé e outros, uma sociedade secreta comunista que tinha por fim apoderar-se do govêrno e constituir um dirctório que deveria introduzir o comunismo em bases políticas nacionais. A conspiração foi descoberta e Babeuf, como Darthé, foram fuzilados em 1797. Vide a obra de Buonarotti, — **Conspiration de l'Égalité, dite de Babeuf,** em 2 volumes, editada em Bruxelas em 1828.

BACON — François (1561-1626), grande filósofo inglês, considerado como o pai do **método indutivo** de investigação científica. Em face da escolástica e da metafísica que, ao tempo, dominavam como soberanas, demonstrou êle que a descoberta e a invenção só poderiam progredir quando o espírito humano se habituasse a considerar a observação e a investigação **experimental,** livre e metódica, como os únicos meios de descobrir as leis naturais, de compreender as causas dos fenómenos e o poder de os predizer. A erudição escolástica, meramente palavrosa, devia, porisso mesmo, ser proscrita, poisque o verdadeiro saber só pela indução pode ser adquirido. Só por um estudo acurado dos

factos, só por uma continuidade de comparações e exclusões, sôbre que se fundam as generalizações "induzidas", é possível encontrar o traço comum, geral, aos factos observados, competindo, em seguida, ao observador atento, verificar a exactidão das induções, submetendo-as à prova de novas pesquisas e do exame de novos factos que a observação e a experiência continuamente nos oferecem. Tal foi a ideia fundamental da obra de Bacon que permitiu considerá-lo, mui justamente, o pai da ciência moderna como ela se desenvolveu no decurso do século XIX. A êsse método deve a ciência moderna as suas maiores descobertas. Vide mais adiante **Indução.**

BAIN — Alexander (1818-1903), um dos principais representantes inglêses do sistema de filosofia que procura fundamentar-se, não em espèculações abstractas e metafísicas, mas nos factos das ciências naturais, que estuda as faculdades do espírito humano e o grau de certeza dos nossos raciocínios baseando-se sobretudo na fisiologia e na psicologia fisiológica. São suas principais obras: **Mind and Body** (o espírito e o corpo), **The Senses and the Intellect** (os sentidos e a inteligência), **Deductive and Inductive Logic** (lógica dedutiva e indutiva). Em português existe dêste autor **A Ciência da Educação.**

BAKUNINE — Michel (1814-1876), publicista político russo, revolucionário e agitador infatigável. Participou de todos os movimentos revolucionários do seu tempo, da Alemanha, da Suiça, da França, da Itália, da Áustria, da Polónia. Na revolução de Dresden, em 1849, foi figura proeminente pelo que foi mimoseado com uma condenação à morte; convertida a sentença em prisão perpétua foi extraditado pelo govêrno saxão e entregue ao da Áustria que, por sua vez, o enviou, em 1852, ao czar russo. Dois annos de prisão em uma fortaleza austríaca, onde esteve pregado a uma parede, e seis na fortaleza de S. Petersburgo (hoje: Leningrado), só em 1856 foi, por morte do czar Nicolau I, posto em liberdade. Exilado depois para a Sibéria, onde, aliás, o governador, Muravioff Amursky, o recebeu muito bem, conseguiu de lá evadir-se em 1862 por Vladivostok para vir a encontrar-se em Londres com seu mais dilecto amigo Alexandre Herzen e tomar parte nas agitações revolucionárias que, por êsse tempo, se desenrolavam pela Europa. Em breve se fez membro da célebre Associação Internacional dos Trabalhadores, dentro da qual, durante longo tempo, foi a alma da Federação Jurássica, composta principalmente de socialistas da Suiça romanda. Êsse grupo, de acôrdo com as federações espanhola, italiana e belga (oriental e central) representava, em flagrante oposição ao Conselho Geral da **Internacional,** chefiado por Marx, as ideias de federalismo, de hostilidade ao Estado e de acção directa na luta contra o capital, o que provocou a rutura dessas federações com o Conselho Geral sendo êste transferido, em 1872, pelos marxistas para New-York onde, afinal, sucumbiu.

As federações latinas, que firmaram entre si um pacto federalista, conseguiram ainda assim manter a vida da **Internacional** até 1878, depois do que, tenazmente perseguida por todos os governos, desapareceu do cenário do movimento operário. Foi então que essas federações deram origem, de um lado, ao movimento anarquista moderno, e, de outro lado, ao movimento sindicalista actual.

São obras principais de Bakunine: **Deus e o Estado,** editado em francês, em Genebra, em 1882, por seus ínclitos amigos Cafiero e Reclus; **A ideia do**

Estado e o Anarquismo (em russo); **Cartas a um cidadão francês** (a propósito da guerra franco-prussiana); **O Império Knut-Germanico** e muitos outros opúsculos. Senão a sua obra completa, ao menos a maioria mais importante de seus escritos, se encontra na edição francesa em 5 volumes, editada por James Guillaume, — **Oeuvres**, — publicada em 1902-1913, por P. V. Stock, da Bibliothèque Sociologique", que merece ser compulsada. Uma biografia completa do autor a escreveu em alemão o dr. Max Nettlau em 3 grossos volumes, da qual existe publicada uma edição-resumo sob o título — "Michael Bakunin, **Eine biographische Skizze"**, Berlim, 1901.

BÉLYAIEFF — (1810-1873), historiador russo; narrou, melhor do que qualquer outro historiador, a vida interior das cidades-rèpúblicas da idade média, — Novgorod e Pskov, — em uma obra, em 4 volumes, intitulada **Narrações da História da Rússia.** Escreveu, já nas vésperas da libertação dos servos russos, uma excelente **História dos Camponeses na Rússia** e publicou tambem um importante trabalho sôbre os Anais Russos.

BENTHAM — Jeremy (1748-1832), publicista inglês que a Convenção elevou à categoria de cidadão francês por seus trabalhos notáveis de reforma da legislação. Fundador da escola filosófica inglesa denominada **O Utilitarismo,** que considera o bem-estar do maior número como o fim da sociedade e que a moral deve ter por objecto demonstrar ao indivíduo que o interêsse pessoal coincide com o interêsse social. A maioria de suas obras foi traduzida em francês sob o título **Oeuvres Complètes,** em 1845, Bruxelas.

BERNARD — Claude (1813-1878), sábio fisiologista francês, notável não só por suas descobertas em fisiologia, mas principalmente pelo espírito materialista em que concebeu os seus estudos nos quais procura interpretar todos os processos da vida, fisiológica e psíquica, por processos físico-químicos. Tornaram-se célebres as suas Lições de Fisiologia Experimental, obra publicada em 1855, os seus estudos sôbre os efeitos das matérias tóxicas, em 1857, e os de fisiologia do sistema nervoso, em 1858.

BERTHELOT — Marcelin (1827-1907), químico francês que abriu um novo caminho à química por suas notáveis sínteses dos corpos orgânicos, isto é, por um esforçado trabalho de laboratório, combinando, em diferentes proporções, o hidrogénio, o oxigénio, o carbono e o azoto, conseguiu associar diversas substâncias que entram na composição dos corpos vivos ou são por êles produzidos, — hidro-carbonatos, açucares, alcoóis, oleos, éteres, corpos graxos, etc. Toda a sua obra foi uma bela ilustração do princípio da unidade das fôrças físicas que constitui a maior conquista do século XIX e dessoutra conquista que se chama a teoria mecânica do calor. Em virtude das convicções hauridas de seus notáveis estudos, Berthelot conservou, até ao fim da sua vida, as mais ilimitadas esperanças no porvir da ciência quanto a realizar o bem-estar da humanidade. Na sua filosofia e nas suas aplicações à vida, Berthelot permaneceu um fiel discípulo das tradições dos enciclopedistas. Publicou nada menos do que 1.200 memórias e são obras principais suas: **Química Organica fundada na Síntese,** em 1860; **Lições sôbre os Métodos gerais da Síntese,** em 1864; **Lições sôbre Isomeria,** em 1865; **Síntese Química,** em 1875.

BLANC — Louis (1811-1882), socialista francês, publicista e historiador. A miséria das massas, dizia êle, tendo por causa o individualismo da sociedade actual e a concorrência burguesa, comercial e industrial, exige a organização do trabalho sôbre as bases da solidariedade e a igualdade de salários o que permitirá a cada um a satisfação de todas as necessidades e o trabalho segundo as suas faculdades. Pela sua notável obra sôbre a **Organização do Trabalho,** tornou-se o chefe incontestado da escola socialista da época; com Pecqueur e Vidal, citados no decorrer desta nossa obra, foi um dos promotores do socialismo organizado pelo Estado. Nomeado membro do govêrno provisório pela revolução de 24 de Fevereiro de 1848, foi o fundador da "Commissão dos Trabalhadores" que se localizara em Luxemburgo. Perseguido por motivo do golpe de Estado de 48, foi obrigado a refugiar-se na Inglaterra, onde residiu até 1870, em que então regressou à França. Suas principais obras: **Organisation du Travail,** em 1840; **Histoire de la Révolution Française,** em 12 volumes, 1847-62; **Histoire des Dix Ans** (história do reinado de Luis Filipe), em 1830-40.

BREHON — Em todas as povoações livres, não conquistadas pelo imperio romano e que não tinham lei alguma escrita, — gauleses, celtas, saxões, eslavos, finlandeses, etc. — a lei tradicional, isto é, as decisões tomadas em várias circunstâncias pelas assembleias populares, era retida mnemònicamente e de preferência conservada por determinadas famílias, corporações fraternas e **guildes** especiais. Competia-lhes recitarem ante o povo a lei tradicional durante as festas populares que as assembleias federais promoviam. Para melhor se fixar na memória, a lei tradicional era expressa em forma cadenciada, isto é, em verso ou em tríadas, uso êste que ainda modérnamente subsiste em certos povos nómadas da Ásia ocidental. Na Irlanda os guardiães da lei, encarregados especialmente de reter por aquela forma a lei tradicional, chamavam-se **brehons** os quais sabiam combinar esta função social com a de sacerdote. A colecção de leis irlandesas, compilada nos meados do século V e conhecida sob a denominação de **Senchus Mor** (A Grande Antiguidade), é um dos documentos mais notáveis dentre as muitas colecções similares de leis comuns não escritas daquêle período. Alguns historiadores modernos apresentam os **brehons** e outros recitadores análogos da lei como legisladores, interpretação que nada tem de correcta. Legisladores eram as assembleias populares que criavam os precedentes da lei por suas decisões, ao passo que os **brehons** irlandeses, os **Knung** escandinavos, os **knyaz** russos eram aquêles aos quais se confiava a retenção dos textos da lei nas antigas formas, quais **guardiães** dela.

BUCHNER — Ludwig Karl (1824-1899), naturalista e filósofo materialista alemão, mui especialmente conhecido pela sua famosa obra, bíblia do materialismo moderno, **Fôrça e Matéria,** cuja primeira edição alemã apareceu em 1855 e que, traduzida em quase todas as línguas conhecidas, fez um ruidoso sucesso nos meios cultos. Essa obra representa um ensaio de filosofia atomista-materialista de interpretação do Universo, fundada nos dados da ciência moderna; escrita em linguagem acessível a todos os entendimentos teve a obra larga repercussão em todos os países cultos. O autor, ardoroso defensor do **darwinismo,** popularizou as doutrinas naturalistas do famoso pensador inglês Carlos Darwin. Dentre as suas muitas obras

destacam-se: a já citada **Fôrça e Matéria; O Homem segundo a Ciência; Luz e Vida; Na Aurora do Século XX,** todas estas existentes em edições portuguesas. Além dessas, em francês, várias, como: **La Vie Psychique des Bêtes; Nature et Science.** Em 1885 publicou um notável estudo sôbre o amor e as suas relações no mundo animal que é um ensaio sôbre a vida social e os instintos sociáveis dos animais. Por todos os seus muitos trabalhos científicos, contribuiu poderòsamente para a difusão do conhecimento de uma concepção dinâmina da Natureza e, porisso, merece os nossos justos incómios.

BUFFON — Georges Louis (1709-1788), naturalista francês, fundador da anatomia comparada. Foi talvez o primeiro que tentou fundar um sistema integral da Natureza dando-nos uma descrição completa do mundo animal nas bases da anatomia comparada. Um dos principais serviços que prestou à ciência foi o de uma severa oposição às pretensões da Igreja, pondo um têrmo às especulações teológicas em matéria de ciências naturais. Principal obra sua: **Histoire Naturelle,** 1749-1788, cujos primeiros volumes são uma exposição geral da sua concepção da Natureza e, porisso, desde logo perseguida pela Igreja.

BUONARROTI — Filipo (1761-1837), jurista italiano. Sob a influência de Rousseau promoveu a propaganda revolucionária, sendo expulso de várias províncias da Itália. Em Paris, em 1796, associou-se à conspiração comunista autoritária de Babeuf, cuja história êle próprio nos conta na sua obra **Gracchus Babeuf et la Conspiration des Egaux,** Bruxelas, 1828, 2 vols. Nos anos de 1830-40 foi um dos principais organizadores das sociedades secretas políticas dos comunistas franceses e italianos.

BURNOUF — Emile (1821-1907), helenista francês. Publicou em 1872 um importante trabalho intitulado **La Science des Religions** fundado em bases racionalistas.

CABET — Etienne (1788-1856), comunista francês que desenvolveu as suas ideias no jornal que fundou **Le Populaire** (1833-45) e publicou em 1840, sem o seu nome, a sua principal obra **Voyage en Icarie** em que expôs o seu ideal comunista-autoritário. Reeditada a obra várias vezes, a edição de 1842 e as que se lhe seguiram contêem uma análise dos princípios socialistas dos predecessores de Cabet, incluindo os da Revolução Francesa. Em 1848 ensaiou a aplicação prática, no Texas (América do Norte) dos princípios que formulara e mais tarde no Illinois, tentativas estas que não tiveram êxito algum postoque a colónia **Jovem Icária** ainda existisse nos anos 50 e tantos do século findo. Sôbre a obra de Cabet leia-se: F. Bonnaud, — **Cabet et son oeuvre,** Paris, 1900.

CLAUSIUS — Rudolf (1822-1888), físico alemão, notável por seus trabalhos de óptica, electricidade e, especialmente, sôbre a teoria mecânica do calor considerado como estado vibratório da matéria, de que descobriu uma das leis fundamentais. A sua principal obra é um **Tratado da Teoria Mecânica do Calor,** em 2 volumes.

COMTE — Auguste (1798-1857), fundador do Positivismo. As suas obras principais são: **Cours de Philosophie Positive,** 1830-1857, em 6 volumes, obra mo-

numental que representa um esfôrço inaudito para fundar uma filosofia sintética dos conhecimentos humanos sob um ponto de vista estritamente científico. A sua segunda grande obra **Systéme de Politique Positive** ou **Traité de Sociologie instituant la Religion de l'Humanité,** em 4 volumes, publicada em 1851-56, é uma aplicação social da Filosofia Positiva. Diametralmente oposta ao espírito que ditou a Filosofia, a sua Política Positiva tinha igualmente por fim, como já o seu título indica, a constituição de uma nova religião em que a Humanidade" é o objecto de culto.

O têrmo **positivo** tinha, na concepção de Comte, o seguinte significado: todo o saber humano começa por concepções **teológicas,** como, por exemplo, quando o homem quere atribuir à acção de uma dividade irada o ribombar do trovão ou quando pretende explicar tods os fenómenos da Natureza como actos da vontade dos deuses. Vem em seguida a fase **metafísica** que atribui todos os fenómenos físicos à acção de uma fôrça abstracta, imaginária, estranha aos factos, como as chamadas **fôrça vital, alma da Natureza,** etc. Vem, finalmente, a fase **positiva** em que se firma o saber constituido, certo, averiguado, com absoluta proscrição da ideia das **causas finais** e das **substancias.** Nêsse periodo, a **ciência positiva** apenas se preocupa com estabelecer as leis segundo as quais os fenómenos se sucedem invariàvelmente seguidos de determinadas conseqüências. As afirmações da Filosofia Positiva baseiam-se sómente na experiência; recusa-se formalmente a pretender o conhecimento do que esteja fóra do alcance da experiência. Filosofia Positiva sendo a síntese das seis principais ciências, — as matemáticas, a astronomia, a física, a química, a biologia e, finalmente, a sociologia, — rejeita inteiramente toda a crença no sobrenatural. A obra de Comte exerceu ine-

gàvelmente uma profunda influência sôbre toda a ciência e filosofia da segunda metade do século XIX. Os principais continuadores da obra comteana foram J. S. Mill, na Inglaterra, e Emile Littré, na França.

CONSIDÉRANT — Victor (1802-1893), escritor socialista francês, discípulo e continuador das doutrinas e da obra de Fourier. Editou e dirigiu **Le Phalanstère,** em 1832, **La Phalange,** em 1836 e **La Démocratie Pacifique,** em 1843. Tentou fundar um **Falanstério** no Texas. Em uma série de obras de alto valor social desenvolveu as idéias de Fourier que êle reproduz fielmente, porêm, com melhor ordem, clareza e método. As suas obras principais são: **Destinée Sociale,** em 1834; **Théorie de l'éducation naturelle et attrayante,** em 1845; **Bases de la politique positive: manifeste de l'école sociétaire fondée par Fourier,** em 1841; **Principes du Socialisme: manifeste de la Démocratie Pacifique,** em 1843 e 1847, serviu de base à elaboração do célebre Manifesto Comunista atribuido a Marx e Engels, o que hoje está sobejamente demonstrado; **Le Socialisme devant le Vieux Monde,** em 1848, que é uma revista das diversas escolas socialistas conhecidas naquêle tempo. Sôbre a obra de Victor Considérant leia-se: Hubert Bourgin. — **Victor Considérant, son œuvre,** Lyon, 1909.

DARWIN — Charles (1809-82), naturalista inglês, o mais afamado dos tempos modernos que produziu uma verdadeira revolução nas concepções naturalistas com a publicação das suas notáveis obras sôbre a **Origem das Espécies pela Selecção Natural na Luta pela Existência,** publicada em 1859; **Descendência do Homem e Selecção Sexual,** em 1871; **Das Variações nos animais e nas plantas domésticas,** em 1868.

A transmutação ou transformação das espécies sob a influência do meio ambiente, o uso ou desuso dos órgãos em novas condições de existência, era matéria que já havia sido enunciada pelo génio audaz de Buffon, verdades proclamadas e defendidas, desde 1809, por Lamarck e que depois encontraram um partidário estrénuo em Isidore Geoffroy Saint Hilaire.

Darwin explicou a descendência natural das espécies pela selecção natural que, durante o período da luta pela existência, cada espécie trava combatendo as circunstâncias adversas do clima e outras espécies inimigas ou rivais.

Todas as espécies de plantas e animais que hoje enxameiam a terra descendem, por via de evolução e selecção, de formas primevas extremamente simples.

A obra de Darwin, apoiada por trinta anos de pacientes investigações, de contínuas e variadas observações e experiências, impôs-se à atenção dos sábios. Ganhou ràpidamente os sufrágios dos homens instruídos; não obstante a sistemática oposição das academias, das universidades e das igrejas, o princípio da "luta pela existência" que, por sua natureza, convidava a ser mais fàcilmente aceite pela sociedade actual do que o é o da acção directa do meio e o da formação das espécies sob a influência do meio ambiente aos quais Lamarck ligava maior importância. O próprio Darwin, à medida que especializava as suas investigações, veio a reconhecer a exactidão das observações de Lamarck naquêle sentido, isto é, em reconhecer a supremacia do factor acção do meio sôbre o da chamada "luta pela existência" que seus vulgarizadores exageraram em demasia. A obra de Darwin **Origem do Homem** teve em língua portuguesa uma tradução sintetizada que se editou no Porto em 1917.

DIDEROT — Denis (1713-1784), filósofo francês. Perseguido por haver publicado em 1746 um volume de **Pensamentos Filosóficos,** foi mais tarde encarcerado por motivo de uma nova obra, saida em 1749, intitulada **Cartas aos Cegos.** Concebeu o projecto da famosa **Enciclopédia,** obra imensa para aquêle tempo que, todavia, conseguiu levar a bom têrmo após vinte e um anos de um trabalho exaustivo (1751-1772), com o concurso dos mais notáveis homens de ciência da época a-pesar-da oposição e das intrigas contumazes do clero e das autoridades civis.

ENCICLOPEDISTAS — A palavra se aplica aos fundadores e colaboradores da famosa **Enciclopédia Francesa** iniciada em 1751. Imensa publicação dirigida por D'Alembert e Diderot, monumento científico que foi uma verdadeira máquina de guerra posta ao serviço das idias filosóficas do século XVIII, foram seus principais colaboradores Buffon, Condillac, Helvetius, D'Holbach, Mably, Turgot, etc. O **Discurso Preliminar,** redigido por D'Alembert, é um admirável quadro sintético dos conhecimentos humanos na aurora da Revolução e constitue, sob êsse ponto de vista, a obra capital da filosofia do século XVIII.

Com efeito, a importância dessa monumental obra não está sòmente no facto de representar um ensaio sintético de todo o saber da época e de tratar as ciências naturais, as matemáticas, a história, a arte, a literatura com uma mesma objectividade e imparcialidade até então desconhecidas, mas principalmente por ser o arauto do pensamento irreligioso e racionalista de todos os pensadores franceses daquêle tempo. O têrmo **enciclopedistas** se dava não só aos que colaboravam na Enciclopédia, mas, por extensão, a todos os que partilhavam as ideias por ela enunciadas.

FECHNER — Gustav (1801-1887), fisiologista e filósofo alemão. Postoque metafísico e discípulo de Schelling, iniciou, em todo o caso, um estudo sério da psicologia em bases puramente fisiológicas, experimentais: Para êste pensador, a Matéria e o Espírito são de idêntica natureza e como tal regidos pelas mesmas leis, representam sómente duas maneiras diferentes sob as quais concebe a inteligência humana os fenómenos comuns a ambos aquêles princípios. A sua obra **Elementos de Psico-Física,** publicada em 1860, gozou de larga aceitação.

FOURIER — François Charles (1772-1837). Com Saint-Simon e Robert Owen é considerado um dos principais fundadores do socialismo contemporâneo. Fourier, ao inverso de Saint-Simon, formou o seu espírito muito mais pela experiência da vida do que pela leitura dos livros, pouco deve aos filósofos e reformadores sociais do seu tempo.

O essencial da doutrina de Fourier reside no princípio do pleno e livre desenvolvimento da personalidade humana como condição primária para conseguir-se a felicidade e a virtude, ao passo que a miséria e o crime são os resultados inevitáveis da coacção e dos obstáculos que se opõem ao desenvolvimento da natureza humana e que a sociedade actual impõe como condição imprescindível da satisfação das necessidades. Donde resulta, para Fourier, a necessidade de uma reconstrução inteira da sociedade sôbre novas bases de cooperação activa.

A doutrina social de Fourier aparece-nos pela vez primeira, em curto resumo, nos finais do ano de 1803 em um artigo intitulado **Harmonia Universal,** publicado em um jornal de Lion e depois completada em subseqùentes artigos no mesmo jornal. Em 1808 publica a sua **Théorie des Quatre Mouvements** em que expõe a filosofia geral da sua doutrina, os princípios essenciais e a parte crítica. Em 1822 publica o seu **Traité de l'Association Domestique-agricole,** em que o autor dá mais amplos desenvolvimentos à doutrina que formulara. No **Nouveau Monde Industriel,** publicado em 1829, reproduz, sob uma forma mais metódica e mais pedagógica, o que deixara escrito na obra anterior.

Um **falanstério,** que realizava uma parte das doutrinas de Fourier, se fundou em Guise sob os auspícios de Godin Lemaire. A' influência das ideias de Fourier se deve a fundação de uma escola importante de socialismo que contava nas suas fileiras com pensadores da importância de Considérant, Pierre Leroux e outros que, por sua vez, fizeram numerosos discípulos. Para compreensão das doutrinas e da obra de Fourier consulte-se a obra de Hubert Bourgin, — FOURIER, Paris, 1905.

GODWIN — William (1756-1836), escritor político e historiador inglês. De um modo geral podemos considerar Godwin como o primeiro socialista científico dos tempos modernos em cujos escritos se encontram em germe as ideias essenciais peculiares ao socialismo e anarquismo contemporâneos. A sua principal obra **An Enquiry concerning Political Justice and its Influence on General Virtue and Happiness** (Inquérito sôbre a justiça política e a influência desta sôbre a virtude e a felicidade geral), em 2 volumes, Londres, 1793, em que o autor expõe, com muita clareza e acêrto, as ideias do comunismo anarquista. Por "justiça política", Godwin compreende um estado social em que a vida fosse apenas regida pelos princípios de moralidade e de verdade. Demonstra naquela sua obra

que todo o govêrno, já pelo facto da sua própria existência, já pela sua intrínseca natureza, impede o desenvolvimento da moralidade pública e antevê o dia em que cada qual, liberto de toda a coacção, guiado tão sómente pelos princípios da razão, actuará no sentido do bem comum. Por esta proclamação de princípios e sob a falsa acusação de professarem um republicanismo jacobino, Godwin e seus partidários estiveram ameaçados de trabalhos forçados pelo que o nosso autor teve de suprimir na segunda e terceira edição da sua citada obra (1796-1798) as passagens que se viam na primeira relativas ao comunismo.

Para um estudo mais amplo da obra de Godwin veja-se: C. Kegan Paul, — **W. Godwin, his Friends and Contemporaries,** 2 volumes. London, 1876; Raymond Gourg, — **William Godwin,** Paris, 1908. Um resumo da sua doutrina se lê na obra de Anton Menger, — **Le Droit au produit intégral du travail,** Paris, 1900.

GROVE — William Robert (1811-1896), físico inglês que escreveu em 1842 uma notável memória e em 1856 um livro sôbre a unidade e correlação das fôrças físicas com o intuito de provar que o som, o calor, a luz, a electricidade, o magnetismo e a acção química não são substâncias independentes ou entidades separadas, como até então se julgava, mas simplesmente formas diversas do movimento vibratório das moléculas de que todos os corpos são constituidos. Todas as diferentes formas vibratórias da matéria, outrora chamadas de **fôrças,** podem transformar-se umas em outras, poisque todas são modos diversos de movimento mecânico. O movimento mecânico pode transformar-se em som, luz, calor, electricidade e magnetismo; por sua vez a luz e a electricidade podem transformar-se em calor, magnetismo, som e movimento mecânico.

Grove ousou propôr a questão de saber se a própria gravitação não seria uma resultante dessas diversas espécies de vibrações. Todo o progresso mecânico realizado na segunda metade do século XIX foi constituido por uma série de aplicações dêste princípio de física, — o da transformação das diversas fôrças físicas.

HAECKEL — Ernst (1843-1919), célebre biologista e filósofo alemão. Foi um dos primeiros e dos mais entusiastas discípulos de Darwin e pouco depois da publicação da obra dêste sôbre a origem das espécies, Haeckel publicava em 1866 um notável trabalho sôbre a Morfologia Geral, seguido de outros não menos importantes como a História da Criação Natural em que estabelece a escala dos diferentes estádios de evolução dos sêres vivos, desde o mais rudimentar organismo até ao homem. Na última fase da sua actividade científica propendeu para o Monismo filosófico sôbre que escreveu uma interessante monografia intitulada **O Monismo, laço entre a Religião e a Ciência, profissão de fé de um naturalista,** na qual ataca vigorosamente a concepção dualista da Natureza. As suas obras tiveram larga voga e muito mais haveria a esperar da sua obra se o seu espírito não se confinasse demasiado na metafísica do **hegelianismo** que o levou a formular uma bizarra concepção do Espírito como uma emanação da Matéria em vez de se ater, como nos primeiros anos da sua vida científica, a uma concepção puramente dinâmica do universo.

As obras de Haeckel acham-se quase todas traduzidas em português, editadas pela Livraria Chardron, do Porto. São elas: **História da Criação Natu-**

ral, Enigmas do Universo, Maravilhas da Vida, O Monismo, A Origem do Homem, Religião e Evolução, todas, aliás, dignas de serem lidas.

HEGEL — Georg Wilhelm (1770-1831), filósofo metafísico alemão que exerceu notável influência nas ideias do século XIX durante o período reaccionário que se seguiu à revolução Francesa. Para êsse filósofo, a Ideia é o princípio universal que se manifesta nas diversas fases do ser. O seu sistema divide-se em três ciclos de pensamento: o primeiro compreende a Lógica, — a ciência da ideia pura **(idee an sich)**; o segundo a Filosofia da Natureza em que a ideia se exterioriza nos fenómenos naturais; finalmente o terceiro, a Filosofia do Espírito em que o filósofo pretende mostrar-nos como a ideia pura **(idee ausser sich),** depois de se haver exteriorizado em a Natureza, se retrai como Espírito **(idee an und für sich)** e atinge assim a sua perfeita realização. Estes três ciclos da Ideia são conhecidos como a tese, a antítese e a síntese. O mal que esta filosofia produziu afastando-se completamente das investigações científicas inauguradas nos finais do século XVIII e sancionando, por uma nova autoridade, quer as bíblicas interpretações da Natureza, quer as irisantes elocubrações baseadas tão sòmente no uso e abuso de termos puramente metafísicos de sentido vago e impreciso, podemos melhor apreciar no facto das novas pesquisas científicas, brilhantemente iniciadas nos finais do século XVIII, não terem tomado o impulso devido e desejado na primeira metade do século seguinte. A péssima influência que essa detestável filosofia deixou a podemos ver tambem em matéria política quando os hegelianos sustentam, no seu calão filosófico, "que tudo o que existe é racional", desculpando, por êsse modo, as peores formas do reaccionarismo político e religioso. São obras principais de Hegel: **Fenomenologia do Espírito,** 1807; **Lógica,** 1812; **Filosofia do Direito, da História e da Natureza,** 1821, e várias obras póstumas, quase todas traduzidas em francês.

HELMHOLTZ — Herman Ludwig (1821-1894), grande fisiologista e físico alemão. Publicou em 1847 uma notável obra sôbre a conservação da fôrça que foi um dos mais notáveis trabalhos que serviu de fundamento à filosofia materialista científica dos meados do século XIX. Além de vários trabalhos sôbre óptica, acústica e electricidade em que era especialista, deixou-nos uma importante **Óptica Fisiológica,** publicada em 1856-66.

HERZEN — Alexander (1812-1870), escritor político russo. Exilado por largos anos em uma província oriental da Rússia, perseguido por suas opiniões políticas, deixou o país para ir viver na França e Itália travando amistosas relações com todos os socialistas e radicais avançados. Após o fracasso da revolução de 1848, escreveu uma obra admirável, — **De l'autre rive,** — em que faz a crítica da revolução sob o ponto de vista socialista. Em Paris foi o auxiliar precioso de Proudhon na fundação do jornal **Le Peuple,** vindo a ser expulso da França em junho de 1849 para se estabelecer na Inglaterra onde fundou o primeiro jornal russo intitulado **Free Russian Press** e, mais tarde, o **Kolokol** (O Sino) tendo por colaboradores, de comêço, os seus dedicados amigos Ogareff e Turgueneff e depois Bakunine, jornal êsse que, atacando vivamente a servidão e a autocracia, exerceu uma poderosa influência na Rússia em prol da libertação dos servos. Em 1863, por ocasião da subleva-

ção polaca, tomaram corajòsamente parte a seu lado. Herzen, que possuia vastos conhecimentos de história e filosofia, foi um dos mais conspícuos escritores do seu tempo na Europa; as suas obras, traduzidas em francês e alemão, são de um valor inestimável, não falando já do seu alcance político-social que é altamente significativo. São elas, entre outras, **Cartas da França e da Itália,** a sua auto-biografia **Passado e Pensamentos,** que são de uma beleza estilística incomparável.

HOBBES — Thomas (1588-1679), um dos mais originais escritores políticos e filósofos ingleses. Retintamente realista ao tempo em que já se esboçava a revolução de 1648, foi, talvez porisso, obrigado a refugiar-se na França. As suas obras principais são: **De Cive,** publicada em 1642; **De Corpore Politico,** em 1658-59; **Leviathan,** em 1651. Nesta última obra, de um incontestável valor, o autor se pronunciava em filosofia pelo materialismo, em moral pelo egoismo e em política pelo despotismo. "O direito, afirmava êle, é a fôrça e nada existe de intrinsecamente justo ou injusto". Dos homens primitivos tinha a opinião que eram sêres em guerra contínua uns contra os outros: na desconfiança e no receio que os homens tinham uns dos outros e na sua comum miséria via êle a principal causa da origem do Estado. Sustentava que uma forte autoridade teria sido necessária para assegurar a paz e melhorar as condições de existência dos homens.

Conseqüêntemente, era partidário acérrimo dos direitos absolutos do rei, ao mesmo tempo que era um inimigo dclarado da Igreja como autoridade política. Foi ambem, entre os filósofos de notoriedade, o primeiro a propugnar por uma concepção irreligiosa e absolutamente materialista do universo.

HOLBACH — Barão d'-Paul Henri (1723-1789), filósofo materialista e ateu, um dos mais famosos colaboradores da **Enciclopedia Francesa** na qual expôs uma inteligente interpretação do conhecimento da Natureza em bases puramente materialistas, que amplamente desenvolveu na sua principal obra, publicada em 1770, **Systéme de la Nature.** Nas obras subseqüêntes demonstrava que a religião não é sómente inútil, mais do que isso, nociva à verdadeira moralidade e felicidade do povo. Vejam-se, além da já citada, as suas obras: **Le Christianime Devoilé, La Morale Universelle; La Politique Naturelle.**

HUTCHESON — Francis (1694-1747), filósofo e moràlista irlandês, um dos mais notáveis representantes da escola de filosofia conhecida pela denominação de Filosofia escocesa, que assentava o seu sistema de ética no princípio da simpatia recíproca. Em suas obras procurava provar que, se é certo podermos classificar os motivos que impelem a nossa vontade em egoistas e altruistas, são, todavia, êstes que merecem a nossa aprovação e os actos que dêles decorrem e isso em razão de possuirmos naturalmente o "sentimento moral". São obras suas: **Enquiry into the origin of our ideas of Beauty and Virtue; Essay on Nature** e **Conduct of Passions and Affections.**

HUXLEY — Thomas Henry (1825-1895), célebre naturalista inglês que muito se distinguiu na defesa que fez da teoria de evolução formulada por Darwin em que se evidenciou um dos mais ardorosos partidários do transformismo, devotando-se mais especial-

mente em provar as afinidades existentes entre o homem e os macacos antropoides. Dentre as suas muitas obras destacam-se: **Man's Place in Nature; Comparative Anatomy; Science and Religion,** quase todas traduzidas em francês.

JACOBINOS — Denominação dada aos membros de um clube político, chamado "Amigos da Constituição", que exerceu enorme influência durante o período da Revolução Francesa de 1789-94. No número de seus membros contava com os elementos avançados da época, — republicanos e revolucionários da burguesia, — sob a directriz de Robespierre. Lutou valentemente contra a realeza e, mais tarde, sustentando sempre a obra de Robespierre, combateu o chamado Clube dos **Cordeliers,** com o qual, aliás, depois se fundiu. O Clube dos **Cordeliers,** fundado em 1790 por Danton, Marat, Hébert, Chaumette e Demoulins, tinha a sede nas ruinas do antigo convento dos frades franciscanos, donde lhe veio o nome, (actualmente Museu Dupuytren) e a êle pertenciam os membros mais em evidência da Comuna de Paris. Durante o período terrorista, o Clube dos Jacobinos tornou-se uma espécie de Tribunal de Acusação. Após a queda de Robespierre e do seu partido em Julho de 1794, — 9 de Thermidor, — foi, por ordem da reacção campeante, fechado. O têrmo "jacobino" ficou desde então sendo, por extensão, aplicado aos partidários de um govêrno revolucionário fortemente organizado com ideias centralistas e dominadoras e ainda hoje o têrmo tem êsse significado, — o do tipo do autoritário político perfeito.

JOULE — James Prescott (1818-1889), físico inglês que, sem conhecer cousa alguma dos trabalhos

de seus predecessores, foi, de verdade, quem primeiro formulou com exactidão a medida do equivalente mecânico do calor. Vide adiante **Theoria Mecânica do Calor.**

KANT — Emmanuel (1724-1804), célebre filósofo alemão que, pelos seus escritos, exerceu, e ainda hoje é notória, profunda influência em todo o século XIX. Autor de três obras que ficaram célebres na história da filosofia: **Crítica da Razão Pura; Crítica da Razão Prática** e **Crítica do Julgamento.** Como todos os grandes filósofos, empreendeu a reforma do conjunto dos conhecimentos humanos. Em seus primeiros trabalhos ocupou-se de preferência das ciências naturais e, quase concomitantemente com Laplace, formulou a hipótese da origem do nosso sistema solar pela nebulosa incandescente. A notoriedade de Kant origina-se principalmente do sistema de filosofia crítica que expôs na já citada **Crítica da Razão Pura** em que o autor se propõe resolver a questão fundamental dos princípios e limitações do saber humano, problema êste a que chegou do modo que passamos a expôr Existem, afirmava êle, dois mundos diferentes: 1.° o mundo dos fenómenos físicos que se produzem no tempo e no espaço e que, sómente pelas sensações, conhecemos, donde, de acôrdo com o seu idealismo crítico, o seu transcendentalismo, serem apenas fenómenos sem existência real em si-mesmos; 2.° o mundo das ideias inatas, — "a cousa em si", — **(dinge an sich)** que conhecemos no tempo, mas não no espaço. Por outras palavras: o enigma do mundo consiste em resolver a "cousa em si" que se oculta por detrás dos fenómenos percebidos pelas nossas sensações e a resolução só se encontra na filosofia moral; no mundo dos fenómenos deparamos uma matéria adequada aos nos-

sos sentidos e uma forma determinada para o nosso entendimento que, porisso, não nos pode fornecer o conhecimento do Absoluto. Para chegar a perceber o mundo das "cousas em si", estuda a origem das ideias morais (**Crítica da Razão Prática,** 1788). Nesta obra procura o autor demonstrar que a nossa razão possui a faculdade de ditar leis a si mesma e o dever de todo o homem provido de senso moral consubstancia-se na obediência ao chamado **imperativo categórico** resultante da essência própria do nosso espírito, o qual imperativo nos prescreve tratar os outros de tal modo que a nossa acção possa converter-se em uma lei geral. Da ideia do senso moral inato deduz Kant, por meio da sua metafísica, as ideias de livre-arbítrio, de imortalidade e de Deus. Na sua filosofia do Direito pretende demonstrar-nos que o respeito absoluto da liberdade moral deveria constituir o fundamento de toda a vida social e da existência do Estado e indica como fim do futuro desenvolvimento histórico da humanidade o estabelecimento dêste ideal de liberdade.

KOSTOMAROFF — Nicolas (1817-1885), brilhante historiador russo, fundador da escola federalista de estudos históricos russos.

LAMARCK — Jean Baptiste (1744-1829), célebre naturalista francês. Assentou as bases de uma nova classificação das plantas e dos animais.

Na sua Filosofia Zoológica, formulou, antecipando-se a Darwin, a idéia do transformismo, isto é, da variação contínua das espécies vegetais e animais, da sua evolução gradativa sob a acção do meio e do uso ou desuso de determinados órgãos que dessa evolução resultam. Estas novas concepções naturalistas encontraram, como é fácil presumir, forte oposição da parte da ciência oficial universitária, principalmente do célebre Cuvier (1769-1832), continuando-se, não obstante as provas em contrário, a prégar nas academias e universidades a invariabilidade das espécies de que, aliás, o grande Comte era partidário, até que a opinião pública, estimulada pela obra de Darwin e pelo despertar geral das ciências naturais no período de 1855 a 1862, forçaram os sábios e as universidades a mudarem de opinião. São obras principais de Lamarck: **La Flore Française,** 1778; **Histoire Naturelle des Animaux sans vertèbres,** 1816-22; **Philosophie Zoologique,** 1809.

LAPLACE — Pierre Simon (1749-1827), de todas as épocas um dos maiores matemáticos e astrónomos. Ocupou-se principalmente das questões de mecânica celeste; reuniu em um corpo de doutrina os trabalhos esparsos de Newton, Halley, Clairaut, d'Alembert e Euler sôbre as conseqüências da gravitação universal a que adicionou trabalhos e observações pessoais de alto valor. Tornou-se sobretudo célebre pelo sistema cosmogónico que desenvolveu na sua principal obra **Exposition du système du monde,** publicada em 1796, em que nos fornece a explicação puramente mecânica da origem do nosso sistema planetário. Em outra de suas obras, — **Mécanique Céleste,** — em 5 vols. 1799-1825, dá-nos a explicação materialista do sistema do mundo pela gravitação universal. Publicou ainda, em 1812, um outro notável estudo intitulado **Théorie Analytique des Probabilités** e um grande número de memórias científicas. Todos os seus trabalhos são uma maravilha de pensamento claro e de grande lucidez.

LAVOISIER — Antoine Laurent (1743-1794), ilustre químico francês, considerado mui justamente

como dos grandes fundadores da química moderna. É dêle o conhecido aforismo científico: "nada se perde, nada se cria", que estabeleceu fundado no conhecimento de uma lei científica até então ignorada, — a da conservação da matéria. Deve-se-lhe a nomenclatura química em voga e que tanto contribuiu para o desenvolvimento ulterior da ciência química, o conhecimento da composição do ar e a descoberta da composição da água. Em física deu-nos trabalhos notáveis, principalmente a respeito do calor e das propriedades dos corpos no estado gasoso. Fez parte da comissão encarregada de establecer o sistema métrico decimal que usamos. A sua principal obra é: **Traité élémentaire de Chimie**, publicada em 1789.

LEWES — George Henry (1817-1878), fisiologista e filósoso inglês, ardoroso discípulo de Comte. Foi um dos que assentaram as bases de uma psicologia fundada no estudo fisiológico do cérebro e dos centros nervosos. São obras principais suas, traduzidas em francês: **Physiologie de la Vie comune**, 1870; **La Base physique de l'esprit**, 1877; **Histoire Biographique (populaire) de la Philosophie**, 1845; **Vie de Goethe** e uma **Exposition des Principes de la Philosophie de Comte**, 1853.

LITTRÉ — Maximilien Emile (1801-1884), erudito filólogo e filósofo positivista francês assás conhecido, médico e publicista notável por todos os seus trabalhos. Os seus estudos sôbre religião e filosofia suscitaram polémicas ardentes e quando eleito membro da Academia Francesa provocou a demissão de Monsenhor Dupanloup, clerical de fama. Littré foi um dos principais representantes da filosofia de Auguste Comte à qual muito popularizou com a publicação da sua brilhante **Revue Positive** e outros trabalhos similares, não se enfeudando, porêm, à última feição de Comte no que respeita à religião da humanidade, que o filósofo estabelecera na **Politique Positive.** Littré é ainda o autor emérito do **Dictionnaire de la Langue Française,** obra monumental a que consagrou cerca de trinta annos de trabalho assíduo.

LOMONOSSOFF — Michel Vassilivitch (1711-1765), notável literato russo dos mais variados estilos, tão notável que se disse com justa razão que só por si representava uma universidade; um dos criadores da ciência e da literatura russas. Autor de muitas e estranhas odes, de uma gramática russa, que até então não havia, de uma geografia física das regiões polares em que já aventava a teoria mecânica do calor, de várias obras de história, de física, de química, de mineralogia.

LYELL — Charles (1797-1875), afamado geólogo inglês. A sua notável obra **Principles of Geology,** publicada em 1838, admiràvelmente escrita e nas edições sucessivas que teve sempre consideràvelmente enriquecida, traduzida em todas as línguas europeias, marca uma época distinta na geologia. Nessa obra demonstrava o autor que as modificações da crosta terrestre eram devidas à acumulação dos detritos das lentas transformações físicas que se produzem de contínuo na superfície da terra, contràriamente ao que sustentavam os sábios dos começos do século XIX (Georges Cuvier e Léopoldo von Buch entre outros) que atribuiam essas modificações a cataclismos inesperados que destruiam os animais e as plantas existentes na tèrra e após os quais se produzia uma nova "criação" de sêres vivos, — teoria bíblica. Quando

Darwin publicou em 1859 a sua famosa obra sôbre a **Origem das Espécies,** Lyell, admirador de Darwin, prontamente aderiu às novas doutrinas naturalistas e publicou a sua segunda obra, que constituiu um assombro, — **Antiquity of Man,** — publicada em 1863, em que acceitava o facto como provado da existência de um **período glaciário** que os sábios da época persistiam em negar atribuindo os depósitos dêsse período ao "dilúvio" mencionado na tradição mosaica que se lê na Bíblia. Lyell veio a confirmar assim a ideia já enunciada na França por alguns ousados ciêntistas, — Boucher de Pertes, por exemplo, — que sustentavam a existência do homem sôbre a terra em um período em que a Europa vivia ainda sob um clima glacial e se encontrava habitada de mamutes, rangíferes, ursos das cavernas e outros grandes animais afeitos aos climas frios. Essa obra, notável por todos os títulos, de uma extrema ousadia para a época pelas teorias emitidas, exerceu profunda influência no desenvolvimento posterior da ciência moderna, contribuindo, talvez como nenhuma outra, para o desbravar dos obstáculos que, na sua sabida contumácia, as diversas confissões teem imposto às conquistas do pensamento e da liberdade.

MAINE — Henry Summer (1822-1888), jurista inglês e afamado investigador da vida e do direito consuetudinário da comuna aldeã. A sua obra: — **Ancien Droit et Coutume Primitive,** publicada em 1861, em francês em 1883, fez sensação em toda a Europa culta onde, sob a influência dos ensinos do direito romano, ninguem se interessava pelos aspectos do direito que Maine oferecia a estudo. A-pesar-de notáveis, os estudos de Maine, que é o criador de uma escola de direito, continuam a ser ignorados dos meios

universitários e académicos. São obras suas: **Village Communities in the East and West; Lectures on the Early History of institutions.**

MARX — Karl (1818-1883), célebre economista alemão, chefe da escola social-democrata do socialismo. Forçado a deixar a Alemanha por suas opiniões políticas expressas no periódico **A Gazeta Renana** de que foi primeiramente colaborador e depois redactor chefe, refugiou-se na França em 1843. Em Paris, de cooperação com Arnold Ruge, fundou uma revista redigida em alemão, — **Os Anais Franco-Alemães,** — de que apenas se publicaram dois números, sobresaindo-se na capital francesa por seus artigos socialistas. Expulso da França em 1844 e da Bélgica em 1848, conseguiu penetrar na Alemanha em 1848-49, onde publicou a **Rheinische Zeitung,** sendo êsse o período mais importante da sua acção como jornalista. A reacção dominante na Alemanha forçou-o a abandonar o país, indo refugiar-se em Londres, onde fixou residência e travou relações com Frederic Engels, depois o seu mais dilecto amigo. A quando da fundação da **Internacional,** em setembro de 1864, foi encarregado da redacção dos Estatutos e nomeado membro do Conselho Geral da célebre Associação, que então assentava os seus arraiais na capital inglesa. De todos os seus escritos, a obra pela qual ficou conhecido o seu nome é **O Capital,** cujo primeiro volume apareceu em 1867, ao qual se seguiram mais três outros volumes, todos póstumos. O primeiro volume dessa obra contêm a análise assás sabida da génese do capital e que veio a constituir o fundamento das ideias da social-democracia. Acha-se traduzida em quase todas as línguas europeias e na portuguesa foi publicada em Lisboa, em 1912, uma edição do resumo em francês de Gabriel

Deville. Surripio dessa edição se fez uma em S. Paulo recentemente sem lhe declarar a origem! A Gráfico-Editora UNITAS publicou em 1932 o resumo feito por Carlos Cafiero. Muitas outras são as obras de Marx, entre as quais citaremos: **Misére de la Philosophie,** em 1847, resposta a Proudhon; **Critique de l'Economie Politique,** em 1857. O célebre **Manifesto Comunista,** publicado em 1848, de colaboração com Engels, de que existem edições em todas as línguas, merece menção especial. Para completa elucidação das origens dessa peça cumpre ao leitor estudioso consultar: W. Tcherkesoff, — **Pages d'Histoire Socialiste (doctrines et actes de la social-démocratie),** Paris, 1896, edição dos **Temps Nouveaux; Le Manifeste Comuniste, introduction et commentaire,** par Charles Andler, Paris, 1901, vols. 9-10 da **Bibliothèque Socialiste.**

Da obra, vida e acção social de Karl Marx leiam-se: Affonso Costa, — **A Igreja e a Questão Social,** Coimbra, 1895; Silva Mendes, — **Socialismo Libertário ou Anarquismo,** Coimbra, 1896; principalmente: Emilio Costa — **Karl Marx,** (da Colecção, "Homens e Ideias"), Lisboa 1930, em que o autor estuda detalhadamente a obra de Marx.

MAURER — George Ludwig (1790-1872), historiador alemão, fundador de uma escola que se dedicava com particular cuidado ao estudo da comuna aldeã e urbana e que, sôbre êste assunto, nos deu uma enorme massa de trabalhos sérios. É obra principal de Maurer uma "Introdução à história do instituto da propriedade comunal da terra, da aldeia e da cidade" publicada em 1854, seguida de outras mais sôbre o mesmo tema.

MENDÉLÉEFF — Dmitri (1834-1907), notável químico russo, mais conhecido pela sua descoberta da chamada "lei da periodicidade dos elementos". E' hoje assás conhecido que todos os corpos que se encontram à superfície da terra, orgânicos (vivos), quer inorgânicos (destituidos de vida) se decompõem em 80 ou 90 corpos simples ou princípios chamados **elementos,** os quais entram em um infinito número de combinações. Um exame atento do sistema de Mendéléeff sugere a verificação de dois princípios importantes: 1.° o de ser já a molécula de cada elemento, dos citados 80 ou 90, um sistema complexo de moléculas menores, ou melhor dito, de átomos, em contínuo movimento interno; 2.° que na estrutura dessas composições existe uma certa **periodicidade,** isto é, uma repetição sistemática da estrutura fundamental. Essas descobertas fizeram avançar muitíssimo a ciência química. É igualmente de suma importância a concepção de Mendéléeff sôbre o éter cósmico considerado como matéria, os átomos em vibrações tão rápidas que não permitem fixar-se em combinações químicas permanentes.

MÉTODO INDUTIVO-DEDUTIVO — É o processo adoptado por toda a ciência moderna para a elaboração do conhecimento positivo; é, especialmente, o método seguido nas ciências naturais a que devemos os imensos progressos científicos em geral do século XIX. Consiste êsse método nos seguintes processos de investigação:

1.° Pela observação e pela experiência procura-se adquirir um conhecimento perfuntório dos factos e dos fenómenos que nos propomos estudar;

2.° Em seguida apreciam-se e discutem-se amplamente os factos registados e trata-se de ver se êles

não conduzem a uma generalização, a uma indução (do latim: **inducere**), ou à formulação de uma hipótese que permita unir ou englobar os fenómenos observados, isto é, se das observações feitas não poderá resultar uma afirmação geral que possa abranger o maior número e a maior extensão de factos. Exemplo: depois de ter observado uma massa enorme de factos concernentes aos movimentos dos planetas, Kepler foi levado a formular uma generalização e a aventar uma hipótese na suposição de que todos os planetas se movem, ao longo das suas respectivas elipses, em redor do sol, dos quais é êste o centro; Darwin, igualmente após inúmeras e pacientes observações, formulou a sua hipótese da descendência por via de evolução de um tronco comum a todas as espécies de plantas e animais que ainda existem e que existiram no passado e que se encontram nas camadas geológicas da terra;

3.º Da hipótese formulada, ou de diversas hipóteses dadas, deduzem-se as conseqùências, ou melhor as deduções (do latim: **inducere**), que permitam predizer e prever novos factos atinentes à espécie estudada. As hipóteses dadas serão tanto mais correctas e exactas quanto o forem as induções, — as generalizações, feitas;

4.º Compararemos então as deduções com os factos observados ou os fenómenos provocados de acôrdo com o que ficou dito no § 1.º. Se necessário fôr procede-se a novas observações e experiências para verificar se a hipótese estará conforme aos factos observados. E assim se aceitará, rejeitará ou modificará a hipótese levantada até que, em dado momento, na concordância dos factos, se haja, finalmente, encontrado uma que satisfaça plenamente e corresponda ao estado actual dos nossos conhecimentos. Assim, da hipótese de Kepler

deduzem-se as posições de cada planeta em tal ou tal momento no seu movimento em redor do sol, comparam-se em seguida as posições calculadas com as posições reais e, uma vez conseguida esta concordância, ver-se-á se a hipótese formulada se confirma em todos os pontos. Se, porventura, na determinação do cálculo da velocidade da marcha dos planetas resultarem da hipótese diferenças mínimas comparadas com os fenómenos observados, proceder-se-á, pelo mesmo método, a novas investigações até encontrar a razão do êrro ou novas causas que venham a modificar a hipótese dada;

5.º Finalmente, depois de todas as verificações feitas, a **hipótese** passa a ser considerada **teoria geral, lei,** quando aboslutamente confirmada por um conjunto enorme de factos e observações, quando achado o **porquê,** a **causa** de que procedem. Para o que respeita à astronomia, a hipótese kepleriana foi aceite como uma lei, isto é, como **relação permanente** entre factos, que se confirmou pelos séculos adiante; a indução de Newton àcêrca da gravitação universal se é hoje uma teoria provada, uma **lei,** é que os factos as observações em abundância a confirmaram na generalidade, ainda que alguns pareçam, à primeira vista, contraditórios. Além de que, na conformidade do método exposto, a expressão **lei da gravitação** não nos parece absolutamente correcta, poisque a **causa** do facto universal denominado **Gravitação** ainda não foi descoberta, apenas está enunciada, sòmente entrevista.

Tal é, em resumo, o método hoje empregado por todas as ciências que se prezam de exactas.

MILL — John Stuart (1806-1873), famoso economista e filósofo inglês filiado à escola filosófica de Auguste Comte. Um dos representantes mais emi-

nentes do "empirismo", isto é, do sistema baseado na observação directa e na experiência dos factos. No seu **System of Logic** admiràvelmente desenvolveu a teoria do método indutivo-dedutivo que acima deixámos exposta. Partidário em ética das ideias de J. Bentham, desenvolveu-as superiormente na sua magnífica obra **Utilitarianism.** É autor de muitas outras obras entre as quais: **Principles of Political Economy; Essay on Liberty** (desta existe uma belíssima versão portuguesa) e **Representative Government.**

MOLESCHOTT — Jacob (1822-1893), fisiologista materialista holandês. Escreveu em língua alemã muitas obras populares para divulgação da filosofia materialista, no número das quais se destaca a sua **Kreislauf des Lebens** (circulação da vida), publicada em 1852, de que existe uma versão francesa.

OWEN — Robert (1771-1858), um dos principais fundadores do socialismo moderno, especialmente um dos promotores do movimento cooperativo e da organização operária que êle tentou, desde 1830-31, tornar não só nacional, extensiva ao território inglês, mas internacional pelo que teve de sofrer perseguições inauditas. Por essa sua tentativa pode ser considerado como um dos precursores da Associação Internacional dos Trabalhadores, a que já bastas vezes nêste trabalho nos temos referido. Ensaiou fazer a aplicação dos seus princípios sociais em uma manufactura e vila cooperativas publicando uma vasta quantidade de escritos de propaganda e jornais populares. Com Fourier e Saint-Simon foi um dos três grandes fundadores do socialismo voluntário, antiestatista e exerceu uma profunda influência sôbre os espíritos da época, principalmente na Inglaterra, onde as suas ideias inspiraram até hoje um grande número

de pensadores radicais. São obras principais suas: **Outline of a Rational System; The Book of the New Moral World** e **Revolution in the Mind and Practice of the Human Race.**

PROUDHON — Pierre Joseph (1809-1865), socialista francês, o crítico mais veemente do sistema capitalista e do Estado, como de todas as doutrinas estatistas e autoritárias do comunismo e do socialismo. Do seu sistema mutualista dissemos o bastante no texto desta obra (cap. II da 2.ª parte) para não termos de o repetir nesta nótula. São obras principais de Proudhon **Qu'est-ce que la Propriété?**, 1840; **Système des Contradictions Économiques**, 1846; **Les Confessions d'un révolutionnaire**, 1849; **Idée Générale de la Révolution au XIX Siècle**, 1849; **De la Justice dans la Révolution et dans l'Église**, 1858; **De la Capacité Politique des Classes ouvrières**, 1864, etc.

RICARDO — David (1772-1823), economista inglês da escola que a ciência universitária denomina de clássica. Depois de Adam Smith (vide adiante êste nome), foi quem melhor defendeu a teoria da medida do valor pela quantidade de trabalho necessária e igualmente uma teoria da renda do solo às quais os economistas universitários atribuem certo valor científico. Sua obra principal: **On the Principles of Political Economy and Taxation,** publicada em 1817 e de que uma versão francesa se publicou em 1819.

ROUSSEAU — Jean Jacques (1712-1778), célebre filósofo e escritor socialista francês. Um dos precursores da Grande Revolução; por suas ideias democráticas e deístas exerceu uma inegualável in-

fluência sôbre os espíritos não só do seu tempo, (Robespierre foi dêsse número), mas sôbre os pensadores radicais de todo o século XIX e ainda hoje, através das suas obras, se sente a sua poderosa influência. Prégou o regresso à vida simples e natural, à igualdade, à proclamação das instituições democráticas e republicanas; preconizou a necessidade de uma sólida educação baseada no conhecimento científico a par de um trabalho manual e, finalmente, procurou assentar os fundamentos de uma religião natural que substituísse a Igreja cristã dominante. Em Léon Tolstoi, o extraordinário pensador russo que pode ser, a certos aspectos, reivindicado como anarquista, teve Rousseau um ardoroso adepto. Obras principais de Rousseau: **De l'origine de l'inégalité parmi les hommes,** 1753; **Emile,** 1762; **Le Contrat Social,** 1762; **Nouvelle Heloise,** romance, 1759; **Mes Confessions,** obra póstuma. Na **Profession de foi d'un vicaire savoyard,** um dos episódios mais notáveis do **Emile,** Rousseau procura demonstrar a necessidade de uma religião toda pessoal, fundada exclusivamente na admiração da Natureza e no sentimento interior.

SAINT-SIMON — Henri Claude (1760-1825), um dos grandes fundadores, com Fourier e Owen, do socialismo do século XIX. Procurou basear as conclusões socialistas a que chegara em um sólido estudo das relações económicas como se teem apresentado nas sociedades humanas e nas leis do seu natural desenvolvimento. A sua crítica do sistema económico capitalista foi tão arguta e de bases tão científicas que os que hoje se denominam "socialistas científicos" ou marxistas nada trouxeram de novo, limitaram-se a seguir e repisar o que Saint-Simon deixara escrito. Em França, à escola chamada sãsimoniana,

aderiram os mais brilhantes espíritos da época, pensadores eminentes, entre os quais podemos citar: o filósofo Auguste Comte o historiador Augustin Thierry e o economista Léonard Sismondi, além de um grande número de filântropos do século XIX. No § 2.º do cap. III desta nossa obra desenvolvemos as doutrinas sociais de Saint-Simon para onde remetemos o leitor. Obras principais: **Système industriel,** 1821-22; **Catéchisme des industriels,** 1823; **Opinions littéraires, philosophiques et industrielles,** 1825.

SCHELLING — Friedrich (1775-1854), filósofo alemão do período da reacção. Tentou edificar um sistema de filosofia natural que representasse a identificação da natureza e do espírito e desse uma significação mais real ao vocabulário metafísico empregado por seus antecessores no que, aliás, foi frustrado.

SÉGUIN — Marc (1786-1875), engenheiro francês, inventor da caldeira tubular e autor de uma concepção das fôrças físicas que, em parte, o estudo das vibrações do éter confirma. Vide adiante **Teoria Mecânica do Calor.**

SMITH — Adam (1723-1790), célebre economista e filósofo escocês, discípulo de Hutcheson, conhecido, sobretudo, como fundador da escola liberal da economia política assente em bases científicas que magistralmente expôs na sua obra clássica **The Wealth of Nations** (a riqueza das nações), publicada em 1778 e de que existem traduções em várias línguas, obra essa que gosou de uma justa reputação. Nela o autor defendeu a tese de ser o trabalho a única fonte da riqueza social, desenvolveu a teoria

do valor baseada nas leis da oferta e da procura, preconizou a ideia da liberdade do comércio, a concorrência elevada à altura de um princípio e atacava os obstáculos múltiplos que os governos opõem ao natural desenvolvimento das indústrias e do comércio. Para Adam Smith, finalmente, a riqueza é o resultado do trabalho e o capital produto do trabalho acumulado. Assás conhecido como economista não o é tanto como filósofo, a-pesar-de notabilíssima a sua obra **The Theory of Moral Sentiments,** publicada em 1759, na qual expunha, com uma largueza de vistas pouco comum, a origem primária dos sentimentos morais que êle fazia derivar do princípio da simpatia para com os nossos semelhantes, simpatia essa que achava puramente natural no homem. Por demasiado ousada na concepção, a obra de Smith foi postergada até ao presente por todos os moralistas religiosos.

SPENCER — Herbert (1820-1903), eminente filósofo inglês, um dos maiores pensadores do século XIX, que expôs e desenvolveu um vasto sistema de filosofia evolucionista sintética a que já longamente nos referimos em dois capítulos desta nossa obra. E' longa a lista de suas obras, citaremos apenas as principais que se acham traduzidas em francês: **Primeiros Princípios; Princípios de Biologia; Princípios de Psicologia; Princípios de Sociologia; A Moral Evolucionista; A Educação; O Homem contra o Estado; Introdução à Ciência Social,** etc.

THIERRY — Augustin (1795-1856), notável historiador francês, discípulo de Saint-Simon. Foi quem primeiro estudou, nas crónicas e documentos originais, a história verdadeira das instituições primitivas

desembaraçadas das ideias estatistas e dinásticas com que, em geral, os legistas e os historiadores, embuidos das ideias do direito romano, costumam **adornar** as narrações que nos dão dos períodos primitivos das sociedades gaulesas, germanas, escandinavas, eslavas, etc. para as distinguir das que êles classificam de **bárbaras,** durante e após a queda do império romano. As suas obras: **Lettres sur l'histoire de France,** 1820; **Récits des Temps Mérovingiens,** 1840; **Histoire de la Formation et des progrès du Tiers-Etat,** 1853, abriram um novo caminho à interpretação da história da França e da Europa em geral, que, infelizmente, não foi seguida pela ciência universitária. Com uma vasta erudição soube combinar admiràvelmente as suas justas opiniões sôbre história com uma arte descritiva e dramática de poeta. Além das obras acima enumeradas, publicou, em 1821, uma história da conquista da Inglaterra pelos normandos e uma colectânea de documentos de alto valor para a formação da história do Terceiro Estado.

TEORIA MECANICA DO CALOR — Uma das maiores aquisições da ciência moderna. Esta teoria explica os diversos fenómenos do calor demonstrando que são os resultados das vibrações das moléculas dos corpos físicos em que vemos a temperatura elevar-se. Quando a soma dessas vibrações, invisíveis a olho nu, por exemplo, em um pedaço de ferro, em um líquido qualquer, ou em um gás, podemos observar perfeitamente o aumento de temperatura dêsses corpos. O calor é, portanto, um modo especial vibratório do movimento e todo o atrito produz um aquècimento, calor. Quando, por exemplo, vemos uma locomotiva em movimento parar de repente a sua marcha, graças à acção de poderosos freios de que é dotada, o movimento

se transforma em fricção sôbre os trilhos e vai reaparecer sob a forma de calor no aquècimento dos trilhos e das rodas donde vemos sairem faúlhas de fogo que outra cousa não são senão partículas de ferro aquècidas e arrancadas aos trilhos.

A quantidade exacta de movimento necessário para elevar a temperatura de um litro de água a um grau centígrado chama-se "o equivalente mecânico do calor". A teoria mecânica do calor já havia sido entrevista no século XVIII e não apenas entrevista, mas até formulada com certa precisão. Mais tarde, na segunda década do século XIX, foi expressa positivamente pelo engenheiro francês Marc Séguin Senior, homem de grande talento mas incompreendido do seu tempo e do seu meio e que, porisso, os contemporâneos não o souberam apreciar devidamente. Em uma nota á tradução francesa da obra de Groye, — **Corrélation des Forces Physiques,** — Séguin observou que já no ano de 1800 um tio seu, o "cidadão Montgolfier" proclamava "que o movimento não pode ser aniquilado nem criado, que a fôrça e o calórico são manifestações, sob formas diversas, de uma só e mesma causa".

O médico alemão, Robert Mayer (1814-1878), foi talvez o primeiro que em 1842 formulou. de uma maneira precisa, clara e completa, a teoria mecânica do calor, mas aconteceu-lhe o mesmo que a Séguin, — não foi compreendido; os sábios daquêle tempo recusaram-se a aceitar-lhe as teorias científicas. Joule (vide seu nome nêste Glossário) em 1856 procedeu a notáveis experiências para a medição do equivalente mecânico do calor. Mas sómente em 1860 é que esta teoria científica, que representa a maior conquista da ciência do século XIX, foi compreendida e convertida em doutrina corrente pelo grande número de

aplicações que encontra nas ciências práticas e nas indústrias. Ao sábio alemão Frédéric Mohr (1806-1879) se deve, em 1837, uma notável memória sôbre a natureza do calor **(Ueber die Natur der Wärme).** Da importância dos trabalhos científicos dêste sábio dá conta a obra de Büchner, — **Luz e Vida,** — na conferência àcêrca da circulação das fôrças.

VOGT — Karl (1817-1895), naturalista suiço, político e professor de geologia e zoologia. Tomou parte activa na revolução de 1848 na Alemanha. Autor de várias obras científicas de filosofia materialista, de que foi um excelente vulgarizador, fez-se um denodado campeão das doutrinas evolucionistas de Darwin logo que foi publicada a obra dêste sôbre a origem das espécies em 1859. Dentre muitas obras que publicou distinguem-se: **A fé do mineiro e a Ciência (Köhlerglaube und Wissenschaft)** que forte influência exerceu no período do despertar das ciências naturais (1856-1862). Publicou ainda, traduzidas em francês, **Lessons sur l'Homme; Lettres Zoologiques** etc.

WALLACE — Alfred Russel (1822-1913), notável naturalista inglês que, ao mesmo tempo que Darwin, expunha já em 1857, em uma memória que enviava da Ásia, aonde fôra fazer estudos naturalistas, a teoria da evolução das espécies pela selecção natural na luta pela vida. Daí o ser considerado um émulo de Darwin e a sua obra **Darwinism,** publicada em 1889, é uma admirável exposição científica da matéria em forma acessível. São ainda obras notáveis suas: **The Malay Archipelago,** 1869; **Contributions to the theory of Natural Selection,** 1855-70. Partidário que fôra na sua mocidade das ideias de Robert Owen, de-

fendia ainda nos últimos anos de sua vida, o princípio da nacionalização do solo. Em 1875 publicou um memorável estudo sôbre os fenómenos psíquicos anormais, — **On Miracles and Modern Spiritualism,** que causou sensação no mundo intelectual pela sua inteira adesão às doutrinas dominantes do espiritualismo cientifico.

XAMANES — De xamanismo que, por influência francesa, alguns escrevem **chaman, chamanismo,** mas que orientalistas mais autorizados escrevem **xaman, xamanismo.** E' o nome com que se designam os bruxos e feiticeiros das várias populações do Norte da Ásia. Supõe-se terem comércio com as fôrças negras da Natureza e mediante as práticas de que usam admite-se terem o poder dos esconjuros e dos encantamentos para afastar toda a espécie de infortúnios. As modernas teorias do Ocultismo pretenderão explicar melhor o facto!

FIM